



CÓD: SL-026AG-21
7908433208815

PM-CE

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ

Soldado

CONTEÚDO DIGITAL COMPLEMENTAR E EXCLUSIVO:

ATUALIDADES/HISTÓRIA DO CEARÁ

1. Atualidades	01
2. Meio ambiente e sociedade: problemas, políticas públicas, organizações não governamentais, aspectos locais e aspectos globais	01
3. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus impactos na sociedade contemporânea	10
4. Mundo Contemporâneo: elementos de política internacional e brasileira	15
5. Cultura internacional e cultura brasileira (música, literatura, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro, jornais, revistas e televisão)	31
6. Elementos de economia internacional contemporânea	47
7. Panorama da economia brasileira	54
8. História do Ceará. O período colonial: a ocupação do território: disputas entre nativos e portugueses; acesso à terra: sesmarias e a economia pecuária. O período imperial: o Ceará na Confederação do Equador; importância da economia do algodão; a escravidão negra no Ceará. O Ceará e a “República Velha”: a política oligárquica: coronelismo e clientelismo; movimentos sociais religiosos e “banditismo”; O período 1930/1964: o Ceará durante o Estado-Novo; repercussões da redemocratização; “indústria da seca”: DNOCS e SUDENE. Os governos militares e o “novo” coronelismo; a “modernização conservadora”. A “nova” República: os “governos das mudanças”	59

ATUALIDADES

A importância do estudo de atualidades

Dentre todas as disciplinas com as quais concurseiros e estudantes de todo o país se preocupam, a de atualidades tem se tornado cada vez mais relevante. Quando pensamos em matemática, língua portuguesa, biologia, entre outras disciplinas, inevitavelmente as colocamos em um patamar mais elevado que outras que nos parecem menos importantes, pois de algum modo nos é ensinado a hierarquizar a relevância de certos conhecimentos desde os tempos de escola.

No, entanto, atualidades é o único tema que insere o indivíduo no estudo do momento presente, seus acontecimentos, eventos e transformações. O conhecimento do mundo em que se vive de modo algum deve ser visto como irrelevante no estudo para concursos, pois permite que o indivíduo vá além do conhecimento técnico e explore novas perspectivas quanto à conhecimento de mundo.

Em sua grande maioria, as questões de atualidades em concursos são sobre fatos e acontecimentos de interesse público, mas podem também apresentar conhecimentos específicos do meio político, social ou econômico, sejam eles sobre música, arte, política, economia, figuras públicas, leis etc. Seja qual for a área, as questões de atualidades auxiliam as bancas a peneirarem os candidatos e selecionarem os melhores preparados não apenas de modo técnico.

Sendo assim, estudar atualidades é o ato de se manter constantemente informado. Os temas de atualidades em concursos são sempre relevantes. É certo que nem todas as notícias que você vê na televisão ou ouve no rádio aparecem nas questões, manter-se informado, porém, sobre as principais notícias de relevância nacional e internacional em pauta é o caminho, pois são debates de extrema recorrência na mídia.

O grande desafio, nos tempos atuais, é separar o joio do trigo. Com o grande fluxo de informações que recebemos diariamente, é preciso filtrar com sabedoria o que de fato se está consumindo. Por diversas vezes, os meios de comunicação (TV, internet, rádio etc.) adaptam o formato jornalístico ou informacional para transmitir outros tipos de informação, como fofocas, vidas de celebridades, futebol, acontecimentos de novelas, que não devem de modo algum serem inseridos como parte do estudo de atualidades. Os interesses pessoais em assuntos deste cunho não são condenáveis de modo algum, mas são triviais quanto ao estudo.

Ainda assim, mesmo que tentemos nos manter atualizados através de revistas e telejornais, o fluxo interminável e ininterrupto de informações veiculados impede que saibamos de fato como estudar. Apostilas e livros de concursos impressos também se tornam rapidamente desatualizados e obsoletos, pois atualidades é uma disciplina que se renova a cada instante.

O mundo da informação está cada vez mais virtual e tecnológico, as sociedades se informam pela internet e as compartilham em velocidades incalculáveis. Pensando nisso, a editora prepara mensalmente o material de atualidades de mais diversos campos do conhecimento (tecnologia, Brasil, política, ética, meio ambiente, jurisdição etc.) em nosso site.

Lá, o concurseiro encontrará um material completo com ilustrações e imagens, notícias de fontes verificadas e confiáveis, exercícios para retenção do conteúdo aprendido, tudo preparado com muito carinho para seu melhor aproveitamento. Com o material disponibilizado online, você poderá conferir e checar os fatos e fontes de imediato através dos veículos de comunicação virtuais, tornando a ponte entre o estudo desta disciplina tão fluida e a veracidade das informações um caminho certo.

Acesse: Área do Concurseiro www.editorasolucao.com.br/materiais

Bons estudos!

MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE: PROBLEMAS, POLÍTICAS PÚBLICAS, ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS, ASPECTOS LOCAIS E ASPECTOS GLOBAIS

A QUESTÃO AMBIENTAL

Antes de mais nada é bom lembrar que só podemos entender a questão ambiental, aqui no Brasil, na forma da onda da globalização neoliberal que vem promovendo uma total perda da soberania nacional sobre a gestão dos seus recursos naturais, coibindo assim a alternativa de projetos de desenvolvimento sustentáveis, aprofundando as desigualdades sociais, dilapidando os recursos naturais, excluindo em grande parte a população do mercado de trabalho, sem que participe dos frutos propiciados pelo avanço da ciência e tecnologia.

Quanto a esta questão, não confundir, por exemplo, efeito estufa, (natural, conceito da Física) com efeito de estufa (aquele provocado pela ação do homem, conceito da geografia). Lembre-se: a última grande conferência sobre o clima, se deu em Kioto, Japão, no ano de 1997, sendo que este ano houve mais um encontro em Bohn no qual ficou claro que alguns países não estão cumprindo suas resoluções. Dois resistentes foram a Austrália e o Japão. O Governo Bush neoliberal de direita não ratificou o acordo de Kioto mesmo sendo os EUA responsáveis pela emissão de ¼ dos “gases de estufa” do globo. Um capítulo polêmico deste encontro, foi a emissão dos gases de estufa, cujas quantidades devem ser reduzidas ao nível de quinze anos atrás.

Os Americanos são 100 milhões de carros. Cada americano consome energia para: 3 suíços, 4 italianos, 160 tanzanianos e 1100 ruandeses. Utilizam 40% dos recursos renováveis do globo sendo que suas fontes de energia são baseadas em combustíveis fósseis: Carvão, Petróleo e Gás Natural.

A questão ambiental é uma questão global, sendo necessária uma ação conjunta de todos os países do globo. As energias carbonadas, petróleo e carvão, principalmente, as queimadas*, os gases emitidos pelas fábricas, são causas básicas do efeito de estufa, ilha de calor, chuva ácida e inversão térmica, problemas sério dos tempos atuais e que reforçam uma de nossas principais contradições. Ela reside no fato de não coadunarmos desenvolvimento científico e questão ambiental. Lembre-se de que, no Brasil, estamos conhecendo sérios retrocessos na legislação ambiental. Os principais são poder reflorestar com eucaliptos e o projeto de desmatamento da Amazônia em fase de discussão. O projeto da bancada ruralista prevê redução da área de preservação dos atuais 80% para 20% na Amazônia e de 35% para 20% no Cerrado Amazônico.

Na quarta conferência mundial sobre o clima, chegou-se a conclusão de que a temperatura da terra deve elevar-se mais 5 graus até 2100. Os gases de estufa proveniente da queima combustíveis fósseis, em especial o petróleo e carvão, faz nossa necessidade de fontes alternativas como a solar, a eólica, a das marés, a dos géiseres ou a de biomassa, que são as fontes da revolução técnico científica. A agenda 21 é uma plano ambicioso que prevê a implantação de um programa de desenvolvimento sustentável para todo o globo para o século XXI. Nela os países X se comprometem destinar 0,7% dos seus PIBs para aplicação neste programa. Por enquanto só mandaram as fábricas que mais poluem. Há uma proposta de crescimento zero não aceita pelos países periféricos uma vez que teriam que estagnar o seu processo de industrialização.

Nas regiões de fronteira agrícola, ou em países de industrialização recente, tais como os tigrinhos asiáticos, é muito comum o uso de queimadas para limpar campos. Estas se dão nos meses mais secos do ano, em áreas de pastagens ou queima de coivaras, casando acidentes em rodovias, com mortes de pessoas, animais, e sérios problemas respiratórios em cidades circundadas por canaviais, num dos casos mais alarmantes de poluição atmosférica.

A escravidão de menores e de armazém é uma constante nas áreas de carvoaria, como as denunciadas na região Centro Oeste e Norte do Brasil.

Neste sentido, são também graves as denúncias feitas a China dentro da OMC, já que este país é um paraíso proletário e um dos principais acusados de Dunnping Social. Não se esqueça da escravidão de mulheres no mundo muçulmano e da venda de mulheres chinesas (Cidadania).

Aquecimento Global

Iceberg passa pela costa da Nova Zelândia em função do aquecimento global.

Estudos e alertas de especialistas sobre os efeitos nefastos do aquecimento global no futuro do planeta chamaram a atenção da população para o problema em 2006. Ambientalistas e pesquisadores defendem que as ações contra a mudança climática devem ser imediatas para evitar um verdadeiro “desastre” para a economia mundial, que poderia sofrer decréscimo de até 20% na produção em 50 anos por culpa da alta das temperaturas do planeta.

- » Mudança climática ameaça alimentação dos humanos
- » Derretimento de geleiras indica aquecimento global
- » Europa vive o outono mais quente dos últimos séculos
- » Mudança climática causa extinção de mamíferos
- » Planeta pode entrar em colapso em 50 anos, diz estudo
- » Al Gore tenta salvar a Terra em filme

Essa é a advertência do relatório preparado pelo economista Nicholas Stern, que convocou os governos de todo o mundo a fixar um preço para as emissões de CO₂ mediante o pagamento de impostos. O relatório adverte que, com uma alta das temperaturas de 3°C a 4°C, o aumento do nível dos mares transformará centenas de milhões de pessoas em vítimas de inundações a cada ano.

As áreas litorâneas do sudeste da Ásia, sobretudo Bangladesh e Vietnã, assim como as pequenas ilhas do Caribe e do Pacífico terão que ser protegidas do mar. Grandes cidades como Tóquio, Londres, Nova York ou Cairo também ficarão expostas ao risco de inundações.

O lançamento do documentário Uma Verdade Inconveniente, protagonizado pelo ex-vice-presidente dos Estados Unidos Al Gore, ajudou a dar voz para o problema em 2006. Al Gore, que visitou o Brasil, defende que a adoção de medidas contra a emissão de gases efeito estufa é mais uma questão “ética” e “moral” do que política.

Convenção da ONU

Diversos locais declarados patrimônio da humanidade podem estar ameaçados pelas consequências da mudança climática global, segundo o atlas apresentado em Nairóbi na Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática, que reuniu durante duas semanas 5 mil participantes.

A reunião da ONU, além de trazer dados novos sobre as consequências climáticas, teve o objetivo de dar prosseguimento ao Protocolo de Kyoto, o acordo mundial fechado em 2005 que prevê cortes na emissão de gases estufa até 2012. O encontro acertou que as negociações para levar adiante e ampliar Kyoto deveriam acontecer em 2008 e alguns delegados criticaram a falta de uma ação firme para combater o aquecimento da Terra.

Apesar dos esforços para conter o avanço dos danos ambientais, o ritmo das emissões de carbono no mundo mais que duplicou entre 2000 e 2005, de acordo com levantamento publicado pela rede mundial sobre o tema, a Global Carbon Project. As emissões vinham crescendo a menos de 1% anualmente até o ano 2000, mas aumentaram a uma taxa de 2,5% ao ano. Segundo a organização, a aceleração se deve sobretudo ao aumento do uso de carvão e à falta de ganhos na eficiência do uso da energia.

Alimentação

A mudança climática também põe em risco a comida dos seres humanos e torna ainda mais difícil o desafio de alimentar a crescente população mundial, de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO).

Um novo estudo sobre os oceanos sugeriu que o fitoplâncton - o primeiro elo na cadeia alimentar marítima - será fortemente afetado pelo aquecimento climático. A pesca nos trópicos e nas médias latitudes pode ser severamente afetada pela perda destes microorganismos como resultado de águas mais quentes, acrescenta o artigo do botânico Michael Behrenfeld, da Universidade Estadual do Oregon (EUA).

O acelerado derretimento das geleiras foi apontado como um fato que mostra o imediatismo do problema. “No passado as geleiras do norte mostravam um padrão que não correspondia aos modelos de mudança climática (provocada pelo aquecimento global), poderiam até mesmo ser usadas como um argumento contra o aquecimento global. Mas agora, dados dos últimos anos mostram uma mudança que se encaixa perfeitamente bem com os modelos de mudança climática”, disse o professor de glaciologia Per Holmlund, da Universidade de Estocolmo.

Se o aquecimento global prosseguir, o gelo do Ártico poderá derreter totalmente até 2080, alertou um grupo de cientistas europeus. “Se a situação evoluir como prevêem os físicos, os campos de gelo do Oceano Ártico desaparecerão completamente até 2080”, disse Eberhard Fahrbach, do Instituto Alfred Wegner (AWI), membro do grupo Damocles de pesquisas sobre o Ártico europeu.

Calor

A Europa viveu um dos verões mais quentes da sua história, com ondas de calor por todo o continente. A Europa teve também o outono mais quente em décadas, até mesmo séculos, o que põe em risco o início da temporada de esportes de inverno nos Alpes. Na Holanda, o Instituto Real de Meteorologia informou que este outono foi o mais quente do país em 300 anos, com uma temperatura média de 13,5°C.

ÁGUA

A água potável será um dos recursos mais caros (custo benefício) do século XXI. Sendo assim, os rios internacionais são, cada vez mais geoestratégicos, motivando conflitos entre os países envolvidos. Um grande exemplo é a questão do Nilo, ou ainda, as nascentes do rio Jordão, palco das disputas entre árabes e judeus, no Oriente Médio. Nestas regiões, água é, relativamente, mais importante que o petróleo. No Centro Oeste do Brasil, a calagem de solo causa eutrofização de mananciais, constituindo-se em um grave impacto sobre recursos hídricos. Não falta água por falta de chuvas. A grande causa da escassez é o mau uso dos solos agrícolas e urbanos por compactação pelo uso de máquinas e pastoreio ou ainda pela impermeabilidade de área urbana. Fala-se em taxar todo e qualquer uso de água. É necessário racionalizar o uso da água e, em caso extremo, seu racionamento. Quarenta municípios goianos já apresentam problemas crônicos com abastecimento de água. No município de Bom Jesus de Goiás os pivôs de irrigação chegaram a ser paralisados por ordem do ministério público. Todas as grandes cidades do mundo já se ressentem deste recurso, em especial as megacidades dos países periféricos, serão palcos, mais e mais, de disputas por rios que as abastecem e de grandes epidemias. O Nilo e o Níger são dois bons exemplos destas disputas. O Brasil embora tendo a maior reserva de água disponível do globo apresenta regiões em estresse hídrico, menos de 2000 metros cúbicos de água por habitante por ano. Este é o caso de muitas áreas do Nordeste.

ENERGIA

O século XIX foi da máquina a vapor, um motor a combustão externa. O século XX foi do motor a combustão interna. Já o século XXI será da célula de combustível que promete divorciar o automóvel da poluição. Quanto a nossa crise energética, tanto a Petrobrás quanto o setor energético e tudo o que é público no Brasil passaram a sofrer as consequências do projeto neoliberal. A receita do FMI foi retirar dinheiro das estatais para equilibrar as contas públicas. O resultado foi que não só a Petrobrás como todo o setor energético sofreram com tais medidas resultando em graves “Acidentes Ecológicos”, ameaças, ou até mesmo, apagões. Agora dois setores geoestratégicos estão prontos para serem privatizados. Outros setores como saúde, transporte e educação também estão sucateados. Desta forma os meios de comunicação de massa imperam em suas opiniões. “Achamos” que tudo no Brasil deve ser privatizado.

Quanto as fontes de energia, temos que analisá-las em termos de disponibilidade, viabilidade, extração, transporte, armazenamento, distribuição, poluente ou limpa, renovável ou esgotável. Assim, no caso do Brasil, as fontes alternativas, (biomassa, eólica ou solar) assumem uma importância fundamental por ser um país tropical. A energia solar é considerada a fonte energética do século XXI. Na década de 70, houve o fortalecimento da OPEP e OPAEP, (países produtores de petróleo) em reação às sete irmãs (empresas que controlam a distribuição do petróleo no globo e estão em processo de fusões). No mundo, como um todo, os países buscaram as fontes alternativas como forma de se prevenirem ante as crises do petróleo. Lembre-se do programa Proálcool, da tentativa ineficaz das nucleares que Fernando Henrique acabou por quase desativar. É bom lembrar dos erros de projetos, como a represa de Balbina no Amazonas, causando sérios problemas ao meio ambiente. Por estes fatores, a década de 70 é considerada a “década da crise energética”, além, é claro, da variável social, com baixos salários e repressão militar duríssima. Lembrar da Operação Condor dos militares latino-americanos que trabalharam em conjunto na repressão as forças revolucionárias. Já a década de 80 foi considerada a “década da destruição e perda” com problemas ambientais sérios, dentre eles o acidente com o Césio em Goiânia.

Associe fontes de energia ao tipo de transporte adotado em cada país.

Desta forma, fica mais fácil entender quais países são mais velozes na produção, como os tigres ou tigrinhos asiáticos, e porque países como o Brasil, Índia, China, Indonésia e Rússia são considerados “países baleias”, por serem grandes e lentos. O modelo de transporte rodoviário é o mais caro.

O ferroviário é muito viável para o Brasil. Lembre-se da Norte-Sul que vai interligar Belém (PA) a Senador Canêdo e começou, este ano, suas obras em

Anápolis

A hidrovia é, sem dúvida, o transporte mais barato, em termos de custo benefício. Recentemente, num total desrespeito a legislação ambiental, barcaças de grande calado resolveram, a revelia, tentar abrir uma hidrovia no rio Araguaia. Seria o Araguaia adequado para se fazer uma Hidrovia? Não se esqueça das voçorocas neste rio.

Todo país para atrair investimentos dentro da novíssima divisão internacional do trabalho, deve ser viável, o que significa trabalhar em Just In Time, tendo que possuir boa infra-estrutura. Será que o Brasil em crise energética irá atrair investimentos? De que adianta ter minérios se não se pode extraí-lo a menor custo? Minério tem muito pouco valor agregado. Jamais houve vantagem comparativa para países que produzem matérias primas. O gasoduto virá da Bolívia chegando até Goiás, contudo, toda obra deve pautar-se em Eia-Rima confiável. A instalação de várias Empresas, como a per-

digão em Rio Verde, (Detroitização) podem causar sérios impactos ambientais. Alguns bem visíveis, são os impactos na represa de Corumbá, com a matança de toneladas de peixes. Serra da Mesa, (agora Cana Brava e Peixe também no rio Tocantins) a represa do Yang Tsé Kiang na China.

Preste atenção nas negociações para venda da Celg e das construções da ETA e da ETE em Goiânia, que envolvem a preservação do rio Meia Ponte e sua recuperação, em 50 anos, tendo como modelo o Tâmis. O uso bélico da energia nuclear constitui-se num dos graves problemas atuais. Os TNPs devem ser revistos por todos os países. É lógico, (nascentes do rio Ganges e Indu) países como o Paquistão e a Índia, que disputam a Kashmir, fazem vista grossa as sanções da ONU, onde fica, bem visível o colonialismo do Grupo dos 7 mais a Rússia, sobre os países emergentes. Estes países estão desenvolvendo, mais e mais, armas biológicas (motivo das sanções da OMC ao Iraque). Estas são consideradas bombas atômicas dos países pobres. Será que o Taleban irá conseguir armas Atômicas?

Políticas Públicas

É desnecessário registrar mais uma vez a perversidade dos históricos indicadores de concentração da renda e de patrimônio no Brasil, eles são gritantes demais em nosso dia-adia.

Mas é preciso alertar: todos estão perfeitamente preservados nos últimos três anos, por força da impotência das medidas sociais, políticas e econômicas do Governo Lula.

A análise sobre a atuação do atual governo diante das tarefas impostas pela pobreza e desigualdade social pode ser, desde a partida, melhor compreendida se lembrarmos a advertência de Otavio Ianni sobre as contradições dos processos revolucionários brasileiros:

“como não há ruptura definitiva com o passado, a cada passo este se reapresenta na cena histórica e cobra o seu preço”

O que ele nos lembra é que qualquer processo político efetivamente comprometido com as causas populares deve enfrentar, sem acanhamento ou tolerância, o projeto conservador dominante em nossa história, fatalmente imobilizador das energias transformadoras e democráticas. É, portanto, um libelo contra a dinâmica de conciliação com as elites que sempre predominou nos momentos de disputa com os sistemas de privilégios sobre os quais nossa economia capitalista dependente se ergueu.

Do ponto de vista das políticas públicas, ou dos direitos sociais que elas materializam, a verdadeira tarefa histórica que se impunha ao Governo Lula era romper com as modificações restritivas no espaço público da proteção social, sob forte impacto das políticas neoliberais. Caberiam, então, ações decisivas para se garantir o amplo financiamento público para as políticas sociais, que suplantasse a lógica da restrição orçamentária.

Haveria de se superar de vez a lógica financista, que subordina as decisões em termos de direitos sociais à disponibilidade de caixa, finalmente conhecidas após as decisões de cúpula a respeito das taxas de juros, superávit fiscal, câmbio, política tributária, enfim, quando os grandes números do fundo público já estão comprometidos com as elites de sempre.

Porém, seguem inalteradas as limitações ao processo de expansão das garantias coletivas na esfera dos direitos sociais, que mais do que nunca se mostram imprescindíveis para subverter as históricas estruturas de poder político e econômico próprio das sociedades latino-americanas, uma vez que estas, e especialmente a brasileira, se estabeleceram sobre IANNI, Otávio (1996), A ideia de Brasil moderno, São Paulo: Brasiliense, p.267. padrões extremamente injustos e assimétricos de usufruto da riqueza coletivamente construída e de processos cada vez mais excludentes de acesso ao trabalho digno.

Não é a toa que o atual governo jamais pautou o debate público sobre as propostas de superação da pobreza com o combate da riqueza acumulada privada e abusivamente, como se esperava em termos de reforma tributária e fiscal, cujas iniciativas pontuais permanecem valorizando a renúncia fiscal dos setores agro-exportadores, parasitas da cadeia produtiva do grande latifúndio.

Mas nenhuma destas limitações e contradições pode ser remediada ao plano da fatalidade. Todos os constrangimentos concretos decorrem de opções estratégicas, racionalmente adotadas pelo Presidente Lula e sua equipe, quando se constata o aprofundamento do modelo econômico neoliberal com sua lógica recessiva e, em direção complementar, a destinação significativas de recursos públicos para os serviços das dívidas internas ou externas.

Devemos reconhecer que a articulação orgânica das medidas de políticas públicas redistributivistas, com investimentos importantes nas áreas da saúde, educação, assistência social, previdência, segurança alimentar, geração de emprego e renda, agricultura familiar e reforma agrária pode ser altamente emancipadora quando estas políticas públicas são asseguradas em escala de massas, com a mobilização efetiva a população para o exercício cotidiano da participação política protagonista.

Diferentemente do esperado, não se constatou no governo Lula o compromisso real com um amplo e consistente sistema de atenção e proteção no âmbito das necessidades humanas sociais, que contemplasse a contribuição decisiva de todas as áreas sociais, educacionais e político-culturais, combinadas com as outras medidas complementares de garantia do exercício do protagonismo da população e da emancipação dos indivíduos e grupos sociais.

Nesta pátria desimportante, o quadro social de profunda desigualdade e de extrema pobreza das maiorias segue o mesmo: desemprego, fragilização da capacidade socializadora das redes familiares, falta de perspectivas para a juventude e abandono na velhice; trabalho infantil, exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes, crescimento das condutas.

POCHAMAMM, Marcio demonstra que as transferências ao setor financeiro, como pagamento aos detentores dos títulos da dívida pública, alcançaram a seguinte tendência: anualmente o governo Cardoso destinou R\$ 71,4 bilhões; Sarney remeteu R\$ 65, 5 bilhões, e finalmente o Governo Lula R\$ 60, 8 bilhões. Cf. Plutocracia do capital financeiro, disponível em: <<http://agenciartamainor.uol.com.br/agencia.asp?coluna=boletim&id=1251>, consultado em 05/01/2006. violentas e práticas econômicas que lucram com a criminalidade e a toxicodependência, penúria sócio-cultural, empobrecimento político dos processos artísticos populares, a degradação ambiental, morte por doenças curáveis, fome.

A proposta mais incentivada pelo governo Lula denomina-se Programa Fome-Zero, que consiste, segundo documentos oficiais, “numa estratégia impulsionada pelo governo federal, para assegurar o direito humano à alimentação adequada, priorizando as pessoas com dificuldades, de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional e contribui para a erradicação da extrema pobreza e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome”. Nenhuma proposta poderia ser menos ambiciosa. Com toda propaganda veiculada não se verifica no Programa Fome Zero algo que é essencial para o povo brasileiro: a garantia do direito social, cuja ação do Estado reconheça o vínculo de classe, contribuindo para sedimentar uma noção fecunda e radical de democracia popular, ao mesmo tempo libertária e igualitária.

Como o passado que não quer passar, o que é perene no desenho dos atuais programas englobados sob a insígnia do Fome Zero é a trágica visão elitista de sempre, na qual o povo - a população sub-empregada e super-explorada - permanece como um indesejável “resíduo social”, para o qual qualquer ajuda basta e qualquer apoio

serve. Não é por outra razão que as ações principais consistem no Programa BolsaFamília, na construção de cisternas no semi-árido nordestino e uma ou outra ação pontual em termos de segurança alimentar.

Nada que se assemelhe a uma potente articulação política e social que seja capaz de enfrentar o mesmo pensamento conservador que naturaliza a pobreza e condena as iniciativas de investimento público no campo dos direitos sociais. Em termos de alocação orçamentária não é desprezível o redirecionamento de recursos para as ações de transferência de renda socioassistenciais como o Bolsa Família. Pela primeira vez, famílias miseráveis encontram alguma medida de proteção social que seja não-contributiva.

Mas os limites são muitos: os valores das prestações são muito pequenos, os critérios de acesso altamente rigorosos e excludentes e a sua implementação não se faz acompanhada ainda de um forte aparato político-pedagógico de emancipação política, educacional e cultural para os pais e os jovens.

Ao contrário, as ações ainda permanecem sob o império da despolitização, operada, mais uma vez, pela perda de vínculo de classe destas políticas públicas com as disputas históricas ao fundo público. No que se oculta tais vínculos, ou seja, não se combate a destinação dos recursos públicos ao velho sistema de privilégios e assegura sua alocação para as ações de redução das desigualdades sociais, tudo permanece como nos modelos atuais, uma ação política governamental ambígua, que oscila entre o apelo eleitoreiro e uma versão ainda estigmatizadora da pobreza.

Adotar o caminho salvacionista do Fome Zero pode ser um grande giro, mas de 360°.

A proliferação das propostas neste campo do combate à pobreza sem enfrentar suas causas - as estratégias macroeconômicas que promovem a super-acumulação capitalista-rentista e do seu equivalente, a crescente pauperização do povo - reproduz a submissão e a docilidade que parecem condenar à mesmice os governos de centro-esquerda, tais como o Governo Lula.

Tão grave quanto o pequeno investimento financeiro é constatar que as ações do Governo Lula se organizam precariamente, em nome de uma solidariedade sem sujeitos e sem projetos, reeditando os mecanismos de dominação e de subalternização políticas, no que empreendem o velho paralelismo nas franjas dos sistemas públicos de proteção social. Não se interrompeu a tendência neoliberal de desconstrução da idéia-força do direito social, conquistado na luta dos trabalhadores pelo acesso ao excedente, que deveria ser potencializado pelas estratégias organizativas populares e pelas medidas de fortalecimento subjetivo e político e de pertencimento a um projeto coletivo de classe, desta vez - como um governo de esquerda deve honrar - radicalmente democrático, portanto, revolucionário e anticapitalista.

Assim, já que o Fome Zero não é direito social nem projeto de classe é mais uma vez favor, benesse, ação abnegada, doação, enfim, a repavimentação dos percursos que pretendem comprimir o espaço público, transfigurá-lo em oposição ao projeto popular e democrático. O tema da pobreza, sufocado da sua dimensão estrutural, permanece confinado como um problema da esfera do consumo e da estrutura familiar, por esta razão as medidas são tão tímidas. Por mais que a pobreza seja aguda e na medida em que é uma questão explosiva, o melhor mesmo é esterilizá-la, sobrepondo ações diversas e pulverizadas, que não atacam a raiz do problema. O risco de se atuar na lógica do ajustamento de comportamentos individuais não é pequeno, haja vista o esforço em empreender e divulgar as chamadas condicionalidades para que as famílias tenham acesso aos benefícios.

Nos sombrios tempos de capitulação política do atual governo, com a conhecida naturalização do estado de desigualdades, não é de se estranhar que a principal medida do governo Lula na área da

previdência social tenha sido concluir a contrarreforma do Governo FHC no que diz respeito aos direitos dos servidores públicos, instituindo a cobrança de contribuição também aos aposentados e o fim do regime jurídico único para os novos concursados, ou seja, promovendo o cancelamento do direito à aposentadoria integral, recém conquistada em 1988.

Empreendeu-se algo pavorosamente cínico, se considerarmos que nestes anos todos o Partido dos Trabalhadores - partido do presidente Lula - foi uma trincheira no parlamento contra tal medida, e que boa parte dos votos obtidos pelo Presidente Lula era fruto também deste compromisso, rapidamente esquecido. Mais abusivo ainda, se lembrarmos que a base social sindical do PT, era fortemente apoiada no funcionalismo público e que o impacto nas contas da previdência social seria, como é, inexpressivo. No fundo esta ação serviu apenas para provar às elites e à opinião pública conservadora que o governo dos trabalhadores poderia cortar na própria carne, atacando direitos consagrados, ao invés de encaminhar a luta pela sua extensão para o conjunto dos trabalhadores do setor privado.

Boicotes explícitos ao Sistema Único de Saúde permanecem, assustadoramente, sob o governo Lula. A definição do percentual de recursos financeiros federais, previstos na Constituição Federal para o SUS, permanece descumprida pela política econômica. Na comparação internacional nossos atuais 3,2% do PIB, destinados à saúde, representam porcentagem menor do que da Bolívia, Colômbia, África do Sul, Rússia, Venezuela, Uruguai, Argentina (cerca de 5.12%), Cuba (6,25%), EEUU (6,2%) Japão, Inglaterra, Austrália, Portugal, Itália, Canadá, França, Alemanha (8,1%).

O sub-financiamento do SUS revela-se como uma medida concreta a impossibilitar a oferta de serviços públicos, gratuitos e com qualidade, como reza a Constituição, e conforme as necessidades da população. Como um direito social altamente valorizado no mercado privado, já que a saúde é uma necessidade humana vital, a disputa com o setor lucrativo não ingressou na agenda de prioridades do governo Lula, onde interesses e pressões de mercado dos produtores de equipamentos, de medicamentos, de tecnologias e de prestadores de serviços e corporações poderosas mantêm-se intactos.

O quadro de desfinanciamento da saúde pública gera o inevitável: intensa repressão de demanda, insuportável congestionamento nos pronto-socorros e consultórios de especialidades, precarização da atenção básica preventiva e o predomínio de intervenções tardias, com suas doenças preveníveis não prevenidas, com doenças agravadas não atendidas precocemente, mortes evitáveis não evitadas, e expansão da saúde privada, via planos de saúde para classe média.

Como se não bastasse toda esta herança intocada, o governo Lula aprofunda a crise, no que atua contra a regulamentação da Emenda Constitucional 29, que garante a vinculação de percentuais mínimos para aplicação orçamentária na política de saúde. Os valores são expressivos, cerca de R\$ 2,3 bilhões representa a diferença acumulada pelo não cumprimento por parte do governo federal da EC. 29 nos anos de 2001 a 2005, porém só no governo Lula este déficit acumula a cifra de R\$1.832.000,00.

Se os direitos sociais devem ser universais e a proteção social que estes suscitam deve ser pública e gratuita, ou seja, desmercadorizada, como explicar que na área de Educação a medida de maior impacto tenha se restringido ao Programa Universidade para Todos que nada mais é do que organizar ampliando o abusivo recurso da renúncia fiscal dos encargos previdenciários, no esforço de subvencionar o setor privado das universidades em troca de ampliação de vagas por fora do sistema público e gratuito?

Após três anos de governo, ainda hoje o Governo Lula não foi capaz de enfrentar uma grave lacuna na regulamentação da LDB, que é o desfinanciamento da educação infantil.

Mesmo sendo um direito absolutamente vital para as classes populares, no que garantiria creche pública para todas as crianças até seis anos de idade, somente por meio de uma longa e penosa luta, travada pelos movimentos sociais, é que o governo Lula se manifestou - através de iniciativa legislativa ainda não aprovada - com a possibilidade de assumir parte no cofinanciamento desta área, uma vez que os municípios e estados, diante da omissão do governo federal, têm feito o mesmo: rejeitado um direito vital e universal à educação às crianças pequenas, mantendo o ciclo de pobreza nos seus níveis imorais de hoje.

Um marcador valioso para dimensionar os insignificantes esforços na direção da transformação do desmonte das políticas públicas pode ser obtido com a análise do financiamento federal dos gastos sociais em comparação com os grandes números do orçamento público, como condensado nos dados abaixo, em relação ao ano de 2004:

Por fim, cabe ressaltar que o governo Lula de fato realizou modificações importantes, sobretudo quando comparado aos feitos desastrosos do Governo anterior.

Porém, isto não elide o fato de que a timidez e o continuísmo no conteúdo, na forma e no alcance das políticas sociais em nada asseguram qualquer alteração na composição das estruturas de poder político e econômico, imprescindíveis à recomposição das estruturas públicas de proteção social, com clareza de propósitos universalistas, para além dos alegados problemas de caixa.

Uma razão de Estado comprometida com as maiorias populares participando efetivamente, não só da produção, mas em especial do usufruto da riqueza socialmente produzida e também da socialização do poder político-decisório, constitui-se como arranjo institucional possível, desejável e absolutamente imprescindível para a democracia radicalmente igualitária. Infelizmente o governo Lula, desde seu primeiro dia, abriu mão desta histórica realização.

Organizações Não Governamentais

As organizações não-governamentais desempenham um papel fundamental na modelagem e implementação da democracia participativa. A credibilidade delas repousa sobre o papel responsável e construtivo que desempenham na sociedade. As organizações formais e informais, bem como os movimentos populares, devem ser reconhecidos como parceiros na implementação da Agenda 21. A natureza do papel independente desempenhado pelas organizações não-governamentais exige uma participação genuína; portanto, a independência é um atributo essencial dessas organizações e constitui condição prévia para a participação genuína.

Um dos principais desafios que a comunidade mundial enfrenta na busca da substituição dos padrões de desenvolvimento insustentável por um desenvolvimento ambientalmente saudável e sustentável é a necessidade de estimular o sentimento de que se persegue um objetivo comum em nome de todos os setores da sociedade. As chances de forjar um tal sentimento dependerão da disposição de todos os setores de participar de uma autêntica parceria social e diálogo, reconhecendo, ao mesmo tempo, a independência dos papéis, responsabilidades e aptidões especiais de cada um.

As organizações não-governamentais, inclusive as organizações sem fins lucrativos que representam os grupos de que se ocupa esta seção da Agenda 21, possuem uma variedade de experiência, conhecimento especializado e capacidade firmemente estabelecidos nos campos que serão de particular importância para a implementação e o exame de um desenvolvimento sustentável, ambientalmente saudável e socialmente responsável, tal como o previsto em toda a Agenda 21. Portanto, a comunidade das organizações não governamentais oferece uma rede mundial que deve ser utilizada, capacitada e fortalecida para apoiar os esforços de realização desses objetivos comuns.

Para assegurar que a contribuição potencial das organizações não governamentais se materialize em sua totalidade, deve-se promover a máxima comunicação e cooperação possível entre elas e as organizações internacionais e os Governos nacionais e locais dentro das instituições encarregadas e programas delineados para executar a Agenda 21. Será preciso também que as organizações não-governamentais fomentem a cooperação e comunicação entre elas para reforçar sua eficácia como atores na implementação do desenvolvimento sustentável.

Objetivos

A sociedade, os Governos e os organismos internacionais devem desenvolver mecanismos para permitir que as organizações não-governamentais desempenhem seu papel de parceiras com responsabilidade e eficácia no processo de desenvolvimento sustentável e ambientalmente saudável.

Para fortalecer o papel de parceiras das organizações não-governamentais, o sistema das Nações Unidas e os Governos devem iniciar, em consulta com as organizações não-governamentais, um processo de exame dos procedimentos e mecanismos formais para a participação dessas organizações em todos os níveis, da formulação de políticas e tomada de decisões à implementação.

Até 1995, deve-se estabelecer um diálogo mutuamente produtivo no plano nacional entre todos os Governos e as organizações não-governamentais e suas redes auto-organizadas para reconhecer e fortalecer seus respectivos papéis na implementação do desenvolvimento ambientalmente saudável e sustentável.

Os Governos e os organismos internacionais devem promover e permitir a participação das organizações não-governamentais na concepção, no estabelecimento e na avaliação de mecanismos oficiais procedimentos formais destinados a examinar a implementação da Agenda 21 em todos os níveis.

Atividades

O sistema das Nações Unidas, incluídos os organismos internacionais de financiamento e desenvolvimento, e todas as organizações e foros intergovernamentais, em consulta com as organizações não-governamentais, devem adotar medidas para:

Examinar e informar sobre as maneiras de melhorar os procedimentos e mecanismos existentes por meio dos quais as organizações não-governamentais contribuem para a formulação de políticas, tomada de decisões, implementação e avaliação, no plano de organismos individuais, nas discussões entre instituições e nas conferências das Nações Unidas;

Tendo por base o inciso (a) acima, fortalecer, ou caso não existam, estabelecer mecanismos e procedimentos em cada organismo para fazer uso dos conhecimentos especializados e opiniões das organizações não-governamentais sobre formulação, implementação e avaliação de políticas e programas;

Examinar os níveis de financiamento e apoio administrativo às organizações não-governamentais e o alcance e eficácia da participação delas na implementação de projetos e programas, tendo em vista aumentar seu papel de parceiras sociais;

Criar meios flexíveis e eficazes para obter a participação das organizações não-governamentais nos processos estabelecidos para examinar e avaliar a implementação da Agenda 21 em todos os níveis;

Promover e autorizar as organizações não-governamentais e suas redes autoorganizadas a contribuir para o exame e a avaliação de políticas e programas destinados a implementar a Agenda 21, inclusive dando apoio às organizações não-governamentais dos países em desenvolvimento e suas redes auto-organizadas;

Levar em consideração as conclusões dos sistemas de exame e processos de avaliação das organizações não-governamentais nos relatórios pertinentes da Secretaria Geral à Assembléia Geral e de

todos os órgãos das Nações Unidas e de outras organizações e foros intergovernamentais pertinentes, relativas à implementação da Agenda 21, em conformidade com o processo de exame da Agenda.

Proporcionar o acesso das organizações não-governamentais a dados e informação exatos e oportunos para promover a eficácia de seus programas e atividades e de seus papéis no apoio ao desenvolvimento sustentável.

Os Governos devem tomar medidas para:

Estabelecer ou intensificar o diálogo com as organizações não-governamentais e suas redes auto-organizadas que representem setores variados, o que pode servir para: (i) examinar os direitos e responsabilidades dessas organizações; (ii) canalizar eficientemente as contribuições integradas das organizações não-governamentais ao processo governamental de formulação de políticas; e (iii) facilitar a coordenação não-governamental na implementação de políticas nacionais no plano dos programas;

Estimular e possibilitar a parceria e o diálogo entre organizações não-governamentais e autoridades locais em atividades orientadas para o desenvolvimento sustentável;

Conseguir a participação das organizações não-governamentais nos mecanismos ou procedimentos nacionais estabelecidos para executar a Agenda 21, fazendo o melhor uso de suas capacidades particulares, em especial nos campos do ensino, mitigação da pobreza e proteção e reabilitação ambientais;

Levar em consideração as conclusões dos mecanismos de monitoramento e exame das organizações não-governamentais na elaboração e avaliação de políticas relativas à implementação da Agenda 21 em todos os seus níveis;

Examinar os sistemas governamentais de ensino para identificar maneiras de incluir e ampliar a participação das organizações não-governamentais nos campos do ensino formal e informal e de conscientização do público;

Tornar disponível e acessível às organizações não-governamentais os dados e informação necessários para que possam contribuir efetivamente para a pesquisa e a formulação, implementação e avaliação de programas.

Meios de implementação

(a) Financiamento e estimativa de custos

Dependendo do resultado dos processos de exame e da evolução das opiniões sobre a melhor maneira de forjar a parceria e o diálogo entre as organizações oficiais e os grupos de organizações não-governamentais, haverá gastos nos planos nacional e internacional, relativamente baixos, mas imprevisíveis, a fim de melhorar os procedimentos e mecanismos de consulta.

Da mesma forma, as organizações não-governamentais precisarão de financiamento complementar para estabelecer sistemas de monitoramento da Agenda 21, ou para melhorá-los ou contribuir para o funcionamento deles.

Esses custos serão significativos, mas não podem ser estimados com segurança com base na informação existente.

(b) Fortalecimento institucional

As organizações do sistema das Nações Unidas e outras organizações e foros intergovernamentais, os programas bilaterais e o setor privado, quando apropriado, precisarão proporcionar um maior apoio financeiro e administrativo às organizações não-governamentais e suas redes autoorganizadas, em particular para aquelas sediadas nos países em desenvolvimento, que contribuam ao monitoramento e avaliação dos programas da Agenda 21, e proporcionar treinamento às organizações não-governamentais (e ajudá-las a

desenvolver seus próprios programas de treinamento) nos planos internacional e regional, para intensificar seus papéis de parceiras na formulação e implementação de programas.

Os Governos precisarão promulgar ou fortalecer, sujeitas às condições específicas dos países, as medidas legislativas necessárias para permitir que as organizações não-governamentais estabeleçam grupos consultivos e para assegurar o direito dessas organizações de proteger o interesse público por meio de medidas judiciais.

A preservação dos recursos naturais passou a ser preocupação mundial e nenhum país tem o direito de fugir dessa responsabilidade.

A necessidade de proteção ambiental é antiga, surgindo quando o homem passou a valorizar a natureza, inicialmente de forma mais amena, e atualmente, de forma mais acentuada. Primordialmente, se dava a importância à natureza por ser uma criação divina. Depois, que o homem começou a reconhecer a interação dos componentes bióticos e abióticos que interagem no ecossistema é que efetivamente sua responsabilidade aumentou.

Com a evolução da sociedade, o homem foi rapidamente degradando o meio ambiente, contaminando-o com resíduos nucleares, disposição de lixo químicos, domésticos, industriais, hospitalares de forma inadequada, pelas queimadas, pelo desperdício dos recursos naturais não renováveis, pelo efeito estufa, pelo desmatamento indiscriminado, pela contaminação dos rios, pela degradação do solo através da mineração, pela utilização de agrotóxicos, pela má distribuição de renda, pela acelerada industrialização, pelo crescimento sem planejamento das cidades, pela caça e pela pesca predatória.

A preocupação com a preservação do meio ambiente é recente na história da humanidade, realidade esta também no Brasil. Com o acontecimento de catástrofes e problemas ambientais, os organismos internacionais passaram a exigir uma nova postura, sendo marcante a atuação da Organização das Nações Unidas (ONU) que em 1972 organizou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano. A partir dessa Conferência, com a elaboração da declaração de princípios (Declaração de Estocolmo), os problemas ambientais receberam tratamentos diferentes, tendo repercussão no Brasil. Há pouco a legislação nacional sofreu um forte impacto com o surgimento de novas leis e, em especial, da Lei 6.938/81, conhecida como Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, que reconhece juridicamente o meio ambiente como um direito próprio e autônomo e terminou com as preocupações pontuais, centradas em problemas específicos inerentes às questões ambientais de vizinhança, propriedade, ocupação do solo, utilização dos recursos minerais e apropriação das florestas, etc.. A partir desse momento, iniciou-se no Brasil uma Política Nacional do Meio Ambiente que estabeleceu princípios, diretrizes e instrumentos para a proteção ambiental. Sob a influência de paradigmas internacionais, o Brasil avança e, na Constituição de 1988, criou-se o elemento normativo que faltava para considerar o Direito Ambiental uma ciência autônoma dentro do ordenamento jurídico brasileiro, a exemplo do que já ocorria em outros países.

O Direito Ambiental, segundo José Rubens Morato Leite:

“[...] se ocupa da natureza e futura gerações nas sociedades de risco, admitindo que a projeção dos riscos é capaz de afetar desde hoje o desenvolvimento do futuro, que importa afetar, portanto, as garantias do próprio desenvolvimento da vida”.

Na Constituição Federal de 1988, a proteção do ambiente e salvaguarda da sadia qualidade de vida são asseguradas através da implementação de políticas públicas. Apesar da existência dessas garantias constitucionais e da legislação infraconstitucional, que vedam a poluição sonora causada por bares, que exigem o depósito

do lixo em aterros, que proíbem o lançamento de esgoto sem tratamento em corpos de água, restringem o corte de árvores, que exigem Estudo de Impacto Ambiental (EIA), que exigem o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), que estabelecem diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil; etc., verifica-se ausência de eficácia dessas garantias pela não aplicação efetiva dessas políticas públicas pelo Poder Público.

O agir administrativo na seara ambiental é repleto de deveres para conservação e a proteção do meio ambiente. A inércia, ausência de atuação e fiscalização do Estado trazem consequências nefastas aos interesses da sociedade, ao meio ambiente e à qualidade de vida do ser humano, sendo necessária a conscientização da população que deve exigir o cumprimento das leis existentes que asseguram uma efetiva proteção ambiental, sendo evidente a ação coercitiva dessas garantias e, portanto, obrigatório o seu cumprimento pelos governantes.

Claro que na hipótese da negação de direitos assegurados pela Carta Constitucional e legislação infraconstitucional que garantem a democracia e os direitos fundamentais ao meio ambiente sadio para as gerações presentes e futuras e da saúde pública ambiental resta tão-somente, o controle judicial das Políticas Públicas através do Poder Judiciário.

A proteção constitucional do meio ambiente

Na Constituição Federal, o artigo 225 exerce o papel norteador do meio ambiente devido a seu complexo teor de direitos, mensurado pela obrigação do Estado e da Sociedade na garantia de um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Importante salientar, ainda, que a Constituição ao longo de vários outros artigos trata do meio ambiente e das imposições legais para preservá-lo.

A vontade do legislador brasileiro em relação à proteção ao meio ambiente está marcada na Constituição Federal através da distribuição da competência em matéria ambiental que passou a ser comum entre União, Estados e Municípios, conforme o artigo 23, que dispõe: “VI proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; VII preservar florestas, a fauna e a flora”. Restou, além disto, forte no artigo 225, que o bem ambiental é um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, assegurando o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito de todos. Portanto, a natureza jurídica do bem ambiental é bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, criando um terceiro gênero de bem que não é público e muito menos privado. Agora cabe tanto ao Estado (Poder Público) como à sociedade civil (coletividade) o dever de preservar os bens ambientais não só para quem está vivo nos dias de hoje (presentes gerações) como para aqueles que virão (futuras gerações) a existência real dos bens ambientais.

Não se pode esquecer, como já referido, de que o artigo 225 é apenas o porto de chegada ou ponto mais saliente de uma série de outros dispositivos que, direta ou indiretamente, instituem uma verdadeira malha regulatória que compõe a ordem pública ambiental baseada nos princípios da primariedade do meio ambiente e da explorabilidade limitada da propriedade, ambos de caráter geral e implícito.

Sobre a proteção constitucional ao meio ambiente, José Rubens Morato Leite expressa:

“Em termos formais, a proteção do meio ambiente na Constituição de 1988 não segue - nem seria recomendável que seguisse - um único padrão normativo, dentre aqueles encontráveis no Direito Comparado. Ora o legislador utiliza-se da técnica do estabelecimento de direito e dever genéricos (p. ex.. a primeira parte do artigo 225, caput, ora faz uso da instituição de deveres especiais (p. ex., todo o artigo 225, § 1º.). Em alguns casos, tais enunciados normativos podem ser apreciados como princípios específicos e

explícitos (p. ex., os princípios da função ecológica da propriedade rural e do polui dor-pagador, previstos, respectivamente, nos arts. 186, II, e 225, §§ 22 e 32), noutros, como instrumentos de execução (p. ex., a previsão do Estudo Prévio de Impacto Ambiental ou da ação civil pública). O constituinte também protegeu certos biomas hiperfrágeis ou de grande valor ecológico (p. ex., a Mata Atlântica, o Pantanal, a Floresta Amazônica, a Serra do Mar e a Zona Costeira)”.
 Na Constituição Federal, restou assegurado que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (artigo 225).

Analisando o § 1º do artigo 225 da Constituição Federal, verifica-se que para assegurar a efetividade desse direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado na forma do disposto no inciso I, deste parágrafo, compete ao Poder Público preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas. Também é responsabilidade do Poder Público exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental a que se dará publicidade (inciso IV). Além disso, ao Poder Público cabe controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente (inciso V).

Assim, pelo que se depreende do texto constitucional, a proteção ao meio ambiente e ao meio ambiente equilibrado são considerados direitos fundamentais, sendo que a concretização/realização dos mesmos é uma diretriz, um balizamento, uma determinação, uma responsabilidade do Poder Público que deve implementá-las notadamente através da adoção de Políticas Públicas Estaduais, no caso ambientais.

Políticas públicas

A população tem o direito de obter determinados serviços por intermédio do Governo, cabendo a este assegurar determinados direitos aos cidadãos, notadamente os direitos fundamentais sociais como saúde, educação, segurança pública. O Poder Executivo não apenas executa as leis, mas determina suas políticas e programas necessários à realização dos ordenamentos legais.

Nas políticas públicas, o próprio planejamento estatal tem por finalidade o atingimento do interesse público, assim não se trata de eleição pura e simples de prioridades governamentais e, sim, a concretização da opção já levada a efeito pelo legislador que, ao elaborar tais metas em planos de ação executiva, deve junto com o administrador, observar os objetivos de igualdade e justiça social da República, que formam a base da Ordem Social Constitucional.

As normas constitucionais balizam o legislador, ao passo que os mecanismos utilizados pelo administrador são tanto os regramentos constitucionais como os textos infraconstitucionais que estejam em consonância com a ordem instituída. Com efeito, as políticas públicas contempladas em legislação ordinária incumbem o administrador a sua aplicação e sua regulamentação.

APPIO, trazendo a idéia de Gouvêa, reporta que:

“As políticas públicas consistem em instrumentos estatais de intervenção na economia e na vida privada, consoante limitações e imposições previstas na própria Constituição, visando assegurar as medidas necessárias para a consecução de seus objetivos, o que demanda uma combinação de vontade política e conhecimento técnico”.

Assim, as Políticas Públicas viabilizam esses direitos. Os instrumentos, utilizados pelo governo para intervir na sociedade, na economia, na política, executando programas políticos em busca de melhores condições de vida aos seus cidadãos, são as Políticas Públicas.

Dessa forma, ainda segundo Eduardo Appio:

“As políticas públicas podem ser conceituadas, portanto, como instrumentos de execução de programas políticos baseados na intervenção estatal na sociedade com a finalidade de assegurar igualdade de oportunidade aos cidadãos, tendo por escopo assegurar as condições materiais de uma existência digna a todos os cidadãos”.

Por sua vez, as políticas públicas devem obrigatoriamente estar diretamente voltadas a realizar os desígnios constitucionais, portando os programas de ação governamental devem ser balizados em direitos previstos, ainda que de forma genérica, na Constituição.

Importante frisar que a implementação de políticas públicas não afasta a legalidade das mesmas.

Na atualidade, os governos são questionados e cobrados, para apresentarem soluções às crescentes demandas sociais, não só pelo aumento do déficit econômico, mas como resultado de uma participação cada vez maior do povo na vida política, o que é relevante para a consolidação do processo democrático no país.

Promover o desenvolvimento humano, proteger o cidadão e incentivar as atividades econômicas devem ser as principais atribuições do Estado.

No que tange ao Direito Ambiental, é forçoso reconhecer-se a existência de suficiente legislação ordinária e capítulo constitucional para a proteção do ambiente e salvaguarda da sadia qualidade de vida. Todavia, é deficiente sua implementação, uma vez que os órgãos estatais estão insuficientemente equipados para sua implementação, ou diante das dificuldades da realidade político-administrativa ou de interesses econômicos de grupos poderosos tornam-se tolerantes/displícites/condescendentes.

Por sua vez, o Estado ao criar normas jurídicas com o objetivo de obter apenas méritos políticos para os parlamentares que apresentam os projetos de lei sem, contudo, ter interesse na efetiva aplicação dessa legislação, busca, sub-repticiamente, não ferir interesses de industriais, construtoras, imobiliárias, estabelecimentos comerciais, enfim, grupos com atividades econômicas que costumam provocar impactos negativos significativos ao meio ambiente. Estamos diante do que Antonio Herman de Vasconcelos e Benjamin descreve como o Estado teatral. Portanto, ainda hoje temos uma teatralidade estatal, existindo a separação entre a lei e sua implementação, entre a norma escrita e a norma praticada, resultante em uma Ordem Pública Ambiental incompleta.

Nas questões ambientais o Poder Público tem o papel de prevenção ao dano, sendo esse o seu dever constitucional.

Em que pese à obrigação do Estado de prover e concretizar políticas públicas que possibilitem uma vida digna ao cidadão com conforto mínimo e condições razoáveis de subsistência quer no aspecto da saúde, lazer, trabalho, educação e um meio ambiente sadio, isso não ocorre efetivamente. São constantes as denúncias na mídia nacional, sendo a omissão estatal fato corriqueiro tanto na ausência de fiscalização quando da invasão de áreas de preservação permanentes, loteamento irregulares, lixões a céu aberto, ausência de água tratada e tratamento dos resíduos líquidos e sólidos das cidades, saúde ineficiente, rede de ensino pública sem qualidade e sem produtividade, todos esses fatos são veiculados tanto na mídia impressa, internet, rádio, e TV. Para socorrer o cidadão e a sociedade como um todo, nessas situações, tanto o Ministério Público como o próprio cidadão individualmente têm a possibilidade de sanar a omissão do Governo e exigir o cumprimento de uma política pública em juízo que não se dá apenas quando se trata de poder discricionário, pelo contrário, a busca por controle pode ocorrer em diferentes momentos através de controle judicial de políticas públicas sociais e através dos magistrados na condução dessas políticas.

Para Zenildo Bodnar:

“A dogmática processual tradicional construída apenas para resolver conflitos individuais, também não equaciona com eficácia as ofensas aos bens ambientais. Deve o Estado constitucional eco-

lógico facilitar o acesso do cidadão à justiça ambiental não apenas criando novos instrumentos de defesa, mas principalmente conferindo uma interpretação adequada aos instrumentos processuais já existentes como da Ação Civil Pública e a Ação Popular, para conferir-lhes a verdadeira amplitude e potencialidade.

Dentro deste contexto, o papel do Poder Judiciário é ainda mais importante na concretização do direito fundamental, ao meio ambiente saudável e do dever fundamental de todos de protegê-lo para a construção deste verdadeiro Estado constitucional ecológico”.

Resta claro, que está no Poder Judiciário a responsabilidade de atuar como um poder estratégico, assegurando que as políticas públicas garantam a democracia e assegurando, também, o cumprimento dos direitos fundamentais.

Responsabilidade do Estado pela implementação de políticas públicas em matéria ambiental

Incontáveis são os danos causados pelo Poder Público, por ação ou omissão, direta ou indiretamente, ao meio ambiente, danos estes decorrentes da ausência da elaboração e implementação de políticas públicas na área ambiental, ocasionando:

- a) a poluição de rios e corpos d'água pelo lançamento de efluentes, esgotos urbanos e industriais sem o devido tratamento;
- b) a degradação de ecossistemas e áreas naturais de relevância ecológica;
- c) o depósito e a destinação final inadequados de lixo urbano;
- d) o abandono de bens integrantes do patrimônio cultural brasileiro.

Dispõe o § 3º, do artigo 225 da Constituição Federal, que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente, sujeitarão os infratores, pessoas naturais ou jurídicas, a sanções penais e administrativas independentemente da obrigação de reparar os danos causados, restando evidente que a responsabilidade das pessoas naturais ou jurídicas está garantida constitucionalmente.

Em relação à Administração Pública, o tema também é tratado, no capítulo ‘Da Administração Pública’, artigo 37, § 6º da Constituição Federal, ao consignar que as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. O que a Constituição distingue, com efeito, é o dano causado pelos agentes da Administração pelos danos causados objetivamente, cobrindo o risco administrativo da atuação ou inação dos servidores públicos.

Surgiu pela primeira vez no Brasil a responsabilidade civil objetiva por dano ambiental através do Decreto no. 79.347, de 20-03-77 que promulgou a Convenção Internacional sobre responsabilidade civil em danos causados por poluição por óleo, de 1969. Em seguida, foi promulgada a Lei no. 6.453, de 17-10-77, que, em seu artigo 4º, caput, acolheu a responsabilidade objetiva relativa aos danos provenientes de atividade nuclear.

A responsabilidade civil objetiva por danos ambientais foi consagrada na Lei nº. 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio ambiente, que expressa no artigo 14, parágrafo 1º.

“Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente de existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, efetuada por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal por danos causados ao meio ambiente”.

Existe, ainda, o questionamento sobre a natureza jurídica da responsabilidade administrativa, ou seja, se é responsabilidade civil objetiva por risco ou por risco integral. A responsabilidade civil

objetiva por risco administrativo admite as excludentes de culpa da vítima, caso fortuito, força maior e fato da natureza. A responsabilidade civil por risco integral não admite causas excludentes de responsabilidade.

No regramento constitucional, a responsabilidade civil do Estado por danos provocados liga a responsabilidade à ação estatal através de seus agentes, não existindo na Constituição previsto qualquer tipo de dano provocado por caso fortuito, força maior, fato de natureza ou atos predatórios de terceiros, tão somente danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, não havendo nenhuma restrição.

Conforme disposto no artigo 225 da Constituição, é dever do Estado – do Poder Público- preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais[11] e prover atuamente, comissivamente, sobre um ambiente ecologicamente equilibrado que é considerado de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se sua defesa ao Poder Público e à coletividade.

O Estado deve agir através de seus órgãos ambientais de forma eficaz atuando em defesa do meio ambiente para evitar sua degradação, utilizando de todos os instrumentos à sua disposição e usar do poder/dever de polícia ambiental.

Na seara ambiental, o agir administrativo está permeado de deveres de conservação do ambiente natural, impostos pela ordem constitucional vigente e também pela legislação infraconstitucional recepcionada (como é o caso da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, Lei Federal no. 6.938/81) e editada em conformidade com a Constituição de 1988. Essas previsões constitucionais e ordinárias têm comando coercitivo condizente com a garantia de sua observância pelo governante e possibilita o controle de seus atos.

Em que pese ocorrer o cumprimento espontâneo das normas no meio social, não se pode duvidar da possibilidade de sua inobservância, surgindo a necessidade da coercibilidade disposta nas regras jurídicas de direito objetivo.

A formulação de políticas públicas relativas ao meio ambiente compete ao Poder Legislativo que, em síntese, representa a vontade do povo, formulando as diretrizes a serem seguidas. Por sua vez, compete ao Poder Executivo a sua execução e a implementação. Assim, não compete ao poder Judiciário a formulação de políticas públicas ambientais.

Um dos aspectos mais importantes da participação da sociedade na proteção do meio ambiente é o controle da Administração Pública, por intermédio do Poder Judiciário exercido diretamente, quando o cidadão ingressa com a Ação Popular ou através do Ministério Público, o qual representa institucionalmente os interesses da sociedade, quando constatada a ineficiente implementação de políticas públicas para garantir a higidez ambiental e a saúde da população, socorrendo-se, nesta hipótese, ao Poder Judiciário para garantir o exercício efetivo desse direito.

Sobre a celeuma da Partição do Poderes, vem sendo superada nos Tribunais, uma vez que a Constituição não estabeleceu um sistema radical de não interferência entre as diferentes funções do Estado. Nesse aspecto, José Afonso da Silva:

“De outro lado, cabe assinalar que nem a divisão de funções entre os órgãos do poder nem sua independência são absolutas. Há interferências, que visam ao estabelecimento de um sistema de freios e contrapesos, à busca do equilíbrio necessário à realização do bem da coletividade e indispensável para evitar o arbítrio e o desmando de um em detrimento do outro e especialmente dos governados”.

Nesse sentido, quando ocorrem omissões do Poder Público na execução de políticas públicas relativas ao meio ambiente, a sociedade tem no Poder Judiciário a sua salvaguarda, significando que compete ao Poder Judiciário, por meio de ações judiciais, determi-

nar que o Estado adote medidas de preservação ao meio ambiente, como a implantação de sistema de tratamento de esgotos ou de resíduos sólidos urbanos ou, ainda, a implantação definitiva de espaço territorial protegido, já instituído por norma, ou a preservação de um bem de valor cultural.

Gestão de Bens Comuns

Políticas Públicas são diretrizes e princípios norteadores da ação do poder público.

No tocante às questões ambientais, Esquivel afirma que, a proposta para uma política para o ambiente, em um país, é motivada por fatores como a conscientização dos governantes sobre o tema e influências externas a que seu governo está atrelado. A Política Pública Ambiental é o documento estratégico da gestão ambiental e transcende o debate sobre os problemas de preservação ambiental, ou seja, dar-se-á pleno enfoque à gestão ambiental.

A gestão ambiental é regida por princípios e direcionamentos gerais, de onde partem todas as ações secundárias, formulados para resolver problemas ambientais que afetam a sociedade. Esquivel comenta que o poder público representa, por meio dos seus níveis federal, estadual e municipal, o principal agente do meio ambiente.

Órgãos de Gestão Ambiental Esfera Federal

Órgão Superior: O Conselho de Governo, formado pela Casa Civil e todos os Ministros; tem a função de assessorar o Presidente da República na formulação da Política Nacional do Meio Ambiente.

Órgão Consultivo e Deliberativo: O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) reúne os diferentes setores da sociedade e tem caráter normatizador dos instrumentos da Política Ambiental. O CONAMA é a entidade que estabelece padrões e normas federais.

O CONAMA é um colegiado representativo dos setores federais, estaduais e municipais, empresarial e sociedade civil. É presidido pelo Ministro do Meio Ambiente e composto pelas seguintes instâncias: Plenário, Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho.

Órgão Central: Ministério do Meio Ambiente (MMA), agente formulador de Políticas Públicas Ambientais.

Órgão Executor: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), tem a tarefa de executar e fazer executar as Políticas Ambientais.

Esfera Estadual

Em geral, Secretarias e Fundações Estaduais do Meio Ambiente com a função de executar a Política Ambiental, monitorar o meio ambiente e realizar educação ambiental.

Esfera Municipal

Em geral, Secretarias e Fundações Municipais do Meio Ambiente, responsáveis pelo controle e fiscalização das atividades de proteção e melhoria da qualidade ambiental.

DESCOBERTAS E INOVAÇÕES CIENTÍFICAS NA ATUALIDADE E SEUS IMPACTOS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Uma questão crucial e oportuna para um país emergente, que busca caminhos para alcançar um nível de produção e renda compatíveis com as necessidades da sociedade, são os processos, e os seus desafios, para gerar valor econômico a partir do conhecimento. Ou seja, é a relação entre o dispêndio em pesquisa e desenvolvimento (DPD) e o crescimento do produto interno bruto (PIB) do país, no presente cenário de um mundo globalizado, além da forma em que esse DPD é aplicado.

Começamos por compreender como se realiza o processo em que um dado conhecimento é incorporado ao valor econômico de um produto ou processo.

Esse mecanismo é complexo e variável para cada tipo de agregação.

Entretanto, é possível estabelecer algumas etapas comuns a todos os processos, sistematizando-os para que possamos melhor compreendê-los e até interferir, com a formulação de políticas públicas para o seu pleno desenvolvimento.

O uso de um conhecimento científico em uma nova aplicação determina o que vamos chamar de uma descoberta tecnológica. Esse conhecimento tanto pode ser já consagrado em outros usos (por exemplo, válvula de emissão termoiônica para fazer o cinescópio da televisão) ou acabado de ser descoberto (uso do cristal líquido para fazer uma tela de calculadora). Nessa fase embrionária, uma descoberta tecnológica é, em si mesma, essencialmente um novo conhecimento, um conhecimento tecnológico, que se constitui na própria proposta de uma aplicação criativa do conhecimento científico.

Nesse estado nativo, é de muito interesse para atividade acadêmica, principalmente para a capacitação de recursos humanos para a pesquisa, e também porque pode ser objeto de publicações e teses. Mas não tem ainda, de per se, um valor econômico, pois não é suficientemente robusta para competir, no mercado, com as alternativas tecnológicas existentes, e nem é ainda patenteável.

À essa descoberta tecnológica começam, então, a ser agregados inúmeros aperfeiçoamentos, ou inovações tecnológicas, contadas, muitas vezes, às centenas e até milhares, tanto no produto quanto no seu processo de fabricação. Essas inovações vão implementando a robustez da tecnologia até dar-lhe suficiente competitividade, para que possa vir a disputar com as outras tecnologias do mesmo produto ou processo, ou do seu substituto, uma parcela do seu mercado.

É importante notar que, em sua grande maioria, essas inovações não exigem que seja gerado um novo conhecimento, mas são simplesmente o uso criativo, para o caso específico, de conhecimentos já existentes. Por exemplo, fazer a tela do cinescópio plana ou tornar a tela de cristal líquido em matriz ativa.

Assim, são, em geral, patenteáveis mas não publicáveis.

Desta forma, podemos conceituar uma descoberta científica ou tecnológica como um ato acadêmico, realizado no âmbito da universidade, destinado à capacitação de recursos humanos qualificados e gerador de novos conhecimentos publicáveis nos periódicos especializados, como prova de sua originalidade e valor como um conhecimento.

A inovação, ao contrário, como acima apresentado, é uma atividade econômica, executada no ambiente da produção, e que se destina a dar mais competitividade a uma tecnologia, ou descoberta tecnológica, de um produto ou processo, ampliando a sua parcela de mercado e, assim, agregando valor econômico e lucratividade.

Portanto, uma tecnologia constitui-se de uma descoberta, o uso de algum conhecimento recente ou não em uma nova aplicação, robustecida por centenas ou milhares de inovações utilizando criativamente conhecimentos existentes. Um mesmo produto tem, em geral, umas poucas descobertas amplamente conhecidas através de publicações e centenas ou milhares de inovações, protegidas do conhecimento e uso por terceiros através de patentes.

Como exemplo, temos a tela de monitor que, em 70 anos de existência, teve duas descobertas tecnológicas, válvula termoiônica e cristal líquido, e milhares de inovações patenteadas por diversos fabricantes, pois é óbvio que os atuais modelos no mercado só têm em comum com os primeiros as descobertas tecnológicas. Outro exemplo é a propulsão do avião que, em cem 130 anos, só teve três descobertas: a hélice, o turbo-hélice e o jato. Mas o número de inovações conta-se aos milhares.

Note-se que as inovações podem ser desenvolvidas em descobertas tecnológicas recentes ou antigas, pelos que realizaram a descoberta ou por outros produtores. Assim, a Coreia, embora domine o mercado de monitores, não descobriu nenhuma das duas tecnologias usadas para telas. O mesmo ocorre com a telefonia celular, que não é descoberta da Nokia, da Samsung ou da Motorola, os três principais fabricantes. Assim como a Embraer não descobriu o avião.

Como a descoberta tecnológica, em seu estado natural, não tem viabilidade no mercado sem as inovações, fica claro que essas é que são o real mecanismo de agregação de valor econômico, na medida em que transformam uma descoberta em um produto ou processo capaz de disputar o mercado, pela quase contínua incorporação de conhecimentos.

Um aspecto relevante é que uma descoberta tecnológica pode consumir 10, 20 ou mais anos para alcançar suficiente robustez para tornar-se uma tecnologia e disputar mercado. E, por vezes, isso jamais acontece e a descoberta acaba definitivamente abandonada. O seu risco, portanto, é muito elevado. A inovação, ao contrário, na medida em que é o atendimento de uma demanda real do mercado, por ser mais objetiva, é rapidamente implementada e, por essas razões, tem baixo risco.

Portanto, mesmo para um país que descobre novas tecnologias, como os países do primeiro mundo, é indispensável ter uma eficiente geração de inovações no setor produtivo, para que alcance uma agregação efetiva de valor econômico com o uso do conhecimento. E este, entretanto, nem precisou ser gerado no próprio país, como é o caso de Taiwan e Coreia.

Portanto, para transformar conhecimento em valor agregado, a geração de inovações é condição indeclinável. E a descoberta de novas tecnologias é conveniente, desde que o setor produtivo seja um gerador de inovações.

A posição do nosso país está muito aquém do desejável e até do necessário para alimentar o nosso desenvolvimento sustentado. Temos realizado, nos últimos 30 anos, o DPD de modo irregular e, principalmente, ineficiente, para a transformação de conhecimento em valor econômico, posto que a nossa política de fomento à pesquisa (ou política de ciência & tecnologia, na nomenclatura oficial) não contempla a geração de inovações pelo setor produtivo, mas apenas as descobertas científicas e tecnológicas, realizadas no âmbito acadêmico. É o que mostram a medida da nossa inventividade e de crescimento do PIB.

A medida internacionalmente usada para avaliar o grau de inovação é a outorga ou obtenção de patentes de invenção. Como as patentes têm âmbito local, toma-se o mercado americano para comparação, por ser o maior mercado mundial, com 157 mil patentes em 2000. Apenas 12 países geram 95% dessas patentes americanas. Entre esses, só dois emergentes: Taiwan, o quarto, e Coreia, o oitavo. A nossa posição é humilhante para a nossa criatividade, o tamanho e a diversidade da nossa economia e as expectativas da nossa sociedade: tivemos menos de um milésimo das patentes, em 2000.

Mas o mais grave é que enquanto crescemos de três em três patentes, os países acima citados agregam cerca de uma quarta parte a cada ano, dobrando a cada três anos. São países que mobilizam a sua criatividade para alcançar a autonomia tecnológica, assegurar a competitividade, elevar a renda, distribuí-la de forma justa e, assim, construir o próprio futuro. E inovação tecnológica própria é o que não temos na medida do necessário. Veja-se o quadro abaixo.

Patentes outorgadas nos Estados Unidos

	1980	2000	Crescimento anual médio
Estados Unidos	37.354	85.072	2.331 unidades ¹
Taiwan	65	4.667	22,4%
Coreia	8	3.314	26,0%
Brasil	24	98	3 unidades ¹

Fonte: U.S. Patent and Trade Mark Office. (1) Ajuste linear.

A consequência direta da competência na inovação é que o país pode disputar o mercado internacional pela via das exportações. Isso amplia o mercado para os seus produtos e, assim, propicia condições de um crescimento mais rápido da economia, isto é, do PIB. Veja-se, no quadro abaixo, como o nosso desempenho se compara com países que têm uma intensiva geração de inovações, uma vez que é no setor produtivo que se executam mais de 70% do DPD total do país.

Crescimento do PIB e do dispêndio em inovação, taxas anuais médias (%)

	PIB ¹ : 1980-1999	Dispêndio em inovação ³ : 1980-1998
Brasil	2,9	
Estados Unidos	3,5	4,9
Taiwan (1981-2000) ²	7,0	9,6
Coreia	7,6	10,0

Fontes: 1) Banco Mundial; 2) página Internet; 3) KITA, 2000.

Temos o pior desempenho entre os países acima e nem sequer temos os dados de dispêndio em inovação do nosso país, estimados em cerca de 0,10 a 0,15 do PIB. O mais grave, porém, é que a distância entre a nossa economia e a dos EUA aumentou nos últimos vinte anos. Além disso, fomos ultrapassados em PIB per capita por Taiwan (US\$ 14,4 mil) e pela Coreia (US\$ 13,7 mil), contra apenas US\$ 3,5 mil do nosso país, o 81o do mundo. Em 1981, porém, o PIB per capita da Coreia era um quarto menor e o de Taiwan só 5% maior do que o nosso. Ou seja, em cerca de 20 anos, o PIB per capita de Taiwan cresceu quase quatro vezes mais do que o nosso, e o da Coreia, cerca de cinco vezes mais.

O nosso mau desempenho em inovações deixou as indústrias nacionais, que sobreviveram à desnacionalização dos anos noventa, sem um mínimo de competitividade, condição essencial ao crescimento da sua produção. Ora, sem fomento governamental para inovações tecnológicas e sem tempo e capital para desenvolvê-las com risco próprio, as empresas foram compelidas a recorrer ao licenciamento de patentes e de tecnologias do exterior. Isso propiciou um crescimento moderado de 23% do PIB, de 1992 a 1997, ao custo de se elevarem as patentes licenciadas em quase cem vezes e os gastos diretos com licenciamentos externos em mais de nove vezes, no período, como se nota no quadro abaixo.

Gastos com licenciamentos externos (US\$ milhões)

	1992	1997	fator 1997/1992
Patentes	3	289	96,3
Tecnologia	31	647	20,9
serviços técnicos	116	468	4,0
cópias de software	59	449	7,6
Outros	10	134	13,4
TOTAL	219	1987	9,1

Fonte: Banco Central

O desafio, portanto, é gerar no país as inovações tecnológicas exclusivas que nos faltam para propiciar, à nossa produção, um alto valor econômico agregado e uma forte competitividade nos mercados internacionais. Os exemplos de Taiwan e Coréia, países emergentes que realmente estão crescendo pela via da inovação própria, são os exemplos. Outros são China e Índia, que já seguem a mesma trilha com resultados significativos. Para vencer esse desafio, precisamos criar políticas públicas de fomento à inovação própria gerada no setor produtivo, principalmente para tecnologias já existentes e comerciais. Mas, para realizá-lo, precisamos, decididamente, empenhar-nos em mobilizar os produtores, bem como a toda a sociedade.

Plutão não é mais considerado planeta

Com a decisão votada no plenário da XXVI assembléia geral da entidade, realizada em Praga, se reduziu o número de planetas no Sistema Solar de nove para oito. Os mais de 2,5 mil analistas de 75 países reunidos na capital checa reconhecem desta forma que se cometeu um erro quando se outorgou a Plutão a categoria de planeta, em 1930, ano de sua descoberta.

A definição adotada preenche um vazio que existia neste campo científico desde os tempos do astrônomo polonês Copérnico (1473-1543). A nova definição estabelece três grupos de planetas, o primeiro com os oito planetas "clássicos" - Mercúrio, Vênus, Terra, Marte, Júpiter, Netuno, Saturno e Urano -, depois um segundo, que são os asteroídes, e um terceiro grupo, com Plutão e o novo objeto UB313, descoberto no ano passado.

Plutão, além de ser reduzido a um planeta anão, agora é o asteroíde número 134340 do Centro de Planetas Menores, organização oficial que coleta dados sobre asteroídes e cometas.

Segundo o acordo acertado na reunião da UAI, será chamado de planeta um corpo celeste que esteja na órbita de uma estrela, sem ser ele mesmo uma estrela. O corpo celeste também precisa ter massa suficiente para que sua própria gravidade molde-o numa forma praticamente esférica, e que tenha limpado os arredores de sua órbita.

Plutão, descoberto há 76 anos pelo cientista americano Clyde Tombaugh (1906-1997), é objeto de polêmica há décadas, principalmente devido a seu tamanho, que foi reduzido ano após ano e que foi estabelecido agora em 2,3 mil quilômetros de diâmetro.

Assim, Plutão é muito menor que a Terra (12.750 quilômetros) e até mesmo menor que a Lua (3.480 quilômetros) e o UB313 (3 mil quilômetros), que no entanto está muito mais longe do Sol.

Outro argumento contra Plutão é a forma pouco ortodoxa de sua órbita, cuja inclinação não é paralela à da Terra e a dos outros sete planetas do Sistema Solar.

Mesmo assim, centenas de cientistas dos Estados Unidos firmaram um abaixo-assinado contra a recente decisão internacional de retirar o status de planeta de Plutão. A rebelião astronômica mostra que o debate sobre a definição dos planetas deve prosseguir.

Projeto Genoma

O Projeto Genoma Humano é um empreendimento internacional, iniciado formalmente em 1990 e projetado para durar 15 anos, com os seguintes objetivos:

Identificar e fazer o mapeamento dos 80 mil genes que se calcula existirem no DNA das células do corpo humano;

Determinar as sequências dos 3 bilhões de bases químicas que compõem o DNA humano;

Armazenar essa informação em bancos, desenvolver ferramentas eficientes para analisar esses dados e torná-los acessíveis para novas pesquisas biológicas.

O PHG tem como um objetivo principal construir uma série de diagramas descritivos de cada cromossomo humano, com resoluções cada vez mais apuradas. Para isso, é necessário: dividir os cromossomos em fragmentos menores que possam ser propagados e caracterizados; e depois ordenar esses fragmentos, de forma a corresponderem a suas respectivas posições nos cromossomos (mapeamento).

Depois de completo mapeamento, o passo seguinte é determinar a sequência das bases de cada um dos fragmentos de DNA já ordenados. O objetivo é descobrir os genes na sequência do DNA e desenvolver meios de usar esta informação para estudo da biologia e da medicina, na cura de doenças por exemplo.

Ele começou como uma iniciativa do setor público, tendo a liderança de James Watson, na época chefe dos Institutos Nacionais de Saúde dos Estados Unidos (NIH). Numerosas escolas, universidades e laboratórios participam do projeto, usando recursos do NIH e Departamento de Energia norte-americano. O este órgão financia cerca de 200 investidores separados nos EUA.

Em outros países, grupos de pesquisadores em universidades e institutos de pesquisa também estão envolvidos no Projeto Genoma.

Além destes, muitas empresas privadas grandes e pequenas também conduzem pesquisa sobre o genoma humano.

Basicamente, 18 países iniciaram programas de pesquisas sobre o genoma humano. Os maiores programas desenvolvem-se na Alemanha, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coréia, Dinamarca, Estados Unidos, França, Holanda, Israel, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Suécia e União Européia.

Comparando o mapeamento e sequenciamento genético ao mapeamento de uma estrada que se estendesse, digamos, de Porto Alegre a Manaus. O Projeto Genoma Humano, conduzido pelos órgãos do governo tem obtido dados de alta qualidade e precisão, registrando os detalhes das células humanas - inclusive as porções do DNA que não contém gene algum e que constituem 97% do seu total. A iniciativa privada, porém, juntou-se ao projeto em vista do potencial de lucro que as pesquisas podem trazer, especialmente para as indústrias farmacêuticas. A rapidez na obtenção de resultados, que podem ser transformados em patentes, tornou-se crucial para.

Com a iniciativa privada ocupando-se apenas dos genes mais interessantes e os pesquisadores do governo dedicando-se ao sequenciamento dos demais, as duas formas de trabalho podem se complementar, em benefício do conhecimento geral.

Com a entrada da iniciativa privada no Projeto Genoma, dando preferência a uma abordagem dirigida apenas aos genes que apresentam interesse para a cura de doenças, o setor público passou a rever seu cronograma e espera concluir o Projeto em 2003 e não em 2005, como proposto inicialmente.

As tecnologia, os recursos biológicos e os bancos de dados gerados pela pesquisa sobre o genoma terão grande impacto nas indústrias relacionadas à biotecnologia, como a agricultura, a produção de energia, o controle do lixo, a despoluição ambiental.

O Projeto Genoma Humano, conseguiu até agora identificar os genes contidos em dois cromossomos, 22 e o 21.

A conquista do genoma promete uma revolução na medicina cujos resultados brotarão aos poucos ao longo das próximas décadas. Os genes são instruções que determinam as características físicas de cada indivíduo, como a cor dos olhos e a formação óssea. Também produzem proteínas indispensáveis ao funcionamento do corpo, como as que ajudam o estômago a dirigir comida ou a metabolizar carboidratos. Genes defeituosos desequilibram o organismo e podem causar doenças.

Com a chave do código, os cientistas vão compreender o processo que gera tais males, para então desenvolver exames de diagnóstico e tratamentos. Há esperança de cura com a substituição de genes anormais.

Mulher com primeiro rosto transplantado

A primeira reação da mulher de 38 anos que foi submetida à cirurgia pioneira de transplante de rosto da história foi agradecer aos médicos.

Segundo os cirurgiões, ela pediu uma caneta e um papel e escreveu em francês a palavra “merci” [obrigada, em português].

De acordo com eles, a palavra foi escrita depois de ela ter se olhado no espelho, 24 horas após a cirurgia que ocorreu no último domingo na cidade de Amiens, no norte da França.

A mulher recebeu tecidos, artérias e veias de outra mulher que havia tido morte cerebral. Em maio passado, a transplantada foi atacada por seu cão, um labrador (em geral, uma raça dócil), e teve seu rosto desfigurado.

Segundo o jornal londrino “Daily Telegraph”, a mulher se chama Isabelle Dinoire. É divorciada e mãe de dois adolescentes. Isabelle mora em Valenciennes (norte da França).

BIOTECNOLOGIA E TRANSGÊNICOS

A biotecnologia, conceitualmente, é a união de biologia com tecnologia; é um conjunto de técnicas que utilizam os seres vivos no desenvolvimento de processos e produtos que tenham uma função econômica e/ou social. A biotecnologia envolve várias áreas do conhecimento e, em consequência, vários profissionais, sendo uma ciência de natureza multidisciplinar.

Apesar do termo biotecnologia ser novo, o princípio é muito antigo. Por exemplo, a utilização da levedura na fermentação da uva e do trigo para produção de vinho e pão vem de muitos anos antes de Cristo. Com a evolução da ciência em seus diversos setores, inúmeras metodologias biotecnológicas têm sido sistematizadas, aumentando seus benefícios econômicos, sociais e ambientais. Vários cientistas, com suas descobertas, tiveram grande importância para a evolução e sistematização da biotecnologia. Por exemplo, Louis Pasteur com a descoberta dos microrganismos em 1861, Gregor Mendel com a descoberta da hereditariedade em 1865, James Watson e Francis Crick com a descoberta da estrutura do DNA (ácido desoxirribonucleico, molécula responsável pela informação genética de cada ser vivo) em 1953, entre outros.

A partir da descoberta da estrutura do DNA, houve uma revolução incrível na área da genética e biologia molecular, surgindo, então, a chamada biotecnologia moderna, a qual consiste na manipulação controlada e intencional do DNA por meio das técnicas de engenharia genética. Por meio de tais técnicas foi possível a produção de insulina humana em bactérias e o desenvolvimento de inúmeras plantas transgênicas a partir da década de 80.

As várias técnicas relacionadas à biotecnologia têm trazido, via de regra, benefícios para a sociedade. As fermentações industriais na produção de vinhos, cervejas, pães, queijos e vinagres; a produção de fármacos, vacinas, antibióticos e vitaminas; a utilização de biofungicidas no controle biológico de pragas e doenças; o uso de microrganismos visando à biodegradação de lixo e esgoto; o uso de bactérias fixadoras de nitrogênio e fungos micorrízicos para a melhoria de produtividade das plantas; o desenvolvimento de plantas e animais melhorados utilizando técnicas convencionais de melhoramento genético e também a transformação genética.

Os maiores avanços científicos no primeiro trimestre do ano.

Os cientistas e pesquisadores de todo o mundo estão sempre procurando descobrir e criar inovações no mundo da ciência e da tecnologia. Seus avanços alteram a vida na Terra e mudam nossa percepção da realidade. As maiores descobertas científicas são um testemunho inspirador das capacidades humanas. Todos os anos, cientistas fazem descobertas incríveis. O que os cientistas aprenderam em 2017 pode ajudá-los a fazer novos avanços em 2018, e as descobertas científicas em 2018 podem influenciar os avanços científicos 2019.

Esta lista de descobertas científicas 2019 apresenta avanços e recentes divulgações que abrangem uma ampla gama de disciplinas. Desde aprender novidades sobre mundos além do nosso planeta a até desbloquear possibilidades dentro de nossas próprias células, algumas descobertas provocaram uma compreensão mais rica do nosso passado.

Esses avanços e feitos da ciência até agora lhe darão esperança em um futuro mesmo em vezes sombrio. As mais recentes notícias da ciência são inspiradoras para uma nova geração de pensadores que continuarão a empurrar os limites da capacidade humana.

Leia abaixo as maiores descobertas de 2019 e os últimos avanços científicos no balanço da Sociedade Ciência no primeiro trimestre do ano, numeradas apenas para fins didáticos, não sendo a ordem apresentada um julgamento de importância.

Estudo Universidade de Yale reativa atividade celular em cérebro de porcos horas após a morte

Uma equipe de pesquisa na Universidade de Yale estudou em porcos a restauração da circulação cerebral e das funções celulares horas após aqueles animais terem morrido.

Os pesquisadores descobriram que “uma quantidade surpreendente de função celular foi preservada ou restaurada”. Isso implica que nossa compreensão neurologia previa, que toda atividade celular pára uma vez cortado o suprimento de oxigênio, ainda é limitado.

Os pesquisadores que conduziram esse estudo, por uma questão de ética, tiveram cuidado evitar estimular a atividade cerebral responsável pelo pensamento e a consciência, atividades essas que não foram nem mesmo preservadas artificialmente após a morte dos animais. Ainda assim, as implicações éticas da função celular post-mortem colocam em questão as leis em vigor sobre o bem-estar animal e até a proteção de seres humanos que foram declarados com morte cerebral.

Usando trinta e duas cabeças de porco obtidas de abatedouros, a equipe limpou e isolou cada cérebro antes de ligar os principais vasos sanguíneos a um dispositivo que bombeava um coquetel químico especialmente formulado por seis horas. O procedimento teve início cerca de quatro horas depois que os porcos passavam. A tecnologia usada no estudo é chamada BrainEx.

Embora estar ciente de que a restauração a nível celular da atividade de alguns neurônios é possível horas após a morte possa ser eticamente complicada, a pesquisa também “oferece uma nova maneira de estudar doenças ou lesões cerebrais”. Indepen-

dentemente disso, a distinção entre um “cérebro vivo” e um “cérebro celularmente ativo” é essencialmente a mesma diferença entre “quase completamente morto” e “completamente morto”. E a designação “quase completamente morto” não costuma carregar consigo uma conotação positiva.

O artigo científico descrevendo o trabalho dos pesquisadores da Universidade de Yale foi publicado na Nature.

Reportado um segundo paciente curado do vírus HIV

O segundo paciente a ser curado do vírus HIV, agente causador da aids, é informado à comunidade médica, o que demonstra que uma cura completa da doença é possível.

Ambos os pacientes foram livres do vírus que causa aids após um transplante de células-tronco de medula óssea de um doador com uma mutação genética rara do gene CCR5. O primeiro paciente a comprovar isso foi um homem de Berlim, Timothy Brown, que ficou conhecido na literatura médica como “o paciente de Berlim”. Ele passou pelo procedimento que eliminou o vírus da seu organismo há mais de uma década. Brown parou de tomar os medicamentos anti-retrovirais utilizados para suprimir o HIV e permaneceu sem vírus.

O segundo homem que teve o mesmo sucesso contra o HIV é um paciente que não teve o nome divulgado, identificado apenas como “o paciente de Londres”. Esse segundo portador do vírus a ser curado parou com sua medicação há dezoito meses e não mostrou sinais de o vírus ter retornado ao seu corpo.

Como transplantes da medula óssea não são uma solução a ser aplicada em larga escala para o tratamento contra o HIV, os cientistas esperam que estes sejam os primeiros passos para “uma estratégia segura, econômica e fácil capaz de alcançar esses resultados usando tecnologia de genes ou técnicas de anticorpos”. Atualmente, é necessário aos pacientes com HIV tomar uma pílula diária para se manter uma pessoa com saudável e lhes assegurar uma vida normal.

O artigo científico publicado na Nature, uma das mais respeitadas publicações científica do mundo, em 5 de março de 2019, detalha como o tratamento da célula-tronco funciona e quais as possibilidades são para o que vem depois.

Genoma do tubarão branco é decodificado

Em 18 de fevereiro de 2019, cientistas anunciaram que terminaram a decodificar o genoma do tubarão branco (*Carcharodon carcharias*). Como o maior peixe predador da Terra, o sucesso evolutivo dos tubarões sugere uma riqueza de informações genéticas possíveis, desde o aumento da cicatrização de feridas até uma notável tolerância a danos no DNA. Ao dizer isso, não podemos perder de vista que os tubarões evoluíram do resto do reino animal há 400 milhões de anos, antes mesmo que os primeiros anfíbios aventureiros deixassem os oceanos para terra seca. As adaptações genéticas que esses animais vêm desenvolvendo contidas em seus DNA, que os cientistas agora decodificaram, oferecem muitas possibilidades no mundo da saúde e da medicina. Com toda essa informação genética, revelou o estudo, o grande tubarão branco tem um genoma 1,5 vezes maior do que o de humanos.

As primeiras plantas germinam na Lua

Alimentadas com ar, água e nutrientes, bem como levedura e ovos de mosca de fruta na tentativa de formar uma biosfera auto-sustentável, sementes de algodão e batata germinaram seus primeiros brotos em 14 de janeiro de 2019. E esse foi um feito notável, já que estas plantas estão fazendo isso na Lua, embora não diretamente no solo lunar. Esta é a primeira vez que as plantas germinam na Lua, outra ótima notícia da missão chinesa Chang’e 4.

Esse avanço científico com plantas brotando na Lua é importante para aprendermos qual a nossa chance cultivar alimentos na Lua. E isso pode ser importante cada vez mais necessário à medida que exploramos o espaço.

Aprender como é possível estabelecer na Lua um ponto de partida para outros planetas é especialmente importante para a China, que espera enviar missões tripuladas a Marte.

Primeiro desembarque no lado “escuro” da da Lua

Depois de lançar o Chang’e 4 no início de dezembro de 2018, a China realizou outro feito notável. O país asiático pousou de sua sonda no lado oculto da Lua em 03 de janeiro de 2019 às 10h26 da manhã, horário de Pequim, tornando a sonda Chang’e 4 a primeira nave espacial a realizar tal façanha.

Na foto acima, vemos uma imagem do outro lado da Lua. Registrada pelo aterrissador chinês Chang’e-4, à esquerda está a borda do corpo da sonda, enquanto à direita está a parte direita da perna da sonda, bem como a base do pé, que afundou parcialmente no regolito lunar. O vídeo com o registro o pouso do qual a imagem provem foi divulgado pela estatal chinesa CNSA (sigla para China National Space Administration), a agência espacial chinesa, que coordena o Chinese Lunar Exploration Program – CLEP.

Já a segunda imagem deste item mostrada abaixo, também divulgada pela CNSA, é a primeira fotografia colorida retornada da superfície do outro lado da Lua. A câmera de implementação do rover da Chang’e-4 fez este registro, que mostra uma cratera cheia de poeira nas proximidades, e a implantação rampa do rover no topo da foto.

Embora o lado “escuro” da Lua nem sempre seja verdadeiramente escuro, o lado mais distante do satélite da Terra é relativamente desconhecido, já que está constantemente voltado para longe do planeta.

A incapacidade de ver diretamente a superfície lunar no lado “de trás” do nosso satélite natural também aumenta a dificuldade de pousar qualquer espaçonave nela. Embora o lado mais distante da Lua já tenha sido completamente mapeado, o módulo Chang’e 4 é o primeiro artefato humano a realmente aterrissar nessa parte intocada do satélite.

Além do feito ser notável no sentido da exploração em si, uma sonda no outro lado da Lua pode abrir caminho para que possamos observar o espaço mais claramente, graças à própria Lua bloqueando os sinais de rádio vindos da Terra. Como explicou Yu Guobin, o porta-voz da missão, “esta sonda pode preencher a lacuna da observação de baixa frequência na radioastronomia e fornecerá informações importantes para o estudo da origem das estrelas e da evolução de nebulosas”.

Cientistas revelam a primeira imagem real de um buraco negro

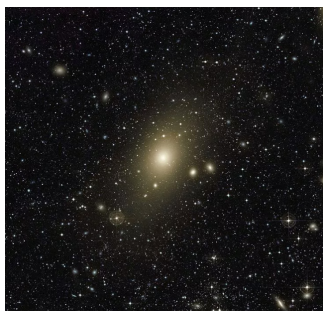


MUNDO CONTEMPORÂNEO: ELEMENTOS DE POLÍTICA INTERNACIONAL E BRASILEIRA

Em 10 de abril de 2019, a colaboração que reuniu importantes instituições científicas em todo chamada Event Horizon Telescope (EHT) divulgou a primeira imagem bem-sucedida do horizonte de eventos de um buraco negro. O buraco negro em questão está da galáxia Messier 87: a maior e mais massiva (termo técnico da física) galáxia do nosso superaglomerado local de galáxias. Os astrônomos de o mundo expressaram admiração e empolgação pela primeira visão real, já que todas as outras imagens existentes até então eram simulações computacionais feitas a partir de dados observacionais e matemáticos, deste misterioso devorador galáctico.

No centro da Messier 87, uma enorme galáxia no aglomerado de galáxias de Virgem, está o buraco negro supermassivo. Designa-se simplesmente de M87 (a 87ª galáxia no catálogo de Messier) e localizada a mais de 55 milhões de anos-luz da Terra, é nela que o monstruoso gigantesco buraco negro está, bem no seu centro, com massa equivalente a 6,5 bilhões de vezes a massa do nosso sol. E esse é o buraco negro registrado pelos cientistas do EHT, denominado M87*.

“Este é um grande dia para a astrofísica”, disse a diretora National Science Foundation (NSF), France Córdova, em comunicado. “Estamos vendo o invisível. Buracos negros têm impulsionado a imaginação por décadas. Eles têm propriedades exóticas e são misteriosos para nós. No entanto, com mais observações como esta, eles estão revelando os seus segredos. É por isso que a NSF existe. Nós capacitamos cientistas e engenheiros para iluminar o desconhecido, para revelar a majestade sutil e complexa do nosso universo”. A NSF é uma agência governamental ligada ao governo federal dos Estados Unidos que promove a pesquisa e educação fundamental em todos os campos da ciência e da engenharia.



A imagem acima é uma fotografia da distante galáxia M87. A gigantesca galáxia elíptica Messier 87 aparece nesta imagem de campo profundo, uma imagem produzida a partir do zoom em uma pequena região do espaço. Foi o buraco negro supermassivo no coração desta galáxia que teve sua imagem recentemente capturada por uma equipe internacional de pesquisadores e somente revelada ao mundo depois de dois anos de pesquisas e confirmações.

Apesar de seu tamanho supermassivo, o M87* está longe o suficiente de nós para representar um enorme desafio para que qualquer telescópio existente hoje capturasse sozinho a imagem. De acordo com a Nature, para que isso fosse possível, exigiria algo com uma resolução mais de mil vezes melhor do que o Telescópio Espacial Hubble. Em vez disso, os astrônomos decidiram criar algo maior. Muito maior.

Em abril de 2018, os astrônomos sincronizaram uma rede global de radiotelescópios para observar o ambiente nas imediações cósmicas do M87*. Com todos os telescópios trabalhando juntos, as instituições de pesquisa se organizaram para formar o Event Horizon Telescope (EHT), um observatório virtual do tamanho de um planeta capaz de capturar detalhes sem precedentes de corpos celestes em grandes distâncias.

Quando falamos em geografia política e econômica, pensamos em globalização.

Uma das características da globalização é a crescente integração econômica em escala planetária, devido ao aumento das trocas comerciais e financeiras, que consolida a formação de um mercado mundial influenciado pelas empresas transnacionais.

Nesse contexto, ganhou notoriedade a Organização Mundial do Comércio (OMC), instituição internacional que visa fiscalizar e regulamentar o comércio mundial.

A globalização é o processo de interligação e interdependência entre as diferentes sociedades e resulta em uma intensificação das relações comerciais, econômicas, políticas, sociais e culturais entre países, empresas e pessoas. Esse fenômeno é possibilitado pelo avanço das técnicas, com destaque para os campos das telecomunicações e dos transportes.

A expressão “globalização” foi criada na década de 1980. No entanto, não podemos dizer que ela seja um processo recente, uma vez que teria se iniciado ao longo dos séculos XV e XVI, com a expansão ultramarina europeia, que iniciava uma era de integração plena entre o continente europeu e as demais partes do planeta. Por outro lado, foi apenas na segunda metade do século XX que esse fenômeno encontrou a sua forma mais consolidada.

Podemos dizer que o mundo só alcançou o nível atual de integração graças aos desenvolvimentos realizados, como já dissemos, no âmbito dos transportes e das comunicações. Esses meios são importantes por facilitarem o deslocamento e a rápida obtenção de informações entre pontos remotos entre si. Tais avanços, por sua vez, ocorreram graças à III Revolução Industrial, também chamada de Revolução técnico-científica informacional, que propiciou o desenvolvimento de novas tecnologias, como a computação eletrônica, a biotecnologia e inúmeras outras formas produtivas.

Outro fator que também pode ser tido como uma das causas da Globalização é o desenvolvimento do Capitalismo Financeiro, a fase do sistema econômico marcada pela fusão entre empresas e bancos e pela divisão das instituições privadas em ações. Hoje em dia, o mercado financeiro, por meio das bolsas de valores, operam em redes internacionais, com empresas de um país investindo em vários lugares, alavancando o nível de interdependência econômica.

A título de comparação, a carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal sobre o descobrimento do Brasil levou alguns meses para chegar ao seu destino. Em 1865, o assassinato do presidente dos Estados Unidos, Abraham Lincoln, foi informado duas semanas depois na Europa. Já em 11 de setembro de 2001, os atentados terroristas às torres gêmeas do World Trade Center foram acompanhados em tempo real, com o mundo vendo ao vivo o desabamento dos prédios.

Um dos mais notáveis efeitos da Globalização é, sem dúvidas, a formação e expansão das multinacionais, também conhecidas como empresas globais. Essas instituições possuem seus serviços e mercadorias disponibilizados em praticamente todas as partes do planeta. As fábricas, em muitos casos, migram das sociedades industrializadas para os países periféricos em busca de mão de obra barata, matérias-primas acessíveis e, claro, maior mercado consumidor, isso sem falar na redução ou isenção de impostos.

Outro efeito da Globalização foi a formação dos mercados regionais, por meio dos blocos econômicos. Esses acordos entre os países facilitaram os processos de negociação para aberturas econômicas e entrada de pessoas e bens para consumo.

Apesar de amplamente difundida, há muitos protestos e críticas à globalização, sobretudo ressaltando os seus pontos negativos. As principais posições defendem que esse processo não é democrático, haja vista que os produtos, lucros e desenvolvimentos ocorrem predominantemente nos países desenvolvidos e nas elites das sociedades, gerando margens de exclusão em todo o mundo. Críticas também são direcionadas à padronização cultural ou hegemonização de valores, em que o modo de vida eurocêntrico difunde-se no cerne do pensamento das sociedades.

De toda forma, a Globalização está cada vez mais consolidada no mundo atual, embora existam teóricos que, frequentemente, reafirmam a sua reversibilidade, sobretudo em ocasiões envolvendo revoltas contra o seu funcionamento ou o próprio colapso do sistema financeiro. O seu futuro, no entanto, ainda está à mercê não tão somente das técnicas e da economia, mas também dos eventos políticos que vão marcar o mundo nas próximas décadas.

O Enem apresenta uma tendência de abordar temas que possuam certa atualidade, ou seja, que se relacionem com eventos ou acontecimentos que sejam de relevância para o contexto atual da sociedade. Por esse motivo, além de estudar os temas básicos da Geografia, é preciso sempre estar informado através do acompanhamento de notícias tanto na mídia televisiva quanto na imprensa e, também, na internet.

Nesse sentido, a Globalização emerge como um dos principais temas a serem abordados pela banca examinadora, haja vista que todos os seus conceitos e efeitos podem ser visualizados direta ou indiretamente nas sociedades do mundo contemporâneo. Portanto, a globalização no Enem é uma oportunidade de compreender as relações geopolíticas e sociais à luz dos estudos da Geografia.

A globalização é, de modo geral, vista como o processo de integração e inter-relação mundial envolvendo a economia, a cultura, a informação e, claro, os fluxos de pessoas. Esse fenômeno instrumentaliza-se pela difusão e avanço dos meios de transporte e comunicação, haja vista que regiões distantes, antes tidas como isoladas umas das outras, integram-se plenamente.

O termo Globalização, apesar de ser considerado por muitos um processo gradativo que se iniciou com a expansão marítima europeia, difundiu-se no meio intelectual apenas a partir da década de 1980. Assim, a sua consolidação ocorreu na segunda metade do século XX em diante, com a difusão do neoliberalismo, a propagação de tecnologias, a integração econômica e comercial entre os países, a formação e expansão dos blocos econômicos e o fortalecimento das instituições internacionais, tais como a OTAN e a ONU. Além disso, os principais agentes da globalização são, sem dúvidas, as empresas transnacionais, também conhecidas como multinacionais ou globais.

Globalização e Economia



Os países dominam as grandes empresas ou as grandes empresas dominam os países?

As empresas transacionais que comercializam no mundo todo são os principais agentes da globalização econômica.

É certo que ainda falamos de governo e nação, no entanto, estes deixaram de representar o interesse da população. Agora, os Estados defendem, sobretudo, as empresas e bancos.

Na maior parte das vezes são as empresas americanas, europeias e grandes conglomerados asiáticos que dominam este processo.

Globalização e Neoliberalismo

A globalização econômica só foi possível com o neoliberalismo adotado nos anos 80 pela Grã-Bretanha governada por Margaret Thatcher (1925-2013) e os Estados Unidos, de Ronald Reagan (1911-2004).

O neoliberalismo defende que o Estado deve ser apenas um regulador e não um impulsor da economia. Igualmente aponta a flexibilidade das leis trabalhistas como uma das medidas que é preciso tomar a fim de fortalecer a economia de um país.

Isto gera uma economia extremamente desigual onde somente os gigantes comerciais tem mais adaptação neste mercado. Assim, muita gente fica para trás neste processo.

Globalização e Exclusão

Uma das faces mais perversas da globalização econômica é a exclusão. Isto porque a globalização é um fenômeno assimétrico e nem todos os países ganharam da mesma forma.

Um dos grandes problemas atuais é a exclusão digital. Aqueles que não têm acesso às novas tecnologias (smartphones, computadores) estão condenados a ficarem cada vez mais isolados.

Globalização Cultural

Toda essa movimentação populacional e também financeira acaba provocando mudanças culturais. Uma delas é a aproximação entre culturas distintas, o que chamamos de hibridismo cultural.

Agora, através da internet, se pode conhecer em tempo real costumes tão diferentes e culturas tão distantes sem precisar sair de casa.

No entanto, os deslocamento de pessoas pode gerar o ódio ao estrangeiro, a xenofobia. Do mesmo modo, narcotraficantes e terroristas têm o acesso à tecnologia e a utilizam para cometer seus crimes.

Agropecuária

Sistemas Agrícolas

Sistemas agrícolas são classificações utilizadas para a produção agrícola e pecuária. Há dois sistemas, o intensivo e o extensivo.

Para definir se o sistema agrícola é intensivo ou extensivo são considerados os pontos da produção em qualquer tamanho de propriedade.

O sistema é revelado por resultados como a produtividade por hectare e o investimento na produção.

Sistema Intensivo

No modelo da agricultura brasileira, o sistema intensivo é o mais praticado. Por ele, são aplicadas técnicas modernas de previsão que englobam o preparo do solo, a forma de cultivo e a colheita.

A produtividade não está somente no rendimento obtido direto do solo, mas do seu redimensionamento para resultar na maior produção possível por metro quadrado (a chamada produtividade média por hectare).

No período de colheita, as perdas são equacionadas para que atinjam o mínimo. O mesmo vale para o armazenamento.

Esse sistema é criticado porque agride o meio ambiente por conta de fatos como: desmatamento para implantação de monoculturas ou pasto, uso de agrotóxicos, erosão e empobrecimento do solo após sucessivos plantios.

Sistema Extensivo

O sistema extensivo é o que menos agride o meio ambiente. É o sistema tradicional em que são utilizadas técnicas rudimentares que garantem a recuperação do solo e a produção em baixa escala.

Em geral, o sistema extensivo é usado pelo modelo denominado agricultura familiar e, ainda, pela agricultura orgânica.

No primeiro, a produção é destinada à subsistência e somente o excedente é vendido. Há o uso de agrotóxicos, mas em baixa escala.

Já o modelo de agricultura orgânica dispensa o uso de agrotóxicos, privilegia alimentos saudáveis e permite a exploração racional do solo.

Agricultura moderna

A agricultura moderna faz uso de várias tecnologias, como os tratores, colhedoras, ceifadeiras, adubo, fertilizantes, etc. Além disso, também seleciona sementes modificadas geneticamente. No entanto, ela não se limita ao uso de máquinas; há também uso de biotecnologia.

Ela se baseia no aumento da sua produção à medida em que incrementa tecnologia. Isso nos leva ao importante conceito de produtividade agrícola, que se diferencia de produtividade industrial. O primeiro é a relação entre a produção realizada e a área cultivada. Quando falamos de geografia agrária, podemos aumentar a produtividade sem aumentar a área plantada.

Esse tipo de agricultura é capitalizada, baseada em grandes investimentos. Por isso, a forma mais concreta de se falar em geografia agrária moderna é através dos famosos complexos agroindustriais. Existe uma troca constante entre a indústria tecnológica e a agropecuária, na qual a primeira oferece tecnologia e a outra ajuda com capital. Por fim, ainda temos o sistema financeiro, responsável por bancar toda essa cadeia produtiva.

Agricultura tradicional

Ao contrário da agricultura moderna, a agricultura tradicional faz uso de métodos ultrapassados e de mão de obra em larga escala. No entanto, há um caso particular, cujo o uso extenso de mão de obra na versão moderna é necessário, que é a fruticultura. Se tivermos uma produção agrícola de fruticultura, nos dois casos serão empregadas muita mão de obra, uma vez que certas partes dessa produção não podem ser mecanizadas, por exemplo, a colheita das frutas.

Outra diferença em relação à agricultura moderna, é que na tradicional é necessário incorporar terras para aumentar a produção. Então, tal tipo de é considerada de baixa produtividade e capaz de gerar tantos impactos ambientais quanto a moderna. A agricultura tradicional é típica dos países em desenvolvimento, o que não significa que não seja praticada na geografia agrária dos países desenvolvidos. O mesmo ocorre com a moderna; embora seja praticada mais amplamente nos países desenvolvidos, também é praticada em menor escala em alguns países em desenvolvimento.

Pecuária

Na pecuária, o rendimento também é avaliado para definir o sistema aplicado. Da mesma maneira que ocorre com a agricultura, o modo de produção intensivo é direcionado para resultados elevados.

A produção de gado pode ser a pasto ou em sistema de confinamento e a densidade de cabeças deve ser a maior possível.

Para melhor desempenho da produção pecuária são avaliados os investimentos em: qualidade do solo, rendimento do pasto, conformação de carcaça (quando o gado de corte oferece maior quantidade de carne), oferta de leite e genética de qualidade.

Tipos de pecuária

Denomina-se de pecuária a criação e reprodução de animais com finalidades econômicas. Os animais assim criados e reproduzidos são conhecidos como gado.

Diversos são os tipos de gado: os bovinos, os ovinos, os suínos, os caprinos, os asininos, os equinos e os muare.

Tipos de criação bovina

- *Extensiva* - gado solto nas pastagens onde são criados novilhos e engordados o “gado de corte”, bois que servem para a produção de carnes para mercado.

- *Intensiva* - gado criado em estábulos, normalmente vacas para a produção de leite. Na criação intensiva, a utilização de rações adequadas e os cuidados veterinários possibilitam a inseminação artificial e a seleção de touros e de raças.

Os maiores rebanhos bovinos do mundo estão localizados na Índia, nos Estados Unidos, na Rússia, no Brasil, na Austrália e na Argentina.

Um tipo de gado bovino muito produzido hoje é o búfalo, principalmente na Índia, na China, no Paquistão e nos Estados Unidos.

Tipos de criação ovina

- *Intensiva* - criação de ovelhas para a produção de lã, principalmente na Austrália, na Nova Zelândia e na Rússia.

- *Extensiva* - ovelhas de corte para a produção de carne.

Tipos de criação suína

- *Extensiva* - criação de porcos para a produção de banha e de carnes para consumo do próprio produtor. Nesse tipo de criação, pouco são os cuidados técnicos e com a higiene.

- *Intensiva* - porcos estabulados com cuidados científicos e muita higiene; destinados a produção de couro e carnes para indústrias e frigoríficos.

Os maiores rebanhos de suínos no planeta estão na China, Estados Unidos, Rússia e Brasil.

Tipos de criação caprina

- *Extensiva* - criação de cabras para a produção de carne, mais comum em regiões de relevo acidentados e de climas semiáridos ou áridos.

- *Intensiva* - produção estabulada de cabritos para o aproveitamento da pele e da carne e de cabras fornecedoras de leite.

A China, a Índia e a Itália são os grandes produtores.

Tipos de criação asinina

- *Extensiva* - jumentos e jegues destinados para corte ou para o uso na tração animal (carroças puxadas por jumentos são um exemplo de tração animal).

- *Intensiva* - para selecionar reprodutores.

Tipos de criação equina

- *Extensiva* - criação de éguas e cavalos para tração, montaria ou corte.

- *Intensiva* - estabulada e com o propósito de selecionar e preparar éguas e cavalos para atividades esportivas (“corrida de cavalo” e “partidas de polo”).

Muare

Burros e bestas ou mulas originadas pelo cruzamento entre equinos e asininos.

Avicultura

É a criação de aves para o corte e para a produção de ovos. Nas áreas rurais de quase todos os países do globo são criados galinhas e frangos, gansos, marrecos, codornas, perus e patos. O mais importante rebanho de aves, quantitativamente e quanto ao valor econômico, consiste nos galináceos (frangos e galinhas).

Tipos de criação galinácea

- *Extensiva* - destinada ao corte sendo a carne consumida pelo próprio produtor ou enviada para frigoríficos com a objetivo de aproveitamento econômico.

- *Intensiva* - criação feita em granjas e fundamentalmente voltada para a produção de ovos.

Outras atividades

Piscicultura - criação e reprodução de peixes e crustáceos em cativeiro (no Chile, destaca-se a criação de salmão; no Brasil está bastante difundida a criação de trutas).

Sericicultura - criação de casulos de bichos-da-seda, amplamente praticada na Ásia (China, Japão, República da Coreia ou Coreia do Sul e na República Democrática da Coreia ou Coreia do Norte, os maiores produtores mundiais de seda).

Estrutura agrária

A expressão estrutura agrária é usada em sentido amplo, significando a forma de acesso à propriedade da terra e à exploração da mesma, indicando as relações entre os proprietários e os não proprietários, a forma como as culturas se distribuem pela superfície da Terra (morfologia agrária) e como a população se distribui e se relaciona aos meios de transportes e comunicações (*habitat* rural).

A estrutura agrária são as características do espaço que são: Estrutura fundiária- concentração de terras (muitas terras pouco utilizada) Produção agrícola- exportação no caso do Brasil Relações de trabalho- mão de obra , máquinas fazendo o trabalho que um dia foi feito pelo homem

A Fome no mundo – Produção, distribuição e consumo de alimentos

Em várias partes do mundo persistem os problemas de saúde ligados à falta de alimentos. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) a subnutrição ainda é causa indireta de cerca de 30% das mortes de crianças no mundo. Afetando o desenvolvimento físico e mental de milhões de crianças, a subalimentação também compromete seu desenvolvimento intelectual e profissional, diminuindo o número de cidadãos preparados para contribuir com o desenvolvimento de seus países.

Este é o ciclo vicioso a que são condenadas regiões pobres em todo o mundo: falta de acesso a alimentos gera subnutrição. Esta prejudica o desenvolvimento intelectual e profissional de parte da população. Na falta de cidadãos preparados, o crescimento da economia fica comprometido e desta forma não geram-se menos recursos para produzir ou comprar alimentos para toda a população – principalmente aquela mais necessitada. Por isso, é preciso que os países detentores de tecnologia agrícola desenvolvida atuem nestes países na transferência de conhecimentos.

A fome ainda presente no século XXI não é por falta de alimentos. A produção mundial de comida é suficiente para abastecer os atuais 7,3 bilhões de habitantes da Terra. Se parte da população dos países menos desenvolvidos não tem acesso a quantidades suficientes de comida, isto se deve a fatores como insuficiente pro-

dução local; falta de recursos do país para adquirir alimentos no mercado internacional; e elevação dos preços internacionais devido a ações especulativas, entre outros.

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) alerta que a população mundial deverá atingir 9 bilhões em 2050, o que incrementará a procura por alimentos. Segundo os especialistas, para fazer frente a esta demanda, o mundo deverá atacar este problema em três frentes principais. Primeiro, aumentar a produção de produtos agrícolas, sem comprometer os recursos naturais, não avançando sobre áreas de vegetação natural. Isto significa que o Brasil, por exemplo, precisará investir muito mais em pesquisa e tecnologia – o que em parte já vem fazendo – para obter uma melhor produtividade das áreas agrícolas já existentes.

O segundo aspecto a ser considerado é a melhoria dos sistemas de armazenagem e distribuição das colheitas. Dados apontam que cerca de 30% dos produtos agrícolas mundiais são perdidos entre o campo e o ponto de venda do produto. Será necessário, na maioria dos países produtores, construir mais silos e armazéns, ampliar a rede rodoviária, ferroviária e ampliar e modernizar as instalações portuárias.

A última providência sugerida pelos estudiosos é reduzir a perda de alimentos nos pontos de venda e entre os consumidores. Segundo um relatório elaborado pela FAO, depois de comprados, aproximadamente 50% dos alimentos são jogados fora, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos. No Brasil aproxima 70.000 toneladas (aproximadamente 2.800 carretas) de alimentos acabam no lixo a cada ano no Brasil. Compra de produtos em excesso, mal acondicionamento são fatores que fazem com que milhões de famílias descartem quantidade imensas de alimentos, sem reaproveitá-las. No futuro serão necessárias campanhas em todos os países – principalmente os ricos – incentivando e ensinando o reaproveitamento de alimentos. Se os alimentos forem melhor manuseados e aproveitados, haverá comida para todos.

Globalização e sua influencia na economia

Acima já falamos um pouco sobre o conceito da globalização, então aqui, falaremos sobre o papel da globalização na economia.

Ao longo do século XX, a globalização do capital foi conduzindo à globalização da informação e dos padrões culturais e de consumo. Isso deveu-se não apenas ao progresso tecnológico, intrínseco à Revolução Industrial, mas - e sobretudo - ao imperativo dos negócios. A tremenda crise de 1929 teve tamanha amplitude justamente por ser resultado de um mundo globalizado, ou seja, ocidentalizado, face à expansão do Capitalismo. E o papel da informação mundializada foi decisivo na mundialização do pânico. Ao entrarmos nos anos 80/90, o Capitalismo, definitivamente hegemônico com a ruína do chamado Socialismo Real, ingressou na etapa de sua total euforia triunfalista, sob o rótulo de Neo-Liberalismo. Tais são os nossos tempos de palavras perfumadas: reengenharia, privatização, economia de mercado, modernidade e - metáfora do imperialismo - globalização.

A classe trabalhadora, debilitada por causa do desemprego, resultante do maciço investimento tecnológico, ou está jogada no desamparo , ou foi absorvida pelo setor de serviços, uma economia fluida e que não permite a formação de uma consciência de classe. O desemprego e o sucateamento das conquistas sociais de outros tempos, duramente obtidas, geram a insegurança coletiva com todas as suas mazelas, em particular, o sentimento de impotência, a violência, a tribalização e as alienações de fundo místico ou similares. No momento presente, inexistem abordagens racionais e projetos alternativos para as misérias sociais, o que alimenta irracionalismos à solta.

A informação mundializada de nossos dias não é exatamente troca: é a sutil imposição da hegemonia ideológica das elites. Cria a aparência de semelhança num mundo heterogêneo - em qual-

quer lugar, vemos o mesmo McDonald's, o mesmo Ford Motors, a mesma Mitsubishi, a mesma Shell, a mesma Siemens. A mesma informação para fabricar os mesmos informados. Massificação da informação na era do consumo seletivo. Via informação, as elites (por que não dizer: classes dominantes?) controlam os negócios, fixam regras civilizadas para suas competições e concorrências e vendem a imagem de um mundo antisséptico, eficiente e envernizado.

A alta tecnologia, que deveria servir à felicidade coletiva, está servindo a exclusão da maioria. Assim, não adianta muito exaltar as conquistas tecnológicas crescentes - importa questionar a que - e a quem - elas servem. A informação global é a manipulação da informação para servir aos que controlam a economia global. E controle é dominação. Paralelamente à exclusão social, temos o individualismo narcisístico, a ideologia da humanidade descartável, o que favorece a cultura do efêmero, do transitório - da moda.

De resto, se o trabalho foi tornado desimportante no imaginário social, ofuscado pelo brilho da tecnologia e das propagandas que escondem o trabalho social detrás de um produto lustroso, pronto para ser consumido, nada mais lógico que desvalorizar o trabalhador - e, por extensão, a própria condição humana. Ou será possível desligar trabalho e humanidade? É a serviço do interesse de minorias que está a globalização da informação.

Ela difunde modas e beneficia o consumo rápido do descartável - e o modismo frenético e desenfreado é imperativo às grandes empresas, nesta época pós-keynesiana, em que, ao consumo de massas, sucedeu a ênfase no consumo seletivo de bens descartáveis. Cumpre à informação globalizada vender a legitimidade de tudo isso, impondo padrões uniformes de cultura, valores e comportamentos - até no ser "diferente" (diferente na aparência para continuar igual no fundo). Por suposto, os padrões de consumo e alienação, devidamente estandarizados, servem ao tédio do urbano pós-moderno.

Nunca fomos tão informados. Mas nunca a informação foi tão direcionada e controlada. A multiplicidade estonteante de informações oculta a realidade de sua monotonia essencial - a democratização da informação é aparente, tal como a variedade. No fundo, tudo igual. Estamos - e tal é a pergunta principal - melhor informados? Controlada pelas elites que conhecemos, a informação globalizada é instrumento de domesticação social.

Principais tendências da globalização

A crescente hegemonia do capital financeiro

O crescimento do sistema financeiro internacional constitui uma das principais características da globalização. Um volume crescente de capital acumulado é destinado à especulação propiciada pela desregulamentação dos mercados financeiros.

Nos últimos quinze anos o crescimento da esfera financeira foi superior aos índices de crescimento dos investimentos, do PIB e do comércio exterior dos países desenvolvidos. Isto significa que, num contexto de desemprego crescente, miséria e exclusão social, um volume cada vez maior do capital produtivo é destinado à especulação.

O setor financeiro passou a gozar de grande autonomia em relação aos bancos centrais e instituições oficiais, ampliando o seu controle sobre o setor produtivo. Fundos de pensão e de seguros passaram a operar nesses mercados sem a intermediação das instituições financeiras oficiais.

O avanço das telecomunicações e da informática aumentou a capacidade dos investidores realizarem transações em nível global. Cerca de 1,5 trilhões de dólares percorre as principais praças financeiras do planeta nas 24 horas do dia. Isso corresponde ao volume do comércio internacional em um ano.

Da noite para o dia esses capitais voláteis podem fugir de um país para outro, produzindo imensos desequilíbrios financeiros e instabilidade política. A crise mexicana de 94/95 revelou as consequências da desregulamentação financeira para os chamados mercados emergentes. Foram necessários empréstimos da ordem de 38 bilhões de dólares para que os EUA e o FMI evitassem a falência do Estado mexicano e o início de uma crise em cadeia do sistema financeiro internacional.

Ao sair em socorro dos especuladores, o governo dos Estados Unidos demonstrou quem são os seus verdadeiros parceiros no Nafta. Sob a forma da recessão, do desemprego e do arrocho dos salários, os trabalhadores mexicanos prosseguem pagando a conta dessa aventura. Nos períodos "normais" a transferência de riquezas para o setor financeiro se dá por meio do serviço da dívida pública, através da qual uma parte substancial dos orçamentos públicos são destinados para o pagamento das dívidas contraídas junto aos especuladores. O governo FHC destinou para o pagamento de juros da dívida pública um pouco mais de 20 bilhões de dólares em 96.

Novo Papel das Empresas Transnacionais

As empresas transnacionais constituem o carro chefe da globalização. Essas empresas possuem atualmente um grau de liberdade inédito, que se manifesta na mobilidade do capital industrial, nos deslocamentos, na terceirização e nas operações de aquisições e fusões. A globalização remove as barreiras à livre circulação do capital, que hoje se encontra em condições de definir estratégias globais para a sua acumulação.

Essas estratégias são na verdade cada vez mais excludentes. O raio de ação das transnacionais se concentra na órbita dos países desenvolvidos e alguns poucos países periféricos que alcançaram certo estágio de desenvolvimento. No entanto, o caráter setorial e diferenciado dessa inserção tem implicado, por um lado, na constituição de ilhas de excelência conectadas às empresas transnacionais e, por outro lado, na desindustrialização e o sucateamento de grande parte do parque industrial constituído no período anterior por meio da substituição de importações.

As estratégias globais das transnacionais estão sustentadas no aumento de produtividade possibilitado pelas novas tecnologias e métodos de gestão da produção. Tais estratégias envolvem igualmente investimentos externos diretos realizados pelas transnacionais e pelos governos dos seus países de origem. A partir de 1985 esses investimentos praticamente triplicaram e vêm crescendo em ritmos mais acelerados do que o comércio e a economia mundial.

Por meio desses investimentos as transnacionais operam processos de aquisição, fusão e terceirização segundo suas estratégias de controle do mercado e da produção. A maior parte desses fluxos de investimentos permanece concentrada nos países avançados, embora venha crescendo a participação dos países em desenvolvimento nos últimos cinco anos. A China e outros países asiáticos, são os principais receptores dos investimentos diretos.

O Brasil ocupa o segundo lugar dessa lista, onde destacam-se os investimentos para aquisição de empresas privadas brasileiras (COFAP, Metal Leve etc.) e nos programas de privatização, em particular nos setores de infraestrutura.

Liberalização e Regionalização do Comércio

O perfil altamente concentrado do comércio internacional também é indicativo do caráter excludente da globalização econômica. Cerca de 1/3 do comércio mundial é realizado entre as matrizes e filiais das empresas transnacionais e 1/3 entre as próprias transnacionais. Os acordos concluídos na Rodada Uruguai do GATT e a criação da OMC mostraram que a liberação do comércio não resultou no seu equilíbrio, estando cada vez mais concentrado entre os países desenvolvidos.

A dinâmica do comércio no Mercosul traduz essa tendência. Na realidade a integração do comércio nessa região, a exemplo do que ocorre com o Nafta e do que se planeja para a Alca em escala continental, tem favorecido, sobretudo a atuação das empresas transnacionais, que constituem o carro chefe da regionalização.

O aumento do comércio entre os países do Mercosul nos últimos cinco anos foi da ordem de mais de 10 bilhões de dólares. Isto se deve em grande parte às facilidades que os produtos e as empresas transnacionais passaram a gozar com a eliminação das barreiras tarifárias no regime de união aduaneira incompleta que caracteriza o atual estágio do Mercosul.

No mesmo período, o Mercosul acumulou um déficit de mais de 5 bilhões de dólares no seu comércio exterior. Este resultado reflete as consequências negativas das políticas nacionais de estabilização monetária ancoradas na valorização do câmbio e na abertura indiscriminada do comércio externo praticadas pelos governos FHC e Menem.

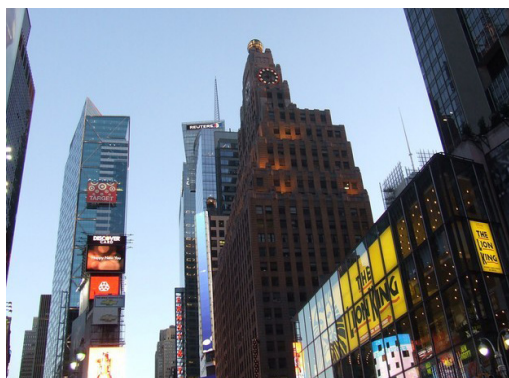
O empenho das centrais sindicais para garantir os direitos sociais no interior desses mercados tem encontrado enormes resistências. As propostas do sindicalismo de adoção de uma Carta Social do Mercosul, de democratização dos fóruns de decisão, de fundos de reconversão produtiva e de qualificação profissional têm sido rechaçadas pelos governos e empresas transnacionais.

A liberalização do comércio e a abertura dos mercados nacionais têm produzido o acirramento da concorrência. A super exploração do trabalho é cada vez mais um instrumento dessa disputa. O trabalho infantil e o trabalho escravo são utilizados como vantagens comparativas na guerra comercial.

Essa prática, conhecida como dumping (rebaixamento) social, consiste precisamente na violação de direitos fundamentais, utilizando a superexploração dos trabalhadores como vantagem comparativa na luta pela conquista de melhores posições no mercado mundial. Nesse contexto, as conquistas sindicais são apresentadas pelas empresas como um custo adicional que precisa ser eliminado ("custo Brasil", "custo Alemanha" etc.).

Blocos econômicos e comércio mundial.

As transformações econômicas mundiais ocorridas nas últimas décadas, sobretudo no pós segunda guerra mundial, são fundamentais para entendermos as dinâmicas de poder estabelecidas pelo grande capital e, também, pelas grandes corporações transnacionais. Além delas, não podemos deixar de mencionar a importância crescente das instituições supranacionais, que atuam como verdadeiros agentes neste jogo de interesses, como por exemplo, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, entre outros.



*Nova York, uma das cidades mais globalizadas do mundo
(Foto: Wikimedia Commons)*

O cenário que se afigura com a chegada destes novos agentes econômicos é imprescindível para compreendermos o significado da chamada globalização econômica. Esta tem como características:

- A ruptura de fronteiras, ou seja, tal ruptura é atribuída à dinâmica do capital, que circula livremente pelo globo, sem respeitar a delimitação de fronteiras territoriais;

- Perda da soberania local, ou seja, países, estados e cidades tem que se submeter à lógica do capital para conseguir gerar lucro em seus orçamentos;

- Expansão da dinâmica do capital, fato que se relaciona à ruptura de fronteiras, ou seja, o capital se dirige agora também à periferia do capitalismo, uma vez que as transnacionais compreenderam que a exploração (no sentido de explorar a força de trabalho diretamente) dos países subdesenvolvidos promoveria grandes lucros para estes.

Com o crescimento expressivo da atuação do capital em nível mundial, chegou-se a questionar o papel do Estado, isto é, o Estado seria de fato um agente importante neste processo ou atuaria como um impeditivo para a livre circulação do capital, uma vez que poderia criar regras ou leis que inviabilizariam a livre circulação do capital? Segundo este raciocínio, as transnacionais estariam comandando a dinâmica econômica mundial em detrimento dos Estados. Vale destacar que muitas empresas transnacionais passaram a desempenhar papéis que antes eram oferecidos pelo Estado, como serviços ligados à infraestrutura básica (exemplo: transporte e saneamento básico).

No entanto, as sucessivas crises geradas pelo capitalismo mostraram que o papel do Estado não se apagou, como pensavam alguns, pelo contrário, em momentos de crise financeira, o Estado é chamado a ajudar as empresas em dificuldade econômica. Portanto, o papel do Estado no contexto de globalização reestruturou-se, passando este a atuar como um salvador dos excessos e econômicos promovidos pelas empresas nacionais ou internacionais, controlando taxas de juros, câmbios, manutenção de subsídios em setores estratégicos, bem como fiscalizando, direta e indiretamente, os recursos energéticos.

A Formação dos Blocos Econômicos

O surgimento dos blocos econômicos coincide com a mudança exercida pelo Estado. Em um primeiro momento, a ideia dos blocos econômicos era de diminuir a influência do Estado na economia e comércio mundiais. Mas, a formação destas organizações supranacionais fez com que o estado passasse a garantir a paz e o crescimento em períodos de grave crise econômica. Assim, a iniciativa de maior sucesso até hoje foi a experiência vivida pelos europeus.

A União Europeia iniciou-se como uma simples entidade econômica setorial, a chamada CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, surgida em 1951) e depois, expandiu-se por toda a economia como "Comunidade Econômica Europeia" até atingir a conformação atual, que extrapola as questões econômicas perpassando por aspectos políticos e culturais.

Além da União Europeia, podemos citar o NAFTA (North American Free Trade Agreement, surgido em 1993); o Mercosul (Mercado Comum do Sul, surgido em 1991); o Pacto Andino; a SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, surgida em 1992), entre outros. A busca pela ampliação destes blocos econômicos mostra que o jogo de poder exercido pelas nações tenta garantir as áreas de influência das mesmas, controlando mercados e estabelecendo parcerias com nações que despertem o interesse dos blocos econômicos.

Além disso, o jogo de poder também está presente internamente aos blocos, ou seja, existem países líderes dentro do bloco, que acabam submetendo os outros países do acordo aos seus interesses. Assim, nem sempre a constituição de um bloco econômico é

benéfica a todos os membros; por exemplo, a constituição do NAFTA (México, Canadá e EUA) fez com que a frágil economia mexicana aumentasse ainda mais sua dependência em relação aos EUA, o Canadá, por sua vez, passou a ser considerado uma extensão dos EUA, dada sua subordinação à economia de seu vizinho.

Divisão internacional de Trabalho

Recebe o nome de Divisão internacional de Trabalho (DIT), a prática de repartir as atividades e serviços entre os inúmeros países do mundo. Trata-se de uma divisão produtiva em âmbito internacional, onde os países emergentes ou em desenvolvimento, exportadores de matéria-prima, com mão-de-obra barata e de industrialização quase sempre tardia, oferecem aos países industrializados, economicamente mais fortes, um leque de benefícios e incentivos para a instalação de indústrias, tais como a isenção parcial ou total de impostos, mão-de-obra abundante, leis ambientais frágeis, entre outras facilidades.

Um dos principais conceitos da DIT é que nenhum país consegue ser competitivo em todos os setores, e de fato, acabam por se direcionar suas economias. No fundo, o objetivo é o mesmo da divisão de tarefas numa fábrica, o de gerar um elevado grau de especialização para que a produção seja mais eficiente, exatamente como Adam Smith em sua Riqueza das Nações já afirmava no século XVIII.

O processo de DIT se expandiu na mesma proporção do capitalismo no mundo moderno, expressando as diferentes fases da evolução histórica do capitalismo, desde a ligação entre metrópoles e colônias, chegando às relações em que países desenvolvidos se agregam aos subdesenvolvidos. A é geralmente dividida em três fases, obedecendo à dinâmica econômica e política do período histórico em que elas existiram.

A primeira DIT corresponde ao final do século XV e ao longo do século XVI, no qual o capitalismo estava em fase inicial, chamada de capitalismo comercial. Era caracterizado pela produção manual a partir da extração de matérias-primas e acúmulo de minérios e metais preciosos por parte das nações (metalismo).

A segunda DIT ocorre no século XVI, mas principalmente a partir do século XVII, com a Primeira e a Segunda Revolução Industrial. As colônias e os países subdesenvolvidos passaram a fornecer também produtos agrícolas, assim como vários tipos de minerais e especiarias.

Finalmente, a terceira DIT ou “Nova DIT” surge no século XX, com a revolução técnico-científica-informacional e a consolidação do capitalismo financeiro, que permite a expansão das grandes multinacionais pelo mundo. Nesse período, os países subdesenvolvidos iniciam seus processos tardios de industrialização, entre eles o Brasil. Tal acontecimento foi possível graças à abertura do mercado financeiro desses países e pela instalação de empresas multinacionais ou globais, oriundas, quase sempre, de países desenvolvidos.

Uma das críticas à DIT é que seu processo se dá de maneira desigual, onde os países industrializados costumam levar vantagem no comércio global. Além disso, as empresas transnacionais buscam seus próprios interesses, sem considerar as consequências sociais, econômicas e ambientais nos países onde suas filiais estão instaladas.

Nação e Território

Território significa os limites que delimitam ou separam um território do outro formando várias fronteiras em todo mundo, essas delimitam o mundo em mais de 190 países, os territórios são concebidos através de acordos ou conflitos, esses são estabelecidos de acordo com os interesses socioeconômicos e culturais.

A partir das divisões dos países formam-se variadas culturas, entende-se por cultura o conjunto de conhecimentos humanos adquiridos a partir das relações sociais ao longo do tempo e que são passadas para as gerações subsequentes, é o aspecto que mais caracteriza os grupos humanos.

Alguns elementos são determinantes na composição de qualquer cultura, seja ela arcaica ou moderna, os elementos que mais demonstram a identidade cultural são, principalmente, a língua e a religião.

Mas dentro do território está inserida uma cultura que é desenvolvida pelo povo, o significado é o conjunto de pessoas que vivem em uma nação, essa é constituída pela sociedade politicamente organizada com governos e leis próprias, para elaboração e realização do cumprimento de tais leis caracteriza o papel do estado, o estado, nesse sentido, tem sua essência no valor político, pois significa que a nação é soberana, ou seja, exerce poder sobre seu território, e também é independente e reconhecida internacionalmente pelos outros países.

Estado tem outro significado que difere do citado anteriormente, se define como divisão interna do país, ou seja, os estados que compõem a federação (ex. Goiás, Rio de Janeiro), no entanto alguns países usam outras expressões como cantões, repúblicas, províncias etc., para designar as divisões internas dos países.

Alguns povos possuem cultura independente, porém não tem território, são os chamados minorias nacionais, que vivem subordinados aos regimes políticos divergentes às suas culturas, são também denominadas de sentimento nacionalista que corresponde a aspiração de um povo em conquistar a sua independência política e territorial, do estado ao qual está subordinado.

Por causa disso, vários movimentos surgiram, sendo marcados muitas vezes por lutas armadas ou pacíficas, mas na maioria das vezes o primeiro perfil predomina, os principais povos sem território que buscam sua independência territorial e político-cultural são o povo Basco, na Espanha, os Curdos, no Oriente Médio, Ira, na Irlanda, entre outros.

No mundo existem várias áreas de focos de tensão provocadas por questões de fronteiras, que são as disputas territoriais por zona de fronteira, nessas podemos citar o exemplo da China, Paquistão e Índia, Armênia, a Irlanda do Sul e do Norte e a Faixa de Gaza. As disputas por territórios fazem crescer a produção bélica no mundo e aumenta os focos de possíveis confrontos armados.

As lutas das minorias nacionais e as disputas por zona de fronteira têm alterado a configuração das fronteiras em várias partes do mundo, atualmente os cartógrafos têm encontrado muito trabalho para elaboração de mapas políticos, pois as questões geopolíticas deixam as delimitações em constante processo de mutação, no século XX, a Europa foi a região do mundo que mais sofreu a modificações.

Indústrias consideradas poluidoras também procuram cada vez mais os países subdesenvolvidos, onde seu consumo de grandes quantidades de matéria-prima e de energia é ignorado além da farta e barata mão-de-obra a disposição.

Estados Territoriais e Estados Nacionais



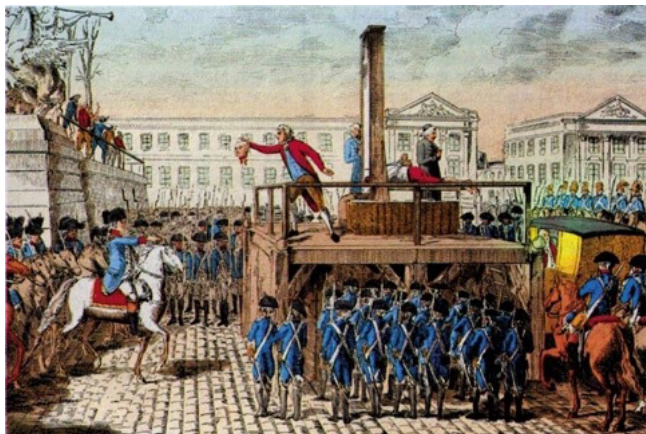
As fronteiras definem a extensão geográfica da soberania do estado. No interior do espaço que delimitam, no território nacional, o poder do estado é soberano. É ele que estabelece as divisões internas, realiza os censos, organiza as informações sobre a população e as atividades econômicas e formulas estratégicas de desenvolvimento ou de proteção desse território.

A noção política de fronteira foi elaborada pelo Império Romano. O limes – uma linha demarcatória dos limites do império – separava os romanos dos “bárbaros”. As célebres legiões romanas protegiam o império guarnecendo os limes. Estar no interior do espaço demarcado pelo limes era fazer parte da civilização romana. Estar no exterior desse espaço equivalia a ser bárbaro, termo depreciativo que englobava em um único conjunto uma infinidade de povos.

A noção contemporânea de fronteira política internacional separando Estados soberanos, porém, surgiu no final da Idade Média, com os Estados territoriais.

O Estado territorial originou-se na Europa do Renascimento, quando o poder político foi unificado pelas monarquias e ganhou uma base geográfica definida, passível de ser delimitada por fronteiras lineares. Nessa época, foram criados exércitos regulares sob as ordens do rei e corpos estáveis de funcionários burocráticos, que, entre outras coisas, organizavam a coleta dos impostos. Algumas cidades tornaram-se capitais permanentes, residência fixa de monarcas e sede de aparelho administrativo.

O Estado territorial correspondeu à monarquia absolutista. Nele, o território era patrimônio do monarca, fonte de toda soberania. Os súditos, ou seja, todos aqueles que viviam nos territórios unificados pela soberania do monarca, deviam-lhe obediência e lealdade.



A Revolução francesa de 1789 assinalou um momento-chave da transformação do estado territorial absolutista em Estado nacional. A revolta da burguesia contra o poder absoluto do monarca e contra os privilégios da nobreza explodiu em 20 de junho de 1789, quando seus representantes exigiram que o rei convocasse uma Assembleia Constituinte. Depois da Queda da Bastilha, a Assembleia Constituinte revogou os privilégios da nobreza e do clero, tais como servidão, dízimos, monopólios, isenções de impostos e tribunais especiais. No dia 26 de agosto daquele ano, era divulgada a Declaração dos Direitos do Homem. Esse documento não só previa princípios e garantias fundamentais, como a liberdade, a segurança e a propriedade, como estabelecia o direito à rebelião contra a tirania. A soberania era retirada das mãos do rei e transferida para o povo, ou seja, para os cidadãos.

Pouco depois, o novo Estado encontrou a sua moldura jurídica. A Constituição francesa de 1791 adotou a doutrina dos Três Poderes de Montesquieu, estabelecendo a separação entre os poderes básicos do Estado: Executivo, Legislativo e Judiciário. Em 1792, a

Revolução derrubou a monarquia e proclamou a República. Uma convenção nacional, eleita pelo sufrágio universal, reunia os representantes do povo. Definia-se, assim, o formato do Estado nacional contemporâneo.



Organização do Estado Nacional

O Estado se manifesta por seus órgãos que são:

a) **Supremos (constitucionais)** – a estes incumbe o exercício do poder político. Formam o governo ou os órgãos governamentais. São estudados pelo Direito Constitucional.

b) **Dependentes (administrativos)** – formam a Administração Pública. São estudados pelo Direito Administrativo.

Administração Pública

“É o conjunto de meios institucionais, materiais, financeiros e humanos preordenados à execução das decisões políticas”.

Conclui-se assim que:

- ela é subordinada ao poder político
- é meio (e não fim)
- é conjunto de órgãos a serviço do poder político e das atividades administrativas.

Organização Administrativa

É imputada a diversas entidades governamentais autônomas, daí porque temos:

- A Adm. Pública Federal (da União)
- A Adm. Pública Estadual (de cada Estado)
- A Adm. Pública municipal ou local (do DF e de cada Município).

Cada uma delas pode descentralizar-se formando:

a) **Administração Direta** (centralizada) conjunto de órgãos subordinados diretamente ao respectivo poder executivo;

b) **Administração Indireta** (descentralizada) - com órgãos integrados nas muitas entidades personalizadas de prestação de serviços ou exploração de atividades econômicas.

Formam a Adm. indireta:

- autarquias
- empresas públicas (e suas subsidiárias)
- sociedades de economia mista (e suas subsidiárias)
- fundações públicas (fundações instituídas ou mantidas pelo poder público)

As *autarquias* são alongamentos do Estado. Possuem personalidade de direito público e só realizam serviços típicos, próprios do Estado. A lei 7032/82 autoriza o Poder Executivo a transformar autarquia em empresa pública.

As *empresas públicas* e *sociedades de economia mista* são pessoas jurídicas de direito privado, criadas por lei (vide art. 37, XIX e XX, CF). O que as diferencia é a formação e a administração do capital. Na empresa pública este capital é 100% público. Na sociedade de economia mista há participação do Poder Público e de particulares na formação do capital e na sua administração. O controle acionário é sempre público (a maioria das ações com direito a voto deve pertencer ao poder público). Tanto uma como outra explora atividades econômicas ou presta serviços de interesse coletivo, outorgado ou delegado pelo Estado (vide art. 173, § 1º, CF). Elas estão sujeitas a regime jurídico próprio das empresas privadas (inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias) e não podem gozar de privilégios fiscais não extensivos ao setor privado (vide art. 173, § 2º, CF).

As *fundações públicas*, pessoas jurídicas de direito privado, são universalidades de bens, personalizada, em atenção a fins não lucrativos e de interesse da coletividade (educação, cultura, pesquisa científica etc.). Ex.: Funai, Fundação Getúlio Vargas, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, Febem etc. A instituição de fundações públicas também depende de lei (vide art. 37, XIX, CF).

O estudo da Administração Pública tem como ponto de partida o conceito de Estado. A partir daí é que se vislumbra as considerações a respeito das competências de prestação de serviços públicos aos seus cidadãos.

Estado de Direito

Predominantemente vive-se hoje em Estados de Direito, ou seja, em Estados juridicamente organizados que obedecem às suas próprias leis.

Administração Pública

É necessário que se compreenda o significado de administração pública para o bom entendimento a respeito do que se pretende estudar neste momento.

De Plácido e Silva define Administração Pública, *lato sensu*, como uma das manifestações do poder público na gestão ou execução de atos ou de negócios políticos. A Administração Pública se confundiria, assim, com a própria função política do poder público, expressando um sentido de governo que se entrelaçaria com o da administração e lembrando-se que a política pode ser compreendida como a ciência de bem governar um povo constituído sob a forma de um Estado.

Administração pública seria, então, simples direção ou gestão de negócios ou serviços públicos, realizados por suas entidades ou órgãos especializados, para promover o interesse público.

A administração pública federal cuida dos interesses da União, a Estadual dos Estados, a municipal dos interesses dos municípios e a distrital dos mesmos assuntos do governo do Distrito Federal, sede da Capital Federal.

Governo e Administração

O próprio Hely Lopes Meirelles tinha dificuldades em distinguir governo e de administração. Todavia, demonstrava que o governo significava a totalidade de órgãos representativos da soberania e a administração pública, subordinada diretamente ao poder executivo, alcançava o complexo de funções que esse órgão exercitava no desempenho de atividades, que interessam ao Estado e ao seu povo".

Organização do Estado e da Administração

A organização do Estado é matéria constitucional. São tratados sob este tema a divisão política do território nacional, a estruturação dos Poderes, a forma de Governo, a investidura dos governan-

tes e os direitos e as garantias dos governados. Realizada a organização política do Estado soberano, nasce por meio de legislação complementar e ordinária, a organização administrativa das entidades estatais, das autarquias e empresas estatais que realizarão de forma desconcentrada e descentralizada os serviços públicos e as demais atividades de interesse coletivo.

O Estado Federal brasileiro compreende a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios. Estas são, assim, as entidades estatais brasileiras que possuem autonomia para fazer as suas próprias leis (autonomia política), para ter e escolher governo próprio (autonomia administrativa) e auferir e administrar a sua renda própria (autonomia financeira). As demais pessoas jurídicas instituídas ou autorizadas a se constituírem por lei ou se constituem de autarquias, ou de fundações, empresas públicas, ou entidades paraestatais. Ou seja, estas últimas são as componentes da Administração centralizada e descentralizada.

A organização da Administração ocorre em um momento posterior à do Estado. No Brasil, após a definição dos três Poderes que integram o Governo, é realizada a organização da Administração, ou seja, são estruturados legalmente as entidades e os órgãos que realizarão as funções, por meio de pessoas físicas chamadas de agentes públicos. Tal organização se dá comumente por lei. Ela somente se dará por meio de decreto ou de normas inferiores quando não implicar na criação de cargos ou aumento da despesa pública.

O direito administrativo estabelece as regras jurídicas que organizam e fazem funcionar os órgãos do complexo estatal.

Medauar indica que a Administração Pública é o objeto precípua do direito administrativo e se encontra inserida no Poder Executivo. Dois são os ângulos em que a mesma pode ser considerada, funcional ou organizacional.

No sentido funcional, Administração Pública representa uma série de atividades que trabalham como auxiliares das instituições políticas mais importantes no exercício de funções de governo. Aqui são organizadas as prestações de serviços públicos, bens e utilidades para a população. Em face da dificuldade de se caracterizar objetivamente a Administração Pública, autores distintos fazem sua identificação de modo residual, ou seja, as atividades administrativas seriam aquelas que não são nem legislativas, nem judiciárias.

Já sob o aspecto organizacional, por Administração Pública pode-se entender o conjunto de órgãos e entes estatais responsáveis pelo atendimento das necessidades de interesse público. Aqui a Administração Pública é vista como ministérios, secretarias, etc.

José Cretella Jr utiliza o critério residual para definir a Administração Pública por aquilo que ela não é. A Administração Pública seria toda a atividade do Estado que não seja legislar ou julgar.

Já pelo critério subjetivo, formal ou orgânico a Administração seria o conjunto de órgãos responsáveis pelas funções administrativas. Administração seria uma rede que fornece serviços públicos, aparelhamento administrativo, sede produtora de serviço.

O critério objetivo ou material considera a Administração uma atividade concreta desempenhada pelos órgãos públicos e destinada à realização das necessidades coletivas, direta e imediatamente.

O mesmo autor, em seu livro *Direito Administrativo Brasileiro*, utiliza a opinião de Laband e relembra não se poder esquecer que Administração, no campo do direito público, tem o significado perfeito de "gerenciamento de serviços públicos".

Elementos do Estado

Os três elementos do Estado são o povo, o território e o governo soberano. O povo pode ser entendido como o componente humano de cada Estado. Já o território pode ser concebido como a base física sobre a qual se estabelece o próprio Estado.

Governo soberano, por sua vez, é o elemento condutor do Estado. Ele detém e exerce o poder absoluto de autodeterminação e auto-organização emanado do povo.

A chamada *vontade estatal* se apresenta e se manifesta por meio dos Poderes de Estado.

1. *Território*: base física do Estado;
2. *Povo*: associação humana;
3. *Governo*: comando por parte de autoridade soberana.



1. Território

É a base física sobre a qual se fixa o povo e se exerce o poder estatal. Cuida-se da esfera territorial de validade da ordem jurídica nacional (KELSEN).

2. Povo

Conjunto das pessoas dotadas de capacidade jurídica para exercer os direitos políticos assegurados pela organização estatal.

Difere-se da população, cujo conceito envolve aspectos meramente estatísticos do número total de indivíduos que se sujeitam ao poder do Estado, incluindo, por exemplo, os estrangeiros, apátridas e os visitantes temporários.

Povo também não se confunde com “nação”. Embora o conceito de nação esteja ligado ao conceito de povo, contém um sentido político próprio: a nação é o povo que já adquiriu a consciência de si mesmo.

O povo é o titular da soberania (art. 1º, parágrafo único, da CF/88). É aos componentes do povo que se reservam os direitos inerentes à cidadania. No Brasil, contudo, a regra de que os direitos políticos são reservados somente a quem pertença ao povo comporta exceção, por causa do regime de equiparação entre brasileiros e portugueses, quando houver reciprocidade (art. 12, § 1º, da CF/88).

3. Governo

É o conjunto das funções necessárias à manutenção da ordem jurídica e da administração pública.

Deve ser **soberano**, ou seja, absoluto, indivisível e incontestável no âmbito de validade do ordenamento jurídico estatal. Todavia, existem formas estatais organizadas sob dependência substancial de outras (exemplos: San Marino, Mônaco, Andorra, Porto Rico), que por isso não podem ser chamadas de Estado *perfeito*. Ou seja, a soberania é uma qualidade do poder que mantém estreita ligação com o âmbito de validade e eficácia da ordem jurídica. Trata-se da característica de que se reveste o poder absoluto e originário do governo, que é exercitado em nome do povo.

No plano interno, o poder soberano não encontra limites jurídicos. Mas parte da doutrina entende que a soberania estatal é restrinvida por princípios de direito natural, além de limites ideológicos (crenças e valores nacionais) e limites estruturais da sociedade (sistema produtivo, classes sociais). Já no plano internacional, a soberania estatal encontra limites no *princípio da coexistência pacífica das soberanias estatais*.

Poder Global e a Nova ordem mundial

A **Nova Ordem Mundial** – ou Nova Ordem Geopolítica Mundial – significa o plano geopolítico internacional das correlações de poder e força entre os Estados Nacionais após o final da Guerra Fria.

Com a queda do Muro de Berlim, em 1989, e o esfacelamento da União Soviética, em 1991, o mundo se viu diante de uma nova configuração política. A soberania dos Estados Unidos e do capitalismo se estendeu por praticamente todo o mundo e a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) se consolidou como o maior e mais poderoso tratado militar internacional. O planeta, que antes se encontrava na denominada “Ordem Bipolar” da Guerra Fria, passou a buscar um novo termo para designar o novo plano político.

A primeira expressão que pode ser designada para definir a Nova Ordem Mundial é a unipolaridade, uma vez que, sob o ponto de vista militar, os EUA se tornaram soberanos diante da impossibilidade de qualquer outro país rivalizar com os norte-americanos nesse quesito.

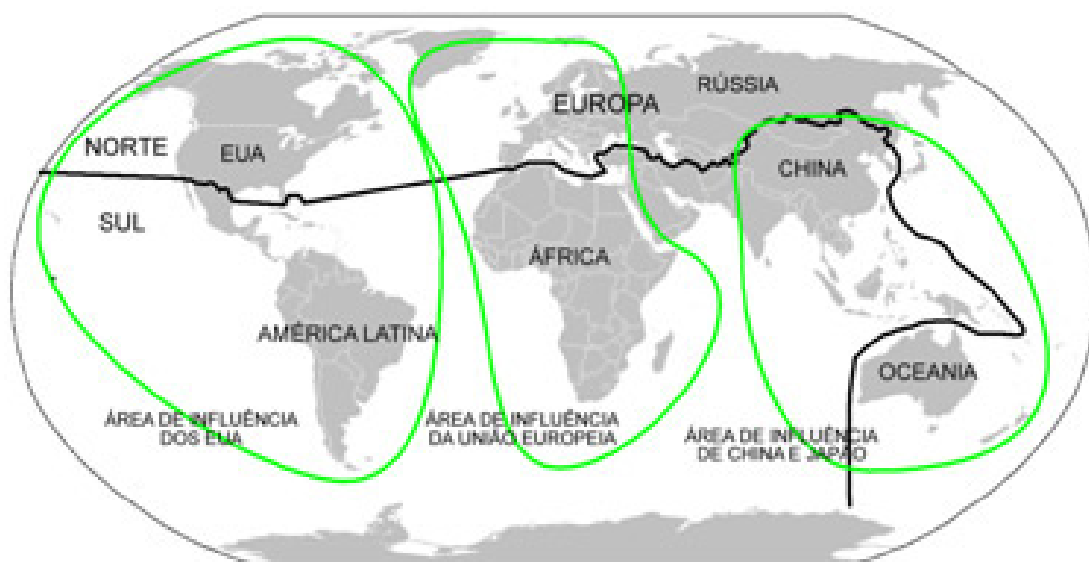
A segunda expressão utilizada é a multipolaridade, pois, após o término da Guerra Fria, o poderio militar não era mais o critério principal a ser estabelecido para determinar a potencialidade global de um Estado Nacional, mas sim o poderio econômico. Nesse plano, novas frentes emergiram para rivalizar com os EUA, a saber: o Japão e a União Europeia, em um primeiro momento, e a China em um segundo momento, sobretudo a partir do final da década de 2000.

Por fim, temos uma terceira proposta, mais consensual: a **unimultipolaridade**. Tal expressão é utilizada para designar o duplo caráter da ordem de poder global: “uni” para designar a supremacia militar e política dos EUA e “multi” para designar os múltiplos centros de poder econômico.

Mudanças na hierarquia internacional

Outra mudança acarretada pela emergência da Nova Ordem Mundial foi a necessidade da reclassificação da hierarquia entre os Estados nacionais. Antigamente, costumava-se classificar os países em 1º mundo (países capitalistas desenvolvidos), 2º mundo (países socialistas desenvolvidos) e 3º mundo (países subdesenvolvidos e emergentes). Com o fim do segundo mundo, uma nova divisão foi elaborada.

A partir de então, divide-se o mundo em países do Norte (desenvolvidos) e países do Sul (subdesenvolvidos), estabelecendo uma linha imaginária que não obedece inteiramente à divisão norte-sul cartográfica, conforme podemos observar na figura abaixo.



Mapa com a divisão norte-sul e a área de influência dos principais centros de poder

É possível perceber, no mapa acima, que a divisão entre norte e sul não corresponde à divisão estabelecida usualmente pela Linha do Equador, uma vez que os critérios utilizados para essa divisão são econômicos, e não cartográficos. Percebe-se que alguns países do hemisfério norte (como os Estados do Oriente Médio, a Índia, o México e a China) encontram-se nos países do Sul, enquanto os países do hemisfério sul (como Austrália e Nova Zelândia), por se tratarem de economias mais desenvolvidas, encontram-se nos países do Norte.

No mapa acima também podemos visualizar as áreas de influência política dos principais atores econômicos mundiais. Vale lembrar, porém, que a área de influência dos EUA pode se estender para além da divisão estabelecida, uma vez que sua política externa, muitas vezes, atua nas mais diversas áreas do mundo, com destaque para algumas regiões do Oriente Médio.

A “Guerra ao terror”

Como vimos, após o final da Guerra Fria, os Estados Unidos se viram isolados na supremacia bélica do mundo. Apesar de a Rússia ter herdado a maior parte do arsenal nuclear da União Soviética, o país mergulhou em uma profunda crise ao longo dos anos 1990 e início dos anos 2000, o que não permitiu que o país mantivesse a conservação de seu arsenal, pois isso custa muito dinheiro.

Em face disso, os Estados Unidos precisavam de um novo inimigo para justificar os seus estrondosos investimentos em armamentos e tecnologia bélica. Em 2001, entretanto, um novo inimigo surgiu com os atentados de 11 de Setembro, atribuídos à organização terrorista Al-Qaeda.



A tragédia de 11 de Setembro vitimou centenas de pessoas, mas motivou os EUA a gastarem ainda mais com armas.

Com isso, sob o comando do então presidente *George W. Bush*, os Estados Unidos iniciaram uma frenética Guerra ao Terror, em que foram gastos centenas de bilhões de dólares. Primeiramente os gastos se direcionaram à invasão do Afeganistão, em 2001, sob a alegação de que o regime Talibã que governava o país daria suporte para a Al-Qaeda. Em segundo, com a perseguição dos líderes dessa organização terrorista, com destaque para Osama Bin Laden, que foi encontrado e morto em maio de 2011, no Paquistão.

O que se pode observar é que não existe, ao menos por enquanto, nenhuma nação que se atreva a estabelecer uma guerra contra o poderio norte-americano. O “inimigo” agora é muito mais difícil de combater, uma vez que armas de destruição em massa não podem ser utilizadas, pois são grupos que atacam e se escondem em meio à população civil de inúmeros países.

Fronteiras Estratégicas e os muros que dividem o mundo

A expressão **Cortina de ferro** refere-se à fronteira que, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, dividiu a Europa ocidental do leste Europeu, região dominada pela União Soviética. Em um dos discursos mais famosos do período da Guerra Fria, Winston Churchill, então primeiro-ministro britânico, afirmou que:

“De Estetino, no [mar] Báltico, até Trieste, no [mar] Adriático, uma cortina de ferro desceu sobre o continente. Atrás dessa linha estão todas as capitais dos antigos Estados da Europa Central e Oriental. Varsóvia, Berlim, Praga, Viena, Budapeste, Belgrado, Bucareste e Sófia; todas essas cidades famosas e as populações em torno delas estão no que devo chamar de esfera soviética, e todas estão sujeitas, de uma forma ou de outra, não somente à influência soviética mas também a fortes, e em certos casos crescentes, medidas de controle emitidas de Moscou.”

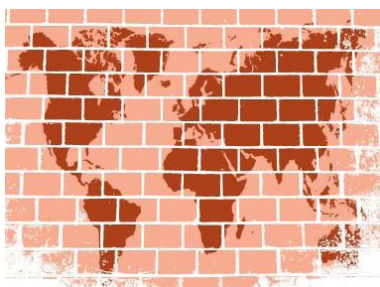
Era 5 de março de 1946 e a Segunda Guerra Mundial recém acabara. Vivía-se um período de tensão entre a comunista União Soviética e as outras potências Aliadas, todas de economia capitalista. O discurso de Churchill é considerado um marco para o início da Guerra Fria, pois colocou fim à aliança que derrotara Alemanha na Guerra e iniciou o processo de divisão da Europa e, posteriormente, do mundo, em duas zonas de influência: capitalista e comunista.

A expressão usada por Churchill era uma metáfora sobre a influência soviética na região e a separação econômica existente entre o leste europeu e a Europa capitalista. No entanto, a metáfora tornou-se realidade com a construção de muros militarmente protegidos pelos soviéticos, sendo o Muro de Berlim o mais famoso deles.

No mesmo discurso, Churchill disse ainda que era necessário evitar que outra catástrofe como o nazifascismo voltasse a destruir a Europa. Referia-se ao comunismo. Em resposta, Stálin, líder da União Soviética, afirmou que as baixas soviéticas durante a guerra haviam sido muito maiores que as britânicas ou norte-americanas e que, portanto, era os soviéticos que a Europa devia agradecer pela libertação do nazifascismo.

Em 1985, Mikhail Gorbachev assumiu a liderança da União Soviética e deu início a um processo de abertura política e econômica do regime, chamadas, respectivamente, de perestroika e glasnost. Tais reformas contribuíram para diminuir a tensão entre o bloco capitalista e a União Soviética, mas resultaram no fim da mesma. Em 1989, com a queda do Muro de Berlim, o mundo polarizado começou a ruir. Com a derrubada de Gorbachev, em 1991, o regime soviético chegou ao fim. Trinta anos depois de criada, a cortina de ferro se abriu definitivamente.

São vários os muros que dividem o mundo. Os de maior evidência estão no México, na Cisjordânia, em Ceuta e Melilla, no Chipre, além de inúmeros outros casos e exemplos.



Os muros proliferam-se nas fronteiras políticas e atuais do mundo

Embora os tempos de Globalização apregoem a maior aproximação das diferentes partes do planeta, com a diminuição das distâncias e dos obstáculos, ainda são vários os muros que dividem o mundo e que continuam a difundir-se por ele. Se, de um lado, temos a facilidade do deslocamento e da comunicação, por outro temos a adoção de políticas de contenção dessas facilidades, através da imposição de barreiras que visam, sobretudo, à divisão das pessoas e à materialização das fronteiras que existem somente na imaginação política dos governos e de alguns povos.

A seguir você poderá conferir um breve resumo dos principais muros do mundo na atualidade. Se, antes, o Muro de Berlim era alcunhado pelos países ocidentais capitalistas de “Muro da Vergonha”, o que dizer então dos muros atuais erguidos por esses mesmos países?

Muro de Israel

O Muro de Israel – também chamado de Muro da Cisjordânia – é um dos mais polêmicos muros da atualidade, pois se estabelece em torno da área onde se encontram os territórios dos povos palestinos, que perderam parte de suas áreas após a instauração do Estado de Israel pela ONU em 1947 e os desdobramentos posteriores a esse episódio histórico.



Imagem do Muro de Israel, na Cisjordânia

A construção desse muro iniciou-se em 2002 e ainda se encontra em fase de execução. Seu objetivo é isolar os povos islâmicos da Cisjordânia do território judeu sob a alegação de que, assim, evitar-se-ia a proliferação de atentados terroristas. A perspectiva é de que, ao final, o muro da Cisjordânia tenha pouco menos de 800 km.

Existem várias críticas direcionadas ao Muro de Israel, como a de que ele separaria famílias, isolaria os povos palestinos de suas fontes de trabalho e de recursos naturais, além de acusações que afirmam que esse muro estaria sendo construído em áreas para além da fronteira, reduzindo ainda mais o território já diminuto dos palestinos.

Muro do México

O Muro do México vem sendo construído desde 1994 pelos Estados Unidos, principalmente com a articulação dos acordos referentes ao NAFTA (Tratado de Livre Comércio da América do Norte). Construído em várias partes da fronteira entre os dois países e contando, atualmente, com mais de mil e cem quilômetros de extensão, o seu objetivo é conter a onda migratória de mexicanos e outros povos em direção aos EUA.



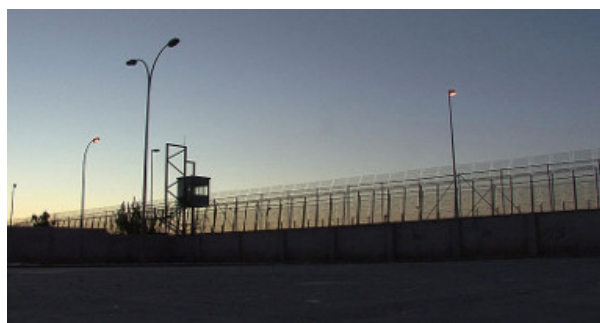
Muro construído nos arredores da cidade mexicana de Tijuana

Além da barreira em si, o Muro do México conta com fiscais dentro e fora de suas construções, além de equipamentos detectores de movimento e outras formas de vigiar a fronteira. No entanto, mesmo com a existência da barreira, são muitos os mexicanos que migram de uma área para outra, isso sem mencionar o número de pessoas que morrem durante o percurso, feito muitas vezes por especialistas em tráfico de pessoas, os chamados “coiotes”.

Esse muro é considerado por muitos um símbolo da ordem geopolítica atual, que é marcada pela divisão do mundo entre os países do norte desenvolvido e do sul subdesenvolvido, expressando, assim, as relações de desigualdade econômica e histórica, além das relações de dependência entre as diferentes partes do planeta.

Muros de Ceuta e Melilla

As cidades de Ceuta e Melilla encontram-se no extremo norte do continente africano, no Marrocos, e são banhadas pelo Mar Mediterrâneo. No entanto, elas são de domínio espanhol, sendo consideradas como cidades autônomas da Espanha. Por esse motivo, são muitos os imigrantes africanos que se deslocam para essas áreas com vistas a alcançar o território espanhol.



*Muro construído na cidade de Melilla **

Sendo assim, a Espanha também decidiu pela criação de dois muros, um em cada cidade. Mesmo assim, o número de imigrantes é muito alto e não são raras as pessoas que morrem partindo em direção ao território espanhol através do Mar Mediterrâneo. A extensão desses muros é de 20 km.

Muro do Chipre (linha verde)

O Muro do Chipre, também chamado de Linha Verde, é uma barreira dentro da ilha europeia que já foi dominada por vários povos ao longo da história. Após a independência do país, iniciaram-se vários conflitos envolvendo a maioria turca e a minoria grega. Por essa razão, foram promovidas várias tentativas de paz que culminaram no estabelecimento da linha verde pela ONU e na construção do muro na cidade de Nicósia, em 1974.



Vista do Muro do Chipe, na linha verde de Nicósia

Apesar de parte do muro ter sido destruída e de haver certa tensão entre os dois lados, ele ainda existe. No entanto, é permitido cruzar de um lado para outro, embora a barreira ainda sirva como uma espécie de vigilância e também como uma forma de demarcação territorial.

Além de todas essas barreiras, ainda existem vários outros muros espalhados pelo mundo, como o construído pelo Egito na região de fronteira com a Faixa de Gaza; o que divide o Kuwait do Iraque e até mesmo um muro entre Índia e Paquistão na Caxemira, além de outros casos. De toda forma, a existência desses muros derruba o mito de que, com os avanços tecnológicos, as fronteiras estariam mais fluidas e menos fortes. Pelo contrário, a fixação dessas fronteiras ainda continua sendo uma tônica no contexto geopolítico global contemporâneo.

Elementos de política brasileira

A primeira constatação que se pode fazer a propósito da provável política externa do futuro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva é a de que se tratará de uma diplomacia evolutiva, tanto em seus contornos conceituais como em seu *modus operandi*. No dia seguinte à sua eleição consagrada no segundo turno das eleições presidenciais, e não conhecido ainda o nome que integrará seu futuro governo na qualidade de chanceler – que poderia ser tanto um representante da diplomacia profissional, como um “civil” com conhecimento da área –, pode-se dizer que o PT percorreu um longo caminho de construção tentativa de um pensamento em política externa, desde o programa de cunho socializante do partido criado mais de duas décadas atrás, até o programa da campanha presidencial de 2002 e, mais importante, o primeiro pronunciamento oficial do presidente eleito, em 28 de outubro de 2002.

Com efeito, o programa fundacional do PT previa uma “política internacional de solidariedade entre os povos oprimidos e de respeito mútuo entre as nações que aprofunde a cooperação e sirva à paz mundial. O PT apresenta com clareza sua solidariedade aos movimentos de libertação nacional...” Não constava, do primeiro programa, menção explícita à “política externa”, mas, o “plano de ação” contemplava os seguintes pontos em seu item “V Independência Nacional: contra a dominação imperialista; política externa independente; combate a espoliação pelo capital internacional; respeito à autodeterminação dos povos e solidariedade aos povos oprimidos”.

Como se vê, uma plataforma típica dos partidos esquerdistas da América Latina no período clássico da Guerra Fria e dos “movimentos de libertação nacional”.

Desde então, o partido e seus dirigentes evoluíram sensivelmente, mas o itinerário não deixou de ser algo errático, ou pelo menos hesitante (ou relutante) na adesão a princípios consagrados da política externa brasileira, como poderia ser observado mediante um exame perfunctório dos principais temas de relações internacionais do Brasil selecionados como plataforma de campanha nas eleições presidenciais de 1989 até hoje. Vejamos rapidamente algumas dessas posições.

Em 1989, a principal característica do candidato Lula era sua identificação com a luta dos oprimidos da América Latina. O candidato do PT apresentou um amplo e abrangente programa de governo e, segundo se depreendia das resoluções políticas adotadas pelo Partido em seu IV Encontro Nacional (junho de 1989), pretendia propor uma “política externa independente e soberana, sem alinhamentos automáticos, pautada pelos princípios de autodeterminação dos povos, não-ingerência nos assuntos internos de outros países e pelo estabelecimento de relações com governos e nações em busca da cooperação à base de plena igualdade de direitos e benefícios mútuos”.

Mesmo se esses princípios não diferiam muito da política externa efetivamente seguida pelo Brasil, ainda assim uma vitória do candidato trabalhador, representaria uma reavaliação radical das posturas brasileiras na área, já que a “Frente Brasil Popular” prometia adotar uma “política antiimperialista, prestando solidariedade

irrestrita às lutas em defesa da autodeterminação e da soberania nacional, e a todos os movimentos em favor da luta dos trabalhadores pela democracia, pelo progresso social e pelo socialismo". Um hipotético Governo da Frente defenderia a "luta dos povos oprimidos da América Latina" e Lula chegou mesmo a propor a "decretação de uma moratória unilateral para 'solucionar' a questão da dívida externa".

Aliás, na proposta que o PSB – um dos membros da Frente – apresentou de um "programa mínimo" das esquerdas para as eleições presidenciais de 1989, se defendia a "imediata suspensão de qualquer pagamento relacionado com a dívida externa", a constituição de um "entendimento entre os diversos países devedores com vistas a fortalecer o não-pagamento" e o estabelecimento de "relações fraternas com todos os partidos que tenham como objetivo a construção da democracia e do socialismo com o objetivo de unir esforços na preparação de uma alternativa à crise do modo de produção capitalista".

Em 1994, o candidato do PT lançou-se em campanha à frente de todos os demais, tendo preparado-se, aliás, para disputar novamente a presidência praticamente desde o final das eleições de 1989. Alguns meses depois dessas eleições, o líder do PT tinha com efeito anunciado, em coalizão com alguns outros partidos de esquerda, a formação de um "governo paralelo", seguramente um dos poucos exemplos de shadow cabinet ao sul do Equador.

Infelizmente, a experiência não chegou realmente a frutificar, pelo menos no que se refere à atividade de um "ministro paralelo" das relações exteriores.

Não se teve notícia de que o chanceler "paralelo" – designado na pessoa do filósofo e professor Carlos Nelson Coutinho – tivesse avançado um programa, ou sequer elementos, de uma "política externa alternativa", com propostas concretas para o relacionamento internacional do Brasil.

Em todo caso, a partir desse período, Lula passou a viajar bastante pelo Brasil e ao exterior e patrocinou em São Paulo um "foro" de partidos de esquerda da América Latina, que depois consolidou-se como reunião periódica de formações "progressistas" da região e contrárias às supostas ou reais políticas "neoliberais" de estabilização econômica no continente. A despeito de uma condenação genérica do chamado "consenso de Washington", o candidato do PT também desenvolveu um maior conhecimento a respeito das opções na frente externa, tendo chegado a posições definidas, embora nem todas explícitas, em relação aos grandes problemas internacionais enfrentados pelo Brasil.

O PT foi também o que primeiro definiu um programa de Governo para as eleições de 1994, com propostas bem articuladas, mas por vezes contraditórias, que refletiam um intenso debate interno entre as diversas correntes do partido. Alguns grupos representativos de "minorias" (negros, ecologistas, homossexuais e outros grupos de "excluídos" ou "marginalizados") lograram incluir suas reivindicações específicas nesse programa. Com base no programa do Partido e em texto assinado pelo próprio candidato, quais foram, em todo caso, os principais elementos da agenda do PT em relação à política externa nacional e às relações internacionais nesse ano do Plano Real (definido pelo PT como um "estelionato eleitoral")?

O problema básico da política externa brasileira, tal como detectado no programa, foi designado como sendo a ausência, "há mais de quinze anos, de um projeto nacional de desenvolvimento", opinião reafirmada pelo candidato em artigo publicado no Boletim da Associação dos Diplomatas Brasileiros.

Lula reconhecia, também em acordo com o programa, que "durante os governos militares, mais particularmente no período do general Geisel, existia um projeto nacional, politicamente autoritário e socialmente excludente" que, a despeito das críticas que seu partido pode fazer, "abriu brechas para que o Brasil reorien-

tasse sua política externa". Em 1994, segundo o programa, persistia "inercialmente a política externa daquele período, adequada empiricamente às novas realidades...". Mas, em face do quadro de mudanças, o "Governo Democrático e Popular deveria desenvolver uma política externa que buscará simultaneamente uma inserção soberana do Brasil na mundo e a alteração das relações de força internacionais contribuindo para a construção de ordem mundial justa e democrática".

O programa de então destacava como áreas prioritárias da "nova política externa" a América Latina e o Mercosul, referindo-se aqui, de forma equivocada, ao "Merconorte". Ele não deixava tampouco de dar ênfase às "relações de cooperação econômica e nos domínios científico e tecnológico, com uma correspondente agenda política", na esfera Sul-Sul, com países como a China, Índia, Rússia e África do Sul e com os países de língua portuguesa. Algumas iniciativas internacionais eram listadas, como, por exemplo, a "rediscussão dos problemas das dívidas externas dos países periféricos", propostas sobre a fome e a miséria no mundo ou ainda a convocação de uma conferência internacional – "de porte semelhante à ECO92" – para discutir a situação do trabalho no mundo e medidas efetivas contra o desemprego. O programa também prometia recuperar o Ministério das Relações Exteriores, "cuja estrutura foi sucateada nos últimos anos".

Em seu artigo assinado, depois de listar algumas das transformações por que passou o mundo no período recente, o candidato Lula indicava alguns elementos para a formulação da "nova política externa para o Brasil". "Em primeiro lugar, o Brasil só poderá ter uma política externa consistente se tiver um claro projeto nacional de desenvolvimento, com o correspondente fortalecimento da democracia, o que significa universalização da cidadania, do respeito aos direitos humanos, reforma e democratização do Estado". Esse projeto nacional de desenvolvimento compreende um "modelo de crescimento que favoreça a criação de um gigantesco mercado de bens de consumo de massas que permita redefinir globalmente a economia, dandolhe, inclusive, novas condições de inserção e de cooperatividade internacionais". "Em segundo lugar, o Brasil não pode sofrer passivamente a atual (des)ordem mundial. Ele tem de atuar no sentido de buscar uma nova ordem política e econômica internacional justa e democrática".

Considerando que a política externa é, antes de mais nada, uma questão de política interna, o candidato reafirmava seus pressupostos de atuação: "A política externa não vem depois da definição de um projeto nacional. Ela faz parte deste projeto nacional". Parafraseando Clausewitz, o candidato do PT, portanto, também poderia hipoteticamente dizer: "A política externa é a continuação da política interna por outros meios".

Em 1998, já em sua terceira candidatura, desta vez por uma coligação a "União do Povo Muda Brasil", com PT/PDT/PCdoB/PSB/PCB Lula esforçou-se por colocá-la sob o signo da continuidade e da inovação, este último aspecto apresentando-se, desde o início da campanha, sob a forma de uma aliança política privilegiada com seu concorrente trabalhista das experiências anteriores, o líder do PDT Leonel Brizola. Este antigo líder da história política brasileira chegou a causar constrangimentos para o então relativamente moderado candidato "dos trabalhadores", ao defender uma postura intransigente em relação ao capital estrangeiro e às privatizações de empresas públicas, chegando mesmo a declarar que não só esse processo seria interrompido mas que algumas das leiloadas seriam suscetíveis de reversão ao domínio estatal num eventual governo da coligação.

O próprio candidato à presidência defendeu uma redução das importações por via de medidas governamentais, embora de caráter tarifário, o que garantiria a transparência da política comercial

de um Governo do PT e seus aliados partidários. As “Diretrizes do Programa de Governo” da coalizão popular acusavam o Governo FHC de ter praticado uma abertura “irresponsável” da economia e de ter desnacionalizado a “nossa indústria e nossa agricultura, provocando desemprego e exclusão social”. A ênfase na perda de soberania econômica do País era aliás o ponto forte da campanha de Lula na área internacional, elemento combinado a uma política externa de tipo voluntarístico que se propunha mudar a forma de inserção do Brasil no mundo a partir da manifestação da vontade política, aqui ignorando aparentemente as linhas de força nas instituições internacionais e nas relações com os demais países, parceiros ou “adversários” na atual ordem econômica mundial.

O Ponto 12 dessas diretrizes, “Presença soberana no mundo”, defendia, de forma conseqüente, uma “política externa, fundada nos princípios da autodeterminação”, que faria — segundo o texto, “expressará nosso desejo” de ver — o Brasil atuar “com decisão visando alterar as relações desiguais e injustas que se estabeleceram internacionalmente”. Ainda nessa mesma linha, um eventual Governo liderado pelo PT lutaria “por mudanças profundas nos organismos políticos e econômicos mundiais, sobretudo a ONU, o FMI e a OMC”. Com efeito, documento liberado quando do agravamento da crise financeira, em princípios de setembro de 1998, avançava a proposta de “participar da construção de novas instituições financeiras internacionais”, uma vez que “as atualmente existentes — FMI, OMC, BIRD — são incapazes de enfrentar a crise”. De forma ainda mais explícita, a coalizão de Lula pretendia combater o Acordo Multilateral de Investimentos em fase de negociação na OCDE, considerado como “atentatório à soberania nacional”.

De maneira mais positiva, o programa enfatizava a intenção de fortalecer as relações do Brasil com os outros países do Sul, “em especial com os da América Latina, da África meridional e aos de expressão portuguesa”. O processo de integração subregional, finalmente, era visto muito positivamente, mas ficava claro o desejo de efetuar uma “ampliação e reforma do Mercosul que reforce sua capacidade de implementar políticas ativas comuns de desenvolvimento e de solução dos graves problemas sociais da região”. Depreendia-se, contudo, das declarações de diversos membros da coalizão que o Mercosul era considerado como uma espécie de “bastião antiimperialista”, em contraposição ao projetos norte-americanos de diluir esse esquema num vasto empreendimento livre-cambista do Alasca à Terra do Fogo. De forma geral, a ALCA se apresentava como um anátema na política externa de um Governo liderado pelo PT, perdendo apenas em importância na escala de inimigos ideológicos para o neoliberalismo e a globalização selvagem promovida pelas grandes empresas multinacionais.

Já em 2002, o cenário mudou substancialmente, com a expressão inédita de um novo realismo diplomático, a começar pela política de alianças buscada pelo candidato Lula, desta vez não unicamente à esquerda, mas envolvendo em especial o Partido Liberal, que forneceu seu candidato a vice. Ainda que partindo na frente de todos os demais candidatos, tanto em termos de candidatura oficiosa como no que se refere aos índices de aceitação eleitoral, o candidato do PT e o próprio partido foram desta vez extremamente cautelosos na formulação das bases da campanha política, a começar pelas alianças contraídas com vistas a viabilizar um apoio “centrista” ao candidato.

Lula foi também bastante cauteloso na exposição de suas idéias, ainda que algumas delas, ainda no início da campanha, tenham sido exploradas por seus adversários (como por exemplo o apoio às políticas subvencionistas da agricultura européia ou a proposta de que o Brasil deveria deixar de exportar alimentos até que todos os brasileiros pudessem se alimentar de maneira conveniente). Nessa fase, ele ainda repetia alguns dos velhos bordões do passado (contra o FMI e a Alca, por exemplo), que depois foram sendo corrigidos ou

alterados moderadamente para acomodar as novas realidades e a coalizão de forças com grupos nacionais moderados que se pensava constituir de forma inédita.

Em matéria de política externa, mais especificamente, a intenção — aliás partilhada com os demais candidatos e, de certa forma, implementada pelo governo FHC — era a de ampliar as relações do Brasil com outros grandes países em desenvolvimento, sendo invariavelmente citados a China, a Índia e a Rússia. No plano econômico, o compromisso — também expresso pelos demais candidatos — era o de diminuir o grau de dependência financeira externa do Brasil, mobilizando para tal uma política de promoção comercial ativa, com novos instrumentos para esse efeito (possivelmente uma secretaria ou ministério de comércio exterior). Segundo a “Carta ao Povo Brasileiro”, divulgada por Lula em 22 de junho, o povo brasileiro quer “trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas”.

De maneira ainda mais enfática, nesse documento, Lula afirmou claramente que a “premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do País”.

Depois de algumas ameaças iniciais de se retirar das negociações da Alca (que seria “mais um projeto de anexação [aos EUA] do que de integração”), Lula passou a não mais rejeitar os pressupostos do livre-comércio, exigindo apenas que ele fosse pelo menos equilibrado, e não distorcido em favor do parceiro mais poderoso, o que constituiu notável evolução em relação a afirmações de poucas semanas antes. O principal assessor econômico do candidato, deputado Aloízio Mercadante foi bastante cauteloso na qualificação das eventuais vantagens da Alca: “Esta não deve ser vista como uma questão ideológica ou de posicionamento pró ou contra os Estados Unidos, mas sim como um instrumento que pode ou não servir aos interesses estratégicos brasileiros” (Valor Econômico, 15.07.02). Os contatos mantidos pela cúpula do PT com industriais, banqueiros e investidores estrangeiros tendiam todos a confirmar esse novo realismo diplomático, e sobretudo econômico, do candidato.

De fato, os principais dirigentes do PT começaram, em plena campanha, a se afastar cautelosamente das propostas tendentes a realizar um plebiscito nacional sobre a Alca (organizado pela CUT, pelo MST e pela CNBB), uma vez que ele teria resultados mais do que previsíveis, todos negativos para a continuidade dessas negociações. De modo ambíguo, porém, o assessor Mercadante parecia acreditar na possibilidade de um acordo bilateral com os EUA, sem explicar como e em que condições ele poderia ser mais favorável do que o processo hemisférico: “é importante que, independentemente da Alca, o Brasil e os Estados Unidos iniciem um processo de negociação bilateral direcionado para a ampliação do seu intercâmbio comercial e a distribuição mais justa de seus benefícios”. O PT parecia assim ter iniciado, ainda que de maneira hesitante, o caminho em direção ao reformismo moderado.

O programa divulgado pelo candidato em 23 de julho de 2002 era bastante ambicioso quanto aos objetivos de “sua” política externa, uma vez que prometia convertê-la num dos eixos do processo de desenvolvimento nacional: “A política externa será um meio fundamental para que o governo implante um projeto de desenvolvimento nacional alternativo, procurando superar a vulnerabilidade do País diante da instabilidade dos mercados financeiros globais. Nos marcos de um comércio internacional que também vem sofrendo restrições em face do crescente protecionismo, a política externa será indispensável para garantir a presença soberana do Brasil no mundo.” Parece ter ocorrido aqui, ao contrário das ocasiões anteriores, uma espécie de sobrevalorização da política externa, ou em todo caso, uma esperança exagerada em suas virtudes transformadoras.

Com efeito, o candidato Lula pretendia, nada mais nada menos que reorganizar o mundo e o continente sul-americano a partir de suas propostas diplomáticas, o que denota ou excesso de otimismo ou desconhecimento quanto aos limites impostos pela realidade internacional a esses grandes projetos mudancistas no cenário externo, sobretudo vindos de um país dotado de recursos externos limitados como o Brasil. “Uma nova política externa deverá igualmente contribuir para reduzir tensões internacionais e buscar um mundo com mais equilíbrio econômico, social e político, com respeito às diferenças culturais, étnicas e religiosas. A formação de um governo comprometido com os interesses da grande maioria da sociedade, capaz de promover um projeto de desenvolvimento nacional, terá forte impacto mundial, sobretudo em nosso Continente. Levando em conta essa realidade, o Brasil deverá propor um pacto regional de integração, especialmente na América do Sul. Na busca desse entendimento, também estaremos abertos a um relacionamento especial com todos os países da América Latina.”

Em contraposição ao candidato governista, supostamente herdeiro da política de integração do presidente FHC mas de fato cético quanto a suas vantagens para o Brasil, o candidato Lula era o mais entusiástico promotor do Mercosul, mas ainda aqui com pouco realismo em relação às chances de uma moeda comum no curto prazo ou a implantação de instituições mais avançadas: “É necessário reavivar o Mercosul, transformando-o em uma zona de convergência de políticas industriais, agrícolas, comerciais, científicas e tecnológicas, educacionais e culturais. Reconstruído, o Mercosul estará apto para enfrentar desafios macroeconômicos, como os de uma política monetária comum. Também terá melhores condições para enfrentar os desafios do mundo globalizado. Para tanto, é fundamental que o bloco construa instituições políticas e jurídicas e desenvolva uma política externa comum.”

Persistia, igualmente, no programa, a atitude de princípio contrária à Alca e um certo equívoco quanto aos objetivos de uma zona de livre-comércio, pois que se via nesse processo a necessidade do estabelecimento de políticas compensatórias, quando são raros os exemplos de acordos de simples liberalização de comércio que contemplem tais tipos de medidas corretivas:

“Essa política em relação aos países vizinhos é fundamental para fazer frente ao tema da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). O governo brasileiro não poderá assinar o acordo da ALCA se persistirem as medidas protecionistas extra-alfandegárias, impostas há muitos anos pelos Estados Unidos. (...) A política de livre comércio, inviabilizada pelo governo norteamericano com todas essas decisões, é sempre problemática quando envolve países que têm Produto Interno Bruto muito diferentes e desníveis imensos de produtividade industrial, como ocorre hoje nas relações dos Estados Unidos com os demais países da América Latina, inclusive o Brasil. A persistirem essas condições a ALCA não será um acordo de livre comércio, mas um processo de anexação econômica do Continente, com gravíssimas consequências para a estrutura produtiva de nossos países, especialmente para o Brasil, que tem uma economia mais complexa. Processos de integração regional exigem mecanismos de compensação que permitam às economias menos estruturadas poder tirar proveito do livre comércio, e não sucumbir com sua adoção. As negociações da ALCA não serão conduzidas em um clima de debate ideológico, mas levarão em conta essencialmente o interesse nacional do Brasil.”

Um certo idealismo mudancista se insinua igualmente no programa, ao pretender um eventual governo do PT conduzir uma “aproximação com países de importância regional, como África do Sul, Índia, China e Rússia”, com o objetivo de “construir sólidas relações bilaterais e articular esforços a fim de democratizar as relações internacionais e os organismos multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI),

a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Mundial”. Por outro lado, a antiga desconfiança em relação ao capital estrangeiro cedeu lugar a uma postura mais equilibrada, uma vez que se afirmou no programa de 2002 que o Brasil “não deve prescindir das empresas, da tecnologia e do capital estrangeiro”, alertando então que os “países que hoje tratam de desenvolver seus mercados internos, como a Índia e a China, não o fazem de costas para o mundo, dispensando capitais e mercados externos”. Mas, se advertia também que as “nações que deram prioridade ao mercado externo, como o Japão e a Coreia, também não descuidaram de desenvolver suas potencialidades internas, a qualidade de vida de seu povo e as formas mais elementares de pequenos negócios agrícolas, comerciais, industriais e de serviços.”

O excessivo viés em favor do mercado interno foi corrigido no programa, que tende por outro lado a esquecer a ênfase atribuída pelo governo FHC ao crescimento das exportações: “Sem crescimento dificilmente estaremos imunes à espiral viciosa do desemprego crescente, do desarranjo fiscal, de déficits externos e da incapacidade de honrar os compromissos internos e internacionais. O primeiro passo para crescer é reduzir a atual fragilidade externa. (...) Para combater essa fragilidade, nosso governo vai montar um sistema combinado de crédito e de políticas industriais e tributárias. O objetivo é viabilizar o incremento das exportações, a substituição competitiva de importações e a melhoria da infra-estrutura. Isso deve ser feito tanto por causa da fragilidade das contas externas como porque o Brasil precisa conquistar uma participação mais significativa no comércio mundial, o que o atual governo menosprezou por um longo período”.

Em suma, o candidato do PT realizou um notável percurso em direção de uma postura mais realista no campo da política externa, assim como no terreno mais geral das políticas econômicas, notadamente no que se refere ao relacionamento com o capital estrangeiro e com as instituições financeiras internacionais. Cabe registro, em todo caso, a seu acolhimento, não totalmente desfavorável, em relação ao acordo anunciado pelo governo de mais um pacote de sustentação financeira por parte do FMI, desta vez pela soma inédita de 30 bilhões de dólares. A nota divulgada pela campanha de Lula na ocasião foi bastante cautelosa no que se refere ao cumprimento das obrigações externas, ainda que registrando negativamente o encargo passado ao governo futuro de manter um superávit primário na faixa de pelo menos 3,75% do PIB até 2004. Ao encontrar-se com o presidente FHC, a pedido deste, para tratar da questão do acordo com o FMI, em 19 de agosto, o candidato do PT reiterava seu entendimento de que as dificuldades decorriam do “esgotamento do atual modelo econômico”, confirmando também, com franqueza, seu compromisso afirmado na “Carta ao Povo Brasileiro”: o de que, “se vencermos as eleições começaremos a mudar a política econômica desde o primeiro dia”.

Não obstante, Lula oferecia uma série de sugestões para, no seu entendimento, “ajudar o País a sair da crise”, muitas delas medidas de administração financeira, de política comercial e de reativação da economia.

O PT e seu candidato das três disputas anteriores se esforçavam, dessa forma, em provar aos interlocutores sociais – eleitores brasileiros – e aos observadores externos – capitalistas estrangeiros e analistas de Wall Street – que o partido e seus aliados estavam plenamente habilitados a assumir as responsabilidades governamentais e a representar os interesses externos do País com maior dose de realismo econômico e diplomático do que tinha sido o caso nas experiências precedentes.

Essa evolução moderada foi confirmada, finalmente, no primeiro pronunciamento do presidente eleito, em 28 de outubro de 2002. Nesse texto, consciente da gravidade da crise econômica e dos focos de tensão externa remanescente, Lula advertiu: “O Brasil

fará a sua parte para superar a crise, mas é essencial que além do apoio de organismos multilaterais, como o FMI, o BID e o BIRD, se restabeleçam as linhas de financiamento para as empresas e para o comércio internacional. Igualmente relevante é avançar nas negociações comerciais internacionais, nas quais os países ricos efetivamente retirem as barreiras protecionistas e os subsídios que penalizam as nossas exportações, principalmente na agricultura.” A segunda frase, particularmente, poderia, sem qualquer mudança, ter sido pronunciada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, por seu chanceler ou por seu ministro da economia.

Também, diferentemente da “ameaça” de cessar as exportações de alimentos até que todos os brasileiros pudessem se alimentar de maneira conveniente, Lula traçou um retrato convincente das possibilidades nessa área: “Nos últimos três anos, com o fim da âncora cambial, aumentamos em mais de 20 milhões de toneladas a nossa safra agrícola. Temos imenso potencial nesse setor para desencadear um amplo programa de combate à fome e exportarmos alimentos que continuam encontrando no protecionismo injusto das grandes potências econômicas um obstáculo que não pouparamos esforços para remover.” Igualmente, não há nada aqui que não poderia receber o endosso – e de fato já integra o discurso – da administração atuante até o final de 2002.

De modo geral, a “nova diplomacia” não parece afastar-se muito da “velha”, com talvez uma afirmação mais enfática dos “interesses nacionais” e da defesa da soberania: “É uma boa hora para reafirmar um compromisso de defesa corajosa de nossa soberania regional. E o faremos buscando construir uma cultura de paz entre as nações, aprofundando a integração econômica e comercial entre os países, resgatando e ampliando o Mercosul como instrumento de integração nacional e implementando uma negociação soberana frente à proposta da ALCA. Vamos fomentar os acordos comerciais bilaterais e lutar para que uma nova ordem econômica internacional diminua as injustiças, a distância crescente entre países ricos e pobres, bem como a instabilidade financeira internacional que tantos prejuízos tem imposto aos países em desenvolvimento. Nosso governo será um guardião da Amazônia e da sua biodiversidade. Nosso programa de desenvolvimento, em especial para essa região, será marcada pela responsabilidade ambiental.” Em outros termos, abandonou-se a tese da Alca “anexacionista” em favor de uma negociação séria dos interesses brasileiros nesses acordos de liberalização comercial.

A defesa do multilateralismo não destoa, em praticamente ponto nenhum, das conhecidas posições defendidas tradicionalmente pela diplomacia brasileira:

“Queremos impulsionar todas as formas de integração da América Latina que fortaleçam a nossa identidade histórica, social e cultural. Particularmente relevante é buscar parcerias que permitam um combate implacável ao narcotráfico que alicia uma parte da juventude e alimenta o crime organizado.

Nosso governo respeitará e procurará fortalecer os organismos internacionais, em particular a ONU e os acordos internacionais relevantes, como o protocolo de Quioto, e o Tribunal Penal Internacional, bem como os acordos de não proliferação de armas nucleares e químicas. Estimularemos a ideia de uma globalização solidária e humanista, na qual os povos dos países pobres possam reverter essa estrutura internacional injusta e excludente.”

Em suma, atendidas algumas ênfases conceituais e a defesa afirmada da soberania nacional, a política externa do governo que inicia seu termo em janeiro de 2003 não destoa, substancialmente, da diplomacia conduzida de maneira bastante profissional pelo Itamaraty no período recente, conformando aliás uma concordância de princípio com a tradicional “diplomacia do desenvolvimento” impulsionada pelo Brasil desde largos anos. No plano operacional, parece inevitável o aumento do diálogo do Itamaraty com o Congresso

e outras forças organizadas da sociedade civil, como os sindicatos, as organizações não-governamentais e representantes do mundo acadêmico. Trata-se, em todo caso, de uma saudável inovação para uma instituição cujo moto organizador parece consubstanciar-se na frase “renovar-se na continuidade”. Com talvez alguma surpresa verbais, naturais em momentos de mudança paradigmática como a que vive o Brasil, tanto a inovação como a continuidade parecem garantidas no futuro governo sob a hegemonia do novo centro político brasileiro. As gerações mais jovens do Itamaraty certamente receberam com bastante satisfação a confirmação da mudança política no cenário eleitoral e parecem animadas com as perspectivas de mudança – talvez até geracional – que podem operar-se na Casa de Rio Branco. A confirmar-se a “continuidade da renovação”, o Itamaraty tem todas as condições de emergir, nos próximos quatro anos, com uma nova legitimidade no plano societal interno, ao ser implementada a nova diretriz de colocar, de maneira mais afirmada, a política externa a serviço de um projeto nacional de desenvolvimento econômico e social.

CULTURA INTERNACIONAL E CULTURA BRASILEIRA (MÚSICA, LITERATURA, ARTES, ARQUITETURA, RÁDIO, CINEMA, TEATRO, JORNAIS, REVISTAS E TELEVISÃO)

Cultura é um complexo que inclui necessariamente a compreensão de diversos valores morais e éticos que guiam nosso comportamento social. É estudado um grande conjunto de atividades e modos de agir, costumes e instruções de um povo.

É o meio pelo qual o homem se adapta às condições de existência transformando a realidade. Alcançar estes conhecimentos tendo como condução nossas emoções e a avaliação do outro, é um grande desafio.

A cultura é dinâmica. Como construção de ajustamento a cultura sofre modificações, traços são perdidos, outros se adicionam, em velocidades diferentes e nas diferentes sociedades, mudanças que sucedidas em uma cultura de uma determinada geração passam à geração seguinte, aonde vai se transformando, perdendo e agrupando outros aspectos buscando assim aperfeiçoar a vivência das novas gerações.

O ambiente cumpre uma ação fundamental sobre as mudanças culturais, embora não apenas isso: os homens mudam sua maneira de encarar o mundo tanto por contingências ambientais quanto por transformações da consciência social. Cada país possui a sua própria cultura, que é influenciada por múltiplos fatores.

A cultura brasileira, por exemplo, é marcada pela boa disposição e alegria, e isso reflete também na música, no caso do samba, que também faz parte da cultura brasileira. No caso da cultura portuguesa, o fado é o patrimônio musical mais famoso, que reflete uma característica do povo português (o saudosismo).

É um processo em intensa evolução, diversificação e de grande riqueza. É o desenvolvimento de um grupo social, uma nação, uma comunidade; fruto do esforço coletivo pelo aprimoramento de valores espirituais e materiais, conjunto de fenômenos materiais e ideológicos que caracterizam um grupo étnico ou uma nação (língua, costumes, rituais, culinária, vestuário, religião, etc).

A fundamental característica da cultura está no fato de os indivíduos terem sempre de responder ao meio de acordo com a mudança de hábitos, mais até que possivelmente uma evolução biológica. A cultura também é definida em ciências sociais como um conjunto de ideias, comportamentos, símbolos e práticas sociais, aprendidos de geração em geração através da vida em sociedade.

Seria a herança social da humanidade ou ainda de forma específica, uma determinada variante da herança social. É um conceito que está sempre em desenvolvimento, e com o passar do tempo ela é influenciada por novas maneiras de pensar inerentes ao desenvolvimento dos seres humanos.

Tipos e exemplos de cultura

Podemos estabelecer três tipos básicos de cultura, tomando uma concepção restrita da palavra que se refere mais ao ambiente estético e artístico do que a um conjunto de saberes coletivos. Esses tipos são:

Cultura erudita

A cultura erudita, muitas vezes utilizada como sinônimo de uma cultura muito desenvolvida esteticamente e de alto valor, é um termo que, quando empregado, pode resultar em uma visão etnocêntrica. Cultura erudita é a cultura criada por uma elite, econômica, social ou intelectual, que tenta se sobrepor aos outros tipos de cultura por meio de sua própria classificação.

Muitos elementos culturais criados pelas elites foram amplamente difundidos, sobretudo da elites europeias, muitas vezes de grande desenvolvimento técnico, como a música erudita barroca e clássica, a ópera, a pintura e a escultura renascentista etc. Dessa feita, podemos elencar como exemplos mais específicos as óperas do compositor alemão Richard Wagner, como *Tristão e Isolde* ou *O Anel dos Nibelungos*; as pinturas de Caravaggio; as peças musicais de Bach, de Vivaldi ou a ópera de Bizet.

Cultura popular

É a expressão cultural geral de um povo que, em muitos casos, em especial em países como o Brasil, está fora do eixo erudito, por ser uma manifestação popular criada por povos marginais, ou seja, que estão à margem da sociedade, fora das elites.

Se pensarmos no Brasil, temos uma vasta e rica cultura nordestina, nortista, sertaneja e indígena e, nos centros urbanos, das periferias e favelas, as quais não se enquadram ao padrão erudito, pois a nossa “erudição cultural” importou padrões essencialmente europeus.

Tomemos, como exemplos, a cultura indígena; o cordel nordestino; a literatura de Ariano Suassuna (de uma estética linguística erudita, no sentido de rebuscada, mas partindo de elementos da cultura nordestina); a música sertaneja de raiz; o samba, que foi rechaçado pela cultura erudita por muito tempo por ter surgido como expressão cultural dos negros, descendentes de escravos e favelados; o rap brasileiro e o funk carioca autêntico (o funk carioca de origem, sem a interferência da indústria cultural), que hoje passam pela mesma discriminação que o samba sofreu no início do século XX.

Essas mudanças de visão demonstram que os padrões culturais e estéticos mudam ao longo do tempo. O mesmo aconteceu com o jazz, nos Estados Unidos, que era visto como uma cultura inferior por ter suas raízes fincadas nos negros escravizados, mas hoje possui o status de cultura erudita.

Teodor Adorno, por exemplo, que, além de filósofo, era músico, considerava o jazz uma degeneração musical dançante, fruto da cultura de massa, pois fugia do padrão estético da cultura erudita europeia da qual Adorno utilizava como padrão de medida.

Cultura de massa

A cultura de massa é diferente da cultura popular e da cultura erudita, mas pode mesclar elementos de ambas. A cultura de massa não é uma manifestação cultural autêntica criada por um povo ou por uma elite intelectual, mas é um produto da indústria cultural, que visa a atender as normas do mercado e fazer da cultura e da

arte um negócio lucrativo, produzindo e vendendo elementos culturais como se fossem objetos que as pessoas desejam comprar.

O principal eixo produtor e disseminador dos padrões culturais massificados hoje é os Estados Unidos, que importa os seus produtos culturais para vários países globalizados, que assimilam aqueles produtos como uma cultura autêntica.

Cultura Nacional

Nós, brasileiros, somos parte de um enorme grupo que compartilha uma determinada cultura e, dentro desse grupo, há outros grupos, menores, que compartilham outras culturas. Ou seja, há certas características comuns a todos os brasileiros, porém, cada povo dentro do Brasil compartilha outras características particulares. Descomplicando isso tudo, o que se quer dizer é que paulistas, baianos, cearenses, gaúchos, cariocas, todos nós somos brasileiros e compartilhamos costumes e valores comuns como, por exemplo, a nossa receptividade. No entanto, há características particulares dentro de cada um desses grupos. Por exemplo: o funk, apesar de ser escutado e dançado em muitas partes do país, é uma particularidade dos imaginários culturais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Ainda assim, o mesmo funk, por vezes, tem características diferentes em cada um desses estados. Indo direto ao ponto: o Brasil, como o grande país que é, tem uma diversidade cultural tão extensa quanto seu tamanho.

É importante, ou melhor, é imprescindível sabermos a razão dessa diversidade toda. A razão está na formação da nossa cultura, que se divide em quatro momentos. São eles: o período da colonização, o período da independência política do Brasil para com a sua metrópole, o período da república e o período que vivemos atualmente, o da globalização.

Durante a colonização, nossa nação começa a dar os primeiros passos, pelo menos em termos de formação cultural. Foi nesse momento que houve o primeiro contato de três povos muito diferentes, responsáveis pelo nosso hibridismo cultural: os europeus, os indígenas e os africanos. É importante lembrar que esses termos são uma generalização e que eles englobam diversos povos africanos e indígenas e, por isso, quando os usamos, não estamos falando de uma unidade cultural oriunda da África e das tribos que aqui havia, mas de uma pluralidade imensa. Além disso, quando mencionamos os europeus, estamos falando não só dos portugueses, mas também de outras nacionalidades que aqui estiveram por tanto tempo, como os holandeses. O que isso tudo significa? A nossa cultura já começa sendo formada pela mistura de várias outras. Por isso, hoje, somos um país cheio de religiões, estilos musicais, danças... Você não pode deixar de levar isso em consideração caso o tema da redação esteja relacionado a isso.

O segundo momento que mencionamos, junto ao terceiro, também é de extrema importância. Na independência do Brasil começamos, timidamente, a buscar a nossa independência cultural da Europa, já que, desde o século XVI, éramos reprodutores de tudo o que a nossa metrópole criava. Foi nesse momento que o romantismo começou a ser patrocinado aqui no Brasil, como uma tentativa de produção nacional, se tornando o primeiro passo da nossa emancipação cultural. O terceiro momento, a república, foi um grito de liberdade ainda maior. Na época, com tudo o que acontecia dentro e fora do país, a tendência era, cada vez mais, produzir coisas nossas. Nesse período, surgiu o modernismo, que veio pra mostrar como é o Brasil e pra provar que o povo brasileiro podia ser tema da nossa própria arte. (Vale lembrar que, nesse momento, os Estados Unidos da América já tinham virado o jogo e, assim como a Europa, também exportava novidades artísticas, sendo outro foco do nosso desejo de emancipação.).

O quarto momento que temos de analisar é um pouco mais simples de entendermos, já que está tão próximo de nós: a globalização. Através do avanço dos meios de comunicação, da ampla

utilização da internet, de computadores, e a facilidade com que a informação circula no mundo todo, temos a sensação de que o mundo está mais dinâmico e próximo. Por conta de toda essa facilidade, é comum que haja um diálogo maior entre as culturas. Por isso temos a sensação de que nossos valores e costumes são cada vez mais iguais. Porém, as coisas não são assim como imaginamos. Esse diálogo não ocorre de forma homogênea, sendo assim, não podemos considerar que a mistura de culturas que a globalização possibilitou foi igualitária. O que queremos dizer com isso? Na verdade, com a globalização, o imperialismo cultural que sofriamos da Europa não se findou, mas passou a ser um imperialismo oriundo dos EUA. Trocamos, apenas, de metrópole. O mundo todo passou pelo mesmo processo.

Cultura brasileira

A cultura brasileira é rica e diversa, o que se explica pela formação geográfica e histórica do país. Indígenas, africanos e portugueses contribuíram muito para essa construção.

A cultura brasileira, assim como a formação étnica do povo brasileiro, é vasta e diversa. Nossos hábitos culturais receberam elementos e influências de povos indígenas, africanos, portugueses, espanhóis, italianos e japoneses, entre outros, devido à colonização, à imigração e aos povos que já habitavam aqui.

São elementos característicos da cultura brasileira a música popular, a literatura, a culinária, as festas tradicionais nacionais, como o Carnaval, e as festas tradicionais locais, como as Cavalhadas de Pirenópolis, em Goiás, e o Festival de Parintins, no Amazonas.

A religião, como elemento cultural, também sofreu miscigenação, formando o que chamamos de sincretismo religioso. O sincretismo religioso brasileiro reúne elementos do candomblé, do cristianismo e das religiões indígenas, formando uma concepção religiosa plural.

Como a cultura brasileira nasceu?

Podemos dizer que os elementos mais antigos da cultura genuinamente brasileira remontam aos povos indígenas que já habitavam o território de nosso país antes da chegada dos portugueses em 1500. Donos de uma cultura extensa, os povos nativos mantinham as suas crenças e praticavam seus elementos culturais aliados a um modo de vida simples e em contato com a natureza.

Com a chegada dos portugueses e o início da colonização, a cultura europeia foi introduzida, à força, nos povos indígenas, e as missões da Companhia de Jesus (formadas por padres jesuítas) vieram para o Brasil com o intuito de catequizar os índios.

No século XVII, devido ao grande número de engenhos de cana-de-açúcar, os europeus começaram a capturar e trazer os negros africanos, à força, para o Brasil, como escravos. Esses, tiranicamente escravizados, trouxeram consigo elementos da sua cultura e de seus hábitos, como as religiões de matriz africana, a sua culinária e seus instrumentos musicais.

No século XIX, o Brasil vivenciou mais um processo migratório composto por trabalhadores italianos que vieram trabalhar nas lavouras de café, quando os primeiros indícios da abolição da escravidão já apontavam no governo brasileiro. Outros grandes fluxos migratórios significativos aconteceram durante a Segunda Guerra Mundial, quando japoneses, alemães e judeus buscaram refúgio em terras brasileiras.

Toda essa vastidão de povos provocou a formação de uma cultura plural e de culturas diferentes. As diferenças geográficas também contribuíram para que o processo cultural brasileiro se tornasse plural e diversificado.

Se considerarmos como exemplo a música sertaneja de raiz, encontramos nela elementos que remetem à vida no campo. Já o funk carioca fala da vida nas favelas, de onde ele surgiu. A literatu-

ra de cordel, por sua vez, trata de temas recorrentes ao sertanejo nordestino, enquanto os elementos da vida gaúcha tratam da vida dos povos que se estabeleceram no Sul do país, sob influência de alemães e argentinos.

Hábitos e costumes

Os costumes brasileiros são variados. Tratando de termos morais, a nossa influência toma como base, principalmente, a moral judaico-cristã. O cristianismo constitui a maior influência para a formação de nosso povo, principalmente pela vertente católica, que compõe o maior grupo religioso brasileiro. Também sofremos influências morais de outros povos que vieram para o Brasil por meio dos fluxos migratórios, como os africanos.

A diversidade de hábitos e costumes morais também se deu por conta dos regionalismos que foram surgindo ao longo do tempo. Por possuir um território de proporções continentais, o Brasil viu, ao longo de sua história, o desenvolvimento de diferentes vertentes culturais, devido às diferenças geográficas que separam o território.

Pensando em termos culinários (a culinária é um valioso elemento cultural de um povo), temos pratos típicos e ingredientes que provêm da cultura indígena, dos estados nordestinos e do Centro-Oeste brasileiro, por exemplo. Enquanto vatapá e acarajé são pratos típicos baianos de origem africana, os habitantes do Cerrado consomem pequi, e a culinária tradicional paulista é fortemente influenciada pela culinária portuguesa e italiana.

Influências

• Influência europeia

A cultura europeia é uma das principais fornecedoras de elementos culturais para o Brasil. Foram os europeus que mais migraram para o país. Culinária, festas, músicas e literatura foram trazidas para o território brasileiro, fundindo-se com outros elementos de outros povos. Além da cultura popular dos países europeus, foi trazida também a cultura erudita, marca essencial das elites intelectuais e financeiras europeias.

• Influência indígena

Hoje nós consumimos pratos típicos indígenas, além de incorporarmos em nosso vocabulário palavras oriundas da família linguística tupi-guarani. Palavras como caju, acerola, guaraná, mandioca e açaí têm origem indígena, além do hábito alimentar que desenvolvemos comendo esses frutos e da mandioca ter nascido na cultura indígena antes da chegada dos portugueses.

• Influência africana

Os africanos trouxeram para o Brasil as suas práticas religiosas expressas hoje, principalmente, pelo candomblé e pela umbanda, que mistura elementos do candomblé com o espiritismo kardecista. Também trouxeram pratos típicos de suas regiões e desenvolveram aqui pratos com inspiração naquilo que compunha a culinária africana dos locais de onde vieram. Outra marca cultural que herdamos dos africanos é a capoeira, praticada até os dias atuais.

Cultura brasileira atual

Atualmente, a cultura brasileira sofre diversas influências além daquelas raízes apontadas no tópico anterior. A cultura brasileira atual é influenciada fortemente pelos elementos da indústria cultural. Além desses fatores, existem outros oriundos da cultura produzida nas periferias, que não necessariamente são frutos da indústria cultural.

Hoje, podemos elencar o hip hop e o funk como elementos que impulsionam a cultura brasileira atual, para além da cultura de massa produzida pela indústria cultural. Nesses casos, podemos re-

lacionar esses elementos a uma cultura autêntica, produzida pela periferia e para a periferia, sendo muitas vezes confundidos com os elementos da indústria cultural ou incorporado por eles.

Alguns elementos culturais do século XX também resistem e colocam-se como fatores que ainda influenciam a cultura brasileira atual, como o carnaval, que movimenta grande parte da população brasileira entre nos meses de fevereiro e março de cada ano.

Diversidade Cultural no Brasil

A diversidade cultural refere-se aos diferentes costumes de uma sociedade, entre os quais podemos citar: vestimenta, culinária, manifestações religiosas, tradições, entre outros aspectos. O Brasil, por conter um extenso território, apresenta diferenças climáticas, econômicas, sociais e culturais entre as suas regiões.

Os principais disseminadores da cultura brasileira são os colonizadores europeus, a população indígena e os escravos africanos. Posteriormente, os imigrantes italianos, japoneses, alemães, poloneses, árabes, entre outros, contribuíram para a pluralidade cultural do Brasil.

Nesse contexto, alguns aspectos culturais das regiões brasileiras serão abordados.

Região Nordeste

Entre as manifestações culturais da região estão danças e festas como o bumba meu boi, maracatu, caboclinhos, carnaval, ciranda, coco, terno de zabumba, marujada, reisado, frevo, cavallhada e capoeira. Algumas manifestações religiosas são a festa de Iemanjá e a lavagem das escadarias do Bonfim. A literatura de Cordel é outro elemento forte da cultura nordestina. O artesanato é representado pelos trabalhos de rendas. Os pratos típicos são: carne de sol, peixes, frutos do mar, buchada de bode, sarapatel, acarajé, vatapá, cururu, feijão-verde, canjica, arroz-doce, bolo de fubá cozido, bolo de massa de mandioca, broa de milho verde, pamonha, cocada, tapioca, pé de moleque, entre tantos outros.

Região Norte

A quantidade de eventos culturais do Norte é imensa. As duas maiores festas populares do Norte são o Círio de Nazaré, em Belém (PA); e o Festival de Parintins, a mais conhecida festa do boi-bumbá do país, que ocorre em junho, no Amazonas. Outros elementos culturais da região Norte são: o carimbó, o congo ou congada, a folia de reis e a festa do divino.

A influência indígena é fortíssima na culinária do Norte, baseada na mandioca e em peixes. Outros alimentos típicos do povo nortista são: carne de sol, tucupi (caldo da mandioca cozida), tacacá (espécie de sopa quente feita com tucupi), jambu (um tipo de erva), camarão seco e pimenta-de-cheiro.

Região Centro-Oeste

A cultura do Centro-Oeste brasileiro é bem diversificada, recebendo contribuições principalmente dos indígenas, paulistas, mineiros, gaúchos, bolivianos e paraguaios. São manifestações culturais típicas da região: a cavallhada e o fogaréu, no estado de Goiás; e o cururu, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A culinária regional é composta por arroz com pequi, sopa paraguaia, arroz carreteiro, arroz boliviano, maria-isabel, empadão goiano, pamonha, angu, cural, os peixes do Pantanal - como o pintado, pacu, dourado, entre outros.

Região Sudeste

Os principais elementos da cultura regional são: festa do divino, festejos da páscoa e dos santos padroeiros, congada, cavallhadas, bumba meu boi, carnaval, peão de boiadeiro, dança de velhos, batuque, samba de lenço, festa de Iemanjá, folia de reis, caipó.

A culinária do Sudeste é bem diversificada e apresenta forte influência do índio, do escravo e dos diversos imigrantes europeus e asiáticos. Entre os pratos típicos se destacam a moqueca capixaba, pão de queijo, feijão-tropeiro, carne de porco, feijoada, aipim frito, bolinho de bacalhau, picadinho, virado à paulista, cuscuz paulista, farofa, pizza, etc.

Região Sul

O Sul apresenta aspectos culturais dos imigrantes portugueses, espanhóis e, principalmente, alemães e italianos. As festas típicas são: a Festa da Uva (italiana) e a Oktoberfest (alemã). Também integram a cultura sulista: o fandango de influência portuguesa, a tirana e o anu de origem espanhola, a festa de Nossa Senhora dos Navegantes, a congada, o boi-de-mamão, a dança de fitas, boi na vara. Na culinária estão presentes: churrasco, chimarrão, camarão, pirão de peixe, marreco assado, barreado (cozido de carne em uma panela de barro), vinho.

Principais Movimentos Artísticos do Século XX

O século XX é marcado por profundas mudanças históricas, as quais afetaram drasticamente o comportamento político-social do nosso tempo. Foi onde acentuaram-se as diferenças entre a alta burguesia e o proletariado, dando maior força ao capitalismo e fazendo surgir os primeiros movimentos sindicais, como algumas das consequências do Pós Guerra.

Mediante todo o acúmulo de acontecimentos pertencentes à esse período, cheio de contradições e complexidades, é possível encontrar um terreno farto para a criação de novos conceitos no campo das artes.

Assim, os movimentos e as tendências artísticas, tais como o Expressionismo, o Fauvismo, o Cubismo, o Futurismo, o Abstracionismo, o Dadaísmo, o Surrealismo, a Op-art e a Pop-art expressam, de um modo ou de outro, a perplexidade do homem contemporâneo.

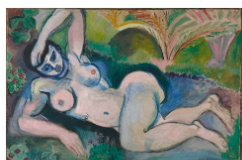
O Expressionismo surge como uma reação ao Impressionismo, pois no primeiro, a preocupação está em expressar as emoções humanas, transparecendo em linhas e cores vibrantes os sentimentos e angústias do homem moderno. Enquanto que no Impressionismo, o enfoque resumia-se na busca pela sensação de luz e sombra.

O Fauvismo foi um movimento que teve basicamente dois princípios: a simplificação das formas das figuras e o emprego das cores puras, sem mistura. As figuras não são representadas tal qual a forma real, ao passo que as cores são usadas da maneira que saem do tubo de tinta. O nome deriva de 'fauves' (feras, no francês), devido a agressividade no emprego das cores.

Os 7 principais artistas:

1. Henri Matisse (1869 – 1954), Le Cateau-Cambrésis, França





O Nu Azul (1907)



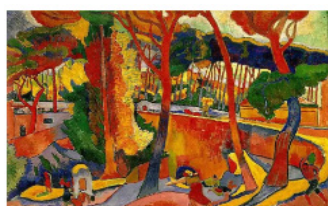
Harmonia em Vermelho (1908)



A Dança (1909)

Henri-Émile-Benoît Matisse, conhecido por seu uso da cor e sua arte de desenhar, fluida e original. Foi um desenhista, gravurista e escultor, mas é principalmente conhecido como um pintor. Matisse é considerado, juntamente a Picasso e Marcel Duchamp, como um dos três artistas seminais do século XX, responsável por uma evolução significativa na pintura e na escultura.

2. Andre Derain (1880 – 1954), Chatou, França



Estaque (1905)



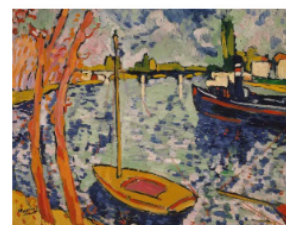
Ponte de Charing Cross (1906)

Foi um pintor totalmente autodidata, começou a pintar com quinze anos. Se encontrou com Matisse e depois com Vlaminck em 1900, pintaram juntos e desenvolveram suas ideias com a cor em suas obras de arte.

3. Maurice de Vlaminck (1876 – 1958) Paris, França



A ponte sobre o rio Sena em Chatou (1908)
National Gallery of Victoria, Melbourne



O Sena em Chatou (1906)
Metropolitan Museum of Art

Nasceu em Paris, em uma família de músicos. Foi o mais autêntico fauvista, dizia: “Quero incendiar a Escola de Belas Artes com meus vermelhos e azuis”. Trabalhou com André Derain em um estúdio que mantinham juntos.

4. Raoul Dufy (1877 – 1953), Le Havre, França





Trouville (1907)



O Casino (1906)

Foi um pintor, desenhista, gravador, ceramista, ilustrador de tecidos, de tapeçarias e de móveis, decorador de interiores, espaços públicos e teatro francês. Impressionista a princípio, evoluiu gradativamente para o fauvismo, depois de travar contato com Henri Matisse.

5. Jean Puy (1876 – 1960) Roanne, França



Jean Puy, Flânerie sous les pins (1905)

Musée Paul-Dini de Villefranche-sur-Saône. Exhibited at the 1905 Salon d'Automne

Foi um pintor fauvista, conhecido como um dos principais intervenientes deste movimento artístico, surgido em 1905. Puy é igualmente lembrado como sendo um dos primeiros fauvistas, já que participou na escandalosa exposição no Salon d'Automne, junto a Henri Matisse, Henri Manguin, George Rouault e Derain.

6. Albert Marquet (1875 – 1947), Bordéus, França



Baía de Nápoles (1908)



Porto de Marselha (1916)

Realizou diversas exposições no Salon des Indépendants, não tendo vendido quaisquer obras. Todavia, consolidou a sua carreira artística e ganhou reconhecimento entre a aristocracia parisiense.

A maioria das suas obras, datadas deste período, seguiam uma linha impressionista, na qual provou o seu controlo do desenho e testou a distribuição da luz pela tela. Embora sendo fauvista, Marquet não utilizava cores tão violentas ou brilhantes, usando e abusando dos cinzentos e do branco.

7. Georges Rouault (1851 – 1958) Paris, França





Cristo Ridicularizado por Soldados (1932)



O Velho Palhaço do Circo (1930)

Era um artista francês cujo trabalho unia o fauvismo e o expressionismo. Influenciado por Henri Matisse e André Derain, Rouault extraiu de seu fervor espiritual e conhecimento de vitrais medievais a capacidade para produzir retratos ressonantes, paisagens, cenas religiosas e naturezas-mortas.

Principais características do fauvismo

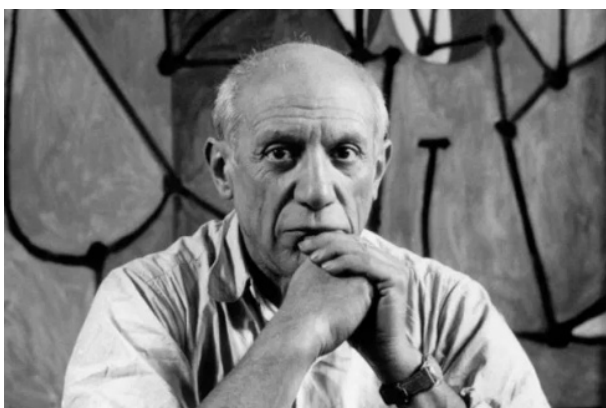
Uso de cores intensas como: roxo, verde, amarelo, azul e vermelho;

- Busca de estabelecer harmonia, tranquilidade, pureza e equilíbrio nas obras de arte;
- Uso de formatos planos, grandes, simples e com traços largos;
- Intenção de demonstrar sentimentos nas obras;
- Temas preferidos: cenas urbanas e rurais, retratos, ambientes internos, nus e cenas ao ar livre.

No **Cubismo** podemos observar a mesma despreocupação em representar realisticamente as formas de um objeto, porém aqui, a intenção era representar um mesmo objeto visto de vários ângulos, em um único plano. Com o tempo, o Cubismo evoluiu em duas grandes tendências chamadas Cubismo Analítico e Cubismo Sintético. O movimento teve o seu melhor momento entre 1907 e 1914, e mudou para sempre a forma de ver a realidade.

Artistas que fizeram parte do cubismo

1. Pablo Picasso, 1881-1973, Málaga, Espanha



Pablo Ruiz Picasso foi um pintor espanhol, escultor, ceramista, cenógrafo, poeta e dramaturgo que passou a maior parte da sua vida adulta na França.

A maior figura da pintura moderna espanhola, Picasso é classificado como um dos principais pintores do século XX e, provavelmente, um dos artistas mais influentes na história da arte.



Guernica (1937)
Dimensões: 3,49 x 7,77 m



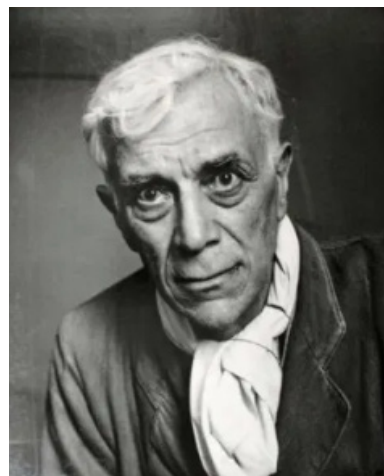
Les Femmes d'Alger (1907)



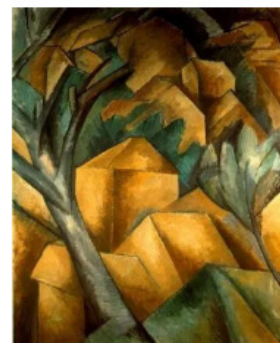
Mulher no Espelho (1932)

Rejeitou a visão de Matisse sobre a importância e o papel primário da cor; e concentrou-se em outras representações pictóricas de retratar a forma e o espaço. Isto levou-o, em associação com Georges Braque, a desenvolver um movimento cubista inteiramente novo, que rapidamente se tornou a vanguarda da arte moderna.

2. Georges Braque, 1882 – 1963, Argenteuil, França



Homem com violão (1911-12)



Casas de L'Estaque (1908)

Foi um pintor e escultor francês, que fundou o cubismo com Pablo Picasso. Braque iniciou a sua ligação às cores na empresa de pintura decorativa de seu pai.

3. Albert Gleizes, 1881-1953, Paris, França



Retrato de Jacques Nayral
(1911)

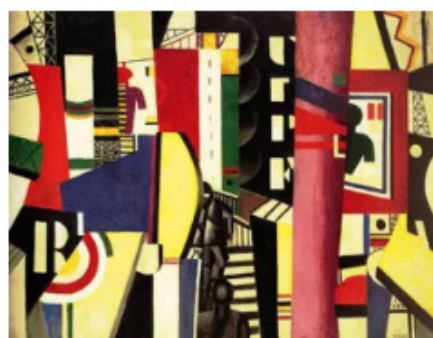


Paisagem (1911)

Foi um artista francês, teórico, filósofo, fundador auto-proclamado do cubismo. Começou a pintar mais metodicamente durante o serviço militar. Nessa época, seus principais temas voltaram-se para questões sociais e misteriosas cenas noturnas.

Ao conhecer Picasso, interessou-se pelo movimento cubista e publicou, com Jean Metzinger, o primeiro tratado sobre o Cubismo, 1912. A partir da Primeira Guerra Mundial, sua produção tornou-se mais abstrata.

4. Fernand Léger, 1881 – 1955, Argentan, França



A cidade (1919)



Soldados Jogando Cartas (1917)

Jules-Fernand-Henri Léger foi um pintor francês que se distinguiu como pintor e desenhador cubista, autor de muitas litografias.

5. Tarsila do Amaral, 1886 – 1973, Capivari, São Paulo



A Negra (1923)



A Capirinha (1923)

Foi uma pintora e desenhista brasileira e uma das figuras centrais da pintura e da primeira fase do movimento modernista no Brasil, ao lado de Anita Malfatti. Em 1922, introduziu o cubismo no Brasil com suas formas geométricas representadas, na maioria das vezes, por cubos e cilindros. Seu quadro Abaporu, de 1928, inaugurou o movimento antropofágico nas artes plásticas.

O **Futurismo** abrange sua criação em expressar o real, assinalando a velocidade exposta pelas figuras em movimento no espaço. Foi um movimento que desenvolveu-se em todas as artes e exerceu influência sobre vários artistas que, posteriormente, criaram outros movimentos de arte moderna. Repercutiu principalmente na França e na Itália, onde diversos artistas se identificaram com o fascismo nascente.

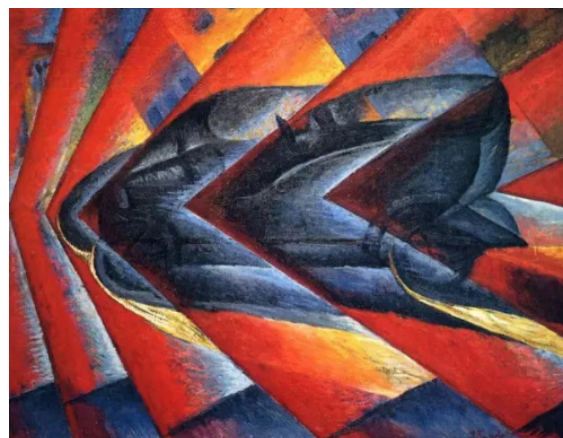
Artistas futuristas

1. Umberto Boccioni, 1882-1916, Régio da Calábria, Itália



Foi um pintor e escultor, contribuiu muito para levar a polêmica “anticultural” do futurismo no âmbito das artes plásticas. A sensação dinâmica é o principal valor de sua arte, ação que se traduz na pintura pela prática das técnicas neo-impressionistas, associadas aos princípios do Cubismo. No campo da escultura procurou solucionar todos os aspectos da forma dinâmica na linguagem tridimensional, estudou de forma intensiva o movimento dinâmico de um corpo humano no espaço.

2. Luigi Russolo, 1885-1947, Portogruaro, Itália

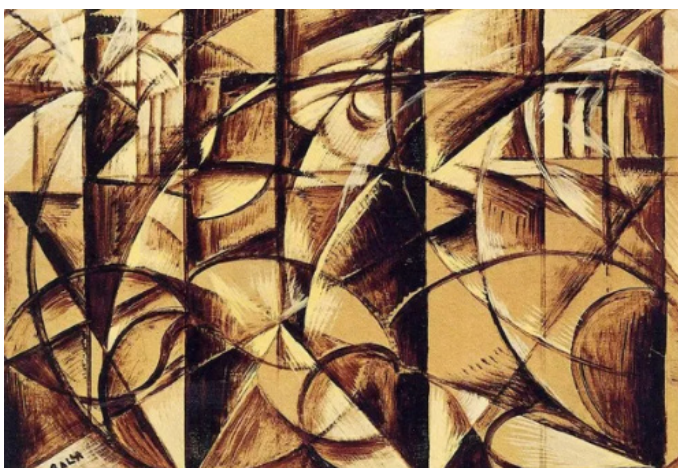


Foi um pintor e compositor italiano, futurista e o autor da L'Arte dei Rumori e Música Futurista. Acreditava que a vida contemporânea era demasiado ruidosa e que os ruídos deveriam ser utilizados para música.



O pintor assinou o primeiro manifesto futurista. Participou em diversas edições da Bienal de Arte de São Paulo, iniciou seus primeiros estudos e esboços de Ritmo dos Objetos e Trens, por definição suas obras mais futuristas. Entrou em contato com o cubismo junto com outros futuristas, mas em 1915 rompe com o movimento, juntou-se a De Chirico e realizou sua primeira pintura metafísica.

4. Giacomo Balla, 1871-1958



Em 1910 declarou publicamente sua filiação ao movimento futurista do qual se afastou em 1931. O pintor e escultor italiano durante a sua obra tentou endear os novos avanços científicos e técnicos por meio de representações totalmente desnaturalizadas, sem chegar a uma total abstração. Mesmo assim, mostrou grande preocupação com o dinamismo das formas, com a situação da luz e a integração do espectro cromático.

O **abstracionismo** é a arte que se opõe à arte figurativa ou objetiva. A principal característica da pintura abstrata é a ausência de relação imediata entre suas formas e cores e as formas e cores de um ser. A pintura abstrata é uma manifestação artística que despreza completamente a simples cópia das formas naturais.

Artistas brasileiros de arte abstrata

No Brasil, a arte abstrata ganhou força a partir da I Bienal de São Paulo (1951). Entre os artistas brasileiros de arte abstrata, podemos destacar:

1. Antônio Bandeira, 1922 – 1967, Fortaleza, Ceará



Paisagem Agreste (1959)



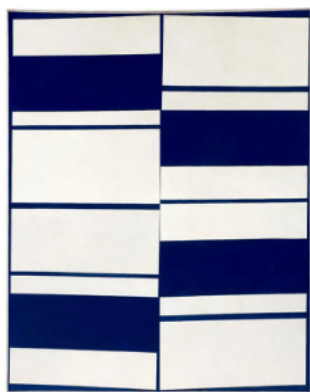
Sem título (1963)

É um dos mais valorizados pintores brasileiros e tem obras nas maiores coleções particulares em museus do Brasil e do mundo. Com Aldemir Martins, Inimá de Paula e outros, fez parte do Movimento Modernista de Fortaleza, nos anos 1940.

Renomado mestre da pintura abstrata brasileira — e também mestre das aquarelas —, viveu grande parte de sua vida na França. Conviveu com os pintores da tradicional École de Paris, integrando-se a eles plenamente até seu retorno ao Brasil em 1960.

2. Ivan Serpa, 1923 – 1973, Rio de Janeiro





Faixas Ritmadas (1958)

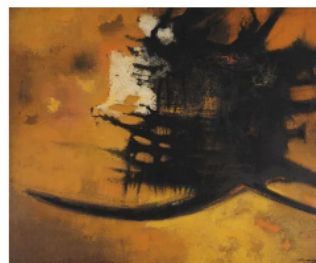
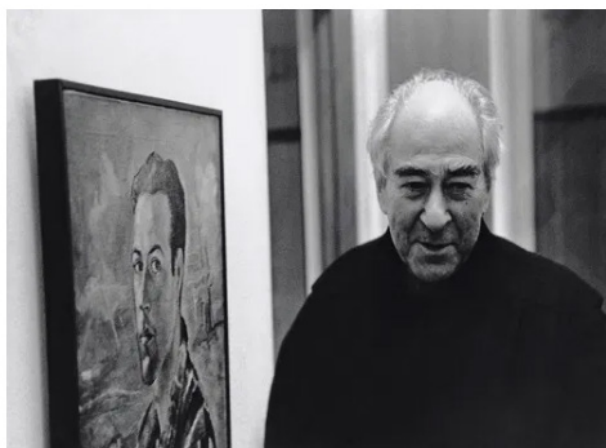


Círculos no Espaço (1972)

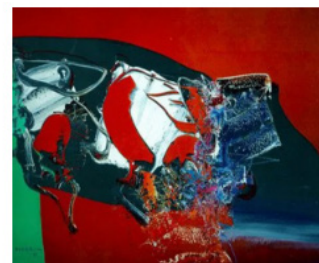
Foi um pintor, desenhista, professor e gravador brasileiro. A obra de Ivan Serpa, desde o início de sua carreira, oscilou entre o figurativismo e a arte concreta. Recebeu vários prêmios no Brasil e participou de várias bienais realizadas em São Paulo, além de Veneza (1952, 1954 e 1962) e Zurique (1960), quando foi igualmente premiado.

Entre o final dos anos 50 e começo dos anos 60, seu trabalho ganhou novos contornos, passando a incorporar elementos menos determinados como gestos, manchas e respingos de tinta. Em 1960, influenciado pelo desenho infantil, construiu imagens entre a abstração e a figuração.

3. Iberê Camargo, 1914 – 1994, Restinga Seca, Rio Grande do Sul



Estranho (1959)



Sem título (1985)

No **Dadaísmo**, podemos encontrar um movimento que abrange a arte em todos os seus campos, pois não foi apenas uma corrente artística, mas sim, um verdadeiro movimento literário, musical, filosófico e até mesmo político. Embora a palavra dada em francês signifique cavalo de madeira, sua utilização marca o non-sense ou falta de sentido que pode ter a linguagem (como na fala de um bebê). A princípio, o movimento não envolveu uma estética específica, mas talvez as principais expressões do Dadaísmo tenham sido o poema aleatório e o ready-made.

O intuito deste movimento era mais de protestar contra os estragos trazidos da guerra, denunciando de forma irônica toda aquela loucura que estava acontecendo. Sendo a negação total da cultura, o Dadaísmo defende o absurdo, a incoerência, a desordem, o caos.



Fantasmagoria (1987)



No vento e na terra (1991)

Artistas do dadaísmo

1. Hugo Ball, 1886-1927, Pirmasens, Alemanha



Foi um poeta, escritor e filósofo alemão. Foi um dos principais artistas do Dadaísmo e escreveu o Manifesto Dadaísta, sendo considerado por muitos teóricos o inventor da poesia fonética.

2. Marcel Duchamp, 1887 – 1968, Blainville-Crevon, França



Duchamp e sua obra Roda de bicicleta (1913)

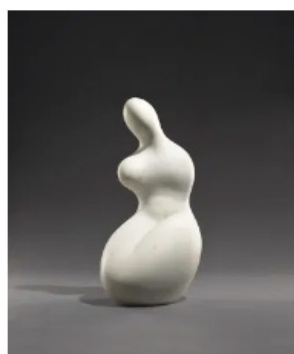


A fonte (1917)

Foi um pintor, escultor, poeta francês e um dos precursores da arte conceitual. Cidadão dos Estados Unidos a partir de 1955, e inventor dos ready made.

Seu modo de vida boêmio e paixão pelos jogos de xadrez, dos quais participou em torneios, podem ser vistos ao longo de sua carreira artística, na qual temos obras de inspiração romântica, expressionista, até mesmo de natureza cubista e futurista. Além disso, era contra a “arte retiniana”, ou seja, aquela que agrada à vista.

3. Hans Arp, 1886 – 1966, Estrasburgo, França

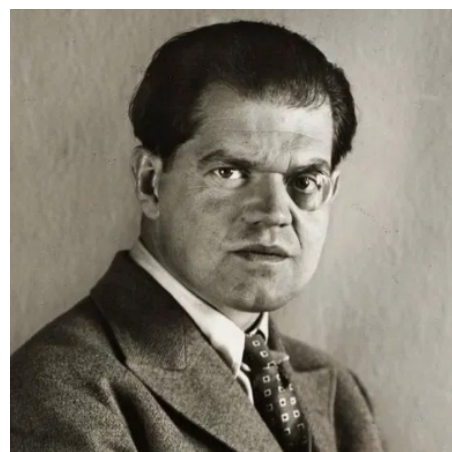


Déméter (1960)
Escultura

Figura marcante no cenário das Vanguardas Europeias, participou do Grupo Cavaleiro Azul, foi importante artista dadaísta, surrealista e ligado ao abstracionismo.

Pintor, escultor, artista gráfico e poeta, Hans Arp buscou em sua arte a simplicidade e a pureza das formas. Um dos pioneiros da Arte Abstrata, já não se preocupava com a expressão plástica do ser e do objeto, mas com a “forma pela forma”.

4. Raoul Hausmann, 1886 – 1971, Viena, Áustria



A cabeça mecânica: o espírito de nosso tempo (1920) | Colagem “abcd” (1923)

Foi um artista plástico, poeta e romancista austríaco. Com o pseudônimo Der Dadasophe exerceu um destacado papel como dadaísta, participando dos grupos de Zurique e posteriormente de Berlim. Foi crítico às instituições da Alemanha durante os anos transcorridos entre as duas guerras mundiais.

O **Surrealismo** foi um movimento artístico e literário surgido primeiramente em Paris nos anos 20, inserido no contexto das vanguardas que viriam a definir o modernismo no período entre as duas Grandes Guerras Mundiais.

A priori, a característica deste movimento era unir uma combinação do representativo, do abstrato, do irreal e do inconsciente. Segundo os surrealistas, a arte deve se libertar das exigências da lógica e da razão e ir além da consciência cotidiana, buscando expressar o mundo do inconsciente e dos sonhos.

O surrealismo é também uma espécie de mecanismo que não se limita a transcrever passivamente o sonho e sim descobrir um modo de acionar o inconsciente mediante ao “automatismo psíquico”. Dessa maneira, uma ideia segue a outra sem a consequência lógica das demonstrações usuais e sim automaticamente. Técnicas

como a escrita automática da literatura, da colagem e a decalcomania, em relação às artes plásticas, tornaram-se muito populares entre os surrealistas que as utilizavam na produção dos seus jogos de associação livre de sentidos.

Artistas do surrealismo

1. Salvador Dalí, (1904-1986)



1. Salvador Dalí, (1904-1986)



A Persistência da Memória

Salvador Dalí, foi um importante pintor catalão, conhecido pelo seu trabalho surrealista. O trabalho de Dalí chama a atenção pela incrível combinação de imagens bizarras, oníricas, com excelente qualidade plástica. Dalí foi influenciado pelos mestres do classicismo. O seu trabalho mais conhecido, A Persistência da Memória, foi concluído em 1931.

Salvador Dalí teve também trabalhos artísticos no cinema, escultura, e fotografia. Ele colaborou com a Walt Disney no curta de animação Destino, que foi Lançado postumamente em 2003 e, ao lado de Alfred Hitchcock, no filme Spellbound. Também foi autor de poemas dentro da mesma linha surrealista.

2. Max Ernst, (1891-1976)



Max Ernst foi um pintor alemão, naturalizado norte-americano e depois francês. Também praticou a poesia. Em 1914 Ernst veio a conhecer o surrealismo através de um grande pintor surrealista, Jean Arp, pelo qual manteve a amizade pela vida inteira.

3. René Magritte, (1898-1967)



René François Ghislain Magritte foi um dos principais artistas surrealistas belgas, ao lado de Paul Delvaux. Ele nasceu na Bélgica e depois de frequentar a escola de arte em Bruxelas, trabalhou com publicidade para se sustentar enquanto experimentava a sua pintura.

4. André Masson, (1896-1987)



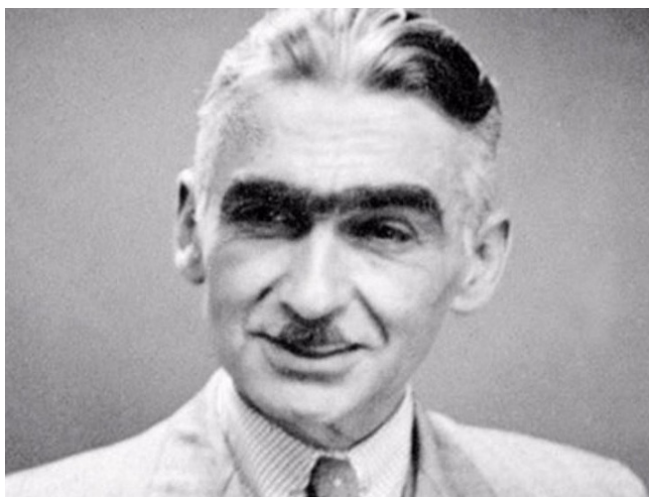
Les Coqs Rouges

Esse importante artista surrealista, que está na origem do Expressionismo Abstrato norte-americano, dedicou toda a sua vida à arte, salvo nos anos que se seguiram à guerra, quando, gravemente ferido e após longa estadia em hospitais, viu-se em dificuldades financeiras e passou a trabalhar em outras atividades.

Os maiores escritores brasileiros de todos os tempos

Aqui listamos alguns dos escritores brasileiros indispensáveis. São nomes que mudaram a literatura nacional, que todo mundo já ouviu falar (mas nem todo mundo leu). Se você quer ter uma boa ideia da literatura brasileira essencial, pode começar por aqui.

Monteiro Lobato (1882-1948)



Um dos primeiros escritores brasileiros e latino-americanos a escrever para crianças. Também foi precursor dos editores no Brasil, numa época em que os livros eram feitos apenas no exterior.

Além dos livros infantis que incluem os personagens de muito sucesso do Sítio do Pica-Pau Amarelo, Lobato também escreveu contos, e um único romance, polêmico, em 1926, chamado O Choque das Raças.

José de Alencar (1829-1877)



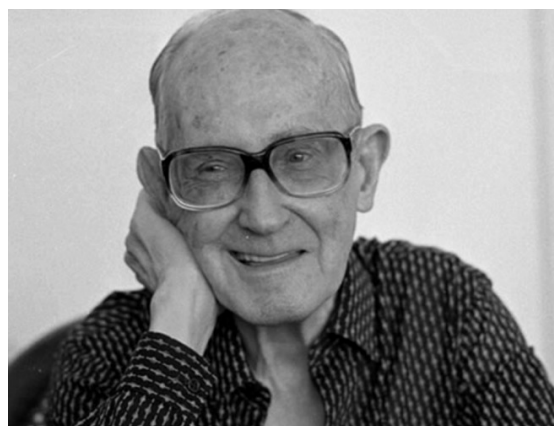
José de Alencar inaugurou o que é chamado de romance de temática nacional. Formou em direito, mas sua paixão sempre foi a escrita e depois do sucesso de O Guarani (1857), investiu ainda mais na sua carreira, depois mesclando-a com a política. Escreveu romances, contos, crônicas, peças de teatro e a sua própria autobiografia.

Cecília Meireles (1901-1964)



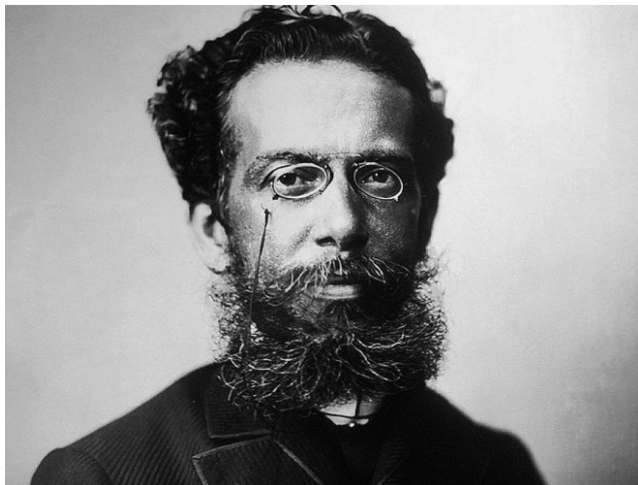
A primeira escritora brasileira a se tornar realmente famosa no meio literário. Assinando mais de cinquenta obras, Cecília estreou no mundo editorial com apenas dezoito anos de idade com a obra Espectros (1919). Poemas, romances, livros infantis e textos jornalísticos estão no currículo premiado da autora.

Carlos Drummond de Andrade (1902-1987)



A poesia de Drummond é conhecida no mundo inteiro e considerada a maior influência para este gênero literário no Brasil. Versos soltos, palavras simples e uma extensa obra, sendo a mais renomada A Rosa do Povo (1945) fazem dele um nome sempre lembrado entre os clássicos escritores nacionais.

Machado de Assis (1839-1908)



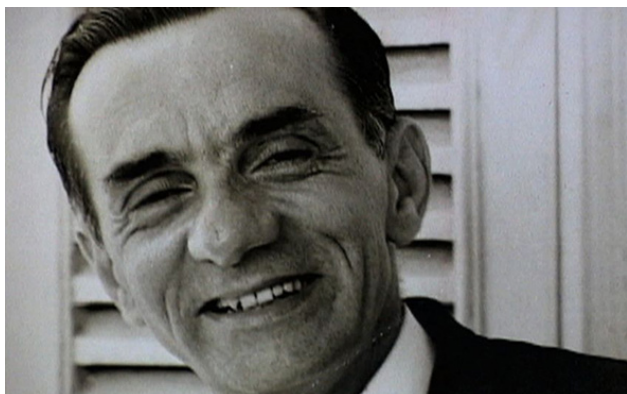
O nome brasileiro mais reconhecido no exterior, traduzido para inúmeras línguas, estudado e aclamado pôr mais de um século. Machado de Assis foi o primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras e sua obra *Dom Casmurro* (1899) é leitura obrigatória para qualquer pessoa que queira conhecer a literatura nacional.

Clarice Lispector (1920-1977)



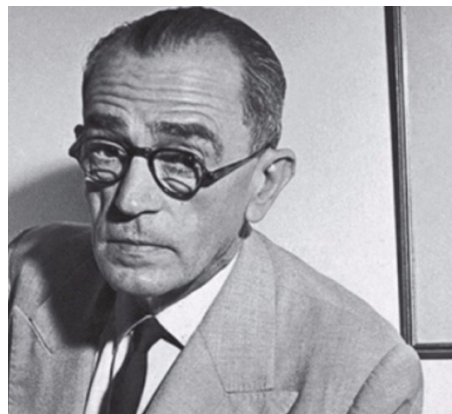
A profundidade e sentimentalismo da obra de Clarice Lispector faz dela um dos nomes mais adorados por jovens brasileiros de várias gerações. Nascida na Ucrânia e naturalizada brasileira, Clarice escreveu poemas, romances, matérias para jornal e livros infantis.

João Cabral de Melo Neto (1920-1999)



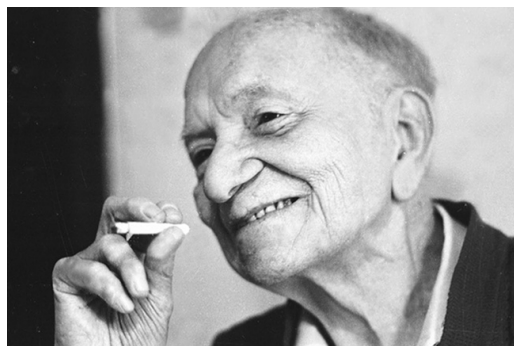
Um dos maiores nomes da Geração de 45, João Cabral de Melo Neto é autor do clássico poema dramático *Morte e Vida Severina* (1955). Com obras marcadas por uma rigidez formal, seus versos bebem muito da cultura popular e fazem uso de uma série de imagens surrealistas.

Graciliano Ramos (1892-1953)



O prosador mais importante da segunda metade do modernismo brasileiro, com a publicação de *Vidas Secas* (1938) o autor alagoano entrou de vez para o hall da fama da literatura nacional. Com mais de vinte obras publicadas, Graciliano é um autor para não perder de vista quando falamos em literatura clássica brasileira.

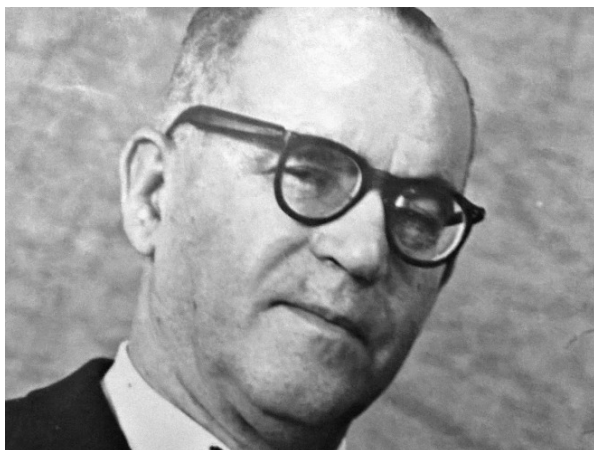
Mario Quintana (1906-1994)



“Todos esses que aí estão atravancando meu caminho: eles passarão, eu passarinho”, quem nunca ouviu esses famosos versos? O autor de tamanha delicadeza foi Mario Quintana, um poeta gaúcho que foi também jornalista e tradutor.

Dono de uma linguagem simples e singela, que promove enorme identificação no leitor, Quintana é tido como um dos maiores poetas do século XX.

Guimarães Rosa (1908-1967)



O livro épico mais famoso do Brasil, *Grande Sertão Veredas* saiu da cabeça e mãos desse médico mineiro que sabia falar mais de nove idiomas. Depois de longos anos em carreira diplomática em nome do país, Guimarães passou a se dedicar a escrita e foi sucesso absoluto desde a primeira publicação.

Os autores brasileiros contemporâneos consagrados

Aqui selecionamos alguns dos nomes mais reconhecidos do mundo editorial brasileiro, que ainda estão em plena atividade, lançando novos livros, trabalhando em atividades jornalística e outras coisas. São pessoas que fizeram e ainda fazem muito pela literatura nacional.

Ruth Rocha (1931)



O nome feminino mais conhecido da literatura infantil. Seu maior clássico, *Marcelo, Marmelo, Martelo*, já vendeu mais de um milhão de cópias. A escritora já venceu o Prêmio Jabuti quatro vezes e continua criando histórias que marcam gerações e mais gerações de crianças brasileiras.

Luis Fernando Veríssimo (1936)



Mais de sessenta títulos estão no currículo deste que é um dos escritores contemporâneos mais renomados do país. Seu talento para a escrita criativa, especialmente voltada para o cotidiano (contos) já lhe rendeu dois Prêmios Jabuti.

Ana Maria Machado (1941)



Outra gigante da literatura infantil, também premiada, traduzida para várias línguas e membro da Academia Brasileira de Letras. Fundou a primeira livraria voltada para livros infantis do Brasil e possui mais de cem livros publicados.

Chico Buarque de Holanda (1944)



Chico é mais conhecido pelo seu trabalho na música, mas também é um grande autor, tendo escrito oito livros, além de peças de teatro e romance. O autor já conquistou três prêmios Jabuti com os seus romances e diversos outros prêmios nacionais e internacionais.

ELEMENTOS DE ECONOMIA INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA

A relativa sincronização do ciclo econômico nas três principais regiões econômicas, evidenciada pela desaceleração nos Estados Unidos da América (EUA), pela fraca atividade na área do Euro e pela depressão no Japão, pode significar que a retomada da economia internacional será mais lenta do que inicialmente imaginado. Além disso, a ameaça de ataque norte-americano ao Iraque lança incertezas adicionais sobre o preço futuro do petróleo.

A relação entre as três principais moedas internacionais alterou-se levemente em agosto, na esteira da melhora do mercado de ações, principalmente nos Estados Unidos, ajudando, assim, a recompor, em parte, o valor efetivo do dólar comparativamente ao iene e ao euro. Existem, contudo, dúvidas quanto à sustentabilidade dessa recuperação, tendo em vista que o dólar ainda se encontra valorizado em relação à média histórica. Ademais, a forte desaceleração da economia norte-americana no segundo trimestre deve frustrar as expectativas de lucros em ambiente já bastante conturbado pelas denúncias de fraudes contábeis em algumas das principais corporações norte-americanas. Por fim, o déficit em transações correntes dos EUA permanece bastante significativo, associado à ampliação do déficit fiscal.

Na América Latina, o longo processo de negociação entre o governo argentino e o FMI ainda não permite vislumbrar solução para a moratória naquele país. Por outro lado, o apoio do Tesouro dos Estados Unidos e a renovação de acordos Stand-by com Uruguai, Paraguai e Brasil trouxeram maior alento à região, mas não foram suficientes para restaurar inteiramente a confiança do mercado financeiro internacional. Essa maior aversão global ao risco refletiu-se em piores condições de financiamento privado para os mercados emergentes, dificultando inclusive a rolagem integral das linhas de créditos comerciais para países como o Brasil.

Entre os países emergentes asiáticos, embora o ritmo da atividade econômica tenha arrefecido, as projeções apontam para crescimento do produto acima da média mundial. De fato, a firme expansão da demanda interna na região, associada à demanda externa, sustenta taxas de crescimento mais vigorosas nessas economias, frente à desaceleração observada no resto do mundo.

Estados Unidos

A revisão da série do PIB dirimiu as dúvidas restantes quanto à ocorrência de recessão nos EUA no ano passado. Ademais, dados preliminares indicam que a economia norte-americana apresentou forte desaceleração no segundo trimestre do ano corrente. Nessas condições, o temor de nova recessão ganhou força (double-dip), contribuindo para deteriorar ainda mais as expectativas de empresários e consumidores.

Dados mais recentes mostram que a demanda de consumo continua em expansão, ainda que em ritmo lento, influenciada por fatores extraordinários, como o financiamento sem juros na compra de automóveis. Os preços dos imóveis mantiveram-se em alta, mas há o risco de que tal espiral reflita, na verdade, a realocação do portfólio de ativos de risco para ativos reais, movimento característico de ambientes de maior incerteza.

As bolsas de valores e o dólar apresentaram recuperação em agosto, compensando, em parte, as fortes baixas do ano, contribuindo para que o preço das ações e o valor efetivo do dólar situem-se em níveis bem acima dos padrões históricos.

Por outro lado, é ainda difícil antecipar em toda sua extensão e profundidade os efeitos negativos que o abalo da confiança nas grandes corporações norte-americanas exercerá sobre as decisões de investimento e seu financiamento. Nessas condições, aumentam as preocupações quanto ao enorme déficit em conta-corrente dos Estados Unidos, cuja correção abrupta e não-coordenada faria desencadear pressões ainda mais intensas sobre o dólar.

Assim, embora os indicadores econômicos e financeiros ainda emitam sinais parcialmente contraditórios, cresce a percepção entre investidores e analistas de que a economia norte-americana dificilmente repetirá no futuro próximo as elevadas taxas de crescimento econômico e de produtividade assinaladas nos anos noventa.

De acordo com dados do PIB revisados pelo Bureau of Economic Analysis (BEA) para o período 1999-2001, o crescimento da economia norte-americana foi consideravelmente mais fraco que o esperado na maior parte do ano 2000 e na primeira metade de 2001. De fato, o PIB apresentou crescimento negativo nos três primeiros trimestres de 2001, de -0,6%, -1,6% e -0,3%, nessa ordem, na série anualizada, quando na série anterior a contração havia sido restrita ao terceiro trimestre do ano. Além disso, o crescimento do primeiro trimestre de 2002 foi corrigido de 6,1% para 5%, enquanto dados preliminares para o segundo trimestre do ano indicam desaceleração do crescimento para 1,1%, resultado do aumento das importações e da menor expansão do consumo.

O ritmo de expansão das vendas no varejo arrefeceu levemente, passando de 1,5%, em junho, para 1,2%, em julho, considerada a série dessazonalizada. Excluídas as vendas de automóveis, a taxa de crescimento alcançou 0,2% em julho.

O número de construções de novas residências iniciadas em julho, a exemplo do registrado no mês anterior, recuou 2,7%, após assinalar expansão de 11,2% em maio. No trimestre encerrado em julho, o início de construções cresceu 1,1%, ante o patamar de igual período do ano passado.

O déficit orçamentário no ano fiscal, que termina em setembro, aumentou para US\$147,2 bilhões em julho. As previsões mais recentes indicam déficit de 1,5% do PIB no presente ano fiscal.

No que se refere ao déficit do comércio exterior, totalizou US\$40,8 bilhões em junho, retrocedendo 2,2% no mês, mas expandindo 15,2% no segundo trimestre, em relação ao período imediatamente anterior. O crescimento do déficit comercial deve-se, principalmente, à expansão das importações, superior à das exportações, desde o início do ano.

A produção industrial vem crescendo de forma lenta, mas contínua, desde o início do ano. Em julho, a produção expandiu-se 0,2%, desacelerando um pouco em relação a junho, quando aumentou 0,7%. Refletindo esse crescimento continuado, a utilização da capacidade vem aumentando mês a mês, alcançando 75,6% em julho.

Os ganhos de produtividade da economia norteamericana também foram reajustados para baixo, no período 1999-2001, assinalando-se que os resultados refletem não só as revisões periódicas do PIB, efetuadas pelo BEA, como a revisão anual dos dados do mercado de trabalho, pelo Bureau of Labor Statistics (BLS). A produtividade do setor não-agrícola sofreu forte desaceleração no segundo trimestre de 2002, aumentando 1,7% na série anualizada. No mesmo sentido, a produtividade do setor manufatureiro no segundo trimestre caiu à metade da taxa registrada no primeiro trimestre. Todavia, o ganho anualizado de 4,3% no segundo trimestre é o melhor resultado do setor nos últimos vinte anos, quando utilizada a mesma base de comparação.

As condições do mercado de trabalho mantiveram-se relativamente inalteradas nos últimos meses. Assim, a taxa de desemprego do setor não-agrícola manteve-se estável em julho, em 5,9%, com apenas seis mil novos postos de trabalho tendo sido ocupados no mês. O número de horas trabalhadas na semana declinou, em julho, para o nível mais reduzido, desde outubro do ano passado.

Tendo em vista a evolução da demanda, a deterioração das condições do mercado financeiro, o clima de desconfiança em relação às corporações e a menor robustez dos ganhos de produtividade, o Federal Reserve decidiu manter a meta da taxa dos fed funds inalterada em 1,75% a.a. na última reunião, em 13 de agosto.

Adicionalmente, foi adotado viés de baixa, de vez que os riscos de desaceleração econômica são agora percebidos como mais presentes. Essa interpretação está refletida no comportamento dos preços, que, tanto no nível do produtor quanto no do consumidor, apresentam trajetórias estáveis.

Japão

No segundo trimestre de 2002, registrou-se percepção mais favorável quanto à evolução da economia japonesa, embora, no âmbito interno, persistisse o cenário deflacionário, apesar da política monetária fortemente expansionista, o consumo privado não apresentasse sinais consistentes de recuperação e a taxa de desemprego permanecesse em patamar elevado. No setor externo, a recuperação das economias dos Estados Unidos e do leste asiático reverteu a trajetória declinante da balança comercial, a despeito da apreciação do iene. A economia permanece fortemente dependente da demanda externa e da implementação de reformas estruturais, especialmente a do setor bancário.

As encomendas às fábricas estão estacionadas desde junho de 2001, muito embora seu núcleo, que exclui encomendas voláteis, tenha crescido durante todo o primeiro semestre de 2002. O início de novas construções alcançou 102,2 mil unidades, em média, no segundo trimestre, ante 86,3 mil no primeiro. O consumo privado permanece estável, devido ao continuado enfraquecimento da renda e às incertezas no mercado de trabalho.

As exportações atingiram US\$104,9 bilhões no segundo trimestre, crescendo 10,4% em relação ao primeiro trimestre e 3,4% relativamente a igual período de 2001. As importações alcançaram US\$82,6 bilhões, expandindo 7,4% e decrescendo 7,1%, respectivamente, nas mesmas bases de comparação.

A produção industrial cresceu de fevereiro a maio de 2002, impulsionada sobretudo pela demanda externa por bens de capital. A taxa de desemprego alcançou 5,4% em junho, inalterada em relação a maio, mas próxima ao recorde de 5,5% do pós-guerra. Ressalte-se que a elevação do número de desempregados reflete também o processo de reestruturação corporativa, que implicou dispensa de funcionários, como forma de redução de custos.

Em primeira estimativa, o Banco do Japão divulgou que o PIB cresceu 1,4%, ou 5,7% em termos anualizados, no primeiro trimestre de 2002, após três trimestres consecutivos de retração. O crescimento foi impulsionado, em grande medida, pelo desempenho das exportações líquidas, responsáveis pela metade do resultado. Na comparação com igual período do ano precedente, o PIB decresceu 1,6%. Alegando crescimento insuficiente da demanda externa e baixo desempenho da demanda interna, o Banco Central do Japão revisou suas expectativas de crescimento para os anos fiscais de 2002 e 2003, de -0,1% para -0,3%, e de 1,6% para 0,8%, respectivamente.

As pressões deflacionárias permaneceram, com o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) registrando, em junho, variação anual negativa pelo 33º mês consecutivo. O governo credita essa tendência ao enfraquecimento da demanda, queda nos preços da terra e concorrência de produtos importados. No mesmo sentido, o Índice de Preços no Atacado (IPA) vem registrando variação anual nega-

tiva desde setembro de 2001. Para contrarrestar tal tendência, o governo vem exercendo política monetária fortemente expansionista, cuja meta de excesso de liquidez, representada pelo saldo na contacorrente do Banco Central, tem variado entre ¥10 trilhões e ¥15 trilhões (US\$83 bilhões e US\$124 bilhões). Adicionalmente, continuou comprando mensalmente ¥1 trilhão em títulos públicos como forma de manter o mercado bancário líquido.

Em abril deste ano, o governo extinguiu a garantia do seguro-depósito para contas de poupança acima de ¥10 milhões, mantendo a garantia ilimitada para depósitos em conta corrente, a vigorar até abril de 2003. Essa medida levou à expressiva saída de depósitos de poupança para conta-corrente, com o saldo das primeiras reduzindo-se de ¥145 trilhões para ¥93 trilhões.

A confiança empresarial medida pelo índice Tankan, que afere as expectativas de curto prazo das grandes indústrias, alcançou -18 pontos no segundo trimestre, ante -38 pontos no período anterior, registrando a primeira variação positiva desde o segundo trimestre de 2000. Embora o mesmo índice para as condições de oferta e demanda tenha evoluído de -45 para -36, uma provável recuperação nos lucros corporativos no segundo semestre ocorreria devido mais a esforços de reestruturação e outros cortes de custos do que, provavelmente, pelo aumento nas vendas.

Área do Euro

O ritmo de expansão da economia permanece próximo da estagnação, como atestam os desempenhos do PIB e de outros indicadores de oferta e demanda. Produção industrial e vendas ao varejo exibem desempenho frágil, ao mesmo tempo que se elevam as taxas de desemprego. A incerteza quanto à recuperação da economia americana, a insegurança frente ao risco de desemprego e a deterioração dos preços de ativos de renda variável se traduzem em pessimismo por parte de empresas e consumidores, como apontam os principais indicadores de confiança. A única sinalização positiva, quanto ao nível de atividade, provém da balança comercial, cujos elevados superávits continuaram a se ampliar ao longo do segundo trimestre.

De fato, a demanda interna tem se mostrado incapaz de sustentar a retomada do crescimento.

As vendas ao varejo vinham exibindo comportamento irregular desde o final de 2001, com variações anuais pequenas, embora positivas. Em junho, declinaram 0,9%, após elevações de 0,8% e 0,7% em abril e maio, respectivamente. As variações mensais foram de -1%, 0,3% e -0,5% em abril, maio e junho.

Os saldos comerciais positivos prosseguiram em trajetória de expansão, a despeito da acentuada apreciação do euro em relação ao dólar. No segundo trimestre, essa evolução decorreu, principalmente, do crescimento das exportações, que se recuperaram após atingirem, em fevereiro, o valor mais baixo desde agosto de 2000. As importações vêm crescendo desde dezembro, embora ainda se mantenham abaixo do patamar observado no início de 2001. O superávit comercial alcançou US\$7,9 bilhões em maio e US\$10,2 bilhões em junho, resultado de exportações de US\$82,6 bilhões e US\$86,9 bilhões e de importações de US\$74,7 bilhões e US\$76,7 bilhões, nos meses de maio e junho, respectivamente.

A produção industrial prosseguiu apresentando variações anuais negativas ao longo do segundo trimestre, assinalando decréscimos de 1,2% em maio e junho. Em termos mensais, a produção industrial declinou 0,7% em abril, manteve-se estável em maio e expandiu 0,5% em junho. As indicações provenientes do mercado de trabalho também são desfavoráveis. A taxa de desemprego manteve-se em 8,3% de maio a julho, após permanecer em 8,2% nos quatro primeiros meses do ano.

Em relação ao mesmo mês de 2001, a taxa registrou, em julho, elevação em dez dos doze países da região.

O PIB da Área do Euro cresceu 0,6% no segundo trimestre, comparativamente ao segundo trimestre de 2001, após elevar-se 0,3% no primeiro trimestre, na mesma base de comparação. Por setores da economia, os maiores aumentos ocorreram em serviços financeiros e em outros serviços, 1,6% e 1,8%, respectivamente, e as maiores contrações na construção e na indústria, 1,7% e 0,9%, seqüencialmente. A variação do PIB relativa ao trimestre anterior, ajustada sazonalmente e anualizada, alcançou 1,4%. O consumo privado, que correspondeu a 57% do PIB, subiu 0,3% no segundo trimestre, enquanto a formação bruta de capital fixo, responsável por 21% do PIB, contraiu 2,9%, relativamente ao mesmo trimestre de 2001.

O arrefecimento da inflação no segundo semestre permitiu que o Banco Central Europeu (BCE) mantivesse a taxa básica de juros em 3,25% a.a., prevalecente desde novembro de 2001. O Índice de Preços ao Consumidor Harmonizado (IPCH), cuja variação anual se manteve acima de 2,5% no primeiro trimestre, mudou de patamar nos últimos meses, registrando elevações de 2% em maio, 1,8% em junho e 1,9% em julho. Se confirmada a contenção das pressões inflacionárias que se manifestaram no início do ano, haverá espaço para que o BCE reduza a taxa de juros visando evitar desaceleração adicional do nível de atividade econômica.

A frágil recuperação da economia ameaça comprometer as metas fiscais de alguns países da Área do Euro, tendo em vista que o déficit público anual deve se manter abaixo do limite de 3% do PIB, conforme determinado pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento, firmado em 1997. Nesse sentido, a Alemanha, que no primeiro semestre apresentou déficit equivalente a 3,5% do PIB, possivelmente excederá o teto de 3% para o ano, haja vista os gastos adicionais decorrentes dos efeitos das enchentes. Adicionalmente, a França enfrentará dificuldades para se manter abaixo do valor de referência, em 2003, se o desempenho econômico permanecer debilitado, assim como a Itália, que pretende reduzir a carga tributária, no próximo ano.

As expectativas do setor empresarial e dos consumidores, que vinham apresentando evolução positiva desde novembro de 2001, deterioraram-se a partir de maio, de acordo com indicadores de confiança da Área do Euro e das principais economias da região. O índice do Instituto de Pesquisas Econômicas (IFO), que afere expectativas de negócios na Alemanha, recuou de 91,6 pontos em maio, para 91,3 e 89,9 nos meses seguintes, alcançando 88,8 pontos em agosto. Na Itália, indicador equivalente estimado pelo Istituto di Studi e Analisi Economica (Isae) declinou de 97,2 para 93,2 pontos de maio para julho e na França, o índice do Institut National de la Statistique et des Études Économiques (Insee) passou de 101 para 98 pontos em igual período. O índice para a Área do Euro, calculado pela Comissão Européia, registrou retração de -9 para -10. Comportamento semelhante pode ser observado com relação aos indicadores de confiança do consumidor destes países. Entre esses, o índice referente aos consumidores italianos registrou o maior declínio, de 119 para 113,3 pontos, de maio a julho, ao passo que o indicador para a Alemanha subiu de 89 para 92 pontos no mesmo intervalo. O índice da Comissão Européia recuou de -8 para -10. Economias emergentes

China

No segundo trimestre de 2002, o PIB apresentou crescimento anual de 8%. Essa expansão foi impulsionada pelas altas de 8,6% nas vendas no varejo e de 21,5% no investimento.

A atividade econômica no país continuou em ritmo elevado em julho, alavancada pela expansão das exportações, que se beneficiaram do bom desempenho das vendas ao exterior de produtos elétricos e eletrônicos, e do investimento, impulsionado pelos maiores gastos na construção de edifícios, reflexo da adoção de pacote de

estímulos fiscais desde o início de 2002. Em relação ao mês anterior, o crescimento com ajuste sazonal desses componentes do gasto agregado atingiu 5,3% e 1,9%, respectivamente. Em comparação ao mês correspondente em 2001, as exportações expandiram 28,1% e o investimento, 22,9%.

Ainda em julho, as vendas no varejo mantiveram-se em nível elevado, sustentadas pelas despesas com alimentação, registrando crescimento mensal de 0,8%, com ajuste sazonal. Na comparação com igual mês do ano anterior, as vendas expandiram 8,6%. O IPC apresentou variação negativa de 0,1% em julho, evidenciando menores preços da alimentação e relativa estabilidade do segmento de produtos não alimentícios.

Considerando a variação em 12 meses, o IPC registrou variação igualmente negativa, de 0,9%.

Coréia do Sul

No segundo trimestre de 2002, o PIB a preços constantes apresentou crescimento de 7,8%, em relação ao trimestre anterior, recuperando, em parte, a contração de 10,2% assinalada no primeiro trimestre do ano, comparativamente ao último trimestre do ano anterior. Em relação a igual trimestre de 2001, o PIB real expandiu-se 6,3%. A recuperação da atividade econômica decorreu da intensificação na produção industrial, que cresceu 8,1% no segundo trimestre do ano, comparativamente ao período anterior, sustentada, principalmente, pelo desempenho das exportações, que expandiram 12,9% no período. Considerada a mesma base de comparação, a formação bruta de capital fixo elevou-se 12,4% e a atividade de construção, 25,1%.

A produção industrial dessazonalizada elevou-se 1,9% em julho, em comparação ao mês anterior, e 8,9% frente ao mesmo mês de 2001, contribuindo para que a taxa de desemprego totalizasse 2,7%, mesmo patamar de junho, ante 3,4% em julho de 2001.

No mesmo mês, a inflação anual, medida pelo IPC, alcançou 2,1%, ante 2,6% de junho. As variações, igualmente anuais, de 0,9% nos preços ao produtor e de -7,2% nos preços de importação contribuíram em grande parte para a desaceleração do IPC. A taxa básica de juros foi definida pelo Banco Central da Coréia do Sul em 4,27% a.a., ante 4,35% a.a. em junho, tendo como referência o ambiente econômico caracterizado pela expansão da produção industrial, recuperação do investimento, menor variação de preços e perspectivas de fortalecimento do won frente ao dólar, que deverão amortecer pressões inflacionárias pelo lado da demanda.

O ambiente de recuperação da atividade, sinalizando condições mais favoráveis para o desempenho da economia, foi confirmado pelo Índice de Confiança do Consumidor (ICC), válido para o horizonte de seis meses, que se situou em 107,8 em julho, ante 98,4 no mês correspondente de 2001.

Rússia

A produção industrial russa aumentou 3,3% em julho em relação a junho. A elevação na atividade industrial decorreu do crescimento na produção de combustíveis, metalurgia de não-ferrosos, química e petroquímica, máquinas para uso industrial e alimentação. Como consequência, a taxa de desemprego situou-se em 7,7%, permanecendo estável pelo terceiro mês consecutivo, no patamar mais reduzido do ano.

A inflação em doze meses, medida pelo IPC, alcançou 15% em julho, ante 14,7% no mês precedente. Esse crescimento refletiu, em parte, a tendência de alta nos preços ao produtor observada desde abril, visto que, desse mês até julho, a inflação anual no âmbito do produtor deslocou-se de 6,8% para 11,4%.

Em relação ao comércio exterior, as exportações totalizaram US\$8,2 bilhões e as importações, US\$4,8 bilhões, em julho. A continuidade de saldos mensais positivos ao longo do ano resultou

em superávit acumulado de US\$21 bilhões no primeiro semestre de 2002. O superávit acumulado em doze meses até junho atingiu US\$42,4 bilhões, 2,5% abaixo do superávit acumulado até maio.

Ao final de julho, as reservas internacionais atingiram US\$43,3 bilhões, ante US\$43,6 bilhões no mês anterior e US\$36,5 bilhões ao final de julho de 2001. O aumento paulatino do nível de reservas externas tem contribuído para a estabilidade da moeda doméstica no patamar de 30 rublos por dólar, ao longo do ano. Ainda em julho, a taxa interbancária de juros elevou-se para 13,4% a.a., ante 6,4% a.a., em junho, e 5,2% a.a., em maio, voltando a aproximar-se da taxa assinalada em fevereiro.

Turquia

A aprovação pelo Parlamento de reformas necessárias para o início de negociações visando o ingresso do país na União Européia (UE), a contenção da inflação e o sólido desempenho fiscal foram determinantes para o restabelecimento da confiança, face as incertezas de ordem política associadas às eleições de novembro.

Esse quadro foi corroborado com a aprovação, pelo FMI, da terceira revisão do acordo assinado em fevereiro, o que possibilitou desembolso adicional de US\$1,15 bilhão.

O arrefecimento da inflação contribuiu para a continuada redução da taxa de juros overnight, que foi fixada em 46% a.a. no início de agosto. O banco central reduziu a taxa em seis ocasiões, desde o início do ano, acumulando contração de 13 p.p. A variação anual do índice de preços ao consumidor, que havia alcançado 52,7% em abril, declinou para 42,6% em junho, 41,3% em julho e 40,2% em agosto, sugerindo o cumprimento da meta para a inflação, de 35%, para 2002.

O PIB cresceu 2,3% no primeiro trimestre, em relação ao mesmo trimestre de 2001. Na mesma base de comparação, estimativas apontam crescimento superior a 7% no segundo trimestre, sustentado sobretudo pela indústria e pelo comércio. A produção industrial vem se desacelerando desde março, embora prossiga mantendo elevações significativas. Após crescer 19,2% em março, a variação anual reduziu-se para 14,6% e 11% nos meses seguintes, situando-se em 6,6% em junho.

A dívida pública registrou declínio de 6,1% em termos reais nos sete primeiros meses do ano, declinando de US\$84,4 bilhões para US\$77,2 bilhões. Essa evolução permitiu que a meta de superávit primário no primeiro semestre fosse superada em 0,4% do PIB. A meta para 2002 é de 6,5% do PIB.

A balança comercial acumulou resultados negativos desde março, tendo registrado déficit de US\$5,6 bilhões no primeiro semestre. Em junho, o déficit recuou para US\$1,1 bilhão, ante US\$1,3 bilhão em maio, resultado de US\$2,6 bilhões de exportações e de US\$3,7 bilhões de importações.

América Latina

A desaceleração da atividade econômica mundial, cujo crescimento declinou de 4,7% em 2000 para 2,2% em 2001, refletiu-se negativamente no desempenho das economias latino-americanas, traduzido em expansão lenta do PIB, em cenário de redução dos fluxos de capitais internacionais.

As projeções de crescimento econômico para a América Latina e Caribe em 2002 sofreram revisões para baixo. O FMI prevê declínio do produto regional de 0,4%, após crescimento de 0,7% em 2001.

O resultado é fortemente influenciado pelo colapso da atividade produtiva na Argentina e suas repercussões regionais. Além da Argentina, projeta-se queda do produto no Paraguai, Uruguai e Venezuela. Os países de maior importância econômica relativa na região, México e Brasil, crescerão ao redor de 1,5%, assim como a Colômbia. Para o Chile, o crescimento previsto é de 2,6%. No en-

tanto, essas perspectivas dependem muito dos desdobramentos nas principais economias desenvolvidas. Na maioria dos países da região, as possibilidades de adoção de uma política macroeconômica anticíclica são limitadas, seja pela necessidade de financiamento externo, seja pela existência de desequilíbrios fiscais, que impedem a adoção de políticas fiscais expansionistas.

Apesar do menor dinamismo no comércio internacional, a região deverá apresentar superávit na sua balança comercial, fruto de maiores esforços de diversos países em ganhar novos mercados e de desvalorizações das moedas locais.

Segundo projeções do FMI, o saldo positivo atingirá US\$9,9 bilhões, resultado de crescimento nas exportações de bens e redução das importações. Conseqüentemente, reduz-se o déficit em conta corrente. As exportações e importações do México, maior importador e exportador da América Latina, cresceram, em julho, 8,7% e 7,9%, respectivamente, ante julho de 2001, totalizando US\$14 bilhões e US\$14,6 bilhões.

Associada à flexibilização dos regimes cambiais e à adoção de políticas monetárias baseadas em metas para a inflação, as políticas macroeconômicas nacionais têm-se mostrado mais eficientes em vários países, desde a segunda metade dos anos noventa. Em contrapartida, dificuldades de ordem interna ou externa não determinaram aumento generalizado dos preços, conforme observado em 2001, quando a taxa média de inflação ao consumidor na região alcançou 6,1%. Para 2002, espera-se a elevação dessa taxa, em função da aceleração do nível de preços na Argentina, Uruguai e Venezuela. Nos demais países persiste a taxa moderada assinalada nos últimos anos.

A crise de governança corporativa nos Estados Unidos, associada às incertezas das economias latino-americanas, em especial as do Cone Sul, a partir do segundo trimestre de 2002, fizeram reaparecer o movimento de fuga para qualidade (flight to quality) predominante em 2001. Em diversos países da região, a superposição de tensões políticas domésticas às incertezas associadas aos fundamentos macroeconômicos gerou aumento da percepção de risco por parte do mercado financeiro internacional.

A conjuntura internacional adversa foi particularmente agravada pelas preocupações dos investidores com a situação da Argentina e o receio de contágio para outros países da região, que acabou atingindo, principalmente, Uruguai e Paraguai. O Brasil, afetado pela crise argentina, passou também a sofrer crescente pressão à medida que incertezas associadas à futura política econômica eram agravadas pelo aumento generalizado da aversão global ao risco.

Tendo em vista a deterioração do ambiente econômico interno e externo, Uruguai, Paraguai e Brasil firmaram novos acordos Stand-by com o FMI.

No caso uruguaio, o aprofundamento da crise bancária fez com que os depósitos bancários passassem de US\$13,6 bilhões no início do ano para US\$8 bilhões no fim de julho. Os depósitos de não residentes declinaram 60% e os de residentes, 35%, comparativamente ao início de 2002. A redução dos depósitos no sistema bancário determinou brusca queda das reservas internacionais, que registraram US\$655 milhões no fim de julho, comparativamente a US\$1,47 bilhão, no fim de junho, e a US\$3,1 bilhões, no final de 2001. Nesse cenário, o governo recorreu ao FMI e a agências multilaterais, obtendo recursos da ordem de US\$3,9 bilhões, dos quais US\$2,8 bilhões originários do FMI, US\$0,3 bilhão, do Banco Mundial (Bird), e US\$0,8 bilhão, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O Paraguai, seriamente afetado pela retração do comércio com os parceiros do Mercado Comum do Sul (Mercosul), teve aprovado acordo Stand-by com o FMI no valor de US\$200 milhões. No que se refere às negociações da Argentina com o FMI, em agosto, o governo argentino enviou esboço de carta de intenções ao Fundo estabelecendo projeções de variáveis macroeconômicas para 2002 e diretrizes do governo para a reestruturação do setor bancário.

Entretanto, observa-se entraves à assinatura de um acordo no curto prazo. No entanto, no início de setembro, o FMI adiou, em um ano, o pagamento de uma dívida de US\$2,78 bilhões do país com o organismo.

Petróleo

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), em reunião ordinária de 26 de junho, em Viena, tendo revisto a situação do mercado de petróleo, bem como as perspectivas de oferta e demanda do produto para o segundo semestre de 2002, observou que as medidas de redução adotadas durante 2001 e 2002, apoiadas por medidas de alguns produtores não pertencentes a essa organização na primeira metade de 2002, restabeleceram o relativo equilíbrio do mercado. Contudo, observou-se que a relativa tensão nos preços correntes do mercado é resultante, fundamentalmente, da situação política vigente.

Nesse contexto, e considerando, adicionalmente, as dúvidas quanto à recuperação econômica mundial, o crescimento modesto da demanda e os confortáveis níveis de estoque de petróleo ora existentes, a Opep decidiu manter os níveis acordados de produção, em 21,7 milhões de barris por dia (mbd), até o final de setembro.

No segundo trimestre de 2002, a demanda global de petróleo, segundo a Agência Internacional de Energia (AIE), alcançou 75,41 mbd, ante 76,65 mbd, no primeiro trimestre, devido principalmente à redução ocorrida nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em particular para os

Estados Unidos, a recuperação na demanda de petróleo parece estar ganhando momentum. Dados preliminares sugerem recuperação em maio e junho, embora para o segundo trimestre o comportamento seja de estabilidade.

Ainda de acordo com a AIE, a demanda global para o terceiro trimestre está estimada em 76,28 mbd e para o quarto trimestre, em 78,18 mbd, mostrando expansão em ambos os períodos, devido, principalmente, ao aumento da procura nos países da OCDE.

Estimativas preliminares indicam produção média para julho de 76,5 mbd, representando aumento de 780 mil barris por dia em relação a junho, ocasionada, em parte, pelo aumento da produção da Opep.

O preço do petróleo tipo Brent no mercado à vista, final de período, aumentou de US\$25,45/barril, em junho, para US\$25,57/barril, em julho, e US\$27,01/barril, em agosto. O declínio nos estoques brutos dos Estados Unidos nos últimos meses e a ameaça de guerra deste país contra o Iraque acarretaram pressão para o aumento dos preços, compensada, em parte, pela elevação da produção de petróleo pelos países da Opep.

No mercado futuro, as cotações do petróleo tipo Brent mostraram-se decrescentes para prazos subseqüentes de entrega, negociados em mesma data. Para os contratos negociados no final de agosto, os níveis de preços superaram os registrados em meses anteriores.

Confirma-se a redução no ritmo de crescimento da economia mundial.

A retomada da economia norte-americana, variável chave para determinar a trajetória da economia internacional, mostrou-se insuficiente para reverter o fraco dinamismo da atividade econômica das principais economias mundiais. Por conseguinte, o crescimento do comércio mundial será relativamente limitado, pela permanência do quadro recessivo no Japão, com repercussão nos países asiáticos, muito embora estes mantenham maior ritmo de crescimento, e por um ritmo de crescimento bastante reduzido na Europa.

Ao recrudescimento das dificuldades externas inerentes às economias emergentes, em especial às da América Latina, como a questão do efeito-contágio, veio se somar o agravamento da perda

de dinamismo da economia mundial e a redução do volume global de financiamento em direção a estes países. Neste último caso, a combinação de riscos e incertezas gerou aumento desproporcional da percepção de risco, refletido no patamar de risco país, exacerbando a contração de fluxos de capital.

Ainda que no mercado financeiro globalizado as economias mostrem estreito grau de interdependência, principalmente nas economias emergentes, a superação da atual crise será determinada pela dinâmica da economia mundial e pela capacidade das economias, em especial as latino-americanas, em adotar as reformas econômicas necessárias de modo a criar o ambiente de estabilidade competitiva, favorável ao investimento e exportações, a fim de reduzir o grau de vulnerabilidade externa, elevado na maioria delas.

Diante deste contexto de incerteza, um novo conflito no Oriente Médio poderá alterar radicalmente o cenário para a economia mundial, a começar por nova escalada nos preços internacionais do petróleo. Dessa forma, a volatilidade no mercado de petróleo deverá ser intensa nos próximos meses, afetando negativamente a economia mundial no restante do ano.

Cenário Econômico Atual

A atual crise econômica mundial iniciou em setembro de 2008, com o estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos. Sua origem foi o farto crédito imobiliário oferecido nos anos anteriores. Com as taxas de juros norte-americanas num patamar muito baixo, os bancos fizeram empréstimos de longo prazo a clientes sem boa avaliação como pagadores – chamados de subprime.

O crédito fácil intensificou a procura por imóveis, que tiveram os preços elevados. Mais tarde, o governo norte-americano subiu os juros para combater a inflação. Com isso, as prestações dos financiamentos ficaram mais caras e muitos compradores pararam de pagar.

Os imóveis (garantias dos empréstimos) foram retomados pelos bancos, que os colocavam à venda para cobrir os empréstimos não pagos. O aumento da oferta fez os preços dos imóveis caírem. Mesmo com a venda, os bancos não conseguiam recuperar o prejuízo. A quebra do banco Lehman Brothers, marco da crise, provocou um efeito dominó no mercado financeiro mundial.

A crise econômica atingiu duramente a União Europeia. Afetou com maior intensidade os países da zona do euro, com elevada dívida pública. O país mais atingido foi a Grécia. Outros países bastante afetados foram: Portugal, Irlanda, Itália, Espanha e Chipre.

Como condição para receber ajuda econômica, medidas de austeridade são adotadas pelos países em crise. O objetivo é o cumprimento de metas orçamentárias e de limite de endividamento estabelecidos pela União Europeia. Incluem privatizações, redução do serviço público, corte de direitos sociais, congelamento de salários e aumento de impostos, entre outras medidas. Tem como efeito direto o aumento do desemprego, a redução do poder aquisitivo da população e a desaceleração da economia, provocando protestos populares que enfraqueceram ou derrubaram governos.

A prolongada estagnação econômica e o alto desemprego estão causando um terremoto político no continente, porque os eleitores, desiludidos com os partidos tradicionais, estão transferindo o seu apoio para legendas mais radicais, tanto de esquerda, como de direita. A principal bandeira da esquerda é o fim da austeridade, enquanto a extrema direita combate a imigração e o projeto da União Europeia. Os países com o maior avanço dos partidos extremistas de direita são a Áustria, França, Reino Unido, Hungria, Alemanha, Itália e Grécia. O “Podemos”, da extrema esquerda já é a terceira força política da Espanha. Na Grécia, a esquerda contra a austeridade assumiu o governo no início de 2015.

Recuperação a passos lentos

A economia global agora avança devagar, e aos trancos e barrancos. O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que, pelo menos até 2016, o ritmo de crescimento do PIB mundial não avance além dos 3,5% ao ano – e com riscos de retrocesso. Compare: nos anos anteriores à crise, a média de crescimento do PIB mundial estava entre 4% e 5% ao ano.

A recuperação depende de fatores como o preço das matérias-primas básicas (commodities), como o ferro e os produtos agropecuários, que têm preço internacional negociado em bolsas de valores mundiais. Isso significa que o comércio da soja, do minério de ferro ou do trigo tende a ser feito pelo mesmo preço em qualquer parte do mundo, já que o mercado é articulado.

Segundo a OMC, entre 2000 e 2012, as matérias-primas básicas duplicaram de preço, em parte devido à maior demanda dos países emergentes.

Mas a economia dos emergentes está freando. E as commodities começaram a cair de preço. O preço do barril de petróleo, por exemplo, que chegou a mais de 100 dólares no final de 2014, caiu para menos de 30 dólares no início de 2016.

Essa queda beneficia os países que importam, como os Estados Unidos, mas é ruim para os exportadores, como a Rússia.

A economia mundial está sujeita, também, a oscilações sociais, ambientais e geopolíticas. O envelhecimento da população, com a diminuição do contingente de jovens, reduz a capacidade de trabalho de diversas nações, ao mesmo tempo que aumentam as despesas dos governos com aposentadorias e pensões.

Regiões atingidas por desastres naturais, como terremotos e tsunamis, param de produzir e exigem dos governos gastos em pacotes de ajuda. As mudanças climáticas, com grandes períodos de seca ou inundações, afetam a produção agropecuária. O esgotamento de recursos naturais, como a água, encarece a vida em algumas regiões do planeta. E epidemias e pandemias reduzem a produtividade de uma população e aumentam as despesas em saúde pública.

Do ponto de vista geopolítico, os maiores riscos vêm de guerras e conflitos. As sanções econômicas impostas a países beligerantes, como ocorre com Ucrânia e Rússia, têm impacto no comércio internacional.

Estados Unidos

A economia norte-americana vem se recuperando da crise econômica de 2008. O desemprego caiu para taxas baixas, o PIB está crescendo e a produção industrial se recupera. O dólar, moeda dos EUA, valorizou-se perante as principais moedas globais.

Contribui para a recuperação econômica o aumento na produção de petróleo e gás, com a consequente diminuição das importações. Os Estados

Unidos voltaram a ser o maior produtor mundial de petróleo. O aumento da produção se deve ao desenvolvimento de uma nova tecnologia para a extração do óleo e do gás na rocha de xisto, a preços competitivos.

Em dezembro, o Federal Reserve, banco central dos Estados Unidos, subiu a faixa para sua taxa de juros em 0,25 ponto percentual, para entre 0,25% e 0,50% ao ano. Esta é a primeira alta do preço do dinheiro, desde 2006. A taxa de referência estava entre zero e 0,25% ao ano.

Emergentes

As economias emergentes – incluindo os Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) – entraram numa nova fase: continuam crescendo, mas não com o mesmo fôlego. O alto preço das commodities no mercado internacional alavancou um crescimento rápido dos emergentes na primeira década do século XXI. Além de

apresentarem taxas significativas de crescimento, essas economias passaram bem pelos problemas criados pela crise em 2009 e 2010.

No entanto a crise global terminou por afetar a todos por causa da queda no comércio internacional. O terremoto que atingiu os mercados financeiros levou à redução dos investimentos nos emergentes. Hoje, o crescimento médio do PIB dessas economias está três pontos percentuais abaixo do registrado em 2010. São três os principais fatores que refreiam o crescimento dos emergentes:

- a queda no preço do petróleo e outras commodities;
- o recuo no comércio internacional;
- os gargalos de infraestrutura internos.

Esses três fatores afetam principalmente a China. A redução no ritmo de crescimento chinês, de 10% para cerca de 7% nos próximos anos, não é preocupante, pois se mantém uma expansão forte. No entanto, essa desaceleração afeta os países da Ásia e os demais emergentes, como o Brasil, exportadores de matéria-prima para a indústria chinesa.

Concentração Global da Riqueza

O crescimento econômico só está beneficiando aqueles que têm mais. A superconcentração da riqueza está aumentando e ameaçando a estabilidade e o crescimento global. Estudo divulgado pela organização não governamental britânica Oxfam, demonstra que apenas oito pessoas são detentoras de uma riqueza equivalente ao acúmulo total da metade menos favorecida do mundo, ou seja, 3,6 bilhões de indivíduos.

Segundo o documento, intitulado “Uma economia a serviço dos 99%”, seis dos indivíduos mais ricos do mundo são dos Estados Unidos, um é da Espanha e um é do México. Todos são empresários e homens. São eles: Bill Gates, da Microsoft; Amancio Ortega, da Inditex (Zara); Warren Buffett, maior acionista da Berkshire Hathaway; Carlos Slim, proprietário do Grupo Carso; Jeff Bezos, da Amazon; Mark Zuckerberg, do Facebook; Larry Ellison, da Oracle; e Michael Bloomberg, da agência de informação de economia e finanças Bloomberg.

A organização atribui a responsabilidade por essa situação, que qualifica de “extrema, insustentável e injusta”, ao atual modelo econômico, “a serviço do 1% mais rico da população”.

A Oxfam aponta especialmente as grandes empresas, acusadas de estarem “a serviço dos mais ricos” e de se guiarem por um único objetivo: maximizar a rentabilidade de acionistas e investidores. Em 2015, as dez maiores empresas do mundo obtiveram um faturamento superior à receita total dos Governos de 180 países. No entanto, esse crescimento não foi distribuído entre todas as camadas da sociedade.

Essas empresas usam o seu poder para garantir que tanto a legislação quanto a elaboração de políticas nacionais e internacionais sejam feitas sob medida para proteger seus interesses, melhorar sua rentabilidade e minimizar o pagamento de impostos. É um tipo de “capitalismo clientelista e de curto prazo” que coloca em desvantagem as pequenas e médias empresas, incapazes de fazer frente às grandes corporações.

Entre as estratégias para pagar o mínimo de imposto possível, o relatório cita o uso de paraísos fiscais, prática que provoca prejuízos anuais de ao menos 100 bilhões de dólares para os países em desenvolvimento.

Em comunicado, a diretora-executiva da Oxfam Internacional, Winnie Byanyima, afirmou que, “quando uma em cada dez pessoas no mundo sobrevive com menos de US\$ 2 por dia, a imensa riqueza que acumulam apenas alguns poucos é obscena”.

“A desigualdade está prendendo centenas de milhões de pessoas na pobreza; está fraturando nossas sociedades e minando a democracia”, afirmou. Byanyima acrescentou ainda que ao mesmo

tempo que muitos salários se encontram estagnados, as remunerações dos presidentes e altos diretores de grandes empresas têm disparado. “Os investimentos em saúde e educação são cortados, enquanto as corporações e os super-ricos reduzem ao mínimo sua contribuição fiscal”.

O ritmo no qual os mais ricos acumulam cada vez mais riqueza poderia dar lugar ao primeiro “trilionário” do mundo em apenas 25 anos. “Com essa concentração de riqueza, esta pessoa necessitaria esbanjar um milhão de dólares por dia durante 2.738 anos para gastar toda sua fortuna”, segundo a Oxfam.

As mulheres sofrem maiores níveis de discriminação no trabalho e assumem a maior parte das funções não remuneradas. No ritmo atual, levará 170 anos para se conseguir a igualdade salarial entre homens e mulheres.

Entre 1988 e 2011, a renda dos 10% mais pobres da população mundial aumentou em média US\$ 3 por ano, enquanto a do 1% mais rico cresceu 182 vezes mais, a um ritmo de US\$ 11.800 por ano. Em outro relatório, em 2016, a Oxfam já havia dito que o 1% mais rico da humanidade tinha uma renda maior que o resto dos 99% do mundo.

Para a ONG, o modelo econômico atual é baseado numa série de falsas premissas, entre as quais está a ideia de que a riqueza individual extrema não é prejudicial, mas um sintoma de sucesso, ou que o crescimento do PIB deve ser o principal objetivo da elaboração das políticas. As premissas equivocadas incluem acreditar que os recursos do planeta são ilimitados ou que o atual modelo econômico é neutro do ponto de vista do gênero.

A organização adverte que, se tais pressupostos não forem revistos, será impossível reverter a situação e defende a construção de uma “economia mais humana” que beneficie o conjunto da população. Esse novo sistema deveria se basear na cooperação entre os Governos, privilegiar a utilização de energias renováveis, acabar com a extrema concentração da riqueza e apoiar homens e mulheres.

Propõe-se que os governos aumentem os impostos tanto das grandes fortunas como das rendas mais altas; que cooperem para garantir que os trabalhadores recebam salários dignos e que freiem a evasão e as artimanhas fiscais para reduzir ao mínimo o imposto das grandes corporações empresariais.

Além disso, recomenda que os governos apoiem as empresas que operam em benefício de seus trabalhadores e da sociedade e não só no interesse dos acionistas; e que assegurem que as economias sirvam de maneira equitativa a mulheres e homens.

Brasil

No Brasil, a desigualdade é elevada, mas já foi maior. Entre 2004 e 2014, o índice de Gini calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para os rendimentos de trabalho caiu de 0,545 para 0,490 – quanto mais próximo de zero, menor a desigualdade. Em termos de rendimentos totais, a queda foi de 0,501 para 0,497. Ambas as quedas se devem à elevação na renda das camadas mais pobres da população. No entanto, a concentração de renda ainda é muito grande, inclusive entre os mais ricos.

Segundo a Receita Federal, 8,4% da população se apropria de 59,4% das riquezas nacionais. E os 0,1% mais ricos detêm 6% do total de riqueza e renda declaradas. Ou seja, 6% de todo o patrimônio e renda declarados no Brasil estão nas mãos de apenas 26,7 mil contribuintes. Essa camada no topo da pirâmide da desigualdade tem rendimento total médio da ordem de 5,8 bilhões de reais ao ano.

O principal indicador usado para medir a concentração de renda na população de um país ou uma região é o índice (ou coeficiente) de Gini. É uma régua que mostra o desvio na distribuição da riqueza, numa escala de 0 a 1. Quanto mais próximo de zero, menor a desigualdade.

O índice pode ser calculado sobre diferentes parâmetros – renda familiar, renda per capita ou renda vinda apenas do trabalho. Segundo os dados do Banco Mundial, de 2013, os cinco países com os mais baixos índices de desigualdade são Suécia (0,250), Ucrânia (0,256), Noruega (0,258), Eslováquia (0,260) e Belarus (0,265). O Brasil figura na lista do Banco Mundial (que realiza um cálculo diferente do IBGE) com o índice de Gini de 0,547. Trata-se de um dos mais elevados níveis de desigualdade do mundo – na comparação com os vizinhos sul-americanos, o indicador é maior que o da Argentina (0,445) e do Uruguai (0,453).

China

A civilização chinesa tem mais de quatro mil anos. Após um longo período imperial e uma breve república, uma revolução liderada pelo Partido Comunista Chinês (PCC), de Mao Tsé-tung, deu origem à República Popular da China, em 1949. O país foi reorganizado nos moldes comunistas.

Com a morte de Mao, em 1976, a China implementou um modelo, ainda vigente, chamado por seus dirigentes de socialismo de mercado. Trata-se de uma combinação de características do socialismo (no qual as empresas e a terra são propriedade do Estado) com aspectos do capitalismo (a presença de empresas privadas, sobretudo multinacionais, em algumas áreas do país).

No final da década de 1970, o país começou a abrir parte de sua produção para as multinacionais, com a criação de Zonas Econômicas Especiais. Os investimentos estrangeiros e a abundância de mão de obra mal remunerada alavancaram as exportações, pois os produtos são baratos. Em três décadas, a China deixou de ser um país pobre e agrário e tornou-se uma potência econômica. O país é a segunda maior economia do mundo, respondendo por mais de 10% do PIB mundial, atrás apenas dos Estados Unidos.

Apesar do vertiginoso crescimento econômico, o país convive com problemas que causam instabilidade ao atual modelo político-econômico: significativa desigualdade social, corrupção, degradação ambiental e crescente descontentamento popular. A China é o principal parceiro comercial e destino das exportações do Brasil.

A China é uma ditadura que reprime a liberdade de expressão e viola os direitos humanos. No entanto, há uma resistência interna, e diversos dissidentes desafiam o regime.

O crescimento econômico da China está desacelerando e há temores sobre as consequências da transição para um ritmo mais lento e sustentável. A diminuição do crescimento do PIB vem ao encontro da mudança proposta pela China. O país passa por um ambicioso processo de transição: quer depender menos das exportações e da indústria, e mais dos serviços e do consumo interno.

Antes da crise econômica mundial, crescia à taxa de 10% ou mais ao ano.

Um menor crescimento chinês afeta o ritmo da atividade econômica no mundo, principalmente dos exportadores de commodities como o Brasil.

A China decretou o fim da política do filho único, permitindo que agora cada casal tenha até dois filhos. A política do filho único entrou em vigor entre o fim de 1979 e 1980. O objetivo era de reduzir os problemas de superpopulação da China. Segundo especialistas, as medidas serviram para evitar que a população atual do país fosse de 1,7 bilhão de habitantes, contra os atuais 1,3 bilhões.

O governo chinês sempre defendeu que a restrição ao número de filhos, sobretudo em áreas urbanas, contribuiu para o desenvolvimento do país e para a saída da pobreza de mais de 400 milhões nas últimas três décadas. No entanto, também admitiu que estava chegando a hora de essa política ser encerrada.

O envelhecimento rápido da população está entre os efeitos secundários mais prejudiciais da política do filho único para a China. Em 2012, pela primeira vez em décadas, a população em idade ativa caiu. O índice de fecundação no país, de 1,5 filhos por mulher, é muito inferior ao nível que garante a renovação geracional.

A poluição atmosférica é um gravíssimo problema nas metrópoles chinesas. É comum o uso de máscaras para se protegerem da névoa de poluição.

O país disputa com o Japão a posse das ilhas de Senkaku, para os japoneses, ou Diaoyu, para os chineses, localizadas no Mar da China Oriental.

Já as reivindicações de Pequim no Mar do Sul da China a colocam em rota de colisão com seus vizinhos no Sudeste Asiático – além da China, Vietnã, Filipinas, Brunei, Taiwan e Malásia disputam a soberania nessa região. O Mar do Sul da China é fundamental para a indústria da pesca, rica em reservas de petróleo e estratégica para o transporte marítimo.

Mesmo com a indefinição das fronteiras, a China ampliou a ofensiva para consolidar a ocupação da área em 2014, ao construir ilhas artificiais em Spratly e instalar plataformas para a exploração de petróleo na região. Essa iniciativa chinesa é vista como uma forma de impor sua hegemonia no Sudeste Asiático.

Mas em julho deste ano, atendendo a uma reclamação das Filipinas, a Corte Permanente de Arbitragem decidiu que a China não tem “direitos históricos” sobre o Mar do Sul da China. O governo de Pequim disse que não irá acatar a decisão.

PANORAMA DA ECONOMIA BRASILEIRA

O pau-brasil foi a primeira riqueza a ser explorada, porém essa exploração não era lucrativa e por isso, Portugal resolve colonizar o Brasil. Foi implantado o sistema de capitanias hereditárias, onde a nobreza portuguesa recebia posse da capitania e era obrigada a explorá-la.

Com isso a agricultura passa a ser a atividade econômica (cana de açúcar). No século XVII, houve grande desenvolvimento na agricultura e por isso foi criado o primeiro tipo de sociedade colonial. A pecuária se estendeu e o povoamento começou a surgir.

Com a demanda do açúcar, começaram a surgir as bandeiras indígenas que acabaram despovoando o interior.

Com a revolução industrial na Europa, o estado passou a não interferir na economia e o trabalho do homem foi valorizado. No século XIX, houve uma séria queda na agricultura da cana, tabaco e algodão pois não tinham os mesmos rendimentos anteriores, a pecuária e a mineração também regrediram e a indústria não progredia. Mas com a abertura dos portos, o Brasil passou a comercializar com outros países e implantou novas indústrias.

Na época do império, a cafeicultura era a principal atividade econômica, e logo após vinha, a cana, algodão, etc. No século XIX o café chega ao Vale do Paraíba. As condições climáticas e da terra eram favoráveis o que ajudou a tornar o café ainda mais importante economicamente. Mas o esgotamento das terras, abolição, altos preços, fizeram com que a cafeicultura no Vale decaísse.

Por causa da abolição do tráfico, o capital foi investido na indústria e por isso de 1850 à 1864, houve inflação e crise financeira. Em 1889, acontece o golpe militar, pois conflitos entre a igreja e o governo e a abolição dos escravos, fazem com que o governo perca suas bases econômicas, militares e sociais.

O café naquele momento era tão importante, que o governo iria comprar uma parte da produção para manter o preço. Mas a crise de 29 afetou a cafeicultura, abaixando o preço do produto. Neste momento, ocorreram muitas falências e perda de poder das oligarquias.

Logo após a posse de Vargas, a economia agrícola sofre mudanças pois diminuíram sensivelmente as exportações, a própria população diminuiu e muitas fábricas fecharam.

Por isso, um novo mercado interno foi criado e com isso, aumentou a burguesia que se interessava na indústria e na vida urbana. Em 1933, a indústria era a principal fonte econômica no país. É a partir daí que surgem os primeiros redutos parlamentares e com isso o Estado começa a tratar das questões do comércio exterior e das indústrias separadamente. A criação de organismos como o Instituto Nacional do Açúcar e do Alcool acabou sendo benéfica para a indústria e influenciou na política do desenvolvimento econômico.

Neste momento, a indústria começa a crescer e São Paulo torna-se o maior centro industrial da América Latina. Cria-se aí o Estado Novo que controla as atividades econômicas.

Vargas começa a investir na indústria pesada, o que desagradava os próprios industriais.

Mas tinha ainda a questão das siderúrgicas, pois Vargas queria acabar com o monopólio da Cia. Iron Ore. Com a segunda grande guerra, o crescimento econômico poderia diminuir, mas como não havia mais exportações, acabou abrindo ainda mais o mercado interno, o que foi bom para a economia.

Com o fim da guerra e a união aos aliados, o Brasil passou a exportar em demasia e as vezes até o que não era necessário. Países desenvolvidos se reestruturaram e por isso havia pouco interesse na exportação de produtos nacionais. Apesar deste problema, foi criada a Companhia Siderúrgica Nacional e a indústria se modernizou.

Em 1948, cria-se o regime de licença prévia, o que funcionou durante algum tempo. O Sumoc acabou com os paralelos criando um fundo único de câmbio. Em 1949, institui o orçamento de câmbio e as operações vinculadas.

Com a guerra da Coreia, o governo passa a fazer estoques de produtos com medo de escassez. As exportações foram mal. Apenas o café ainda ia bem. Em 1953, o Sumoc cria os leilões de câmbio e resolve o problema. Os produtos importados, foram divididos em categorias segundo sua importância, o que foi bom para a economia, fazendo com que a balança tenha fechado em Superávit.

Vargas trabalha para voltar à presidência e por isso, várias comissões foram criadas para desenvolver a economia. Em 1954, Getúlio se suicida e os primeiros rumores de golpe surgem.

Em 1956, Juscelino assume buscando a união dos empresários, políticos, militares e assalariados. JK adota o recurso ao capital estrangeiro para sustentar a indústria pesada. É desta época, os primeiros contatos brasileiros com o FMI. O Brasil era o terceiro país receptor de capital de risco americano destinado a indústria manufatureira.

A industrialização da economia tinha um importante papel na mudança de costume dos brasileiros. Jânio toma posse e encontra um país em crise deixado por JK.

Porém Jânio renuncia e João Goulart assume. O crescimento da indústria e do PIB desabam e os investimentos sofrem uma violenta queda. As forças armadas derrubam Goulart e Castelo Branco assume, tornando as eleições indiretas e dividindo os partidos em dois (Arena e MDB).

Em 1964, foi criado o programa de ação econômica do governo. Criado pelo ministro da economia para reduzir a inflação. Criou-se também a correção monetária para financiar o déficit do governo. Surgiu o BNH, reformas bancárias e a repressão dos valores do serviço público, porém a inflação subiu.

Em 1966, houve um corte de dinheiro corrente, com isso a inflação caiu e quando Costa e Silva assumiu, houve um aumento no PIB.

Com a isenção do IR e do IPI, as exportações cresceram. Foi também criado o Banco

Central, substituindo o Sumoc. Nesta época, o ministro da fazenda Delfim Neto, reduz os juros e com isso, reduz a inflação.

Costa e Silva foi substituído por Médici, que manteve Delfim Neto a frente da economia, e este conseguiu abaixar ainda mais a inflação e crescer o PIB.

Com a criação do I PND, o Brasil poderia atingir metas e resultados significativos. Foram 3 anos de euforia até a guerra dos Árabes X Israel, o que aumentou o preço do petróleo e derivados, o que gerou uma crise econômica internacional e fez a produção e o PIB desabarem.

A crise volta a abalar o país, a dívida externa muito alta, o déficit e outros problemas voltaram a assustar. Com a formulação do II PND, Geisel, agora no poder, contactava com estrangeiros a possibilidade de se instalar usinas no país. Mas como iria ajudar um plano baseado no endividamento?

Por isso, o II PND teve de ser reformulado e acabou abandonado. Em 78, Geisel revogou atos de banimento, criou a lei de segurança nacional e suspendeu a censura.

O retorno a democracia parece certo neste momento e quando Figueiredo assume, promete devolver o poder aos civis, o que acontece 6 anos mais tarde debaixo de uma crise econômica muito séria.

Em 1980, a situação econômica não era nada boa, pois as dívidas não deixaram a inflação baixar. O país entra em recessão. Houve queda na produção industrial em 1981 e o desemprego era grande.

A dívida chegou a níveis absurdos e o FMI passou a mandar no país. Em 1985, Tancredo

Neves assume, mas morre logo após. Sarney toma seu lugar já em eleições diretas, que vieram logo após. Em 1986, o novo ministro da economia Dilson Funaro, cria o plano

Cruzado, congelando os preços, salários, extinção da correção monetária, criação do índice de preços e OTN.

A inflação caiu, já que a situação internacional era favorável. O ágil começou a aparecer e por isso foi criado o Cruzado II, o que descongelou os preços e aumentou as tarifas.

Luís Carlos Bresser Pereira, cria o plano Bresser, para congelar os preços novamente. Mas problemas como o ágil e o desabastecimento voltaram a acontecer.

Em 1989, foi criado o Plano Verão. Preços, salários e aluguéis foram congelados, a moeda se desvalorizou e houve privatizações. Mas tudo foi por água abaixo, pois as aplicações no over foram grandes e com isso a inflação voltou a crescer.

Eleito, Collor cria seu plano, com itens como por exemplo: bloqueamento das contas correntes e poupanças, congelamentos, fim do Cruzado Novo, e etc.

Em 1991, a ministra Zélia Cardoso de Melo, cria um novo congelamento, desindexação da economia, criação da TR., etc e como era de se esperar, esse plano também fracassou.

Collor é afastado e quem assume é Itamar Franco, seu vice, que não faz grandes mudanças.

O até então ministro Fernando Henrique, é chamado e começa a elaborar um novo plano para estabilizar a economia. FHC se desvincula do ministério para ser candidato e é eleito.

O Plano Real de Fernando Henrique se divide em três fases:

1ª.- Ajuste fiscal para equacionar o desequilíbrio orçamentário da União.

2ª.- Eliminar a inflação através da URV.

3ª.- Transformação da URV em Real.

A condução do plano procura evitar o erro dos choques heterodoxos, qual seja a grande expansão do crédito e da demanda após a queda da inflação.

A economia a nível global apesar das crises e das incertezas vividas teve um comportamento positivo tendo contribuído o forte crescimento econômico e o aumento significativo da liquidez em termos internacionais. Os maiores importadores mundiais que são os Estados Unidos e a China deram o impulso necessário na área

comercial. Os défices públicos e da balança comercial dos Estados Unidos foram financiados pelos países produtores de petróleo e pelos países asiáticos. A economia mundial deve terminar este ano com um crescimento muito perto dos 4%, considerando a subida dos preços do petróleo conforme previsto pelos governadores dos bancos centrais dos 10 países mais ricos do mundo (G-10). A China, Índia, Paquistão e diversos países de economias emergentes do Sudeste asiático estão a crescer a taxas muito próximas dos 10%, tendo a China apresentado um crescimento de 9,5% no primeiro trimestre do ano, tendo provocado aumentos considerados anormais na procura de petróleo para satisfazer as necessidades de energia, obrigando a uma subida dos preços do barril de crude. Os Estados Unidos continuam a ser o maior consumidor de petróleo do mundo, seguidos da China que em 2003 tornou-se o segundo maior consumidor representando 8,1% do consumo, importando 13% de petróleo a nível mundial, representando em termos de importações 51% do consumo mundial, face aos 59% dos Estados Unidos e aos 86% do Japão, devendo atingir em 2025 cerca de 77%. Em simultâneo o aumento das cotações das vendas dos produtos petrolíferos estão a reduzir o poder de compra dos Países Desenvolvidos (PD), fazendo que a inflação se possa vir a tornar uma verdadeira ameaça. A crise que vivem os PD não permite dispor de mecanismos que façam inverter esta tendência da economia mundial a curto prazo. O Banco Central Europeu (BCE), confirmou o crescimento da economia a nível global, sendo a inflação um sério perigo, uma vez que é provocado pela alta dos preços do petróleo, sendo dessa forma uma ameaça ao crescimento sustentável, com efeitos negativos na economia e por sua vez nas respectivas políticas orçamentais. O preço do petróleo deve terminar o ano muito perto dos 60 dólares o barril, tendo ultrapassado esse montante dia 21 nos mercados internacionais, e o gás natural atingiu um novo valor máximo, com a descida das temperaturas no Norte dos Estados Unidos, tendo em Nova Iorque, o preço do barril para entrega em Janeiro subido 2,5%, fixando-se em 60,69 dólares. O preço do barril de Brent, petróleo de referência do Mar do Norte, para entrega em Janeiro, valorizou-se 3,2% fixando-se no mercado de Londres em 58,80 dólares. Com a tempestade de neve que se esperava para dia 16 no Norte dos Estados Unidos onde é utilizada 80% da energia para aquecimento, e com a descida das temperaturas muito abaixo do normal noutras regiões, a procura de combustível aumentou, tendo as refinarias crescido a produção. Prevê-se que as temperaturas possam descer mais, obrigando ao aumento da procura de combustível para aquecimento. O gás natural, subiu acima dos 9% no mesmo dia, atingindo novo recorde. A Arábia Saudita, no seguimento da sua declaração no segundo semestre do ano intensificou a produção tendo afirmado que o petróleo necessário à crescente procura mundial seria satisfeito. Em conformidade os preços do barril registaram grandes descidas nos principais mercados internacionais, tendo o consumo das gasolinas diminuído em alguns mercados e as refinarias do Golfo México voltaram a subir a oferta após a passagem do furacão Katrina, tendo havido sinais dada comunidade internacional de que algumas economias emergentes devem travar a sua procura como forma de fonte de produção de energia, como é o caso da China e Índia, que após aumentos sucessivos na produção doméstica, devem entrar numa fase de maior estabilidade. A China tornou público a 21, resultados da análise da actividade económica tendo revisto em alta o nível de riqueza criada internamente, situando-se na 4 maior economia mundial. O estudo recaiu sobre os 3 mais importantes sectores que são a agricultura, indústria e serviços prestados, o que levou a corrigir o Produto Interno Bruto (PIB) de 2004, bem como os seus dados históricos. O governo chinês não revelou se vai fazer alguma alteração corretiva aos valores anteriormente divulgados do PIB, mas é de prever que este tipo de levantamento econômico avalie de forma correta a contribuição

dos serviços para o crescimento da economia e que tem sido subestimado. A riqueza produzida a nível doméstico pela China foi no ano passado de 1,649 biliões de dólares cerca de 1,385 biliões de euros, altura em que a China teve a maior taxa de crescimento em 7 sete anos que foi de 9,5%. Existe na Wall Street o sentimento generalizado de que o PIB chinês de 2004 deve ser alterado para 2 biliões de dólares, correspondente a 1,669 biliões de euros, que significa um aumento de 20%.

Confirmada esta previsão, a China passa a ser o 4.º país a nível mundial com riqueza produzida, ou seja avançar 3 posições em relação ao lugar que neste momento ocupa. Esta análise profunda da economia da China tem como fim, permitir ao governo justificar a redução do investimento público e conseguir melhorar a confiança dos investidores estrangeiros face às estatísticas do país, servindo ainda, como meio importante de redução da corrupção e da fraude fiscal, numa área em que as autoridades têm extrema dificuldade e na arrecadação dos impostos, essencialmente no sector dos serviços. O Banco Central ou Banco Popular da China (BPC) sem qualquer aviso prévio a 21 de Julho divulgou a desindexação da moeda chinesa ao dólar americano, tendo criado um sistema de maior flexibilidade em termos de gestão dos câmbios do yuan ou renmibi, constituído por um cabaz de moedas ou divisas, chamado de G-4, em que o dólar continua a ser a moeda dominante, do euro, iene e won da Coreia do Sul. O G-4 constitui o pilar do sistema de tripé da especialização a nível internacional da China. A China como sabemos em termos económicos é carente em 3 factores; a importação de produtos considerados intermédios, provenientes de países regionais de maior desenvolvimento industrial como o Japão e a Coreia do Sul; a compra do crude que é uma “commodity” em dólares; do mercado dos Estados Unidos, uma vez que a China é o principal exportador e a Europa o destino das exportações dos produtos conhecidos como “made in China”. No cabaz das ditas moedas foram incluídos o dólar canadiano, australiano e o de Singapura, o bath, a libra e o ringgit da Malásia, moedas correspondentes aos parceiros comerciais chineses.

O BPC valorizou o yuan face ao dólar somente em 2,2%, e em relação ao euro foi em serpente até ao momento com pequenas desvalorizações e valorizações. Esta pequena valorização do yuan veio a contrariar as previsões dos especuladores que esperavam uma valorização de 5%. O yuan poderá ser valorizado entre 2% a 3% no final de 2006. O yuan está desvalorizado 40% em relação ao dólar e tivemos a oportunidade de fazer o historial e consequências dessa desvalorização real e efectiva. Esta medida inclui-se adentro de uma visão geo-estratégica a longo prazo, em que a China tem como intenção pôr a moeda chinesa como moeda mundial de topo, ficando os mercados financeiros dependentes das suas flutuações. Vai ser inevitável nos próximos 20 anos. A China terá de esperar pelo próximo ano e seguinte, considerados críticos, e no segundo ano em Outubro realizar-se-á, o 17.º Congresso do Partido Comunista Chinês (PCC). A valorização pequena dos 2,2%, foi um sinal de carácter político com vista a acalmar os americanos. Mas são os factores económicos tão importantes quanto os políticos. Esta pequena valorização levou em linha de conta o facto da economia da China estar dependente do comércio internacional em 70%, e a exportação dos produtos chamados de “made in China” faz-se de duas formas: pelo sistema industrial de multinacionais estrangeiras, onde os capitais americanos têm uma considerável percentagem, e por empresas controladas em termos financeiros pelos chineses da diáspora, que representaram em 2004, cerca de 60% das exportações. Alterar o câmbio da moeda é o mesmo que alterar os benefícios concedidos à deslocalização. Uma outra situação a levar em conta são as cerca de 30 mil empresas exportadoras de têxteis, brinquedos e outros bens de consumo de pequenas dimensões, para as quais, os 2,2%, representam um corte dos pequenos 3% a 5% que têm de margem de lucro. O tratamento em termos de matéria cambial é extremamente sensível uma vez que segundo os relatórios das instituições internacionais e da Reserva Federal Americana, a China tem um sistema bancário na sua maioria considerado na bancarrota, altamente corrupto, faltando o conhecimento técnico no que diz respeito ao crédito e que é segurado pelo governo. Uma das razões para os chineses não valorizarem significativamente e de forma rápida o yuan, que seria o colapso do sistema bancário. Mesmo com esta alteração de 2,2% no câmbio, prevê-se que 50% dos pequenos exportadores privados se extinga, e não irá significar uma menor dor de cabeça para os industriais americanos daqueles sectores e uma situação favorável para o défice comercial dos Estados Unidos uma vez que os importadores e consumidores americanos vão colmatar essa lacuna chinesa, comprando produtos da América Central, e de outros países da Ásia e da Europa de Leste. Os americanos irão comprar barato de outros mercados, pelo que é pura areia para os olhos. Uma mudança brusca do sistema financeiro chinês causaria um tremor de terra devastador. Os bancos alimentaram uma autêntica “bolha” de investimento no país, que tarde o cedo atingirá o topo, e uma das razões da China não valorizarem muito e de forma rápida o yuan, seria a possibilidade de poder criar o colapso de todo o sistema como dissemos. A valorização, ainda que pequena, tem um efeito real e efectivo no aumento da liquidez traduzida em dólares por parte dos investidores do país onde se incluem as maiores empresas estatais e na valorização dos activos em yuan, mas traduzidos em dólares nos mercados internacionais, essencialmente no sector de empresas de “hi-tech”. A maior liquidez em dólares significa a pressão estratégica do ir à globalização seguida pelas empresas estatais e privadas da China. O mercado de fusões e aquisições a nível mundial está a crescer com as entradas chinesas na bolsa dos Estados Unidos, Hong Kong e Singapura. A verdadeira loucura no Nasdaq com as chamadas “start-ups” da China é visível. A atracção pela Europa é uma falha e os europeus vão ter de trabalhar bastante para atrair os capitais chineses.

Economia do Brasil Atual

A economia brasileira atual é diversificada e abrange os três setores: primário, secundário e terciário. O País há muito abandonou a monocultura ou o direcionamento unicamente para um tipo de indústria.

Hoje, a economia brasileira é baseada na produção agrícola, o que faz do Brasil um dos principais exportadores de soja, frango e suco de laranja do mundo. Ainda é líder na produção de açúcar e derivados da cana, celulose e frutas tropicais.

Igualmente, possui uma importante indústria de carne, com a criação e abate de animais, ocupando o posto de terceiro produtor mundial de carne bovina.

Confira os dados da EcoAgro, de 2012, sobre a agroindústria brasileira:



Em termos de indústria de transformação, o Brasil se destaca na produção de peças para abastecimento dos setores automotivos e aeronáuticos.

Da mesma forma é um dos principais produtores de petróleo do mundo, dominando a exploração de petróleo em águas profundas. Mesmo assim é destaque na produção de minério de ferro.

História da Economia Brasileira

O primeiro mercado a ser explorado no território da América por Portugal foi o pau-brasil (*Caesalpinia echinata*).

A árvore era encontrada em abundância na costa e através dela, o Brasil recebeu este nome. Esta espécie tem porte médio, chega a atingir 10 metros de altura e possui muitos espinhos.

De floração amarela, o pau-brasil tem um tronco avermelhado que após o processamento era utilizado como corante para tecidos.

A história econômica do Brasil pode ser estudada através de ciclos econômicos. Estes foram elaborados pelo historiador e economista Caio Prado Jr. (1907-1990) como uma tentativa de explicar os caminhos da economia brasileira.

Ciclo do Pau-Brasil

O pau-brasil era encontrado na maior parte da costa do litoral brasileiro, numa faixa que ia do Rio Grande do Norte ao Rio de Janeiro. A extração era feita por mão de obra indígena e obtida através do escambo.

Além do uso para a extração de corante, o pau-brasil era útil na produção de utensílios em madeira, na confecção de instrumentos musicais e empregado na construção.

Três anos após o descobrimento, o Brasil já contava com um complexo de extração da madeira.

Ciclo da Cana-de-Açúcar

Após o esgotamento da oferta de pau-brasil - que ficou praticamente extinto - os portugueses passaram a explorar a cana-de-açúcar na sua colônia da América. Este ciclo durou mais de um século e teve impacto significativo na economia colonial.

Os colonizadores instalaram engenhos para a produção de açúcar no litoral que era feito através de mão de obra escrava. Os engenhos estavam localizados em todo nordeste, mas principalmente em Pernambuco.

Como havia dificuldades em dominar a logística da exploração da cana-de-açúcar, o suporte para a indústria açucareira foi obtido junto aos holandeses, que passaram a responsáveis pela distribuição e comercialização do açúcar ao mercado europeu.

Entre as consequências deste cultivo está o desmatamento da costa brasileira e a chegada de mais portugueses para participar dos imensos lucros gerados na colônia portuguesa. Igualmente há a importação de africanos como escravos para trabalhar nos engenhos.

Como monocultura, a exploração da cana era baseada na estrutura de latifúndios - grandes propriedades de terra - e no trabalho escravo. Este era sustentado pelo tráfico negreiro, dominado pela Inglaterra e por Portugal.

Os colonizadores também se dedicavam a outras atividades econômicas como buscar metais preciosos. Isto levou expedições, conhecidas como entradas e bandeiras, ao interior da colônia a fim de encontrar ouro, prata, diamantes e esmeraldas.

Ciclo do Ouro

A busca por pedras e metais preciosos teve o ápice no século XVIII, entre 1709 e 1720, na capitania de São Paulo. Nesta época, esta região comportava o que é hoje Paraná, Minas Gerais, Goiás e o Mato Grosso.

A exploração dos metais e pedras preciosas foi impulsionada pelo declínio da atividade canavieira, em franca decadência após os holandeses iniciarem o plantio de cana em suas colônias da América Central.

Com a descoberta de minas e pepitas nos rios de Minas Gerais tem início o chamado ciclo do ouro. A riqueza que vinha do interior do País influenciou na transferência da capital, antes em Salvador, para o Rio de Janeiro, a fim de controlar a saída do metal precioso.

A Coroa Portuguesa sobretaxou os produtos da colônia e cobrava impostos, denominados quinto, derrama e capitação eram pagos nas Casas de Fundição.

O quinto correspondia a 20% de toda a produção. Já a derrama representava 1,5 mil quilos de ouro que deveriam ser pagos a cada ano sob pena de penhor compulsório dos bens dos mineradores. Por sua vez, a capitação era a taxa correspondente a cada escravo que trabalhava nas minas.

A insatisfação dos colonos com a cobrança de impostos, considerada abusiva, culminou no movimento denominado Inconfidência Mineira, em 1789.

A busca pelo ouro influenciou o processo de povoamento e ocupação da colônia, alargando os limites do Tratado de Tordesilhas.

Este ciclo perdurou até 1785 coincidindo com o começo da Revolução Industrial na Inglaterra.

Ciclo do Café

O ciclo do café foi o responsável pelo impulso à economia brasileira do início do século XIX. Esse período foi marcado pelo intenso desenvolvimento do país, com a expansão de estradas de ferro, a industrialização e a atração de imigrantes europeus.

O grão, de origem etíope, era cultivado por holandeses na Guiana Francesa e chegou ao Brasil em 1720, sendo cultivado no Pará e depois Maranhão, Vale do Paraíba (RJ) e São Paulo. As lavouras de café também se espalharam por Minas Gerais e Espírito Santo.

As exportações começaram em 1816 e o produto liderou a pauta exportadora entre 1830 e 1840.

A grande parte da produção estava no estado de São Paulo. A elevada quantidade de grãos favoreceu a modernização de modais de transporte, notadamente ferroviário e portuário.

O escoamento era feito pelos portos do Rio de Janeiro e Santos, que receberam recursos para adequação e melhorias.

Nesse momento histórico, a mão de obra escrava havia sido abolida e os fazendeiros não quiseram aproveitar os trabalhadores libertos, a maioria das vezes por preconceito.

Assim houve necessidade de arranjar mais braços para a lavoura, condição que atraiu imigrantes europeus, com destaque para os italianos.

Após quase cem anos de prosperidade, o Brasil começou a enfrentar uma crise de superprodução: havia mais café para vender do que compradores.

Do mesmo modo, ocorre o fim do ciclo cafeeiro em consequência da quebra da bolsa de Nova York, em 1929. Sem compradores, a indústria cafeeira diminuiu de importância no cenário econômico brasileiro a partir dos anos 50.

A queda da produção do café também significou um marco para o país no que tange à diversificação da base econômica.

A infraestrutura, antes utilizada para o transporte de grãos, foi o suporte para a indústria, que passa a manufaturar produtos de elaboração simplificada, como tecidos, alimentos, sabão e velas.

Economia e Industrialização Brasileira

O governo de Getúlio Vargas (1882-1954) passa a incentivar a instalação da indústria pesada no Brasil como a siderurgia e a petroquímica.

Isso provocou o êxodo rural em vários pontos do país, sobretudo no nordeste, onde a população fugia da decadência rural.

As medidas em benefício da indústria foram favorecidas pela eclosão da Segunda Guerra Mundial. Ao fim do conflito, em 1945, a Europa estava devastada e o governo brasileiro investe num moderno parque industrial para se auto abastecer.

Metas de Kubitschek

A indústria passa a ser o centro das atenções no governo de Juscelino Kubitschek (1902-1976), que implanta o Plano de Metas, batizado de 50 anos em 5. JK previa que o Brasil crescería em 5 anos o que não havia crescido em 50.

O Plano de Metas indicava os cinco setores da economia brasileira para onde os recursos deveriam ser canalizados: energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação.

Fazia parte também a construção de Brasília e, posteriormente, a transferência da capital do país.

Milagre Econômico

Durante a ditadura militar, os governos abrem o país a investimentos estrangeiros que impulsionam a infraestrutura. O Brasil vive, entre 1969 e 1973, o ciclo denominado Milagre Econômico, quando o PIB cresce 12%.

É nessa fase que são construídas obras de grande impacto, como a ponte Rio-Niterói, a hidrelétrica de Itaipu e a rodovia Transamazônica.

No entanto, essas obras eram caras e também causam a tomada de empréstimos a juros flutuantes. Assim, se vivia uma inflação de 18% ao ano e o crescente endividamento do País, a despeito da geração de milhares de empregos.

O Milagre Econômico não possibilitou o desenvolvimento pleno, pois o modelo econômico privilegiou o grande capital e a concentração de renda aumentou.

Por parte do setor primário, a produção de soja já era a partir da década de 70 a principal commodity de exportação.

Ao contrário de culturas como o café, que demandavam abundante mão de obra, o cultivo da soja é marcada pela mecanização, o que gera desemprego no campo.

Ainda na década de 70, o Brasil é fortemente impactado pela crise do mercado internacional do petróleo, que faz o preço dos combustíveis subirem.

Dessa forma, o governo estimula a criação do álcool como combustível alternativo à frota de veículos nacionais.

A Década Perdida - 1980

O período é marcado pela insuficiência de recursos da União para o pagamento da dívida externa.

Ao mesmo tempo, o País precisava adaptar-se aos novos paradigmas da economia mundial, que previa inovações tecnológicas e pelo crescimento da influência do setor financeiro.

Nesse período, 8% do PIB nacional é direcionado ao pagamento da dívida externa, a renda per capita fica estagnada e a inflação aumenta vertiginosamente.

Há, desde então, uma sucessão de planos econômicos para tentar conter a inflação e retomar o crescimento, sem sucesso. Por isso, os economistas chamaram os anos 80 de “década perdida”.

Observe a evolução do PIB do Brasil de 1965 a 2015:

Dívida Externa e Economia Brasileira

No final do governo militar, a economia brasileira dava sinais de desgaste por conta dos altos juros cobrados para pagar a dívida externa. O Brasil, assim, passou a ser o maior devedor entre os países em desenvolvimento.

O PIB despencou de um crescimento de 10,2% em 1980 para 4,3% negativos em 1981, como atesta o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A solução foi fazer planos econômicos que visassem estabilizar a moeda e controlar a inflação.

Planos Econômicos

Com a economia em forte recessão, dívida externa e perda do poder de compra, o Brasil lançava mãos de planos econômicos para tentar recuperar a economia.

Os planos econômicos tentavam desvalorizar a moeda a fim de conter a inflação. Entre 1984 e 1994, o País teve várias moedas diferentes:

Moeda	Período
Cruzeiro	Agosto de 1984 e fevereiro de 1986
Cruzado	Fevereiro de 1986 e janeiro de 1989
Cruzado Novo	Janeiro de 1989 e março de 1990
Cruzeiro	Março de 1990 a 1993
Cruzeiro Real	Agosto de 1993 a Junho de 1994
Real	De 1994 até o presente momento

Plano Cruzado

A primeira medida de intervenção econômica ocorre quando assume o presidente José Sarney, em janeiro de 1986. O ministro da Fazenda Dilson Funaro (1933-1989) lança o Plano Cruzado no qual estava previsto o controle da inflação por meio do congelamento de preços.

Ainda houve os planos Bresser, em 1987 e o Verão, em 1989. Ambos não conseguiram deter o processo inflacionário e a economia brasileira seguia estagnada.

Plano Collor

Com a eleição de Fernando Collor de Mello, em 1989, o Brasil adotaria ideias neoliberais, onde abrir a economia nacional era a prioridade.

Igualmente estavam previstas as privatizações de empresas públicas, redução com o funcionalismo público e aumento da participação de empresários privados em vários setores econômicos.

No entanto, devido aos escândalos de corrupção, o presidente se viu envolvido num processo de impeachment que lhe custou o cargo presidencial.

Plano Real

O Brasil contou com 13 planos de estabilização econômica. O último deles, o Plano Real, previa a troca da moeda para o Real a partir de 1º de julho de 1994, durante o governo de Itamar Franco (1993-2001).

A implantação do plano ficou sob o comando do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. O Plano Real previa o controle efetivo da inflação, o equilíbrio das contas públicas e o estabelecimento de um novo padrão monetário, atrelando o valor do real ao dólar.

Desde então, o Brasil entrou numa era de estabilidade monetária que se manteria pelo século XXI.

HISTÓRIA DO CEARÁ. O PERÍODO COLONIAL: A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO: DISPUTAS ENTRE NATIVOS E PORTUGUESES; ACESSO À TERRA: SESMARIAS E A ECONOMIA PECUÁRIA. O PERÍODO IMPERIAL: O CEARÁ NA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR; IMPORTÂNCIA DA ECONOMIA DO ALGODÃO; A ESCRAVIDÃO NEGRA NO CEARÁ. O CEARÁ E A “REPÚBLICA VELHA”: A POLÍTICA OLIGÁRQUICA: CORONELISMO E CLIENTELISMO; MOVIMENTOS SOCIAIS RELIGIOSOS E “BANDITISMO”. O PERÍODO 1930/1964: O CEARÁ DURANTE O ESTADO-NOVO; REPERCUSSÕES DA REDEMOCRATIZAÇÃO; “INDÚSTRIA DA SECA”: DNOCS E SUDENE. OS GOVERNOS MILITARES E O “NOVO” CORONELISMO; A “MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA”. A “NOVA” REPÚBLICA: OS “GOVERNOS DAS MUDANÇAS”

História do Ceará

Com a decisão do rei de Portugal D. João III em dividir o Brasil em capitanias hereditárias, coube ao português Antônio Cardoso de Barros, em 1535, administrar a Capitania do Siará (como era chamada a região correspondente as capitanias do Rio Grande, Ceará e Maranhão). Entretanto a região não lhe despertou interesse. Só então, em 1603, é que o açoriano Pero Coelho de Sousa liderou a primeira expedição a região, demonstrando interesse em colonizar aquelas terras.

Pero Coelho se instalou às margens do rio Pirangi (depois batizado rio Siará), onde construiu o Forte de São Tiago, depois destruído por piratas franceses. A esquadra de Pero Coelho teve que enfrentar ainda a revolta dos índios da região que inconformados com a escravidão, destruíram o forte obrigando os europeus a migrarem para a ribeira do rio Jaguaribe. Lá, a esquadra de Pero Coelho construiu o Forte de São Lourenço. Em 1607, uma seca assolou a região e Pero Coelho abandonou a capitania.

Em 1612 foi enviado ao Siará o português Martim Soares Moreno, considerado o fundador do Ceará, que também se instalou às margens do Rio Siará (atualmente Barra do Ceará), onde recuperou e ampliou o Forte São Thiago e o batizou de Forte de São Sebastião. Deu-se início a colonização da capitania do Siará, dificultada pela oposição das tribos indígenas e invasões de piratas europeus.

No ano de 1637, região foi invadida por holandeses, enviados pelo príncipe Maurício de Nassau, que tomaram o Forte São Sebastião. Anos depois a expedição foi dizimada pelos ataques indígenas. Os holandeses ainda voltaram ao litoral brasileiro em 1649, numa expedição chefiada por Matias Beck e se instalaram nas proximidades do rio Pajéu, no Siará, onde construíram o Forte Schoonenborch.

Em 1654, o Schoonenborch foi tomado por portugueses, chefiados por Álvaro de Azevedo Barreto, e o forte foi renomeado de Forte de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. A sua volta formou-se a segunda vila do Ceará, chamada de vila do Forte ou Fortaleza. A primeira vila reconhecida foi a de Aquiraz. Em 1726, a vila de Fortaleza passou a ser oficialmente a capital do Ceará após disputas com Aquiraz.

Ocupação

Dois frentes de ocupação atuaram no Siará, a primeira, chamada de sertão-de-fora foi controlada por pernambucanos que vinham do litoral, e a segunda, do sertão-de-dentro, controlada por baianos. Ao longo do tempo o Siará foi sendo ocupado o que impulsionou o surgimento de várias cidades. A pecuária serviu de motor para o povoamento e crescimento da região, transformando o Siará na “Civilização do Couro”.

Entre os séculos XVIII e XIX, o comércio do charque alavancou o crescimento econômico da região. Durante esse período, surgiram as cidades de Aracati, principal região comerciária do charque, Sobral, Icó, Acaraú, Camocim e Granja. Outras cidades como Caucaia, Crato, Pacajus, Messejana e Parangaba (as duas últimas bairros de Fortaleza) surgiram a partir da colonização indígena por parte dos jesuítas.

A partir de 1680, o Siará passou à condição de capitania subalterna de Pernambuco, desligada do Estado do Maranhão. A região só se tornou administrativamente independente em 1799, quando foi desmembrada de Pernambuco e o cultivo do algodão despontou como uma importante atividade econômica. Às vésperas da Independência do Brasil, em 28 de fevereiro de 1821, o Siará tornou-se uma província e assim permaneceu durante todo o período do Império. Com a Proclamação da República Brasileira, no ano de 1889, a província tornou-se o atual estado do Ceará.

Momentos históricos

Em 1817, os cearenses, liderados pela família Alencar, apoiaram a Revolução Pernambucana. O movimento, que se restringiu ao município do Cariri, especialmente na cidade do Crato, foi rapidamente sufocado.

Em 1824, após a independência, foi a vez dos cearenses das cidades do Crato, Icó e Quixeramobim demonstrarem sua insatisfação com o governo imperial. Assim eles se aderiram aos revoltosos pernambucanos na Confederação do Equador.

No século XIX, vários fatos marcaram a história do Ceará, como o fim da escravidão no Estado, em 25 de março de 1884, antes da Lei Áurea, assinada em 1888. O Ceará foi portanto o primeiro estado brasileiro a abolir a escravidão. Um cearense se destacou nessa época: o jangadeiro Francisco José do Nascimento que se recusou a transportar escravos em sua jangada. José do Nascimento ficou conhecido como Dragão do Mar (atualmente nome de um centro cultural em Fortaleza).

Entre 1896 e 1912, o comendador Antônio Pinto Nogueira Accioly governou o Estado de forma autoritária e monolítica. Seu mandato ficou conhecido como a “Política Aciolina” que deu início ao surgimento de diversos movimentos messiânicos, alguns deles liderados por Antônio Conselheiro, Padre Ibiapina, Padre Cícero e o beato Zé Lourenço. Os movimentos foram uma forma que a população encontrou de fugir da miséria a qual se encontrava a região. Foi também nessa época que surgiu o movimento do cangaço, liderado por Lampião.

Nos anos 30, cerca de 3 mil pessoas se reuniram, sob a liderança do beato Zé Lourenço, na região no sítio Baixa Danta, em Juazeiro do Norte. O sítio prosperou e desagradou a elite cearense. Em setembro de 1936, a comunidade foi dispersa e o sítio incendiado e bombardeado. O beato e seus seguidores rumaram para uma nova comunidade. Alguns moradores resolveram se vingar e prepararam uma emboscada, que culminou num verdadeiro massacre. O episódio ficou conhecido como “Caldeirão”.

Nos anos 40, com a Segunda Guerra Mundial, foi montado uma base norte-americana no Ceará mudando os costumes da população, que passou a realizar diversos manifestos contra o nazismo. Também na mesma década, o governo, afim de estimular a migração dos sertanejos para a Amazônia realizou uma intensa propagan-

da. Esse contingente formou o “Exército da Borracha”, que trabalharam na exploração do látex das seringueiras. Milhares de cearenses migraram para o Norte e acabaram morrendo no combate entre Estados Unidos e Aliados com os exércitos do Eixo, sem os seringais da Ásia para abastecê-los.

Fonte: www.secult.ce.gov.br

O TERRITÓRIO CEARENSE NA FORMAÇÃO NACIONAL

A expansão capitalista europeia produziu espacialidades que foram importantes na formação do território brasileiro. Um processo nem sempre contínuo, que se iniciou com a colonização ao associar uma soma considerável de capitais com formas primitivas de escravidão.

Tal combinação permitiu a expropriação da população nativa e o desmatamento de grandes porções do espaço pelo extrativismo, que seria depois ampliado pela produção agrícola e o beneficiamento da cana-de-açúcar, além da pecuária extensiva.

Neste capítulo, procura-se resgatar o processo de uso e de ocupação do espaço na formação do território brasileiro e, consequentemente, na configuração do território cearense.

Observa-se tal movimento no contexto de integração entre o sertão e as áreas de colonização portuguesa, com seus movimentos populacionais e correntes migratórias dos principais centros (Salvador e Olinda). Relacionam-se os deslocamentos com a ampliação da fronteira agrícola e a apropriação de terras para o criatório de bovinos e equinos, suprimindo às necessidades de alimento e de tração animal dos lugares de produção para exportação, conforme maiores detalhes a seguir.

A Formação do Território Nacional

O território dominado pelos portugueses, desde 1500, já havia sido antes povoado por diversas tribos indígenas. Assim, a expropriação de terra das populações nativas e a devastação das florestas litorâneas pelo colonizador deram-se desde o século XVI. A atuação da metrópole portuguesa visava à expansão capitalista necessária à acumulação ampliada do capital mercantil, sendo introduzidas formas antigas de escravidão para o cultivo da cana-de-açúcar.

Os índios que não se submeteram ao processo de colonização, pois fizeram resistência à capitulação de seus territórios e à escravidão, entraram em confronto com o colonizador (com seus servos e vassalos), movimentando-se pelo território em busca de locais de resistência e de sobrevivência alternativas ao jugo português (ARAÚJO; CARLEIAL, 2001).

A ocupação do território brasileiro fez-se, inicialmente, pelo litoral (cultivo da cana-de-açúcar) e foi adentrando para o interior com atividades complementares, contando com a presença de rios caudalosos, de fundamental importância para o transporte e o acesso às áreas de florestas, destacando-se o São Francisco, o Paraguaçu, dentre outros. Assim, os engenhos tanto localizaram-se no litoral como em áreas de várzeas, nas margens de rios ou em canais, contribuindo para a formação dos povoados e vilas mais importantes. Hoje, nestas áreas, concentra-se a maior parte da população (ANDRADE, 1995).

As condições naturais e a proximidade com a metrópole europeia, de certa forma, determinaram as primeiras formas de ocupação portuguesa no espaço brasileiro. Os indígenas tanto avançaram para o confronto, nessas terras banhadas pelos principais rios, quanto seguiram em sentido contrário, adentrando em áreas ainda pouco exploradas, e situando-se, estrategicamente, em pontos de alto relevo (nas montanhas e serras) para a resistência e o refúgio.

Distante do litoral e a montante dos rios navegáveis, alguns povoados surgiram em torno da pecuária e da agricultura de subsistência, com a presença dos pequenos engenhos. Essa produção

sertaneja necessitava de animais para ser escoada internamente, bem como para chegar até o litoral e seguir por via marítima aos diferentes pontos do país, lugares que, na sequência, também se transformaram em povoados (IPLANCE, 1982).

Mas, a ocupação portuguesa não teve um movimento de oposição proveniente apenas da população nativa. A efetivação da conquista com a exploração sistemática da colônia portuguesa requereu combate a corsários e conflito com outras metrópoles européias dominantes. Em particular, os corsários exploravam o litoral clandestinamente e fundavam feitorias, tais como: Itamaracá, em Pernambuco, Santa Cruz, na Bahia e Cabo Frio, no Rio de Janeiro (ANDRADE, 1995).

Esta divisão de forças com as demais metrópoles européias poderosas suscitou a fragmentação do território brasileiro em 15 capitanias hereditárias, na quarta década do século XVI, seguindo o modelo das ilhas do Atlântico, embora não obtendo o mesmo sucesso. As capitanias tiveram destinos bem diferentes: algumas sequer foram ocupadas, a exemplo do Maranhão, Ceará, Rio Grande e Santana; outras tiveram um pequeno povoamento inicial, com a implantação de vilas e de engenhos de açúcar, fracassando, porém, em decorrência de vários fatores (Itamaracá, Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, Paraíba do Sul e Santo Amaro); e houve sucesso limitado às capitanias de Pernambuco e de São Vicente, com a expansão de culturas tropicais, que deram surgimento às vilas e povoados no seu entorno (ANDRADE, 1995).

O sistema de capitanias não duraria muito no Brasil, embora a alternativa seguinte ainda não rompesse com o domínio português e abafasse o sentimento nacionalista que estava emergindo no território brasileiro. Este sistema que dependia de Lisboa, possuía relativa autonomia, por serem administradas por seus Donatários retrocedeu para um modelo de total centralização administrativa, que era o Governo-Geral. A capitania da Bahia e a cidade de Salvador teriam sido escolhidas como sede para a capital do Brasil, deslocando o poder da zona canavieira apenas de um lugar para outro, mantendo-se na faixa litorânea (IPLANCE, 1982).

A influência da Bahia e do Sudeste cresceu com a expansão territorial do final do século XVI, quando os bandeirantes retornaram do interior do continente após o movimento que fizeram para procurar pedras e metais preciosos. Andrade (1995, p. 22) observa no número de escravos trazidos para o Sudeste com as Bandeiras uma dupla consequência: “a expansão territorial e o despovoamento do interior”. Na Bahia, as correntes migratórias buscavam o desenvolvimento da pecuária e a proteção de vilas e fazendas próximas ao litoral contra o ataque de índios. Mas pelas necessidades de suporte à produção principal (cana-de-açúcar), emergiu um movimento contrário, partindo do Recôncavo para os Sertões, sendo feito pelos grandes criadores de gado. As fazendas estendiam-se do morro do Chapéu, na Bahia, até o rio das Velhas, em Minas Gerais. O fato de a pecuária e a mineração não absorverem grandes contingentes de mão-de-obra, assim como a agricultura, que ficou restrita ao alimento de subsistência, foram motivos pelos quais os centros urbanos de expressão nos Sertões Nordeste tiveram relativo retardo em relação àqueles dos espaços litorâneos.

A divisão territorial do trabalho naquele período fazia-se pela ocupação litorânea do açúcar e a ocupação do interior pelo gado, além da extração de minerais preciosos. Isto é, a partir de Pernambuco, Bahia e São Vicente, a ocupação do interior seguiu caminhos e motivos variados: para o Nordeste, a procura de pastagens deu origem à formação de grandes latifúndios; para o Sul, o trabalho escravo indígena e a descoberta das minas de ouro e diamantes originaram três novas capitanias: Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

No século XVIII, o domínio dos latifúndios já se fazia presente, sendo expressivo na Bahia, no território banhado pelo Rio São Francisco e no Sertão Setentrional do Nordeste, incluindo o Estado

do Ceará. A ocupação destes territórios está associada tanto à economia açucareira quanto à pecuária extensiva, sendo que, no último caso, a exploração da terra sedava por sesmeiros e por sítiantes posseiros.

Ainda de acordo com Andrade (op. cit., p. 148), o gado teve grande importância na formação do território nordestino, em especial no Sertão e no Litoral Setentrional, embora apareçam toda extensão da região. As necessidades de terras motivaram as concessões de sesmarias, nas áreas sertanejas, em direção ao Rio São Francisco. Vaqueiros e prepostos ocupavam terras e estabeleciam currais na margem esquerda do rio, no território de Pernambuco até chegar ao Piauí e ao Cariri cearense.

As sesmarias consistiam em grandes extensões de terras dos Sertões Nordesteiros que motivavam as disputas de famílias. Isto é, a conquista do sertão foi marcada pela luta entre os poderosos (em particular, de Salvador) e aqueles que, sem prestígio para obter terras, assumiram a condição de foreiros. Iniciava-se o arrendamento da terra e as relações clientelísticas entre proprietários e trabalhadores. Estes foreiros, na Bahia, eram colocados sob a proteção dos “grãos-senhores”, ao reconhecê-los com domínio sobre a terra, comprometendo-se com o pagamento de 10 mil réis, em foro, por um lote de uma légua de terra em quadra, dando margem à formação de sítios a partir dos currais de reses.

Na luta pela ocupação das terras férteis entre proprietários de currais de gado e população nativa, teve início a Guerra dos Bárbaros que durou dez anos, aniquilando várias tribos e conduzindo ao aldeamento dos remanescentes, à escravização de índios e à formação de agregados nas fazendas de gado. Assim se deu a ocupação do Ceará, Rio Grande do Norte e quase toda Paraíba. Aqui o sistema de criação era o mesmo do Agreste, o que as diferenciava em as fazendas serem mais importantes, mais extensas e terem maior número de cabeças (ANDRADE, 1989).

A pecuária, sem dúvida, foi o modelo de produção que determinou a ocupação dos Sertões Nordesteiros. No séc. XVII, os “currais” estavam relacionados às duas correntes que adentraram para o interior. Os “currais baianos” se estabeleceram à margem direita do São Francisco e pelas ribeiras do Rio das Velhas (território Mineiro), das Rãs, Parnamirim, Jacuipe, Itapecuru, Real, Várzea Barris e Sergipe. E, os “currais pernambucanos”, assentados à margem esquerda do São Francisco e nos vales do Rio Preto, Guaraira, Corrente, Pajeú, Moxotó, São Miguel, em Alagoas, do Paraíba do Norte, do Piranha, Açú, do Apodi, do Jaguaribe, do Acaraú, do Piauí até do Parnaíba. Ainda conforme Andrade (2005), se estendia desde Olinda até a fronteira do Maranhão a Oeste.

O caminho do gado de Olinda e, posteriormente, de Recife serviu para o surgimento de pequenas povoações e vilas nos sertões do Nordeste. De Olinda, se dirigia para o Norte por Goiana, Espírito Santo (PB), Mamanguape, Canguaretama, Papari, São José do Mipibu, Natal, Açú, Mossoró, Praia do Tibau (RN), Aracati e Fortaleza (CE). Outra estrada que fazia escoar o gado piauiense para Olinda se fazia através do Ceará, Paraíba e Pernambuco, partindo do Piauí, em Crateús, cruzando várias localidades até chegar a Olinda (IPLANCE, 1982).

Constata-se, portanto, que o território nordestino foi configurado visando tanto o mercado externo, para suprir a metrópole portuguesa de bens e mercadorias, quanto o fornecimento alimentar do mercado interno. Nos espaços da produção açucareira houve abundância e riqueza montada na escravidão indígena e negra, mas nos espaços da pecuária contou-se apenas com trabalho de poucos escravos, que foi substituído pelo trabalhador agregado à fazenda, dando origem aos parceiros e posseiros, ou pequenos produtores de subsistência, que ainda hoje perduram em algumas localidades.

O Processo de Formação Territorial do Ceará

O processo de formação do território do Ceará pode ser visto pela ocupação desta capitania pelos europeus, que aconteceu de forma tardia, comparada à conquista da zona da mata nordestina ou ao litoral açucareiro, cuja ocupação foi no início do século XVI. No território da pecuária no Nordeste, ela só vem acontecer no final do século XVII. A produção açucareira avançava pelas terras do litoral, desde a Paraíba até a Bahia, enquanto a pecuária, atividade subsidiária, expandia-se para o interior. Desta forma, a interiorização das capitanias do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte se deu pela formação de territórios da pecuária, onde as populações nativas foram dizimadas em função da mercantilização do território, além da subordinação ao europeu, como retrata Pinheiro (2000).

“As terras deveriam ser doadas de acordo com o número de índios de cada aldeia. Nesse caso o que prevalecia era a noção mercantil de propriedade, deixando-se de lado não só todo o caráter simbólico do território como a necessidade de áreas de dispersão, que era um dado marcante no modo de vida dos povos originários.” (2000, p. 23).

É importante ressaltar que o conflito entre colonizadores e povos indígenas acentuou-se em todo o Nordeste, em função das atividades desenvolvidas e do processo de “limpeza” dos nativos para a efetivação da produção mercantil. No Ceará, a problemática foi a mesma, pois, à medida em que as terras foram sendo ocupadas pela pecuária, ia-se expulsando indígenas.

No contexto geral da colonização, cabe destacar a atuação dos sesmeiros e dos bandeirantes no processo de restrição do território dos povos indígenas.

A pecuária possibilitou a ocupação da capitania do Ceará a partir da necessidade de terra para o desenvolvimento da atividade. As primeiras doações de sesmarias ocorreram no período de 1678-1782, nas imediações do Rio Jaguaribe no sentido Aracati para o Sul, em direção ao Rio Salgado.

“Das 2.378 datas solicitadas, num período de mais de um século e meio, 91% justificava a necessidade de terra para ocupar com a pecuária. [...] Entre 1679-1699, num período de 20 anos, foram doadas 261 sesmarias, o que representa uma média de 13 cartas ao ano. [...] entre 1700 e 1740, num período de 40 anos foram 1.700 sesmarias, representando uma média de 42 sesmarias por ano. [...] há um subperíodo entre 1700-1720. Nestes decênios foram distribuídas 932 cartas, dando uma média de 46 por ano.” (op. cit., p. 30).

Ainda segundo Pinheiro (2000), a ocupação da capitania do Ceará se consolida em 1720, com a transformação do território dos indígenas em território da pecuária. Tal atividade inviabilizou o uso de mão-de-obra escrava negra, pelos altos preços diante dos valores obtidos com os produtos agrícolas no mercado interno. Portanto, necessitou de mão-de-obra livre e migrante de outras áreas de produção, além de parte da população indígena que havia sido aculturada e catequizada nos aldeamentos indígenas. Daí porque a expansão das culturas agrícolas, em termos de áreas, ficou restrita à agricultura de subsistência.

Discute-se, contudo, que a agricultura não expandiu neste período colonial devido tanto às grandes distâncias do mercado (entre sertão e litoral), quanto às péssimas condições das estradas que, assim, reduziam a comercialização interna dos produtos agrícolas (GIRÃO, 1995, p.36). Mas, não se pode deixar de considerar o fato de que havia uma agricultura de subsistência sendo praticada pelos trabalhadores das fazendas pecuárias, que se mantinham praticamente auto-suficientes, não fosse a importação de determinados produtos vindos da Metrópole ou das principais Vilas. O algodão é um exemplo desta fase, em que a agricultura e o beneficiamento artesanal eram praticados apenas para o consumo de servos e trabalhadores dos latifúndios.

Além disso, desde os primórdios da ocupação do território cearense pode-se falar de uma espécie de industrialização e urbanização no Estado, que teria se formado a partir da indústria da carne seca, ou da charqueada, e do comércio que se desenvolveu no seu entorno. Tal processo surgiu como estratégia para superar a concorrência e para minimizar o fato de o gado sofrer consideravelmente com seu transporte para o mercado interno, em direção às zonas produtoras de cana-de-açúcar, inclusive para áreas de mineração.

A charqueada foi uma espécie de beneficiamento que se fez à carne do gado para evitar as perdas e manter-se na concorrência do mercado. Tanto havia perda por mortalidade quanto pela redução do peso do rebanho ao final do percurso, entre as fazendas e as feiras, onde seriam vendidos (op. cit., p.38).

O beneficiamento da carne do gado proporcionou uma nova expressão econômica ao território cearense, pois possibilitou uma outra estratégia de participação no mercado interno de abastecimento alimentar para as principais regiões produtoras. Quando o ciclo econômico da cana-de-açúcar esteve localizado em Pernambuco, o gado poderia ser transportado vivo, por rotas terrestres que abriam novas estradas e ocupações nos territórios cearense, pernambucano, se estendendo até a Bahia. Entretanto, com o deslocamento da economia, através do ciclo da mineração, para o sudeste do país (Minas Gerais), havia a necessidade de outra inserção do principal produto cearense no mercado interno.

A “industrialização” da carne, contudo, não permaneceu como um modo de saber fazer apenas dos cearenses. Tal técnica migrou para longe, chegando ao Rio Grande do Sul, através de viajantes que conheciam a arte do beneficiamento da carne do sol, adaptando-a para a realidade do clima frio e úmido dos pampas gaúchos. Assim, enquanto parte do rebanho cearense era dizimada pela grande seca (1790-1793), os produtores do sul, há mais de uma década, aproveitavam os altos níveis de produtividade de seu rebanho, favorecidos por pastagens naturais, para avançar e concorrer com o beneficiamento da carne. Os sulistas aplicavam preços alternativos para atingir o principal mercado interno - a zona da mineração. As localidades vizinhas da zona produtora de Aracati (Açu e Mossoró), pertencentes ao Rio Grande do Norte, também tiveram acesso à técnica e instalaram oficinas que foram, contudo, controladas pela Província de Pernambuco, que também se beneficiava de parte da riqueza gerada pelo Ceará (GIRÃO, 1995, p.71-72).

Segundo pesquisa histórica do IPLANCE (1982, p.36) “o Ceará participou de uma forma exclusivamente dependente da zona produtora de açúcar, e, indiretamente, de Portugal”. Mas não havia somente dependência de produtos e tecnologias importadas, houve também sangria de recursos que muito atrasou a ocupação e o desenvolvimento cearense, cessando somente ao final do século XVIII (1799), com a separação das duas províncias. Isto significou que, durante todo o período do gado e do charque, parte da riqueza produzida pelo território cearense foi destinada ao território pernambucano, além da metrópole portuguesa colonizadora.

Nesse momento de emancipação política da província do Ceará inicia-se um novo ciclo econômico, o do algodão, que seria favorecido pelos novos rumos políticos e econômicos tomados em níveis nacionais e mundiais.

O algodão já era explorado no território nordestino desde o início de seu povoamento como forma de suprir os trabalhadores de tecidos para suas confecções pessoais e domésticas, como já comentado anteriormente. Contudo, em termos de mercado externo, ainda em 1777, os produtores e comerciantes cearenses de algodão tentaram atingir o mercado europeu, através de Portugal. Mas as relações de subordinação à Capitania de Pernambuco impediram esta intenção mercadológica e, de certo modo, contiveram a produção. Mas foi a abertura dos Portos, em 1808, que permitiu, não apenas o Ceará abrir-se para o mundo, bem como os investidores in-

ternacionais passarem a aplicar capital em território cearense, com destaque para os comerciantes portugueses e ingleses em Fortaleza (IPLANCE, 1982, p.36).

Em particular, a economia algodoeira motivou a fixação e a imigração de trabalhadores, além de demandar o trabalho da população indígena residente nos aldeamentos ou sob o controle dos padres e jesuítas nas missões. Entretanto, o auge desta economia no território cearense e nordestino se deu durante a Guerra de Secessão dos Estados Unidos (1861-1865), que era o principal fornecedor desta matéria-prima no mercado europeu têxtil.

O algodão foi uma cultura que se adequou à realidade cearense não apenas em termos naturais, mas sociais e econômicos, tal como foi brevemente resumido no parágrafo seguinte: “Uma nova fase inicia-se na economia do Ceará, em fins do Século XVIII, quando o algodão surge como negócio altamente rentável, adaptando-se ao clima da zona semi-árida, bem como ao sistema existente, fornecendo, das folhas, a alimentação para o gado e liberando área para a agricultura de subsistência. A expansão das exportações de algodão acentua-se no século XIX, graças à demanda por matérias-primas, provocada pela Revolução Industrial.” (IPLANCE, 1982, p.36)

A Capitania experimentaria outros ciclos econômicos, sem deixar de obter riqueza pela pecuária consorciada ao algodão. Assim, entraria em nova fase de ocupação e uso de seu território, tal como foi observado por diversos historiadores e geógrafos, dentre eles cita-se Silva (2000).

A cana-de-açúcar e o café tiveram pouca importância no território cearense, pois nunca chegaram a ser produto principal ou monocultura, afinal o regime de semi-aridez que assolava todo o território cearense, torna-o impróprio para tais culturas, ficando restritas a determinadas áreas de exceção. A título de exemplificação, inicia-se com o plantio de canaviais, que deram sustento ao mercado interno pelo fornecimento de alimentos, e, em 1840, tais canaviais, com suas matas adjacentes, foram transformados em cafezais, como se exemplificava nas Serras de Meruoca, Baturité, Ibiapaba, além de parte do Cariri cearense. Ceará e Pernambuco tornaram-se exportadores de café em determinados momentos favoráveis ao mercado externo e, em Baturité (CE), surge uma pequena nobreza dos proprietários dos cafezais, a exemplo do que havia no sudeste do país.

A economia algodoeira e a produção de cana e de café, entretanto, não foram a base do período inicial que chamamos de configuração do território cearense, apesar de sua contribuição na proliferação de cidades e de municípios.

A Configuração Inicial do Território Cearense

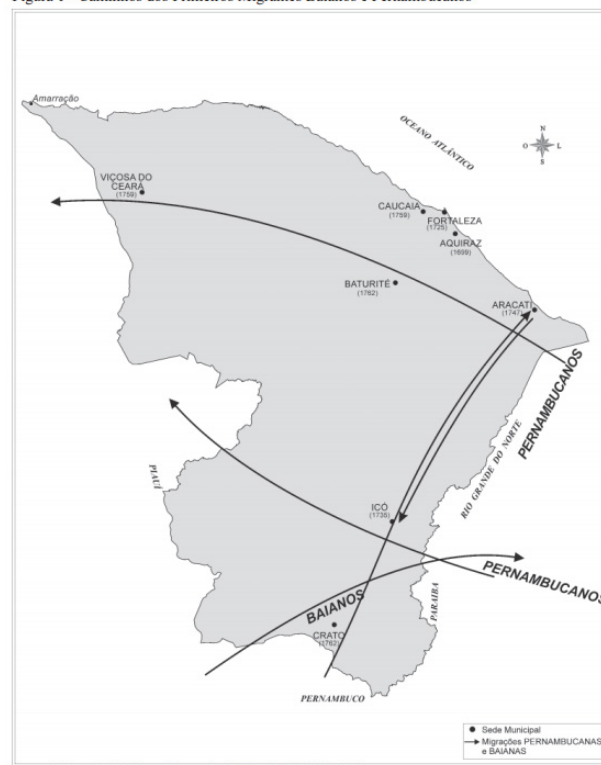
As análises históricas sobre a ocupação do território cearense referem-se a duas possibilidades: uma decorrente da imigração interna, ou dos deslocamentos das atividades subsidiárias à economia principal da Colônia; ou aquela referente à defesa do território contra as investidas de outros países europeus interessados em explorar esta porção da América recém descoberta (IPLANCE, 1982). Sem entrar no mérito da questão, considera-se que ambas as situações contribuíram para a formação de cidades e municípios e merecem, portanto, atenção deste trabalho.

Como consequência da defesa territorial e dos aldeamentos, as vilas surgiram também por razões econômicas, que foram a pecuária, com suas rotas e percursos no mercado interno, além de seus efeitos multiplicadores. Pode-se observar, portanto, dois grandes períodos de definição das primeiras células básicas do Estado, que chamamos de configuração inicial do território, que estaria sendo formado pelas primeiras 16 Vilas, que deram origem aos atuais 184 municípios cearenses. O primeiro período foi relativo ao início da ocupação, referente à colonização portuguesa e à retirada do índi-

gena do território que seria destinado à pecuária (de 1699 a 1762). No segundo momento, a atividade pecuária teria desencadeado um fluxo comercial e de serviços a partir de seus produtos.

As vilas foram erguidas à princípio nas regiões litorâneas, ratificando a hipótese de defesa, tendo em vista que a economia pecuária nascente se fazia no sentido contrário, do sertão para o litoral, ou internamente no sentido leste e oeste, quase que reconfigurando os caminhos dos primeiros migrantes baianos e pernambucanos (Figura 1). Foram poucos os casos de vilas erguidas para a defesa do litoral cearense: a Vila de Aquiraz, criada em 1699 e a de Fortaleza, em 1725. As vilas oriundas da penetração pernambucana, com um raio de ação maior sobre o território cearense, surgiram do movimento leste-oeste, do Aracati (1747) em direção ao território do Piauí, espalhando-se também do norte para o sul, saindo também do Aracati, pelo Jaguaribe, até a vila de Icó (1735). A penetração baiana, por sua vez, teria sido feita pelo sul do Estado, através dos vales dos Rios Salgado e Jaguaribe e passando por Crato (criado em 1762) até a Paraíba. Ainda na fase das primeiras vilas, destacam-se aquelas que foram erigidas em função do aldeamento indígena, que foram: Viçosa do Ceará (1719), Caucaia (1759) e Baturité (1762) (vide Figura 1).

Figura 1 - Caminhos dos Primeiros Migrantes Baianos e Pernambucanos



Fonte: Elaboração Própria – Adaptação do IPLANCE (1982, p.38).

Até 1758, havia somente Aquiraz, Fortaleza, Icó e Aracati. Esta data corresponde a um marco na instalação de Vilas, quando os aldeamentos indígenas foram elevados a categoria de Vila e os povos nativos supostamente seriam iguais aos colonos, de acordo com Pinheiro.

“[...] a partir de 1758, as aldeias indígenas foram transformadas em vilas. Com a expulsão dos jesuítas, a administração dos povos indígenas passou para a órbita laica e os povos nativos foram iguais aos demais moradores.” (2000, p. 46)

Diz-se que somente por hipótese houve uma igualação de direitos, pois, conforme análise anterior, os indígenas foram controlados como mão-de-obra semi-escrava nestas aldeias e depois nas Vilas, servindo de trabalhadores para as novas Vilas emancipadas.

Na segunda fase, intensificou-se o criatório e o comércio do gado, bem como o beneficiamento da carne e do couro para o mercado interno, fatos que impulsionaram a formação das outras oito primeiras Vilas. Na bacia do Banabuiú-Quixeramobim prosperou a primeira Vila da região central do Estado, que foi a de Quixeramobim (1789); As bacias do Acaraú e do Coreaú tornaram-se os berços das vilas de Sobral (1766), Granja (1776) e Guaraciaba do Norte (1791); assim como a bacia do Rio Jaguaribe deu origem às vilas de Russas (1799) e Tauá (1801) na bacia do Salgado foram criadas as Vilas de Jardim (1814) e Lavras da Mangabeira (1816) (Figura 2 e Quadro 1).

Assim, em pouco mais de um século, entre 1699 a 1822, já havia uma relativa concentração populacional e de Vilas ao longo dos Rios Jaguaribe-Salgado, Acaraú e do Coreaú, com menor destaque para as bacias do Banabuiú-Quixeramobim.

Cabe destacar que o Ceará, com seu espaço quase totalmente exposto ao regime de semiárididade, encontrou possibilidades de pecuária extensiva ao longo das margens de seus rios intermitentes. O historiador Geraldo Nobre comenta que as sesmarias ocupavam as margens dos rios de forma perpendicular, talvez para possibilitar um maior número de beneficiados com este recurso tão escasso no semi-árido, que é a água potável:

“As sesmarias geralmente eram 3x1, 3x2, 3x3, 2x1. Que significava três léguas à margem do rio e uma légua de largura e assim por diante. Assim, as fazendas se constituíam em regra com três léguas dispostas ao longo de um curso de água por uma de largura, sendo meia para a margem, as léguas eram desiguais entre si e quase sempre pequenas.” (NOBRE apud MAPURUNGA, 2003, p.171)

Além disso, chama-se atenção para o fato de que, nestes primórdios da Capitania do Ceará, as sesmarias iam sendo ocupadas deixando espaços vazios entre elas, ou seja, sem limites definidos, colocando-se tal com uma fronteira de faixa, vista na concepção de Mattos (1990).

Tais espaços vazios foram sendo ocupados por posseiros, gerando conflito com os latifundiários vizinhos, visto que seus limites não eram bem demarcados ou protegidos, tendendo o gado a ultrapassá-los, provocando perdas, queixas, desavenças e mortes. Em 1850, com a lei das Terras, tais glebas foram consideradas devolutas e somente poderiam ser adquiridas mediante compra. O depoimento de Nobre sobre as terras devolutas no Ceará é bastante elucidativo da questão:

“É que elas [terras devolutas] existiam limitando as fazendas entre si. Uma légua de terra permanecia devoluta entre elas. Nesses espaços, os donos das fazendas não podiam levantar pontes ou quaisquer outras construções, pois a sua utilidade era de servir de marco divisorio, pela ausência de muros e cercas na região. Tal medida buscava evitar a mistura entre as cabeças dos rebanhos e as incursões do gado nas plantações vizinhas e, mesmo, o seu extravio. A idéia era evitar também confrontos entre os vizinhos”. (NOBRE apud MAPURUNGA, 2003, p. 172).

Quadro 1 - Primeiros Municípios Criados - Estado do Ceará - 1699 a 1822

Número de Ordem	Município Original (1)	Data de Criação	Instrumento Legal	Data de Instalação	Lei e Data de Consolidação
1	Aquiraz	13/02/1699	Carta Régia	1700 (2)	Lei nº 1.258 de 27/07/1915
2	Fortaleza	11/03/1725	Carta Régia	13/04/1726	Carta Imperial de 17/03/1823
3	Itó	17/10/1735	Ordem Régia	04/05/1738	Lei nº 244 de 25/10/1842
4	Aracati	11/04/1747	Resolução Régia	19/02/1748	Lei nº 244 de 25/10/1842
5	Viçosa do Ceará	06/06/1759	Provisão Régia	07/07/1759	Lei nº 1.994 de 14/08/1882
6	Caucaia	07/07/1759	Provisão Régia	15/10/1759	Lei nº 448 de 20/12/1938
7	Baturité	16/12/1762	Carta Régia	14/04/1764	Lei nº 844 de 09/08/1858
8	Crato	16/12/1762	Carta Régia	21/06/1764	Lei Provincial nº 628 de 17/10/1853
9	Sobral	22/07/1766	Carta Régia	05/07/1773	Lei nº 229 de 12/01/1841
10	Granja	27/06/1776	Alvará Régio	17/10/1776	Lei nº 602 de 03/11/1854
11	Quixeramobim	20/02/1789	Ordem Régia	13/06/1789	Lei nº 770 de 14/09/1856
12	Guaraciaba do Norte	12/05/1791	Alvará Régio	12/05/1791	Lei nº 448 de 20/12/1938
13	Russas	16/05/1799	Ordem Régia	06/08/1801	Lei nº 900 de 09/08/1859
14	Tauá	14/12/1801	Ordem	03/05/1802	Lei nº 2.677 de 02/08/1929
15	Jardim	30/08/1814	Alvará Régio	3/01/1816	Lei Provincial nº 1.829 de 13/09/1879
16	Lavras da Mangabeira	20/05/1816	Resolução Régia	08/01/1818	Lei nº 2.075 de 20/09/1884

Fonte: Girão (1983); Aragão (1996); Falcão (1999).

(1) corresponde à cada célula básica original.

(2) só foi possível identificar o ano de instalação.

Neste período colonial, portanto, o gado foi o grande responsável não apenas pela permanência do homem no sertão, mas também pela movimentação e expansão destas áreas e,

posteriormente, pelo início da urbanização. Além disso, surgiram diversas outras Vilas que assumiram funções de destaque na economia sertaneja, seja como entreposto para parada e recuperação do gado, no cruzamento de rotas para o mercado, ou ainda nas cidades litorâneas, que se especializaram no beneficiamento da carne salgada com destino a locais mais longínquos.

Dentre as Vilas erigidas pelo maior peso da atividade pecuária destacam-se: Icó, Sobral, Quixeramobim, Russas e Tauá. As charqueadas e alguns dos subprodutos do couro iniciaram-se em Aracati, como principal entreposto marítimo, que fazia entrega para Pernambuco e de lá saíam para as áreas de mineração e para a metrópole portuguesa (IPLANCE, 1982, p. 56). Conforme Girão (1995, p. 65), as oficinas que se instalaram em Aracati começaram a desenvolver suas atividades a partir da primeira década do século XVIII. Araújo (2002, s/p.), por sua vez, observa que tais oficinas rapidamente se expandiram, associadas às atividades terciárias de prestação de serviços (administrativa, comunicação, financeiro, comercial e etc.), atraindo bastante população para o local, inclusive de estrangeiros, ampliando e enriquecendo a construção dos principais equipamentos e de moradias.

Mas nem toda vila se prestava ao beneficiamento da carne (ou para instalar oficinas). Era de grande importância, por exemplo, que o local dispusesse de condições para extração do sal marinho, além de permitir a embarcação e o transporte por cabotagem, o que implicava a existência de uma enseada natural (barras de rios). No território da Vila de Granja, mais especificamente na localidade praiana de Camocim, e na Vila de Sobral, no porto de Acaraú, as condições ambientais também favoreciam (barra do rio, clima e extração de sal) o desenvolvimento de oficinas de carne seca, tal como comprovado por vários historiadores, dentre eles Valdelice Girão:

“As povoações de Aracati, Granja, Camocim e Acaraú, possuíam as condições exigidas. Ali, em toscas oficinas, passou a ser fabricado um tipo de carne seca, não prensada, moderadamente salgada e desidratada ao sol e ao vento, por tempo necessário à sua conservação. Isso com o aperfeiçoamento da técnica empregada pelo índio, transferida ao vaqueiro, no preparo da carne seca, ainda hoje comuns nas regiões sertanejas nordestinas a chamada carne-de-sol.” (1995, p.65)

Em resumo, quando se quer reportar a este quadro inicial que conformou as primeiras Vilas do território cearense com suas fronteiras, tal qual hoje se conhece, pode-se atribuir ao fato econômico da pecuária extensiva e de sua comercialização, além do beneficiamento de seus principais produtos (carne e couro). Uma produção que reunida à do Piauí, foi levada em direção aos mercados interno e externo, tanto por deslocamento interno quanto utilizando transporte marítimo. Tais trajetórias comerciais teriam expandido os movimentos de instalação de fazendas, bem como haveria fomentado pontos de entrepostos e de portos marítimos para circulação dos principais produtos exportados e importados, definindo rotas que ligávamos diversos quadrantes do território cearense.

As vilas foram as menores unidades territoriais com autonomia política e administrativa, característica do território brasileiro em formação, da fase da colonização até o final do século XIX. A vila é equivalente a município na divisão administrativa de origem romana, cuja designação foi adotada na Península Ibérica e transferida de Portugal para suas colônias, conforme Furtado (2007, p.202-203)

Figura 2 - Primeiras Vilas nas Bacias Hidrográficas - Estado do Ceará - 1699 a 1822



Fonte: Elaboração Própria (2007).

Ainda neste período, designava-se como termo “o território da vila, cujos limites são imprecisos; tinha sua sede nas vilas ou cidades respectivas; era dividido em freguesias (que é um conceito eclesástico) [...]” (op.cit., p.203).

A partir de tais conceitos, pode-se entender melhor a Carta Marítima e Geográfica da Capitania do Ceará, elaborada por Antonio José da Silva Paulet, em 1817, sobre a qual se trabalhou os principais destaques (Figura 3). Nesta Carta, os territórios de 13 das antigas Vilas são delimitados e considerados como Termos, cujas sedes lhe prestam o nome. Verificam-se algumas diferenciações em relação à Figura 2 construída para representar essa fase inicial de configuração do território cearense.

À primeira vista, cada um dos 16 municípios que formaram as células básicas originais do território cearense está representado nesta Carta de 1817, com exceção das vilas erigidas posteriormente a esta data que, na ocasião, ainda eram povoados: a Vila de Lavras da Mangabeira (antigo Povoado de São Vicente de Lavras), incluída no Termo da Vila de Icó. Outros dois casos chamam ainda atenção: Caucaia (antiga Vila de Soire) por não possuir um território delimitado, fazendo parte do Termo da Vila de Fortaleza; ao contrário, Baturité (antiga Vila de Monte Mor O Novo), apesar de estar delimitado por território específico, não estava sendo identificado como um Termo e nem fazia parte de outro.

Assim, o desenvolvimento e a evolução político-administrativa do Estado estiveram e estão relacionados às atividades sociais, econômicas, políticas e culturais que se desenvolveram a partir deste período colonial. As primeiras Vilas firmaram-se como células básicas originais, com múltiplas funções dentro da economia pecuária, como: produtoras, comerciais, administrativas, industriais e de serviços. Algumas com mais de uma função adotada em períodos diferentes, e com movimentos de crescimento e de estagnação na história do Ceará e do Brasil, tal qual pode-se acompanhar nos desdobramentos seguintes sobre o território cearense.

Figura 3 - Carta Marítima e Geográfica da Capitania - Estado do Ceará - 1817



(Vide Anexo D).

FORMAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO CEARÁ E A BASE LEGAL

A retrospectiva da formação territorial nacional possibilitou analisar os fatores econômicos como determinantes dos fatores políticos e sociais na configuração básica do território cearense. O modelo de ocupação do Ceará traçado pela pecuária extensiva deu-se, praticamente, no século XVIII, atendendo aos interesses dos pecuaristas, diante da necessidade de grandes extensões de terras para a atividade, influenciando o surgimento de conflitos e de manipulação/dominação política da classe trabalhadora. Após essa configuração básica, o território seria intensamente fragmentado por ação de grandes proprietários de terra ou latifundiários, cuja dominação política se fazia sentir desde as fazendas de criação do gado e de produção do algodão destinados ao mercado distribuidor em direção aos centros industriais mais dinâmicos do país. Assim, as estruturas de poder político e econômico que comandaram o Estado do Ceará durante séculos, ainda hoje, mantêm fortes elementos que se manifestam e se materializam nas relações políticas clientelísticas, nas desigualdades sócio-espaciais e na concentração da renda, com ampliação da pobreza e da miséria, dentre outros problemas.

Este processo de ocupação, contudo, somente foi acompanhado de uma base legal, que regulamentaria o território como um todo, bem depois da ocupação e do processo de fragmentação iniciado durante o Império. Apesar da propriedade privada da terra ser fundamental para a dominação política, não havia interesse local de registrar, formalmente, a transformação do território municipal com suas fronteiras demarcadas empiricamente. E, mesmo em termos nacionais, houve apenas um determinado momento político no qual se procurou dar uma coerência e uma organização territorial interna e fronteiriça ao país, dentro de uma perspectiva nacionalista, conforme será demonstrado neste capítulo.

Por outro lado, não havia um contingente populacional expressivo que viesse ocupar todo o território das Vilas e fazer pressão sobre suas fronteiras. O processo de criação de Vilas, identificado por Andrade, na província de Minas Gerais, pode ser extensivo às demais províncias brasileiras, qual seja a princípio, as vilas eram muito distantes umas das outras e praticamente não possuíam fronteiras bem delimitadas, tal como se apreende da passagem referida por Andrade:

“O povoamento não era contínuo, ele se adensava em torno dos garimpos, dando origem as vilas que se situavam muitas vezes, à grande distância uma das outras [...]. Nos grandes espaços que se estendiam entre estas vilas desenvolveram-se lavouras de subsistência, voltadas para o seu abastecimento e também atividades pecuárias [...]” (1995, p.22-23)

Portanto, como não havia necessidade de separar as Vilas por fronteiras, e, anteriormente, nas sesmarias, não havia uma delimitação nítida de grandes regiões brasileiras, tal como nos faz concluir Costa:

“[...] O espaço para o qual reclamavam providências para o Estado Imperial ainda não tinha fronteiras definidas capazes de circunscrevê-la como região [...]” (2005, p.41)

Por sua vez, a falta de um critério legal para delimitar fronteiras e separar vilas viriaser reclamada, localmente, somente bem mais tarde, sendo levantada, parcialmente, ou deacordo com os interesses confl itantes de algumas das partes envolvidas. Portanto, a divisãopolítico-administrativa da atualidade está permeada de problemas, ou seja, com pendênciasde litígios e confl itos de fronteiras tanto entre os municípios quanto entre outros estados doNordeste. São exemplos de litígio do Ceará: os ocorridos com o Rio Grande do Norte quantoà defi nição do limite na chapada do Apodi; e com o Piauí, quanto à definição do limite sobre a chapada da Ibiapaba. Áreas consideradas de exceção do ponto de vista ambiental de uma região semi-árida como a nordestina.

A Fragmentação do Território Cearense

Apesar de reconhecer que a fragmentação do território cearense teve forte impulso da economia açucareira, durante o século XIX, acompanhada de maciços investimentos em infraestrutura econômica e urbana, não se pode deixar de observar as questões de ordem política e demográfica. De acordo com Girão apud Rodrigues (1995), as estruturas de poder ligadas à propriedade da terra, aos latifundiários que se interpuseram no contexto político local e nacional, fizeram das emancipações dos municípios uma relação direta com os interesses políticos, ao afirmar que:

“A divisão do território cearense, como acontecia com os demais Estados, esteve sujeita aos inconfessáveis interesses políticos e outros de ordens diversas não inspirados no bem comum. Criava-se, extinguiu-se, restaurava-se Municípios sem obediência à sistema lógico, justo e geral, e daí a confusão reinante neste âmbito da administração pública.” (1995, p. 22).

Mesmo nos tempos mais remotos, o processo de criação dos municípios também esteve associado ao crescimento e ao movimento populacional pelo território, mostrando a relação entre o problema de fronteiras municipais e a pressão demográfica.

Portanto, procura-se, realizar análise sobre o processo econômico de ocupação do espaço, associado à população. Tais abordagens são seguidas de considerações sobre a atuação do Estado Brasileiro,³¹ notadamente quanto às formas de governo e de política nacional e estadual, para então elucidar-se a discussão do aparato legal no processo de fragmentação do território cearense.

A Questão Populacional Durante a Colônia

No decorrer da formação básica inicial do Estado do Ceará, entre 1699 e 1822, referente à criação das 16 Vilas no período colonial brasileiro, o contingente populacional era ainda bastante diminuído. Apenas a Vila de Crato detinha uma relativa concentração populacional (quase 21 mil habitantes), podendo ser considerada a principal vila em termos populacionais, embora não fosse a mais importante em termos de mercado (Tabela 1).

A explicação para tal destaque populacional estava nas bases de sobrevivência dos trabalhadores. A fartura de água e de terras úmidas permitiu uma base agrícola diversificada, incluindo cultura da cana-de-açúcar, algodão e pecuária, beneficiamento da cana (açúcar, rapadura, melado e outros derivados) e do algodão. Além disso, no Crato deu-se início a um processo de beneficiamento industrial que foi importante para a configuração dos territórios cearense, piauiense e pernambucano. Mas, seriam a intelectualidade e a política as bases de sustentação mais forte desta vila, que se tornou município-pólo da região sul do estado e com influência sobre os estados vizinhos (AMORA, 1995).

Tabela 1 - População da Capitania do Ceará Grande, segundo as principais Vilas - 1804

Vilas / Total	Absolutos	%
Total	77.369	100,0
Crato	20.681	26,7
São João do Príncipe (Tauá)	10.448	13,5
Sobral	9.952	12,9
Icó	8.851	11,4
São Bernardo (Russas)	7.465	9,6
Campo Maior (Quixeramobim)	6.013	7,8
Aquiraz	5.526	7,1
Aracati	4.931	6,4
Granja	3.502	4,5

Fonte: FURNES, 2000, p.104.

Tauá, Sobral e Icô foram as demais Vilas de maior atração populacional nesses primórdios da ocupação cearense. Suas funções administrativas e suas bases terciárias de comércio e serviços formaram as principais razões para manter a população ali residente, embora não se comparassem com a Vila de Crato.

Aracati surpreendia pela contradição de ser a principal Vila econômica (industrial, comercial e de serviços), aquela que daria formação à rede de cidades (SILVA, 2000, p.227), teve pouca expressão em termos populacionais, com menos de 5 mil habitantes. Um contingente que era, em 1804, quatro vezes menor que a população de Crato.

O Período Correspondente ao Império

No período do Império, considerando o intervalo de anos entre 1823 a 1889, foram erigidas 48 novas Vilas, que somadas às 16 anteriores, totalizavam 64 municípios. Na primeira metade do século XIX, o processo era lento e foram criados somente 11 novos municípios, desmembrados de 6 das 16 células originais, estando concentrados do seguinte modo: dois oriundos do desmembramento de Crato (Barbalha e Milagres) e Sobral (Itapipoca e Acaraú), três do Município de Icô (Jucás, Jaguaribe e Pereiro). Itapipoca apesar de ter sido criado neste período passou por desmembramento, originando o Município de Itapajé (1849). Entre 1851 e 1889, ao contrário, a fragmentação territorial foi bem mais acelerada, pois aconteceram 37 emancipações, sendo que das células originais, à exceção de Tauá e Guaraciaba do Norte, todos os outros 14 municípios deram origem a novos municípios (Quadro 2).

Faz-se destaque ao quantitativo de municípios criados a partir dos municípios de Quixeramobim (4) e Lavras da Mangabeira (3). O restante dos municípios originou-se de forma quantitativamente homogênea em 26 dos 64 municípios existentes. Neste período, também passou a fazer parte do Ceará dois municípios (Crateús e Independência) originários da Vila de Marvão pertencentes ao território do Piauí (Figura 4).

Essas vilas passaram por experiências comuns, enquanto principais territórios de concentração da riqueza pecuária que, associada à produção do algodão, permitiu que a população local se estabelecesse e pudesse enfrentar as adversidades climáticas.

A economia algodoeira, além de permitir o consórcio com o gado, constituiu-se no grande fomentador econômico da fragmentação territorial, tendo por suporte a política local e imperial de enfrentamento das questões da seca, pois adequou-se aos sistemas de poder e de produção vigente.

Conforme Neves (2000), a seca fazia com que se quebrassem as relações paternalistas entre patrão e empregados, que mantinham um sistema de lealdade dos moradores (votando em seus partidos e representantes políticos) pela reciprocidade dos donos da terra (que amparavam seus moradores durante a crise climática).

Mas a seca também gerou motivo político para que os governantes locais conseguissem mobilizar recursos para investimentos em obras, utilizando os trabalhadores rurais como mão-de-obra. Assim, conforme Celeste Cordeiro (2000, p. 140-141), a seca afetaria o sistema político, pois intensificava a dependência local ao governo central; ao mesmo tempo, permitia o favorecimento, a barganha e a corrupção nas eleições.

Quadro 2 - Municípios Criados - Estado do Ceará - 1823 a 1889

(Continua)

Número de Ordem	Município Criado	Data de Criação	Instrumento Legal	Data de Instalação	Município de Origem	Lei e Data de Consolidação
17*	Jucás	03/02/1823	Resolução Imperial	17/10/1823	Icó	Decreto nº 448 de 20/12/1938
18	Itapipoca	03/03/1823	Resolução Imperial	03/11/1823	Sobral	Lei nº 1.288 de 31/08/1915
19	Cascavel	06/05/1833	Resolução Provincial	17/10/1833	Aquiraz	Lei nº 2.039 de 02/11/1883
20	Jaguaribe	06/05/1833	Resolução Provincial	06/05/1833	Icó	Lei nº 1.532 de 12/08/1918
21	Ipú	26/08/1840	Lei nº 200	26/08/1840	Guaraciaba do Norte	Lei Provincial nº 2.298 de 25/11/1885
22	Pereiro	21/10/1842	Lei nº 242	22/10/1842	Icó	Decreto nº 448 de 20/12/1938
23	Canindé	29/07/1846	Lei nº 340	29/07/1846	Quixeramobim	Lei nº 1.221 de 23/08/1914
24	Barbalha	17/08/1846	Lei nº 374	17/08/1846	Crato	Lei nº 1.740 de 30/08/1876
25	Milagres	17/08/1846	Lei nº 374	17/08/1846	Crato	Decreto nº 31 de 25/07/1890
26	Acaraú	31/07/1849	Decreto nº 480	05/02/1851	Sobral	Lei nº 2.019 de 19/09/1882
27	Itapajé	22/12/1849	Lei nº 502	10/12/1850	Itapipoca	Lei nº 1.156 de 04/12/1933
28	Maranguape	17/11/1851	Lei nº 553	17/11/1851	Fortaleza	Lei nº 1.282 de 28/09/1869
29	Mombaça	27/11/1851	Lei nº 550	20/09/1852	Quixeramobim	Lei nº 1.156 de 04/12/1933
30	Iguatu	27/11/1851	Lei nº 553	25/01/1853	Icó	Lei nº 1.612 de 21/08/1874
31	Saboeiro	27/11/1851	Lei nº 558	27/11/1851	Jucás	Decreto nº 448 de 20/12/1938
32	Tamboril	04/10/1854	Lei nº 664	04/10/1854	Ipú	Lei nº 1.156 de 04/12/1933
33	Santa Quitéria	27/08/1856	Lei nº 782	05/08/1857	Sobral	Decreto nº 448 de 20/12/1938
34	Santana do Acaraú	03/11/1862	Lei nº 1.012	27/06/1863	Acaraú	Lei nº 1.740 de 30/08/1876
35	Trairi	12/11/1863	Lei nº 1.068	12/11/1863	Caucaia	Lei nº 1.153 de 22/11/1951
36	Missão Velha	08/11/1864	Lei nº 1.120	08/11/1864	Barbalha	Lei nº 262 de 28/07/1931
37	Boa Viagem	21/11/1864	Lei nº 1.128	21/11/1864	Quixeramobim	Decreto nº 448 de 20/12/1938
38	Assaré	19/06/1865	Lei nº 1.152	11/01/1869	Saboeiro	Decreto nº 448 de 20/12/1938
39	Jaguetama	29/08/1865	Lei nº 1.179	29/08/1865	Jaguaribe	Decreto nº 448 de 20/12/1938
40	Jaguaruana	04/09/1865	Lei nº 1.183	11/06/1866	Aracati	Decreto nº 66 de 11/09/1890
41	Paracuru	01/10/1868	Lei nº 1.235	27/11/1868	Trairi	Lei nº 1.153 de 22/11/1951
42	Limoeiro do Norte	28/12/1868	Lei nº 1.255	30/06/1873	Russas	Lei nº 364 de 30/08/1897
43	Redenção	28/12/1868	Lei nº 1.255	21/08/1871	Baturité	Lei nº 2.167 de 17/09/1889

* Os municípios com número de ordem de 1 a 16 estão no Quadro 1 e são os que deram origem aos demais.

Quadro 2 - Municípios Criados - Estado do Ceará - 1823 a 1889

(Conclusão)

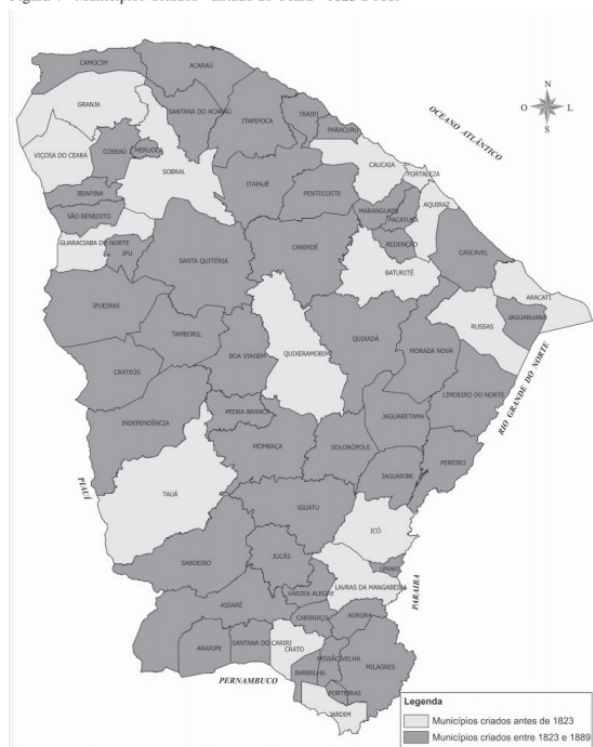
Número de Ordem	Município Criado	Data de Criação	Instrumento Legal	Data de Instalação	Município de Origem	Lei e Data de Consolidação
44	Pacatuba	08/12/1869	Lei nº 1.284	26/04/1873	Maranguape	Lei nº 2.167 de 17/09/1889
45	Coreaú	24/09/1870	Lei nº 1.316	24/09/1870	Granja	Decreto nº 448 de 20/12/1938
46	Várzea Alegre	10/10/1870	Lei nº 1.329	02/03/1872	Lavras da Mangabeira	Decreto nº 448 de 20/12/1938
47	Solonópole	22/10/1870	Lei nº 1.337	22/10/1870	Jaguaribe	Decreto nº 448 de 20/12/1938
48	Quixadá	27/10/1870	Lei nº 1.347	1871 (1)	Quixeramobim	Lei nº 2.166 de 17/09/1889
49	Pedra Branca	09/08/1871	Lei nº 1.407	09/08/1871	Mombaça	Decreto nº 1540 de 03/05/1935
50	São Benedito	18/11/1872	Lei nº 1.470	25/11/1873	Viçosa do Ceará	Lei nº 1.850 de 30/09/1921
51	Pentecoste	23/08/1873	Lei nº 1.542	23/08/1873	Canindé	Decreto nº 1.540 de 23/05/1935
52	Araripe	03/08/1875	Lei nº 1.661	05/11/1877	Assaré	Decreto nº 1.540 de 23/05/1935
53	Morada Nova	02/08/1876	Lei nº 11.719	07/01/1877	Russas	Lei nº 2.336 de 03/11/1925
54	Caririçá	18/08/1876	Lei nº 11.727	18/08/1876	Crato	Decreto nº 1.156 de 04/12/1933
55	Ibiapina	23/11/1878	Lei nº 11.773	01/07/1879	São Benedito	Decreto nº 1.156 de 04/12/1933
56	Camocim	29/09/1879	Lei nº 1.849	08/01/1883	Granja	Lei nº 2.162 de 17/09/1889
57	Crateús	22/10/1880	Lei Geral nº 3.012	(2)	Marvão (Piauí)	Lei nº 1.046 de 14/09/1911
58	Independência	22/10/1880	Lei Geral nº 3.012	(2)	Marvão (Piauí)	Decreto nº 1.156 de 04/12/1933
59	Ipueiras	25/10/1883	Lei nº 2.036	16/05/1884	Ipú	Decreto nº 1.512 de 18/03/1935
60	Aurora	10/11/1883	Lei Nº 2.047	30/05/1885	Lavras da Mangabeira	Lei nº 1.156 de 04/12/1933
61	Umari	12/11/1883	Lei Nº 2.046	12/11/1883	Lavras da Mangabeira	Lei nº 3.338 de 15/09/1956
62	Meruoca	13/11/1885	Lei nº 2.090	24/01/1887	Sobral	Lei nº 1.153 de 22/11/1951
63	Santana do Cariri	25/11/1885	Lei nº 2.096	11/01/1887	Assaré	Decreto nº 448 de 20/12/1938
64	Porteiras	17/08/1889	Lei nº 2.169	15/12/1889	Jardim	Lei nº 1.153 de 22/11/1951

Fonte: Girão (1983); Aragão (1996); Falcão (1999).

(1) Só foi possível identificar o ano de instalação.

(2) Não foi possível identificar a data de instalação.

Figura 4 - Municípios Criados - Estado do Ceará - 1823 a 1889



Fonte: Elaboração Própria - Adaptação de IPLANCE (2000).

Ainda na opinião de Celeste Cordeiro, a política local possuía características que seriam dadas por essas relações políticas com a seca, que em resumo expõe:

“A ausência de autonomia provincial, a dependência agravada nos períodos de seca, a privatização da política, com seu exercício administrado a partir de interesses familiares, a utilização dos partidos com objetivos de manutenção do mandonismo local, a importância do eleitor sertanejo, a força policial como extensão do poder dos ‘coronéis’, a vitória política como legalização do arbítrio, o controle total dos postos da administração, da professora ao juiz, a violência como forma mais eficaz de intimidação dos adversários.” (2000, p.77)

Vê-se, portanto, a política sendo assentada em base territorial, fazendo com que houvesse uma disputa por territórios entre diferentes grupos de poder. Tais fatos, certamente, vinham contribuir com a emancipação dos municípios e com o surgimento de discordância em relação às fronteiras, a princípio entre as fazendas, depois provocando litígios entre os estados e os municípios.

Vários foram os momentos políticos que, durante o Império, romperam disputas regionais locais. Para citar apenas os mais importantes, Cruz Filho (1966, p.39-40) faz menção às Vilas de Crato e de Icó, com o movimento revolucionário separatista de 1824, nascido em Pernambuco, intitulado a Confederação do Equador. Em sentido contrário, em 1831, a guerra civil iniciada por Pinto Madeira, ao sul do Estado do Ceará, na Vila de Jardim, procurava restaurar o Império, avançando sobre o Crato, com uma ação violenta de saque e depredação.

Portanto, não é por acaso que no século XIX, tenha se ‘resolvido’ uma antiga divergência referente ao litígio das terras entre o Piauí e o Ceará, que culminou no acréscimo da porção sudoeste do Ceará, quando foi incorporada, em 1880, parte do território da Vila de Marvão, pertencente ao Estado do Piauí e que deu origem às Vilas de Crateús e de Independência, conforme já foi citado.

O litígio, é configurado quando no processo de negociação as partes interessadas não chegam ao consenso na definição das fronteiras, limites e divisas. Entre o Piauí e o Ceará, teve início na Serra da Ibiapaba, enquanto local e território de resistência indígena à colonização portuguesa, que perdurou por mais de meio século (PINHEIRO, 2000). Contudo, após a capitulação indígena aos portugueses, tal território passou a ser do interesse dos maranhenses, que estavam sob a influência holandesa, disputando tal área com a metrópole portuguesa. Tal linha de raciocínio foi observada nos fatos relativos à ordem do rei de Portugal que, em determinado momento, decidiu uma polêmica entre os dois governos (Maranhão e Pernambuco), sendo favorável ao Ceará, na época, província subordinada a Pernambuco:

“Em 31 de outubro de 1721, [...] pareceu ao El Rei ordenar, que dita aldeia fizesse como dantes no domínio desse governo de Pernambuco e capitão-mor do Ceará, e que se suspendam por ora as ordens de se unir ao Maranhão.” (TORRES, 1988, p.26)

O representante da capitania do Piauí, ainda insatisfeito, e, juntamente com o governador do Maranhão, recorreu à Coroa solicitando o reconhecimento de seus direitos sobre o território da Serra da Ibiapaba e do distrito de Crateús. Tal polêmica perdurou, por mais de 30 anos, quando a decisão régia pendeu a favor do Ceará.

Desta experiência vivida entre os territórios cearense e piauiense, percebe-se que o litígio é tratado dentro de uma esfera de poder que parte do nível local e mais próximo, até o mais distante e hierarquicamente superior. Sob a influência do litígio, as decisões referentes ao cotidiano das pessoas e famílias, tais como aquelas sobre a propriedade de suas terras são conduzidas em níveis locais e mais próximos, tomando encaminhamento diferente se fossem conduzidas ao nível das decisões superiores e distantes. Por exemplo, em 1721, a metrópole portuguesa já havia se decidido em favor do Ceará para ter direito sobre o território de Crateús. Entretanto, determinado proprietário, ao adquirir terras no local, recebeu confirmação de propriedade do representante de Oeiras, província do Piauí, tal como se pode verificar no seguinte depoimento:

“[...] Garcia de Ávila Pereira, da Casa da Torre, compra um extenso vale do Crateús, com área de 180 quilômetros de comprimento por 120 km de largura, pela quantia de 4.000 cruzados. A posse lhe foi conferida pelo Ouvidor de Oeiras, [...] A escritura trazia chancela do Ouvidor de Oeiras, sede então da vasta capitania do Piauí [...]” (op.cit., p.26).

Tais terras foram adquiridas posteriormente por D. Luiza Coelho da Rocha Passos da Casa da Torre (Garcia D’Ávila), na Bahia, para o desenvolvimento da pecuária e foram elas que deram origem aos atuais Municípios de Crateús e Independência. A fazenda denominada Piranhas, situada às margens do Rio Poty, originou o povoado de mesmo nome, onde foi erguida a capela de Piranhas em 1770, marco para o desenvolvimento do povoado que, posteriormente, foi elevado à categoria de Vila, pelo Decreto Regencial de 6 de julho de 1832, recebendo a denominação de Príncipe Imperial, nome com que se pretendeu homenagear o jovem Imperador.

Este território foi anexado definitivamente, ao Estado do Ceará, em troca de uma parte do Município de Granja (Vila de Amarração), localizado na barra do Rio Parnaíba. Conforme o argumento da época, tal abertura para o litoral seria de relevante importância para a província do Piauí, devido às possibilidades de relação direta com a metrópole portuguesa e demais mercados europeus.

O povoado de Amarração foi uma estratégia de ocupação territorial que partiu da Igreja, por meio da ação dos padres, em 1823, que ampliou sua freguesia com a realização de batizados e casamentos, passando a exercer influência direta sobre seus habitantes. Como desdobramentos políticos e econômicos, fundados na relação comercial do povoado com a cidade de Granja, a Assembleia Provincial do Ceará elevou o povoado à categoria de distrito (Lei nº 1.777, de 29 de agosto de 1865). Após nove anos, o distrito

foi transformado em Vila (Lei nº 1.596, de 5 de agosto de 1874), sendo instalada somente em 23 de julho de 1879 pelo presidente da Câmara Municipal de Granja, de cujo território havia sido desmembrado. Contudo, em 1880, a província do Piauí reivindicava a sua posse e seu território foi então anexado ao desta província, mediante a lei geral nº 3.012 de 22 de outubro de 1880, na ocasião de anexação das Vilas de Crateús e Independência ao Estado do Ceará.

Ainda neste período, a título das conquistas políticas sobre o governo central e como resultado das exportações cearenses de algodão para os ingleses, realizaram-se diversos investimentos públicos e privados que visaram apoiar a economia do algodão. Já em 1857, antes do auge da economia algodoeira (durante 1860 e 1865), foi inaugurado o Trapiche do porto de Fortaleza. Dezoito anos após, o primeiro trecho da estrada de ferro de Baturité foi entregue para ligar Arronches (Parangaba) a Mondubim e a Maranguape. Em 1876, Pacatuba estaria sendo beneficiada pela ferrovia. O trecho até Baturité, somente concluiria-se em 1882, no mesmo ano em que se disponibilizava o telégrafo por cabo submarino, melhorando a comunicação entre Fortaleza e o sul do país, bem como com a Europa. O ramal da ferrovia Camocim a Granja havia sido ligado um ano antes (1881) (IPLANCE, 1982).

Toda essa infra-estrutura e essa melhoria das comunicações representavam dupla possibilidade: o ir e vir das mercadorias e o transporte de passageiros. A ferrovia e suas estações foram muito utilizadas para a imigração dos cearenses e para tentativa política de controle da migração vinda do interior do Estado para Fortaleza e seu destino final, ao norte ou ao sudeste do país. Com isto, muitos dos imigrantes que deveriam apenas fazer um trampolim nas cidades menores, permaneceram ali. Tais fatos viriam modificar o processo de erguimento dos povoados em vilas, com suas emancipações políticas.

Diferentemente deste desenvolvimento econômico e de infra-estrutura neste período, não havia um sistema de organização da divisão político-administrativa; para cada novo município correspondia uma legislação individual, tendo por base as Leis Provinciais, os Decretos Leis e as Resoluções.

O Período Relativo à República Velha

Entre 1890 e 1929, cerca de 40 anos após o conturbado período político imperial, vive-se uma nova fase do algodão na economia cearense, aquela voltada para seu mercado interno de beneficiamento industrial, a criação de novos municípios foi equivalente à registrada no Império, quando se faz a relação entre o número de anos do período com as emancipações ocorridas. Foram criados 23 municípios, vindo a se consolidar 87 municípios no território cearense (Quadro 3 e Figura 5).

Desta vez, o destaque é dado a Baturité, que serviu de exemplo tanto na expansão econômica quanto populacional e, portanto, no desmembramento territorial. Isto porque, possuindo uma economia voltada para produção cafeeira, ela foi fortalecida pela produção algodoeira, possibilitando seu crescimento populacional.

De acordo com informações populacionais de 1804, Baturité não figurava entre as principais Vilas do Estado, bem como em 1860 não estava entre as principais áreas produtivas. Em 1872, já era a segunda vila produtiva com maior contingente populacional, atingindo 27 mil habitantes (Tabela 2). A população de Baturité passou a fixar-se ali como resultado da economia algodoeira, dando origem a cinco municípios desmembrados de seu território no início da República, no ano de 1890: Mulungu, Aratuba, Aracoiaba, Pacoti e Guaramiranga.

Quadro 3 - Municípios Criados - Estado do Ceará -1890 a 1929

Número de Ordem	Município Criado	Data de Criação	Instrumento Legal	Data de Instalação	Município de Origem	Lei e Data de Consolidação
65*	Mulungu	23/07/1890	Decreto nº 29	11/09/1890	Baturité	Lei nº 3.556 de 14/03/1957
66	Tianguá	31/07/1890	Decreto nº 33	12/08/1890	Viçosa do Ceará	Lei nº 1.156 de 04/12/1933
67	Uruburetama	01/08/1890	Decreto nº 34	19/08/1890	Itapajé	Lei nº 526 de 28/07/1899
68	Aratuba	01/08/1890	Decreto nº 35	12/08/1890	Baturité	Lei nº 3.563 de 29/03/1957
69	Aracoiaba	16/08/1890	Decreto nº 44	07/09/1890	Baturité	Lei nº 1.156 de 04/12/1933
70	Brejo Santo	26/08/1890	Decreto nº 49	05/11/1890	Milagres	Decreto nº 448 de 20/12/1938
71	Mauriti	27/08/1890	Decreto nº 51	21/10/1890	Milagres	Decreto nº 448 de 20/12/1938
72	Pacoti	02/09/1890	Decreto nº 56	25/10/1890	Baturité	Lei nº 1.156 de 04/12/1933
73	Guaramiranga	04/09/1890	Decreto nº 59	17/10/1890	Baturité	Lei nº 3.679 de 11/07/1957
74	Pacajús	09/09/1890	Decreto nº 63	29/09/1890	Aquiraz	Decreto nº 1.191 de 23/05/1935
75	Farias Brito	13/10/1890	Decreto nº 82	15/11/1890	Assaré	Decreto nº 448 de 20/12/1938
76	Beberibe	05/07/1892	Decreto nº 67	05/07/1892	Cascavel	Lei nº 1.153 de 22/11/1951
77	Senador Pompeu	03/09/1896	Lei nº 332	(1)	Mombaça	Decreto nº 659 de 22/09/1901
78	Massapê	20/09/1897	Lei nº 398	05/02/1898	Sobral	Lei nº 1.408 de 27/08/1917
79	Campos Sales	29/07/1899	Lei nº 530	27/10/1899	Assaré	Decreto nº 448 de 20/12/1938

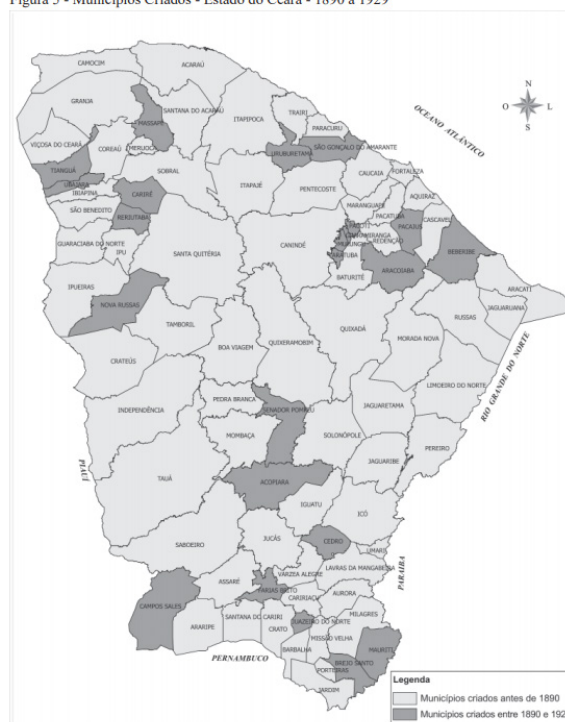
80	Juazeiro do Norte	22/07/1911	Lei nº 1.028	04/10/1911	Crato	Lei nº 1.178 23/07/1914
81	Ubajara	24/08/1915	Lei nº 1.279	31/12/1915	Ibiapina	Decreto nº 448 de 0/12/1938
82	Cedro	09/07/1920	Lei nº 1.725	20/10/1920	Lavras da Mangabeira	Lei nº 2.255 de 19/09/1925
83	São Gonçalo do Amarante	12/09/1921	Lei nº 1.841	12/11/1921	Caucaia	Decreto nº 64 de 07/09/1935
84	Acopiara	28/09/1921	Lei nº 1.875	14/01/1922	Iguatu	Decreto nº 448 de 0/12/1938
85	Nova Russas	11/11/1922	Lei nº 2.043	28/01/1923	Ipueiras	Decreto nº 1.156 de 04/12 /1933
86	Reriutaba	11/11/1922	Lei nº 2.056	25/09/1923	Guaraciaba do Norte	Decreto nº 1.540 de 03/05/1935
87	Cariré	16/09/1929	Lei nº 2.704	16/09/1929	Sobral	Decreto nº 448 de 0/12/1938

Fonte: Girão (1983); Aragão (1996); Falcão (1999).

* Os municípios com número de ordem de 1 a 64 estão nos Quadros 1 e 2.

(1) Não foi possível identificar a data de instalação.

Figura 5 - Municípios Criados - Estado do Ceará - 1890 a 1929



Fonte: Elaboração Própria - Adaptação de IPLANCE (2000).

Tabela 2 - População da Capitania do Ceará Grande, segundo às principais áreas produtivas - 1860 e 1872

Vilas / Total	1860		1872	
	Absolutos	%	Absolutos	%
Total	293.086	100,0	234.187	100,0
Fortaleza	35.373	12,1	30.372	13,0
Baturité	---	---	27.132	11,6
Ipú	18.055	6,2	24.669	10,5
Cascavel	15.090	5,1	22.839	9,8
Crato	19.575	6,7	18.471	7,9
Aracati	19.667	6,7	17.618	7,5
Quixeramobim	14.814	5,1	16.525	7,1
Maranguape	19.832	6,8	16.271	6,9
Granja	24.440	8,3	14.633	6,2
Icó	13.455	4,6	14.592	6,2
São Bernardo (Russas)	19.172	6,5	14.340	6,1
São João do Príncipe (Tauá)	14.156	4,8	9.704	4,1
Cachoeira (Solonopole)	7.509	2,6	7.021	3,0
Barbalha/Missão Velha	24.470	8,3	---	---
Lavras da Mangabeira	27.825	9,5	---	---
Sobral	19.653	6,7	---	---

Fonte: FURNES, 2000, p.112.

Na crítica de Andrade (1995, p. 56 a 58), a República não viria atender às expectativas dos que defendiam a necessidade de uma Reforma Agrária no Brasil. Ao contrário, a Constituição de 1891 reforçou o fato de as terras públicas continuarem sob o poder dos Estados, de seus coronéis e currais eleitorais, reforçando o destino traçado, em 1850, pela Lei das Terras, que era de concentrar terra na mão dos poderosos. Portanto, os conflitos pela terra persistiram, a exemplo da Guerra dos Canudos, na Bahia, entre 1896 e 1897.

O sistema político local continuava utilizando suas estratégias de obter recursos federais mediante o apelo social e o drama da seca. A política hidráulica, que havia sido iniciada no século XIX, se amplia com a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) em 1909.

Entretanto, mais uma vez, tais benefícios políticos viriam favorecer as oligarquias dominantes.

A infra-estrutura básica do Nordeste foi implantada nos períodos de secas, contando com as instituições federais, construindo não apenas açudes, mas estradas, campos de pouso, reservatórios d'água, cercas nas propriedades privadas e etc. De acordo com IPLANCE: "a infra-estrutura física, como elemento de base para o desenvolvimento das relações econômicas, evoluiu rapidamente desde fins do século passado [XIX], progredindo para o nível de atividade contínua a partir de 1909, com a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS atual DNOCS) [...]" (1982, p.58).

Tais instituições, criadas em resposta às crises climáticas nordestinas, de certo modo, favoreceram a ocupação mais consolidada do território regional, contribuindo para a demarcação de suas fronteiras, tal como textualmente revela Costa:

"A delimitação das fronteiras político-administrativas do Nordeste é acionada principalmente na esfera política, sendo o Estado nacional seu protagonista mais significativo. As ações de socorro ao flagelo em tempos de seca, a criação de instituições como o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, o Instituto do Açúcar e do Alcool, a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, a Companhia Hidroelétrica do São Francisco, o Banco do Nordeste do Brasil, culminando com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, a qual está diretamente ligada a demarcação das atuais fronteiras do Nordeste, são exemplares desse protagonismo." (2005, p. 38)

A dependência da província cearense dos recursos centrais não se limitava à questão das crises climáticas. A sedição de Juazeiro do Norte, conduzida por Padre Cícero entre 1912 e 1914, constitui-se um exemplo da repressão do poder constituído e uma consequência negativa dessa dependência ao poder centralizado. Desta vez, tal conflito popular motivou a intervenção Federal, em que, como nos anteriores, o Imperador controlara nomeando 43 Presidentes, entre 1841 e 1889. O Ceará, como todo o Norte, além de ficar ilhado das decisões que favoreciam a economia sudeste (café com leite), não possuía nem o direito de escolher seus dirigentes (CRUZ FILHO, 1966, p.41-46).

Fatos que viriam justificar porque tantas pessoas e famílias, até multidões de cearenses, abandonariam seu lugar de origem em busca de melhores condições de vida. Assim, com a emigração dos cearenses, os desmembramentos perderam força, mas, em contrapartida, a expansão populacional e territorial de Fortaleza tornara-se bastante visível.

As estatísticas populacionais no Brasil vieram melhorar com a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1939. Entretanto, com as fontes disponíveis, constata-se o crescimento populacional vertiginoso do Estado no início do século XX, cuja população viria a concentrar-se, notadamente, em Fortaleza.

Desde 1860, verifica-se que a população de Fortaleza tornara-se a mais representativa do Estado. Assim, entre 1890 e 1920, a população estadual mudou de 806 mil para 1.319 mil habitantes, enquanto Fortaleza variou de 41 mil para 79 mil habitantes. Mas, duas décadas depois, em 1940, a população cearense quase duplicara (chegou a 2.091 mil pessoas), enquanto a fortalezense crescera duas vezes mais (180 mil hab.) (SILVA, 2000, p.221).

Apesar de todo este crescimento populacional e de novos fatos econômicos, durante o período da República Velha ainda não havia sido concebido um sistema de organização da divisão político-administrativa para dar condução ao intenso processo de criação, extinção e restauração de municípios, o qual permanecera da mesma forma do período anterior (desordenada e conflituosa).

A Era Vargas e da República Populista

Este período que compreende o Estado Novo até a Ditadura Militar, ou seja, de 1930 a 1963, foi marcado por grandes transformações políticas, sociais e econômicas, com fortes impactos sobre o território e a população.

Ainda no período da Segunda Guerra, o governo populista de Vargas apóia a emigração de milhares de cearenses e nordestinos para a Amazônia. Tais imigrantes viriam formar o chamado exército da borracha, pois foram trabalhadores que atuaram como em regime de guerra, na exploração da borracha, visando o comércio externo. Para tanto, havia sido criada, em 1942, a instituição Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) e a Hospedaria Getúlio Vargas para os imigrantes em Fortaleza, em 1943 (IPLANCE, 1982).

A população recenseada pelo IBGE, entre 1950 e 1960, mostrou que, apesar da forte perda populacional pela migração e pelas altas taxas de mortalidade, ainda assim, tinha-se um crescimento expressivo da população urbana e rural.

Pode-se explicar este fato por ser nos anos 50 o período em que se inicia o processo de urbanização no Ceará, quando chega à maioria das cidades médias a energia da Hidroelétrica de Paulo Afonso. É também o tempo de uma nova institucionalização com uma linha mais desenvolvimentista do Estado, onde são criados o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), por exemplos (IPLANCE, 1982).

Foi o momento mais marcante para a industrialização cearense e nordestina, após a política nacional de regionalização dos recursos Federais via novas instituições (BNB, SUDENE), que viria transformar as relações sociais e de poder local e, com elas, o espaço.

Assim, deu-se o início da urbanização verificada durante os anos 1950 e 1960, embora uma característica da maioria das sociedades cearenses ainda fosse rural, pois boa parte dos municípios ainda concentrava sua população nessas áreas e, apenas algumas principais cidades e outras recém emancipadas, possuíam esse atributo urbano. Em 1950, Fortaleza e Juazeiro do Norte destacavam-se neste processo de urbanização, com taxas superiores à metade da população total. Em seguida, vinham Camocim, Sobral, Crato, Aracati e Maranguape, que não chegaram a 40% de urbanização. Alguns municípios com mais de 50 mil habitantes, considerados populosos para a época, contudo, ainda eram predominantemente rurais, por exemplo, Cascavel, Acaraú e São Gonçalo do Amarante (Tabela 3).

O processo de urbanização parecia irreversível, pois alguns municípios que sofreram perdas populacionais, motivadas pelo desmembramento de parte de seu território, continuaram com sua população urbana em crescimento e, portanto, elevando a participação desta sobre o total. Um exemplo deste fato pode ser visto em Camocim, que sofreu um desmembramento no período, relativo à Chaval; portanto, sua população total em 1960 foi subtraída em 4.663 pessoas, em relação a 1950, porém sua população urbana aumentou na mesma década de 1.385 pessoas. Russas, Icó, São Benedito, Cascavel, Canindé, Itapajé e Tauá são outros casos com o mesmo fenômeno de urbanização, apesar da emancipação de municípios provenientes deles.

Mas poucos foram os casos onde a população total e urbana declinaram: Granja, Baturité e São Gonçalo do Amarante.

Tal pressão demográfica nem sempre era acompanhada dos recursos necessários para as necessidades básicas da população, seja pela centralização Federal ou pela política clientelística local que favorecia seus apadrinhados. E esta função político-administrativa viria a fazer diferença nas questões de emancipação, que colocaram em segundo plano a ordem econômica.

Assim foi esta a conclusão do IPLANCE (op. cit., p.63) à respeito da formação de cidades, onde, “as cidades brasileiras, de uma maneira geral, e as cearenses, em particular, foram criadas com a função predominantemente de controle, não um controle mercantil de exploração, mas principalmente político-administrativo”.

Tabela 3 - População e Taxa de urbanização dos principais municípios do Estado do Ceará - 1950 e 1960

Principais Municípios	Pop. 1950			Pop. 1960		
	Pop. Total	Pop. Urbana	Tx. Urb. (%)	Pop. Total	Pop. Urbana	Tx. Urb. (%)
Fortaleza	270.169	237.766	88,0	514.818	470.778	91,4
Juazeiro do Norte	56.146	42.821	76,3	68.494	54.170	79,1
Camocim	33.626	12.981	38,6	28.963	14.366	49,6
Sobral	70.011	26.432	37,8	73.716	37.706	51,2
Crato	46.408	16.776	36,1	59.464	29.308	49,3
Aracati	36.842	11.879	32,2	41.370	13.424	32,4
Maranguape	41.585	13.201	31,7	46.205	17.598	38,1
Iguatu	41.922	11.599	27,7	51.570	18.634	36,1
Russas	34.077	7.517	22,1	26.588	8.209	30,9
Icó	35.097	7.246	20,6	34.976	7.652	21,9
Baturité	37.927	7.732	20,4	20.585	7.198	35,0
Granja	44.261	8.755	19,8	27.313	7.156	26,2
Ipú	37.242	7.229	19,4	37.144	8.903	24,0
São Benedito	39.185	5.549	14,2	35.760	6.642	18,6
Cascavel	53.620	7.408	13,8	32.942	7.609	23,1
Canindé	48.320	5.735	11,9	37.672	6.713	17,8
Itapajé	36.101	4.275	11,8	29.814	6.097	20,5
Tauá	43.511	5.099	11,7	33.920	5.957	17,6
Itapipoca	64.907	7.427	11,4	79.663	11.939	15,0
São Gonçalo do Amarante	51.399	5.862	11,4	20.474	3.446	16,8
Quixeramobim	46.843	4.276	9,1	52.341	8.757	16,7
Acaraú	54.973	4.279	7,8	55.385	6.126	11,1

Fonte: Iplance, 1995.

É deste período (1930-1963) que fluiu, pela primeira vez, a revisão geral territorial interna e externa, com a preocupação de delimitar, além das fronteiras nacionais, os limites municipais.

Como já havia sido comentada anteriormente, a criação do IBGE foi um grande marco desta política territorial. O controle sobre a população sobre o território viria dar força e prestígio a esta instituição, responsável pelo recenseamento, estimativas populacionais e cartas geográficas, cujas bases de toda política territorial de distribuição dos recursos estaduais e municipais estavam centralizados no governo federal (ANDRADE, 1995, p.121).

A centralização do poder, característica deste período, não foi um fato novo para os brasileiros. Contudo, a visão intervencionista do Estado na economia e a versão populista do governo e da política fizeram toda a diferença, conduzindo a novos fatos, inclusive de cunho territorial.

No Estado Novo e na República Populista, o desmembramento chegou a 54 novos municípios, totalizando 141. Neste último período, a fragmentação territorial ocorreu com maior densidade em alguns anos, uma vez que durante 20 anos (1930 até 1950) ocorreu a criação apenas do Município de Baixo, em 1932, desmembrado de Lavras da Mangabeira. Constatou-se uma concentração na criação de municípios, em dois anos desse período: em 1951, com onze emancipações, e em 1957, com 29 emancipações. Os municípios restantes foram criados em 1953 (dois), 1956 (cinco), 1958 (cinco) e um município no ano de 1959 (Quadro 4 e Figura 6)

Quadro 4 - Municípios Criados - Estado do Ceará - 1930 a 1963

(Continua)

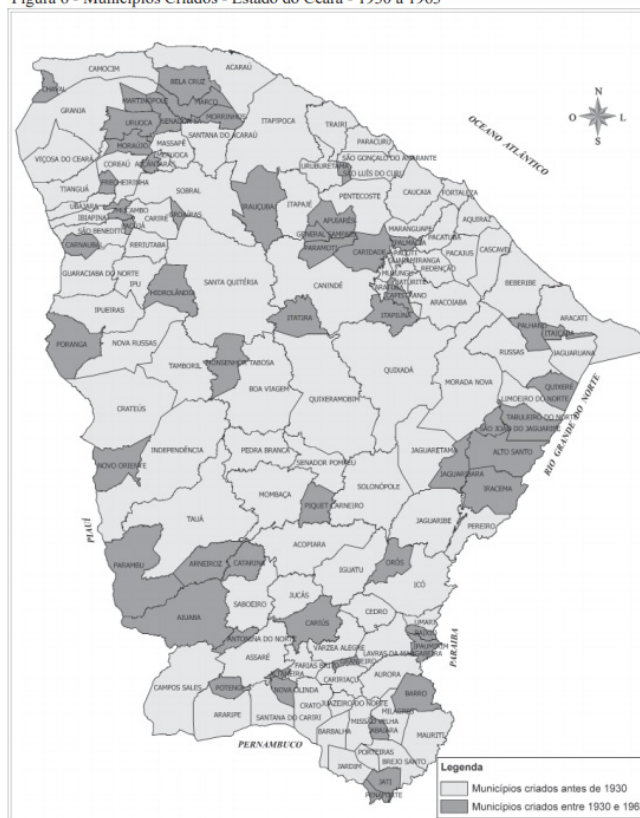
Número de Ordem	Município	Data de Criação	Instrumento Legal	Data de Instalação	Município de Origem	Lei e Data de Consolidação
88*	Baixo	30/08/1932	Lei nº 650	(1)	Lavras da Mangabeira	Decreto 1.156 de 04/12/1933
89	Barro	22/11/1951	Lei nº 1.153	25/03/1955	Milagres	Lei nº 1.153 de 22/11/1951
90	Capistrano	22/11/1951	Lei nº 1.153	25/03/1955	Baturité	Lei nº 1.153 de 22/11/1951
91	Cariús	22/11/1951	Lei nº 1.153	25/03/1955	Jucás	Lei nº 1.153 de 22/12/1951
92	Chaval	22/11/1951	Lei nº 1.153	25/03/1955	Camocim	Lei nº 1.153 de 22/11/1951
93	Frecheirinha	22/11/1951	Lei nº 1.153	25/03/1955	Coreau	Lei nº 1.153 de 22/11/1951
94	Iracema	22/11/1951	Lei nº 1.153	25/03/1955	Pereiro	Lei nº 1.153 de 22/11/1951
95	Itaitira	22/11/1951	Lei nº 1.153	25/03/1955	Quixeramobim	Lei nº 1.153 de 22/11/1951
96	Jati	22/11/1951	Lei nº 1.153	25/03/1955	Jardim	Lei nº 1.153 de 22/11/1951
97	Marco	22/11/1951	Lei nº 1.153	25/03/1955	Santana do Acaraú	Lei nº 1.153 de 22/11/1951
98	Monsenhor Tabosa	22/11/1951	Lei nº 1.153	25/03/1955	Tamboril	Lei nº 1.153 de 22/11/1951
99	São Luís do Curu	22/11/1951	Lei nº 1.153	25/03/1955	Uruburetama	Lei nº 1.153 de 22/11/1951
100	Mucambo	12/12/1953	Lei nº 2.160	25/03/1955	Ibiapina	(2)
101	Ipaumirim	12/12/1953	Lei nº 2.161	01/01/1954	Lavras da Mangabeira	(2)
102	Aiuaba	15/09/1956	Lei nº 3.338	21/12/1956	Saboeiro	(2)
103	General Sampaio	15/09/1956	Lei nº 3.338	01/03/1957	Pentecoste	(2)
104	Itaiçaba	15/09/1956	Lei nº 3.338	25/03/1957	Jaguaruana	(2)
105	Parambu	15/09/1956	Lei nº 3.338	22/10/1956	Tauá	(2)
106	Orós	15/09/1956	Lei nº 3.338	15/09/1956	Icó	(2)
107	Apuiarés	25/01/1957	Lei nº 3.529	25/03/1959	Pentecoste	(2)
108	Bela Cruz	23/02/1957	Lei nº 3.538	25/03/1959	Acaraú	(2)
109	Jaguaribara	09/03/1957	Lei nº 3.350	25/03/1959	Jaguaratama	(2)
110	Arneiroz	14/03/1957	Lei nº 3.554	25/03/1959	Tauá	(2)
111	Nova Olinda	14/03/1957	Lei nº 3.555	26/04/1957	Santana do Cariri	(2)
112	Martinópolis	26/03/1957	Lei nº 3.560	26/03/1959	Granja	(2)
113	Uruoca	26/03/1957	Lei nº 3.560	14/04/1957	Granja	(2)
114	Quixerê	11/04/1957	Lei nº 3.573	15/04/1957	Russas	(2)

* Os municípios com número de ordem de 1 a 87 estão nos Quadros 1, 2 e 3.

(1) Só foi possível identificar a data de instalação.

(2) Não existe lei de consolidação para os municípios criados a partir do ano de 1953.

Figura 6 - Municípios Criados - Estado do Ceará - 1930 a 1963



Fonte: Elaboração Própria - Adaptação de IPLANCE (2000).

O surgimento de novos municípios aconteceu em 8 das 16 células básicas originais do Estado, onde Lavras da Mangabeira, Granja, Sobral, Russas e Tauá estão entre aquelas com maior número de desmembramentos. Embora não conste como município original, Limoeiro do Norte foi a célula em que ocorreu maior número de desmembramentos no período, dando origem a três novas unidades administrativas.

Na centralização administrativa, emerge uma contradição no processo de desmembramento dos municípios. Há um movimento que procura a fragmentação, visando autonomia e decisão própria sobre os destinos de seu território e de sua população, querendo fugir do descaso municipal em que se encontrava na forma de povoado ou de distrito. Alguns municípios, contudo, por serem tão minúsculos (econômica e demograficamente), persistem na dependência direta dos recursos federais e, posteriormente, tendem a serem extintos, tal como foi observado pelo IPLANCE:

“[...] a centralização no tocante à elaboração de planos, programas e projetos a nível federal, contribui para que os municípios percam cada vez mais a sua autonomia. Em contrapartida, certos municípios, não apresentando o mínimo de condições de sobrevivência, tornam-se um ônus para a União, que os extingue.” (1982, p. 62).

Foi o que aconteceu com 160 municípios criados, no período de 1958 a 1963, que não chegaram sequer a serem instalados. Destes municípios, 9 foram criados entre os anos de 1958 e 1962 e os 151 restantes no ano de 1963, não sendo, portanto, contabilizados nas análises anteriores (Quadro 5).

Nas décadas seguintes, entre os anos 1970 e 1980, durante a ditadura militar, a urbanização tomou um forte impulso, bem como a metropolização de Fortaleza.

A centralização do poder implicou na centralização dos investimentos públicos e privados no espaço urbano.

A Ditadura Militar e a Nova República

Considerando o longo período de 1964 aos dias atuais, pode-se resgatar pelo menos três grandes momentos políticos, que, de certo modo, estão diretamente ligados ao movimento de fragmentação territorial do Ceará.

No primeiro momento, o regime militar em seus dez “anos de chumbo”, entre 1964 e 1974, teve por característica principal a centralização política, a repressão das liberdades individuais regimentada nos anos de 1964 a 1967 pelos Atos Institucionais (1, 2, 3 e 4).

Originário de Uruoca, Campanário foi o único município criado neste período pela lei n.º 7135 de 10/01/1964, sendo extinto em 14/12/1965 pela Lei n.º 8.339 juntamente com os municípios do Quadro 5. A Lei Complementar Nº 1 de 1967, volta a definir critérios para a criação de municípios como forma de ordenar a evolução política do Estado.

O Ato Institucional nº 5 de 1968, conhecido como AI 5, foi o mais abrangente e autoritário de todos os outros Atos Institucionais, fechou o Legislativo, suspendeu os direitos políticos e as garantias constitucionais, deixou os estados e municípios sob intervenção federal, resultando na paralisação do processo de emancipação municipal em todo o país.

Quadro 5 - Municípios Criados e Extintos - Estado do Ceará - 1958 a 1963

(Continua)

Número de Ordem	Município Criado	Data de Criação	Instrumento Legal	Número de Ordem	Município Criado	Data de Criação	Instrumento Legal
1	Maracanaú	30/12/1958	Lei nº 4437	25	Bom Sucesso de Trussú	2/7/1963	Lei nº 6378
2	Choró	2/1/1959	Lei nº 4447	26	Parazinho	2/7/1963	Lei nº 6377
3	Milhã	3/1/1959	Lei nº 4448	27	Sucesso	2/7/1963	Lei nº 6379
4	Icapuí	15/1/1959	Lei nº 4461	28	Ibuguassu	3/7/1963	Lei nº 6388
5	Guaiúba	23/3/1959	Lei nº 4465	29	Salitre	3/7/1963	Lei nº 6396
6	Macaraú	25/1/1960	Lei nº 4750	30	São Domingos do Norte	3/7/1963	Lei nº 6398
7	Jamacarú	26/7/1962	Lei nº 5983	31	Tejussuoca	3/7/1963	Lei nº 6392
8	Ereré	28/9/1962	Lei nº 6072	32	Trici	3/7/1963	Lei nº 6395
9	Potiretama	17/12/1962	Lei nº 6222	33	Bitupitá	4/7/1963	Lei nº 6385
10	Feiticeiro	21/5/1963	Lei nº 6307	34	Graça	4/7/1963	Lei nº 6384
11	Guanacés	21/5/1963	Lei nº 6309	35	Nova Floresta	4/7/1963	Lei nº 6405
12	Maduá	21/5/1963	Lei nº 6308	36	Tururú	4/7/1963	Lei nº 6383
13	Pindoretama	21/5/1963	Lei nº 6310	37	Mineirolândia	9/7/1963	Lei nº 6412
14	Tataira	28/5/1963	Lei nº 6320	38	Pires Ferreira	9/7/1963	Lei nº 6418
15	Flamengo	29/5/1963	Lei nº 6321	39	São José de Solonópole	9/7/1963	Lei nº 6920
16	Itapebussú	6/6/1963	Lei nº 6328	40	Umirim	9/7/1963	Lei nº 6417
17	Amaro	14/6/1963	Lei nº 6333	41	Caxitoré	15/7/1963	Lei nº 6426
18	Ubaúna	14/6/1963	Lei nº 6339	42	Pasta	15/7/1963	Lei nº 6428
19	Caipú	27/6/1963	Lei nº 6421	43	São Luiz de Pirangi	15/7/1963	Lei nº 6427
20	Cariutaba	29/6/1963	Lei nº 6431	44	Acarape	16/7/1963	Lei nº 6432
21	Matriz de São Gonçalo	1/7/1963	Lei nº 6953	45	Chorozinho	17/7/1963	Lei nº 6436
22	Inhuçu da Ibiapaba	1/7/1963	Lei nº 6352	46	Pitombeiras	17/7/1963	Lei nº 6435
23	Madalena	1/7/1963	Lei nº 6376	47	Coutinho	21/7/1963	Lei nº 6444
24	Paraipaba	1/7/1963	Lei nº 6351	48	Parajurú	21/7/1963	Lei nº 6439

Quadro 5 - Municípios Criados e Extintos - Estado do Ceará - 1958 a 1963

(Continua)

Número de Ordem	Município Criado	Data de Criação	Instrumento Legal	Número de Ordem	Município Criado	Data de Criação	Instrumento Legal
49	São Joaquim	21/7/1963	Lei nº 6443	73	Iara	26/9/1963	Lei nº 6619
50	Amontada	29/7/1963	Lei nº 6447	74	Mangabeira	26/9/1963	Lei nº 6621
51	Arapari	29/7/1963	Lei nº 6447	75	Pedrinhas	26/9/1963	Lei nº 6606
52	Assunção	29/7/1963	Lei nº 6447	76	Grijalva Costa	27/9/1963	Lei nº 6605

53	Icarai	29/7/1963	Lei nº 6447	77	Paripueira	9/10/1963	Lei nº 6457
54	Miraíma	29/7/1963	Lei nº 6447	78	Suassurana	9/10/1963	Lei nº 6647
55	Taparuaba	9/8/1963	Lei nº 6458	79	Castanhão	14/10/1963	Lei nº 6654
56	Ibicuitinga	17/8/1963	Lei nº 6463	80	Ibaretama	14/10/1963	Lei nº 6653
57	Flôres	18/8/1963	Lei nº 6473	81	Inhamuns	14/10/1963	Lei nº 6663
58	General Tibúrcio	19/8/1963	Lei nº 6478	82	Lima Campos	14/10/1963	Lei nº 6667
59	Ipaporanga	26/8/1963	Lei nº 6475	83	Pecém	14/10/1963	Lei nº 6664
60	Carrapateiras	28/8/1963	Lei nº 6484	84	Várzea	14/10/1963	Lei nº 6661
61	Icózinho	28/8/1963	Lei nº 6481	85	Carneiro da Frot	15/10/1963	Lei nº 6682
62	Ingazeiras	28/8/1963	Lei nº 6477	86	Itajá	16/10/1963	Lei nº 6688
63	Roquelândia	30/8/1963	Lei nº 6491	87	Nova Betânia	16/10/1963	Lei nº 6687
64	Ararendá	5/9/1963	Lei nº 6525	88	Vazantes	16/10/1963	Lei nº 6686
65	Aruarú	5/9/1963	Lei nº 6515	89	Don Quintino	18/10/1963	Lei nº 6696
66	Feitosa	5/9/1963	Lei nº 6510	90	Marrecas	18/10/1963	Lei nº 6472
67	Miguel Xavier	5/9/1963	Lei nº 6511	91	Iratinga	21/10/1963	Lei nº 6701
68	Quincuncá	5/9/1963	Lei nº 6509	92	Laranjeiras do Norte	21/10/1963	Lei nº 6709
69	Aratama	18/9/1963	Lei nº 6568	93	Poço Comprido	21/10/1963	Lei nº 6703
70	Croatá	18/9/1963	Lei nº 6570	94	Juá	31/10/1963	Lei nº 6724
71	Miragem	20/9/1963	Lei nº 6584	95	Arajara	5/11/1963	Lei nº 6728
72	Amanituba	26/9/1963	Lei nº 6622	96	Quixelô	5/11/1963	Lei nº 6726

Quadro 5 - Municípios Criados e Extintos - Estado do Ceará - 1958 a 1963

(Continua)

Número de Ordem	Município Criado	Data de Criação	Instrumento Legal	Número de Ordem	Município Criado	Data de Criação	Instrumento Legal
97	Roselândia	5/11/1963	Lei nº 6753	121	Umburanas	10/12/1963	Lei nº 6913
98	Senador Catunda	5/11/1963	Lei nº 6752	122	Podimirim	11/12/1963	Lei nº 6870
99	Sítios Novos	5/11/1963	Lei nº 6750	123	Domingos Pães	13/12/1963	Lei nº 6882
100	Sítio Alegre	5/11/1963	Lei nº 6600	124	Malhada Grande	13/12/1963	Lei nº 6886
101	Cruz	8/11/1963	Lei nº 6734	125	Padre Linhares	13/12/1963	Lei nº 6889
102	Canaan	12/11/1963	Lei nº 6747	126	Caroatá	16/12/1963	Lei nº 6908
103	Mundaú	12/11/1963	Lei nº 6747	127	Francisco Monte	16/12/1963	Lei nº 6909
104	Aracatiaçu	13/11/1963	Lei nº 6754	128	Palestina do Cariri	16/12/1963	Lei nº 6907
105	Parapui	13/11/1963	Lei nº 6761	129	Panacuí	16/12/1963	Lei nº 6905
106	Amanari	20/11/1963	Lei nº 6789	130	São Sebastião	17/12/1963	Lei nº 6914

107	Amércia	20/11/1963	Lei nº 6793	131	Ibiapaba	18/12/1963	Lei nº 6926
108	Mutambeiras	14/11/1963	Lei nº 6762	132	Mararudá	18/12/1963	Lei nº 6931
109	Eng. João Tomé	20/11/1963	Lei nº 6794	133	Pernambuquinho	18/12/1963	Lei nº 6932
110	Itacima	20/11/1963	Lei nº 6792	134	Amanaiara	19/12/1963	Lei nº 6964
111	Limoeiro do Ceará	20/11/1963	Lei nº 6787	135	Arrojado	19/12/1963	Lei nº 6962
112	Horizonte	21/11/1963	Lei nº 6798	136	Boa Vista	19/12/1963	Lei nº 6950
113	Poço da Pedra	21/11/1963	Lei nº 6788	137	Caio Prado	19/12/1963	Lei nº 6960
114	Itarema	2/12/1963	Lei nº 6809	138	Cemoaba	19/12/1963	Lei nº 6949
115	Ibicuí	3/12/1963	Lei nº 6824	139	Catolé	19/12/1963	Lei nº 6966
116	Tarrafas	3/12/1963	Lei nº 6810	140	Carnaúba	19/12/1963	Lei nº 6966
117	Jardim Mirim	4/12/1963	Lei nº 6818	141	Ematuba	19/12/1963	Lei nº 6954
118	Monsenhor Aguiar	4/12/1963	Lei nº 6812	142	Espinho	19/12/1963	Lei nº 6968
119	Missão Nova	5/12/1963	Lei nº 6831	143	Espinho dos Lopes	19/12/1963	Lei nº 6991
120	Ocara	6/12/1963	Lei nº 6832	144	Francisco Salviano	19/12/1963	Lei nº 6952

Quadro 5 - Municípios Criados e Extintos - Estado do Ceará - 1958 a 1963

(Conclusão)

Número de Ordem	Município Criado	Data de Criação	Instrumento Legal	Número de Ordem	Município Criado	Data de Criação	Instrumento Legal
145	Inhuporanga	19/12/1963	Lei nº 6957	153	Quitaiús	19/12/1963	Lei nº 6969
146	Isidoro	19/12/1963	Lei nº 6973	154	São Francisco	19/12/1963	Lei nº 6951
147	Itaipaba	19/12/1963	Lei nº 6946	155	São Francisco da Cruz	19/12/1963	Lei nº 6956
148	Itapeim	19/12/1963	Lei nº 6947	156	Uiraponga	19/12/1963	Lei nº 6959
149	Caio Prado	19/12/1963	Lei nº 6965	157	Delmira Gouveia	20/12/1963	Lei nº 6984
150	Matriz de São Gonçalo	19/12/1963	Lei nº 6953	158	Monte Nebo	20/12/1963	Lei nº 6936
151	Olho D'água da Bica	19/12/1963	Lei nº 6967	159	Vertentes do Ceará	20/12/1963	Lei nº 6986
152	Otávio Lobo	19/12/1963	Lei nº 6972	160	Coité	30/12/1963	Lei nº 7053

Fonte: Diário Oficial do Estado do Ceará.

Os dez anos seguintes, de 1975 a 1985, foram marcados pelo agravamento da crise econômica, com o aumento da inflação, da dívida interna e externa, resultando em recessão e no final do milagre econômico. A pressão social e política aumentou com as demandas populares por maiores liberdades que desestabilizavam o governo brasileiro no fim da década 70.

Inicia-se, então, lenta e gradualmente, a transição para a democracia com reformas políticas e econômicas, visando a reestruturação do Brasil. Temos como exemplo a revogação do Ato Institucional nº 5 (AI 5) em 1978; a Anistia Geral e Irrestrita, a todos os presos políticos; a implementação do pluripartidarismo; e, no ano de 1982, a realização das eleições direta para Governadores dos Estados.

Nova alteração na divisão político-administrativa ocorreu somente em 1983, já no período de abertura política, com uma única emancipação do município de Maracanaú, desmembrado de Maranguape, fato explicado pela alta concentração populacional e industrial. Neste ano, tem início o movimento da sociedade civil pelas Diretas-já, sendo, no ano seguinte, apresentada e rejeitada a Emenda Dante de Oliveira, que propunha o restabelecimento das eleições diretas para Presidente da República.

Depois desta fase, tem início no ano de 1985 a Nova República, momento de transição democrática e de abertura política, consolidada com a convocação da Assembléia Constituinte que elaborou e promulgou a Constituição Federal de 1988, grande marco na redemocratização brasileira, quando importantes avanços políticos e sociais são conquistados.

Neste período, também considerado um outro intervalo político favorável às emancipações municipais, até 30/06/1988 e ainda anterior a Constituição de 05/10/1988, 36 distritos foram elevados a categoria de municípios (Quadro 6 e Figura 7)

Quadro 6 - Municípios Criados - Estado do Ceará - 1983 a 1988

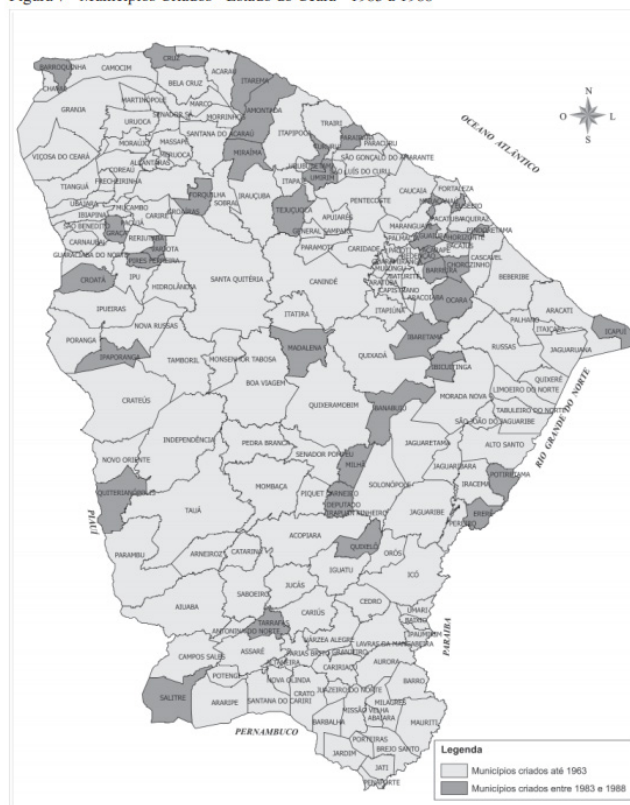
Número de Ordem	Município Criado	Data de Criação	Instrumento Legal	Data de Instalação	Município de Origem
142*	Maracanaú	04/07/1983	Lei nº 10.811	31/01/1985	Maranguape
143	Cruz	14/01/1985	Lei nº 11.002	01/01/1986	Acarau
144	Icapuí	15/01/1985	Lei nº 11.003	01/01/1986	Aracati
145	Quixelô	01/02/1985	Lei nº 11.005	01/01/1986	Iguatu
146	Umirim	05/02/1985	Lei nº 11.006	01/01/1986	Uruburetama
147	Varjota	05/02/1985	Lei nº 11.007	01/01/1986	Reriutaba
148	Itarema	05/02/1985	Lei nº 11.008	01/01/1986	Acarau
149	Paraipaba	05/02/1985	Lei nº 11.009	01/01/1986	Paracuru
150	Amontada	05/02/1985	Lei nº 11.010	01/01/1986	Itapipoca
151	Milhã	05/02/1985	Lei nº 11.011	01/01/1986	Solonópole
152	Forquilha	05/02/1985	Lei nº 11.012	01/01/1986	Sobral
153	Madalena	23/12/1986	Lei nº 11.274	01/01/1989	Quixeramobim
154	Horizonte	05/03/1987	Lei nº 11.300	(1)	Pacajus
155	Guaiúba	13/03/1987	Lei nº 11.301	(1)	Pacatuba
156	Chorozinho	13/03/1987	Lei nº 11.305	13/03/1987	Pacajús
157	Barreira	15/04/1987	Lei nº 11.307	(1)	Redenção
158	Acarape	16/04/1987	Lei nº 11.308	16/04/1987	Redenção
159	Graça	15/04/1987	Lei nº 11.309	(1)	São Benedito
160	Potiretama	15/05/1987	Lei nº 11.317	(1)	Iracema
161	Pires Ferreira	22/05/1987	Lei nº 11.325	(1)	Ipú
162	Ererê	04/06/1987	Lei nº 11.328	(1)	Pereiro
163	Quiterianópolis	04/06/1987	Lei nº 11.330	(1)	Independência
164	Eusébio	19/06/1987	Lei nº 11.333	(1)	Aquiraz
165	Tururu	19/06/1987	Lei nº 11.334	(1)	Uruburetama
166	Ipaporanga	18/09/1987	Lei nº 11.348	(1)	Nova Russas
167	Tarrafas	21/10/1987	Lei nº 11.360	(1)	Assaré
168	Pindoretama	28/12/1987	Lei nº 11.413	(1)	Cascavel
169	Tejuçuoca	28/12/1987	Lei nº 11.414	(1)	Itapagé
170	Ocara	28/12/1987	Lei nº 11.415	(1)	Aracoiaba
171	Banabuiú	26/01/1988	Lei nº 11.427	26/01/1988	Quixadá
172	Dep. Irapuã Pinheiro	28/04/1988	Lei nº 11.429	(1)	Solonópole
173	Croatá	28/04/1988	Lei nº 11.430	(1)	Guaraciaba do Norte
174	Ibaretama	08/05/1988	Lei nº 11.431	(1)	Quixadá
175	Barroquinha	11/05/1988	Lei nº 11.432	(1)	Camocim
176	Ibicuitinga	11/05/1988	Lei nº 11.436	(1)	Morada Nova
177	Miraima	12/05/1988	Lei nº 11.437	(1)	Itapipoca
178	Salitre	30/06/1988	Lei nº 11.467	01/01/1989	Campos Sales

Fonte: Diário Oficial (1983 à 1988)

* Os municípios com número de ordem de 1 a 141 estão nos Quadros 1, 2, 3, e 4.

(1) Não foi possível identificar a data de instalação.

Figura 7 - Municípios Criados - Estado do Ceará - 1983 a 1988



Fonte: Elaboração Própria - Adaptação de IPLANCE (2000).

Na sequência, a Constituição Federal institui novas regras de emancipação dos municípios, descentralizando as competências para esfera estadual e municipal. A Constituição Estadual de 1989 regulamenta parcialmente o processo de ordenamento territorial. Depois deste momento, foram emancipados somente seis municípios.

Assim, 43 novos municípios obtiveram autonomia político-administrativa durante todos os anos posteriores ao Golpe Militar de 1964, totalizando os atuais 184 municípios cearenses (Quadro 6 e 7, Tabela 4 e Figura 7 e 8).

Quadro 7 - Municípios Criados - Estado do Ceará - 1990 a 1992

Número de Ordem	Município Criado	Data de Criação	Instrumento Legal	Data de Instalação	Município de Origem
179*	Ararendá	21/12/1990	Lei nº 11.771		Nova Russas
180	Catunda	27/12/1990	Lei nº 11.772		Santa Quitéria
181	Jijoca de Jericoacoara	06/03/1991	Lei nº 11.796	01/01/1993	Cruz
182	Choró	27/03/1992	Lei nº 11.926	01/03/1993	Quixadá
183	Itaitinga	27/03/1992	Lei nº 11.927	01/01/1993	Pacatuba
184	Fortim	27/03/1992	Lei nº 11.928	01/01/1993	Aracati

Fonte: Diário Oficial (1990 à 1992).

* Os municípios com número de ordem de 1 a 178 estão nos Quadros 1, 2, 3, 4 e 6.

Merece destaque que, à exceção de sete municípios (Barreira, Eusébio, Banabuiú, Barroquinha, Jijoca de Jericoacoara, Itaitinga e Fortim) todos os outros 36 municípios criados neste período, haviam sido extintos pela Lei Nº. 8.339 de 14/12/1965. Os outros municípios extintos por esta mesma legislação, também entraram com processo de emancipação na Assembléia Legislativa. Mas foi o momento em que o Executivo encaminhou para o Legislativo a Lei Complementar Nº 1 (de 5/11/1991) com definição de critérios necessários para a emancipação municipal, visando a regimentação e o ordenamento para estas pretensões de emancipação.

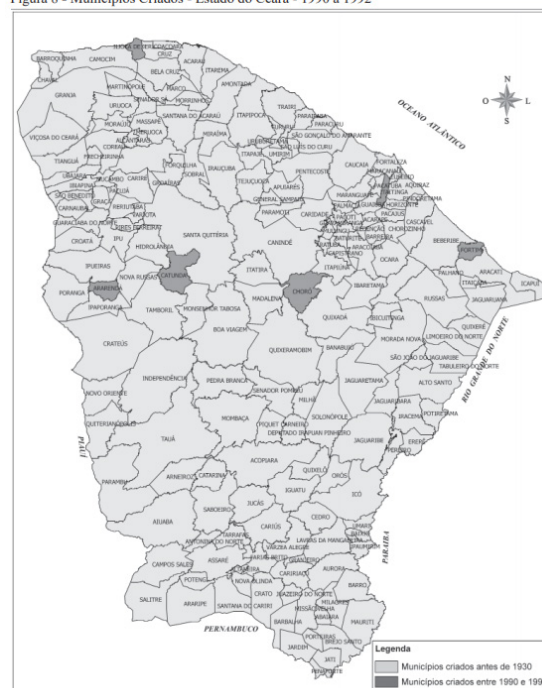
Tabela 4 - Municípios Emancipados segundo os períodos da política brasileira - Estado do Ceará - 1699 a 1992

Períodos	Municípios criados	Municípios acumulados
Colonial (até 1822)	16	16
Império (de 1823 a 1889)	48	64
República Velha (1890 a 1929)	23	87
Era Vargas e República Populista (1930 a 1963)	54	141
Ditadura Militar (1) e Nova República (1964 a 1992)	43	184

Fonte: Quadros 01 a 06.

Nota: (1) As emancipações ocorridas no Estado do Ceará durante o período da Ditadura Militar foram revogadas.

Figura 8 - Municípios Criados - Estado do Ceará - 1990 a 1992



Fonte: Elaboração Própria - Adaptação de IPLANCE (2000).

Nestes últimos quarenta anos, perceberam-se mudanças políticas, econômicas e sociais, que espacialmente se fizeram visíveis dentro e no entorno das grandes e médias cidades, sem, necessariamente, terem relação com o território estadual como um todo. E, assim, o processo de emancipação dos municípios que possuía um maior estreitamento com a economia rural sofreu uma mudança considerável ao ficar mais intimamente relacionado à urbanização e à terciarização. Com relação à industrialização, nota-se uma relativa influência somente na fase mais recente, revelando-se mais como uma tendência dos anos 90, e da metropolização como consequência da reestruturação produtiva e de abertura de mercado, em resposta à crise capitalista mundial.

Em 2000, segundo censo demográfico do IBGE, tanto a urbanização estaria sendo generalizada, quanto permaneceria uma concentração populacional metropolitana numa relativa rede de cidades médias. Apenas 15 dos 184 municípios possuíam taxa de urbanização inferior a 30%. Ao mesmo tempo, 116 municípios estavam com sua população rural passando por taxas negativas, ou seja, o fenômeno da urbanização ainda não se completou, mas está bastante avançado. Logo, é coerente dizer que a urbanização esteja afetando, inclusive, a formação dos novos municípios (IPLANCE, 2002, p. 194-196).

Aracati, Aquiraz, Sobral, Quixeramobim, Guaraciaba do Norte, Itapipoca foram os municípios dos 16 originais que sofreram fragmentação territorial neste período. Além de densamente povoados, possuíam um território expressivo, passível de desdobramentos. Seriam, no entanto, as razões políticas e econômicas mais fortes que estariam subjacentes ao fenômeno urbano e populacional.

A redemocratização do país, com a Constituição Federal (1988), gerou mais expectativas do que realizações. Ainda assim, o diálogo pode ser considerado aberto, bem como a participação popular nos movimentos sociais e urbanos. E com isto, também muda o processo de emancipação dos municípios, inclusive na sua forma legal, que corresponde aos costumes e usos vigentes de cada época.

Acompanhar toda essa transformação sócio-territorial por instrumento legal seria desejável, porém, não necessariamente possível. Isto porque a legislação é fruto de uma ordem política dominante que tende a conservar as relações de forças em seu benefício e reverter as que lhe acarretam prejuízo. Então, compreende-se melhor porque permanecem tão longos períodos em total descaso institucional, quando outros, bastante curtos, estão repletos de instrumentos legais. É, portanto, esta a discussão que se remete para a análise final a respeito da fragmentação do espaço cearense, ao longo de sua história até os dias atuais.

As Transformações Ordenadas com Base Legal

As emancipações municipais requerem decisões administrativas e políticas. Necessitam de base legal que defina critérios para a criação de municípios, determine os limites municipais e consolide o território como um todo. Mas tal processo não é tão ordenado e contínuo, temporal e geograficamente falando, como espera-se ou supõe os menos avisados.

Já comentou-se bastante a respeito das razões que emergiram para as decisões político-administrativas ao longo do processo de fragmentação do território cearense. Entretanto, especificamente quanto ao aparato legal, é preciso que se detalhe melhor a problemática relativa às fronteiras municipais.

A questão legal é um assunto específico do problema de fronteiras, ao permitir solução para sua delimitação precisa. Isto porque, as leis tanto podem surgir individualmente, atendendo situações particulares dos municípios, como podem corrigir e regular todas as configurações municipais, dirimindo problemas e ordenando todo o território. No caso cearense, houve período sem qualquer regulação geral, sendo poucas as iniciativas neste sentido, acentuando a importância dessa base legal de acordo com a evolução político-administrativa.

Antes de entrar nos detalhes do caso cearense é importante citar que, no Brasil, os Governos Estaduais seguem, mais ou menos, o parâmetro nacional da questão territorial tratada em sete constituições republicanas,⁵¹ assim como foi no período do Império, com a pequena abertura introduzida na Constituição de 1824.

O que há de comum nas Constituições Brasileiras sobre o assunto do território é a relativa autonomia que se dá ao município, exceto na Constituição de 1937, durante a ditadura populista. Na sequência dos grandes períodos do Estado Brasileiro, o ordenamento territorial sofreu diversas alterações. O sistema de transferências de recursos, por exemplo, foi criado por ocasião da Constituição de 1946. Mas a Ditadura Militar modificou as regras institucionais de transferências e de fragmentação do território, entre 1964 e 1982, destacando-se a perda de competência dos Governos Estaduais para regulamentarem o assunto.

Com a Constituição de 1988, surge um novo pacto federativo, ampliando os recursos fiscais e a competência tributária dos Estados e Municípios.

A descentralização de recursos fiscais transferidos para os municípios é uma característica da Nova República, destacando-se ainda a autonomia de definição de critérios para a criação de municípios em lei estadual e lei municipal para a criação de distritos.

O Estado perdeu o poder formal de decisão interna aos municípios, em compensação assumiu a liderança nas transferências do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal fonte de renda dos pequenos municípios, voltando a regulamentar a criação de municípios.

Tal descentralização motivou o aumento da quantidade de desmembramentos municipais tal como pode-se acompanhar no desenrolar das emancipações cearenses, tendo em vista a perspectiva de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Tais fatos recentes estimularam uma nova onda de fragmentação em todo território nacional, fazendo que o governo federal, a exemplo do governo cearense da época, emitisse medidas de controle e restritivas, criando a Emenda Constitucional Nº 15/1996 (TOMIO, 2005, p.2-3, 8-9).

A Legislação Territorial

Ao longo desta investigação, procurou-se ter o cuidado de mostrar que para cada município cearense emancipado corresponde uma lei de criação e outra de consolidação, conforme os Quadros 1 a 4, que também revelam durante longos anos a não preocupação, de adotar critérios ou de ordenar tal processo de fragmentação do território como um todo.

No Estado Novo, foi criada legislação dispondo sobre a divisão do território (o Decreto-Lei nº 193 de 20/05/1931), sendo este o primeiro instrumento normativo da divisão territorial e administrativa do Ceará. Apesar de introduzir um novo regime na ordenação do território, manteve o mesmo contexto de criações, extinções e restaurações de municípios e com alterações de topônimos.

Mas esta legislação teve pouca duração sendo revista logo a seguir, pois ficou em desacordo com o Decreto Federal nº 20.348 de 29/08/1931, baixado três meses depois ordenando a descrição dos limites, que deviam seguir os acidentes naturais, dando praticidade à população quanto ao acesso aos serviços públicos. O Decreto Estadual nº 1.156, de 04/12/1933 definiu, parcialmente, os limites administrativos municipais, consolidando 66 (75%) dos 88 municípios existentes no Ceará.

Mesmo ordenando boa parte do território cearense, a legislação de 1933 ainda não definiu critérios gerais, pois se aplicava apenas a alguns casos conhecidos. E, assim, em 1938, fez-se necessário um Decreto Federal (nº 311 de 02/03/1938) dispondo sobre a divisão territorial do país e definindo os requisitos fundamentais para o seu ordenamento. A partir de então, o quadro territorial vigente só poderia ser alterado pelas leis gerais quinquenais e determinando a exigência da confecção de um mapa, no intervalo máximo de um ano para cada novo município criado (MAIA, 1992) (ANEXO A).

Tendo em vista o cumprimento do referido Decreto Federal, foi homologado o Decreto Estadual nº 448, de 20/12/1938, que modificou alguns topônimos e fixou os limites de 79 municípios e 388 distritos cearenses, com vigência de 01/01/1939 a 31/12/1943. Esta legislação foi editada pelo Interventor Federal no Estado do Ceará Francisco Menezes Pimentel, momento em que a nova divisão político-administrativa entrou em vigor em todo o país.

Na divisão administrativa de 1938, foram consolidados 14 municípios deixados de lado em 1933, apesar de terem sido criados por leis anteriores, quais foram: Araripe, Boa Viagem, Cariré, Coreaú (antiga Palma), Farias Brito (Ex-Quixará), Ipueiras, Jaguaratama (Frade), Pacajus (Guarani), Pedra Branca, Pentecoste, Reriutaba (Santa Cruz), Saboeiro, São Gonçalo do Amarante (São Gonçalo) e Solonópole (Cachoeira). Ressalte-se, contudo, o caso de Paracuru que tendo sido consolidado em 1933, não permaneceu nesta situação em 1938.

O Decreto Estadual nº 1.114 de 30/12/1943 veio cumprir a determinação de leis quinquenais, embora sem criar ou extinguir qualquer município, cujas alterações eram previstas apenas para o quinquênio de 1944/1948, mas permanecendo em vigor até a Lei nº 1.153, de 22/11/1951. Mencionada lei de 1951, ao contrário da anterior, foi prevista para abranger somente dois anos, mas até hoje não foi atualizada ou substituída, mantendo-se em vigência apesar dos inúmeros problemas decorrentes desta defasagem (MAIA, 1992).

Esta lei, de 1951, descreve os limites dos 99 municípios e de 545 distritos cearenses existentes à época, determinando também o impedimento de alterações na divisão territorial e administrativa até 31/12/1953. Dos municípios consolidados em 1938 e em 1943, foram alteradas algumas toponímias emancipados 11 municípios, tais como: Barro, Capistrano, Cariús, Chaval, Frecheirinha, Iracema, Itatira, Jatí, Marco, Monsenhor Tabosa e São Luís do Curu. Os municípios de Beberibe, Meruoca, Porteiras, Trairi, criados anteriormente, porém sem constarem nas três consolidações anteriores, foram incluídos no quadro territorial de 1951. O município de Paracuru voltou a ser consolidado por esta Lei.

Esta é a legislação mais completa de consolidação do quadro territorial do Estado e, pode-se dizer até em termos de parâmetros técnicos para o ordenamento territorial. No Art. 1º, parágrafos 1º e 2º, está determinado um fato relevante na realização de trabalho técnico, conforme transcrição do Diário Oficial do Estado do Ceará do ano de 1952:

“§1º - Não constituem alteração os atos interpretativos de linhas divisórias intermunicipais e interdistritais, que se tornarem necessários para melhor e mais fiel caracterização destas linhas, à luz de documentação geográfica ou cartográfica mais perfeita, desde que da interpretação não resulte um deslocamento tal da uma divisória que qualquer cidade ou vila, saia do seu âmbito municipal ou distrital.”

“§2º - Mediante licença da Assembléia Legislativa, poderão os Municípios firmar acordos para modificar os seus limites.”

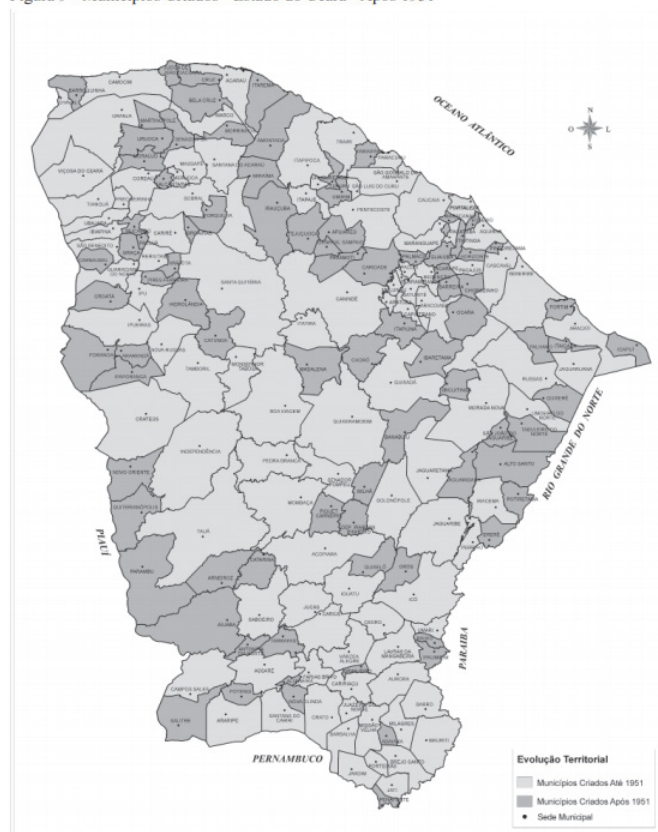
Então, conforme determinam estes parágrafos da legislação, são válidas as interpretações técnicas e os ajustes realizados visando uma melhor configuração do território e representação cartográfica.

Também vale ressaltar a importância da Assembléia Legislativa na oficialização dos acordos realizados entre os municípios, visando a preservação da identidade cultural e política das populações, assim como a facilidade e o histórico administrativo.

A partir de 1953, os municípios criados possuem uma legislação que define apenas o seu território, sem alterar a descrição dos limites dos municípios vizinhos. De 1953 à 1959, foram criados 42 municípios. Entre 1983 e 1992, 43 novas unidades administrativas obtiveram autonomia perfazendo um total de 184 municípios, sendo que deste total, 85 municípios com a legislação definidora dos limites desatualizada, ampliando mais ainda o problema de defasagem de legislação com suas consequências refletindo na imprecisão das fronteiras municipais cearenses (Figura 9).

Ressalte-se que o descontrole na criação de municípios pode gerar consequências mais sérias, tal como ocorreu no final da década 50 até o ano de 1964, quando foram criados 161 municípios sem qualquer critério de emancipação ou de definição das linhas de divisas, sendo extintos pela Lei Estadual nº 8.339 de 14/12/1965. Esta é uma situação que representa instabilidade política e financeira que faz sofrer a população local e desgasta toda a gestão municipal.

Figura 9 - Municípios Criados - Estado do Ceará - Após 1951



Fonte: IPECE (2005).

A Lei Federal Complementar nº 1, de 1967, voltou a definir critérios para a emancipação de municípios; após esta legislação, não ocorreu nenhuma alteração na divisão político-administrativa durante os anos 70. A partir de 1983, deu-se início novo processo de emancipação, com a criação de 37 novos municípios, já dentro do período de relativa descentralização administrativa e de redemocratização do país, e ainda anterior à Constituição Federal vigente de 5/10/1988 quando a regulamentação da divisão territorial foi transferida para os Estados.

No Título III, “Da organização do Estado” e no Capítulo I, “Da Organização Político-Administrativa” o Art. 18 define a organização político-administrativa, determinando no § 4º essa descentralização com participação da população:

“A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em lei complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas.”

Por sua vez, a Constituição do Estado do Ceará, de 1989, em seu Art. 31, define os requisitos para a emancipação de municípios, alterados pela Emenda Constitucional nº 3, de 15/08/1991, que determinou: “nenhum Município será criado sem a verificação da existência na respectiva área territorial dos requisitos relacionados com a população, densidade eleitoral, infra-estrutura, renda, ou potencial econômico e demais critérios estabelecidos em Lei Complementar”.

Em novembro de 1991, foi homologada a Lei Complementar nº 1 de 5/11/1991, pioneira no país em disciplinar e regimentar o processo de criação dos municípios. Dentre os requisitos constam: exigência de população igual ou superior a 1,5 (um vírgula cinco) milésimo da população do Estado, com no mínimo vinte por cento de eleitores; com distrito definido por lei e centro urbano constituído, com no mínimo 400 prédios construídos; renda tributária de no mínimo dez milésimos por cento da arrecadação tributária do Estado, permanecendo esta condição para o município do qual está sendo desmembrado o distrito.

Os requisitos definidos nesta Lei barraram uma avalanche de desmembramentos em tramitação na Assembléia Legislativa do Estado na época. Na última década do século XX surgiram apenas seis novos municípios, não sendo observada nenhuma emancipação no século atual.

No sentido de controle da criação de municípios na instância Federal, tal como a Emenda Constitucional Estadual de 1991, foi sancionada a Emenda Constitucional nº 15 de 12/09/1996, determinando a necessidade da realização de estudos para verificação da viabilidade municipal; a consulta prévia às populações envolvidas, mediante plebiscito; além da definição de período para criação de novos municípios, conforme Lei Complementar a ser editada, seguindo novamente, desta forma, o percurso do Estado do Ceará.

Até o ano 2009, não foi editada a lei Complementar Federal para regimentar sobre o assunto, encontrando-se suspensa a criação de municípios em todo o país.

Considerando que, desde 1991, o Estado do Ceará já havia editado a Lei Complementar nº 1 que disciplinou o processo de criação de novos municípios, houve entendimento da Assembléia Legislativa do Ceará que se pode continuar a criar municípios no Estado cearense, já que esta temática está devidamente regimentada.

Diante deste entendimento, foi aprovada pela Assembléia Legislativa e sancionada pelo Governador do Estado a Lei Complementar nº 84 alterando e atualizando os requisitos da Lei Complementar nº 1 de 05/11/1991.

Após a publicação desta nova legislação, frente à possibilidade de autonomia político-administrativa, foram protocolados, na Assembléia Legislativa do Ceará, pelas lideranças locais, até o mês de março de 2010, 40 processos que foram encaminhados ao IBGE e IPECE para a realização dos estudos de viabilidade municipal, e, mediante o atendimento dos requisitos definidos na legislação, a elaboração do memorial descritivo e do mapa do pretense município para posterior consulta as populações envolvidas.

Essa legislação permite ainda a alteração dos limites municipais com a incorporação e a fusão de áreas, viabilizando soluções para as questões de desobediência administrativa e litígios municipais, possibilitando, desta forma, o reordenamento do quadro político-administrativo do Estado do Ceará

fonte: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2015/02/Formacao_Territorio_Evolucao_Politico_Administrativa_Ceara_Questao_Limites_Municipais.pdf

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES